

**PROSPECTO PRELIMINAR DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DA 1ª SÉRIE DE QUOTAS  
SENIORES DO**

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS  
DEDINI-DULCINI AGROINDUSTRIAL**

CNPJ/MF nº 08.202.282/0001-11

**FITCH RATINGS: F1 (BRA)**

CEDENTES

**DEDINI AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA**



**DULCINI S.A.**



DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE ATÉ 7.600 QUOTAS SENIORES DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DEDINI-DULCINI AGROINDUSTRIAL, COM VALOR UNITÁRIO DE R\$ 10.000,00, QUE, EM CONJUNTO COM AS QUOTAS SUBORDINADAS, PERFAZEM UM PATRIMÔNIO DE INICIAL TOTAL DE

**R\$ 80.000.000,00**

**BENCHMARK DE 110% DO CDI**

**PROSPECTO ELABORADO EM 20/10/2006**

ESTE PROSPECTO FOI PREPARADO COM AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS AO ATENDIMENTO DAS DISPOSIÇÕES DO CÓDIGO DE AUTO-REGULAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS BANCOS DE INVESTIMENTO - ANBID ("ANBID") PARA A INDÚSTRIA DE FUNDOS DE INVESTIMENTO, BEM COMO DAS NORMAS EMANADAS DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS ("CVM").

A AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO DO FUNDO E/OU VENDA DAS QUOTAS NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM E DA ANBID, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO, DO ADMINISTRADOR E DEMAIS INSTITUIÇÕES PRESTADORAS DE SERVIÇOS AO FUNDO.

NÃO HÁ COMPROMISSO OU GARANTIA POR PARTE DO ADMINISTRADOR DE QUE O OBJETIVO DO FUNDO SERÁ ATINGIDO.

OS INVESTIDORES DEVEM LER A SEÇÃO 'FATORES DE RISCO' DESTE PROSPECTO, NAS PÁGINAS 18 A 22.

O INVESTIMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO DE QUE TRATA ESTE PROSPECTO APRESENTA RISCOS PARA O INVESTIDOR. AINDA QUE O GESTOR DA CARTEIRA DO FUNDO MANTENHA SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS, NÃO HÁ GARANTIA DE COMPLETA ELIMINAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE PERDAS PARA O FUNDO E PARA OS QUOTISTAS.

ESTE FUNDO UTILIZA ESTRATÉGIAS COM DERIVATIVOS COMO PARTE INTEGRANTE DE SUA POLÍTICA DE

**INVESTIMENTO. TAIS ESTRATÉGIAS, DA FORMA COMO SÃO ADOTADAS, PODEM RESULTAR EM PERDAS PATRIMONIAIS PARA SEUS QUOTISTAS.**

**O FUNDO NÃO CONTA COM GARANTIA DE SEU ADMINISTRADOR, DA GESTORA DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DO FUNDO OU DO FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITOS – FGC.**

**A RENTABILIDADE OBTIDA NO PASSADO NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA.**

**AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTE PROSPECTO ESTÃO EM CONSONÂNCIA COM O REGULAMENTO DO FUNDO, PORÉM, NÃO O SUBSTITUI. É RECOMENDADA A LEITURA CUIDADOSA TANTO DESTES PROSPECTO QUANTO DO REGULAMENTO, COM ESPECIAL ATENÇÃO ÀS CLÁUSULAS RELATIVAS AO OBJETIVO, À POLÍTICA DE INVESTIMENTO E À COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DO FUNDO, BEM COMO ÀS DISPOSIÇÕES DESTES PROSPECTO QUE TRATAM DOS FATORES DE RISCO A QUE O FUNDO ESTÁ EXPOSTO.**

**TODO QUOTISTA, AO INGRESSAR NO FUNDO, DEVERÁ ATESTAR, POR MEIO DE TERMO DE ADESÃO AO REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DEDINI-DULCINI AGROINDUSTRIAL E CIÊNCIA DE RISCO, QUE RECEBEU EXEMPLAR DESTES PROSPECTO E DO REGULAMENTO DO FUNDO, QUE TOMOU CIÊNCIA DOS OBJETIVOS DO FUNDO, DE SUA POLÍTICA DE INVESTIMENTO, DA COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA (INCLUSIVE QUANTO À UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS DERIVATIVOS), DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DEVIDA AO ADMINISTRADOR, DOS RISCOS ASSOCIADOS AO SEU INVESTIMENTO NO FUNDO E DA POSSIBILIDADE DE OCORRÊNCIA DE VARIAÇÃO E PERDA NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO E, CONSEQUENTEMENTE, DE PERDA, PARCIAL OU TOTAL, DO CAPITAL INVESTIDO.**

**O FUNDO BUSCA MANTER UMA CARTEIRA DE ATIVOS COM PRAZO MÉDIO SUPERIOR A 365 (TREZENTOS E SESSENTA E CINCO) DIAS, O QUE PODE LEVAR A UMA MAIOR OSCILAÇÃO NO VALOR DA QUOTA SE COMPARADA À DE FUNDOS SIMILARES COM PRAZO INFERIOR.**

**O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO APLICÁVEL AOS QUOTISTAS DO FUNDO DEPENDE DO PERÍODO DE PERMANÊNCIA DOS RESPECTIVOS INVESTIMENTOS NO FUNDO, BEM COMO DA MANUTENÇÃO DE UMA CARTEIRA DE ATIVOS COM PRAZO MÉDIO SUPERIOR A 365 (TREZENTOS E SESSENTA E CINCO) DIAS. ALTERAÇÕES NESSAS CARACTERÍSTICAS PODEM LEVAR A UM AUMENTO DO IMPOSTO DE RENDA SOBRE A RENTABILIDADE AUFERIDA PELOS QUOTISTAS DO FUNDO. PARA MAIORES INFORMAÇÕES SOBRE A TRIBUTAÇÃO APLICÁVEL AOS QUOTISTAS E AO FUNDO, VIDE SEÇÃO “TRIBUTAÇÃO” DESTES PROSPECTO.**

**A CVM NÃO GARANTE A VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS E, TAMPOUCO, FAZ JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DAS QUOTAS A SEREM DISTRIBUÍDAS.**

**QUAISQUER OUTRAS INFORMAÇÕES OU ESCLARECIMENTOS SOBRE O FUNDO E A DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DAS QUOTAS PODERÃO SER OBTIDAS JUNTO À ADMINISTRADORA E NA CVM.**

**COORDENADOR LÍDER**

**BANCO STANDARD DE INVESTIMENTOS S.A.**

**INSTITUIÇÃO ESTRUTURADORA**

**INSTITUIÇÃO CO-ESTRUTURADORA**

**LINKCORP CONSULTORIA FINANCEIRA LTDA.**

**GAINVEST DO BRASIL ASSET MANAGEMENT LTDA.**

**ADMINISTRAÇÃO**

**GESTÃO**

**CUSTÓDIA E  
CONTROLADORIA**

**SEGURADORA**

**OLIVEIRA TRUST**

**LINKCORP  
CONSULTORIA  
FINANCEIRA LTDA.**

**CITIBANK DTVM  
S.A.**

**MAPFRE VERA CRUZ  
SEGURADORA S.A.**

**DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS**

**BANCO STANDARD DE INVESTIMENTOS S.A.**

**AGÊNCIA  
CLASSIFICADORA DE  
RISCO**

**COBRANÇA DOS  
DIREITOS CREDITÓRIOS  
ELEGÍVEIS**

**ASSESSORIA LEGAL**

**AUDITORIA**

**FITCH RATINGS**

**BANCO DO  
BRASIL S.A.**

**FREITAS e LEITE  
A D V O G A D O S**

**KPMG  
AUDITORES  
INDEPENDENTES**

ATO DE DELIBERAÇÃO CVM DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO: OFÍCIO CVM/SRE/GER-1/Nº 1757/2006, DE 08 DE AGOSTO DE 2006, NÚMERO E DATA DE REGISTRO DA 1ª DISTRIBUIÇÃO JUNTO À CVM: CVM/SRE/RFD/Nº 2006/031 DE 01/08/2006.  
CÓDIGO ISIN DAS QUOTAS SENIORES: BRDDNICTF002

**A DATA DESTA PROSPECTO PRELIMINAR É DE 20 DE OUTUBRO DE 2006.**

## ÍNDICE

<b>CARACTERÍSTICAS GERAIS DO FUNDO .....</b>	<b>10</b>
SUMÁRIO.....	10
ORIGEM E FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS .....	12
PRESTADORES DE SERVIÇO .....	12
PRESTADORES DE SERVIÇO .....	13
<b>CARACTERÍSTICAS DA 1ª SÉRIE.....</b>	<b>13</b>
<b>PERFIL DO INVESTIDOR.....</b>	<b>15</b>
<b>POLÍTICA DE INVESTIMENTO .....</b>	<b>16</b>
<b>CONDIÇÕES DE CESSÃO E CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE .....</b>	<b>17</b>
<b>FATORES DE RISCO .....</b>	<b>19</b>
<b>DIREITOS E OBRIGAÇÕES ASSOCIADOS ÀS QUOTAS .....</b>	<b>22</b>
<b>REGRAS DE MOVIMENTAÇÃO: EMISSÃO, SUBSCRIÇÃO, INTEGRALIZAÇÃO, RESGATE E AMORTIZAÇÃO DE QUOTAS.....</b>	<b>24</b>
<b>POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO E POLÍTICA DE COBRANÇA DOS CRÉDITOS ...</b>	<b>27</b>
<b>PAGAMENTO DO PREÇO DE AQUISIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS ELEGÍVEIS E PRÊMIO DE ADIMPLEMENTO.....</b>	<b>30</b>
<b>RESERVA DE LIQUIDEZ E DO PRÊMIO DE LIQUIDEZ.....</b>	<b>30</b>
<b>CONTA DE GARANTIA .....</b>	<b>31</b>
<b>APÓLICE DE SEGURO PERFORMANCE .....</b>	<b>33</b>
<b>ASSEMBLÉIA GERAL DE QUOTISTAS.....</b>	<b>34</b>
<b>EVENTOS DE AVALIAÇÃO .....</b>	<b>36</b>
<b>ADMINISTRAÇÃO .....</b>	<b>38</b>
OBRIGAÇÕES.....	38
VEDAÇÕES .....	39
RENÚNCIA E SUBSTITUIÇÃO DO ADMINISTRADOR .....	40
<b>GESTÃO DA CARTEIRA DO FUNDO .....</b>	<b>41</b>
<b>CUSTÓDIA E CONTROLADORIA .....</b>	<b>41</b>
<b>TAXAS.....</b>	<b>42</b>
<b>TRIBUTAÇÃO .....</b>	<b>43</b>
TRIBUTAÇÃO SOBRE O FUNDO:.....	43
TRIBUTAÇÃO SOBRE OS QUOTISTAS: .....	43
<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO FUNDO .....</b>	<b>44</b>

<b>ENCARGOS DO FUNDO.....</b>	<b>44</b>
<b>APRESENTAÇÃO DAS CEDENTES .....</b>	<b>45</b>
BREVE HISTÓRICO DA DEDINI AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA. ....	45
BREVE HISTÓRICO DA DULCINI S.A.....	48
INFORMAÇÕES SOBRE OS SACADOS .....	49
BREVE VISÃO DO SETOR SUCROALCOOLEIRO .....	49
<b>APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL PELA DISTRIBUIÇÃO, DO ESTRUTURADOR, DO CO-ESTRUTURADOR, DO ADMINISTRADOR E DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS .....</b>	<b>51</b>
BREVE HISTÓRICO DO BANCO STANDARD DE INVESTIMENTOS S.A.....	51
BREVE HISTÓRICO DA LINKCORP CONSULTORIA FINANCEIRA LTDA. ....	52
BREVE HISTÓRICO DA GAINVEST DO BRASIL ASSET MANAGEMENT LTDA.....	52
BREVE HISTÓRICO DA OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. ....	53
BREVE HISTÓRICO DA MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A. ....	53
BREVE HISTÓRICO DO BANCO DO BRASIL S.A.....	54
BREVE HISTÓRICO DA FITCH RATINGS.....	54
BREVE HISTÓRICO DO FREITAS E LEITE ADVOGADOS.....	54
BREVE HISTÓRICO DA KPMG AUDITORES INDEPENDENTES .....	54
<b>SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS CELEBRADOS PELO FUNDO.....</b>	<b>55</b>
CONTRATO DE CESSÃO .....	55
CONTRATO DE CUSTÓDIA E CONTROLADORIA .....	55
CONTRATO DE GESTÃO .....	55
CONTRATO DE DEPÓSITO .....	55
CONTRATO DE COBRANÇA BANCÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS ELEGÍVEIS .....	56
CONTRATO DE COBRANÇA DE DIREITOS CREDITÓRIOS INADIMPLIDOS.....	56
APÓLICE DE SEGURO PERFORMANCE .....	56
CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA.....	56
<b>PUBLICIDADE E REMESSA DE DOCUMENTOS .....</b>	<b>56</b>
<b>PERIÓDICOS DESTINADOS ÀS PUBLICAÇÕES DO FUNDO .....</b>	<b>57</b>
<b>ATENDIMENTO AO QUOTISTA.....</b>	<b>57</b>
<b>RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES ENVOLVIDAS COM O FUNDO E/OU COM A OFERTA .....</b>	<b>57</b>
DECLARAÇÕES .....	57
<b>ANEXO I – DEMONSTRATIVO DO CUSTO DE DISTRIBUIÇÃO.....</b>	<b>58</b>
<b>ANEXO II – INSTRUMENTO DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO, INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO E INSTRUMENTO PARTICULAR DE SEGUNDA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO .....</b>	<b>59</b>
<b>ANEXO III – REGULAMENTO CONSOLIDADO PELO INSTRUMENTO PARTICULAR DE SEGUNDA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO .....</b>	<b>63</b>
<b>ANEXO IV – INSTITUIÇÕES AUTORIZADAS .....</b>	<b>118</b>
<b>ANEXO V – RELAÇÃO DE SACADOS DOS DIREITOS CREDITÓRIOS ELEGÍVEIS .....</b>	<b>119</b>

**E DO TOTAL MÁXIMO DE DIREITOS CREDITÓRIOS RELATIVOS A CADA DEVEDOR, EM TERMOS PERCENTUAIS, COM RELAÇÃO AO TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO. ....119**

**ANEXO VI – CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA..... 120**

**ANEXO VII – APÓLICE DE SEGURO PERFORMANCE.....129**

**ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE VERACIDADE..... 140**

**ANEXO IX – DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE.....141**

**ANEXO X – RELATÓRIO DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DAS QUOTAS .....142**

**ANEXO XI – CONTRATO DE CESSÃO .....150**

**ANEXO XII – DECLARAÇÃO DO LÍDER DE DISTRIBUIÇÃO .....174**

## GLOSSÁRIO

No âmbito do Prospecto, além das definições aqui estabelecidas, serão consideradas as definições atribuídas ao longo do documento, adotando-se, por referência, as demais definições constantes na Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada pela Instrução CVM nº 393, de 22 de julho de 2003 ("Instrução CVM") e no Regulamento.

Para o efeito do disposto no presente Prospecto e nas disposições legais e regulamentares que lhe são aplicáveis, considera-se:

**1ª Série:** a 1ª Série de Quotas Seniores;

**ADMINISTRADOR:** a OLIVEIRA TRUST DTVM S.A., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, sala 205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001.91;

**Agência Classificadora de Risco:** a Fitch Ratings, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Santos, 1470, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 01.813.375/0002-14.

**AGENTE COBRADOR:** o BANCO DO BRASIL S.A., com sede na Cidade de Brasília, Distrito Federal, na SBS, quadra 1, bloco G, Edifício sede III, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.000.000/0001-91;

**Apólice(s) de Seguro Performance:** a(s) Apólice(s) de Seguro Garantia de Obrigações Privadas que visa(m) garantir ao FUNDO o pagamento de indenização pelo montante da importância segurada indicado em cada Apólice de Seguro Performance, pelos prejuízos decorrentes do descumprimento total ou parcial pelas Cedentes de suas obrigações previstas nos Contratos de Fornecimento;

**Auditor Independente:** KPMG Auditores Independentes, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Renato Paes de Barros, 33, inscrita no CNPJ sob nº 57.755.217/000

**BACEN:** Banco Central do Brasil;

**CCF:** o Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos do Banco Central do Brasil;

**Cedente(s):** a DEDINI AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Fazenda Lagoa Formosa, acesso pelo km 15 da Rodovia SP 344, no município de São João da Boa Vista, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.106.412/0001-07 e/ou a DULCINI S/A, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Fazenda São Luiz, Setor I S/N, CEP: 13630-970, no município de Pirassununga, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.062.529/0001-00;

**CDI:** Certificado de Depósito Interbancário de 01 (um) dia - "over extragrupo", expresso na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculado e divulgado pela Câmara de Liquidação e Custódia - CETIP;

**Condições de Cessão:** as condições de cessão de direitos creditórios ao FUNDO;

**Conta de Garantia:** conta-corrente constituída e mantida pelas Cedentes em nome próprio junto ao AGENTE COBRADOR que receberá os pagamentos de Contratos de Fornecimento cedidos fiduciariamente ao FUNDO;

**Contrato de Cessão Fiduciária sobre Coisas Móveis:** o contrato de cessão fiduciária sobre os direitos inerentes à Conta de Garantia;

**Contrato(s) de Fornecimento:** o(s) contrato(s) de fornecimento de açúcar, açúcar líquido, açúcar líquido de polaridade invertida e/ou melaço;

**CPMF:** Contribuição Permanente sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira;

**Crítérios de Elegibilidade:** os critérios de elegibilidade dos direitos creditórios do FUNDO;

**CUSTODIANTE:** o CITIBANK DTVM S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Paulista, 1.111, inscrita no CNPJ/MF sob n. 33.868.597/0001-40;

**CVM:** a Comissão de Valores Mobiliários;

**Direitos Creditórios Elegíveis:** os Direitos Creditórios que atendam às Condições de Cessão e aos Critérios de Elegibilidade e que sejam cedidos ao FUNDO nos termos do Contrato de Cessão;

**Direitos Creditórios Inadimplidos:** os Direitos Creditórios Elegíveis que forem inadimplidos;

**Documentos Representativos de Crédito:** os Contratos de Fornecimento, termos anexos de compra, suas respectivas notas fiscais e comprovantes de entrega que representam os direitos creditórios a serem adquiridos pelo FUNDO;

**Eventos de Avaliação:** as situações descritas no artigo 67 do Regulamento;

**Eventos de Liquidação:** as situações descritas no artigo 70 do Regulamento;

**FUNDO:** o FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DEDINI-DULCINI AGROINDUSTRIAL, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, sala 205 Barra da Tijuca;

**GESTORA:** a LINKCORP CONSULTORIA FINANCEIRA LTDA., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, SP, na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, 758, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.050.114/0001-95;

**Instrução 356:** a Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada;

**Notificação Extrajudicial:** a comunicação de ocorrência de sinistro à Seguradora e à Cedente que deu causa ao mesmo efetuada pelo ADMINISTRADOR;

**Percentual Mínimo de Quotas Subordinadas:** o percentual mínimo de quotas subordinadas em relação ao patrimônio líquido do FUNDO;

**Preço de Aquisição:** o Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis pelo FUNDO;

**Prêmio de Liquidez:** o recebimento da totalidade do montante das Reservas de Liquidez pelas Cedentes;

**Prêmio do Seguro:** o custo de contratação do Seguro;

**Quotistas:** os investidores que venham adquirir Quotas de emissão do FUNDO;



**Razão de Garantia:** calculada no 5º dia útil de cada mês, é obtida dividindo-se a soma - do valor total das Reservas de Liquidez com o montante dos recursos mantidos em caixa pelo FUNDO, mais o valor total das disponibilidades e recebíveis vincendos até a próxima data de amortização das quotas seniores mantidos na Conta de Garantia, mais o valor total dos recebíveis pertencentes ao FUNDO vincendos até a próxima data de amortização - pelo valor financeiro previsto da próxima amortização de quotas seniores;

**Recursos da Conta de Garantia:** montante de disponibilidades e/ou somatório de pagamentos vincendos até a data de resgate das quotas seniores, oriundos de Contratos de Fornecimento cedidos fiduciariamente ao FUNDO;

**Regulamento:** Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Dedini-Dulcini Agroindustrial;

**Reserva(s) de Liquidez:** a(s) reserva(s) constituída(s) pela(s) Cedente(s) em favor do FUNDO, a fim de garantir um maior grau de liquidez para a carteira de ativos do FUNDO;

**Seguradora:** a MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 11.711, 10º andar, Edifício Mapfre, Brooklin, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o no 61.074.175/0001-38;

**Seguro:** o seguro performance, nos termos do Capítulo XVII do Regulamento e da legislação editada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP;

**SERASA:** a SERASA S.A., empresa especializada em análises e informações para decisão de crédito e apoio a negócios.

## **CARACTERÍSTICAS GERAIS DO FUNDO**

### **SUMÁRIO**

Segue abaixo um sumário das características gerais do **FUNDO**:

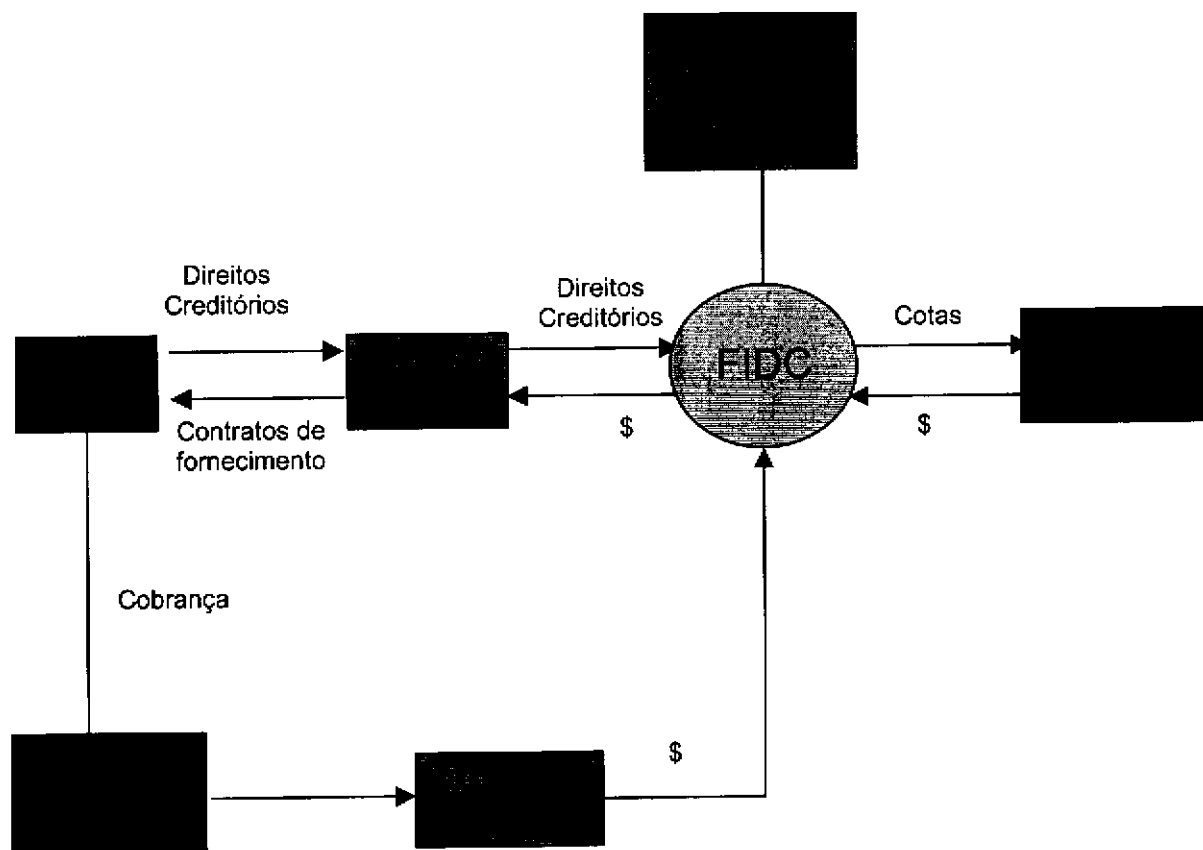
<b>Emissor das Quotas:</b>	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Dedini-Dulcini Agroindustrial
<b>Cedentes dos Direitos Creditórios:</b>	Dedini Açúcar e Alcool Ltda. e Dulcini S.A.
<b>Tipo de Fundo:</b>	O <b>FUNDO</b> , constituído sob a forma de condomínio fechado, é um fundo de investimento em direitos creditórios e observa, principalmente, as disposições do seu Regulamento e da Instrução 356.
<b>Objetivo:</b>	<p>Para os fins do "Código de Auto-Regulação da ANBID para os Fundos de Investimentos", o <b>FUNDO</b> é caracterizado como fundo de investimento em direitos creditórios.</p> <p>É objetivo do <b>FUNDO</b> proporcionar aos quotistas a valorização de suas quotas, através da aplicação preponderante dos recursos do <b>FUNDO</b>, de acordo com os critérios de composição e diversificação estabelecidos pela legislação vigente e no Regulamento, na aquisição de direitos creditórios não performados, de natureza agroindustrial, originados pelas Cedentes e oriundos de Contratos de Fornecimento.</p> <p>O "Benchmark" das Quotas Seniores da 1ª Série corresponde a 110% (cento e dez por cento) da Taxa CDI, nos termos do Suplemento da 1ª Série, anexo ao Regulamento do <b>FUNDO</b>.</p>
<b>Prazo de Duração:</b>	<p>Fica desde já esclarecido que não existe qualquer promessa do <b>FUNDO</b> e da <b>ADMINISTRADORA</b> acerca da rentabilidade das aplicações dos recursos do <b>FUNDO</b>.</p> <p>O <b>FUNDO</b> tem prazo indeterminado, sendo admitido o resgate de quotas somente no término do prazo de duração de cada série do <b>FUNDO</b> ou em virtude da amortização de quotas ou da liquidação antecipada do <b>FUNDO</b>.</p>
<b>Exercício Social:</b>	<p>As Quotas Seniores da 1ª série terão prazo de 12 (doze) meses, contados da data do início da distribuição pública das quotas seniores da referida série, e serão amortizadas mensalmente a partir do 2º (segundo) mês.</p> <p>O exercício social do <b>FUNDO</b> terá início em 1º de julho e término em 30 de junho de cada ano.</p>
<b>Classificação de Risco das Quotas Seniores:</b>	<p>As Quotas Seniores da 1ª Série do <b>FUNDO</b> obtiveram da Agência Classificadora de Risco a classificação de risco -F1 (Bra). O <b>ADMINISTRADOR</b> deverá providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco das Quotas Seniores da 1ª Série do <b>FUNDO</b> pela Agência Classificadora de Risco.</p>
<b>Quantidade Inicial de Quotas Seniores da 1ª Série a serem distribuídas publicamente:</b>	7.600
<b>Valor Inicial Unitário das</b>	

<b>Quotas:</b>	R\$10.000,00
<b>Valor Inicial da Emissão:</b>	R\$80.000.000,00
<b>Classes de Quotas:</b>	As quotas do <b>FUNDO</b> serão de classe sênior ou subordinada, não havendo divisão em subclasses para ambos os casos. Todas as quotas serão escriturais e serão mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares. Maiores informações podem ser obtidas na seção "Direitos e Obrigações Associados às Quotas e do Patrimônio do Fundo".
<b>Razão Mínima entre o Patrimônio Líquido do Fundo e o Valor das Quotas Seniores:</b>	A relação mínima admitida entre o valor das Quotas Seniores e o patrimônio líquido do <b>FUNDO</b> é de 95%, ou seja, o Percentual Mínimo de Quotas Subordinadas será equivalente a, no mínimo, 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido do <b>FUNDO</b> . Esta relação será apurada diariamente e será acessível aos quotistas do <b>FUNDO</b> mensalmente. Vide seção "Patrimônio Líquido".
<b>Público Alvo:</b>	O <b>FUNDO</b> destina-se exclusivamente a investidores qualificados, assim definidos pela regulamentação da CVM em vigor, não havendo critérios diferenciadores aplicáveis aos Quotistas. Podem participar do <b>FUNDO</b> , ainda, fundos de investimento classificados como "Renda Fixa" e "Multimercado", nos termos do inciso II do artigo 91 da Instrução CVM n.º 409/04, que sejam habilitados a adquirir quotas de emissão de fundos de investimento em direitos creditórios e fundos de investimento em quotas de fundos de investimento classificados como "Exclusivo" e "Multimercado", estes últimos desde que destinados exclusivamente a investidores qualificados, nos termos do parágrafo 6º do artigo 112 da Instrução CVM n.º 409/04. Vide seção "Perfil do Investidor".
<b>Valor Mínimo de Aplicação:</b>	O valor mínimo de subscrição no período de distribuição de quotas seniores desta 1ª série é de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), não havendo limite máximo de subscrição por investidor.
<b>Política de Investimento:</b>	O <b>FUNDO</b> aplicará parcela preponderante de seu patrimônio em Direitos Creditórios oriundos de Contratos de Fornecimento que atendam, cumulativamente, às Condições e Critérios de Elegibilidade previstos no Regulamento. Para maiores informações, vide a seção "Política de Investimento".
<b>Negociação em Mercado Secundário:</b>	As Quotas Seniores da 1ª Série emitidas pelo <b>FUNDO</b> terão registro para negociação no mercado secundário na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA, no ambiente de negociação Bovespa Fix, na Sociedade Operadora do Mercado de Ativos S.A. - SOMA, no ambiente de negociação Soma Fix. Vide seção "Regras de Movimentação: Emissão, Subscrição, Integralização, Resgate e Amortização de Quotas".
<b>Amortização das Quotas Seniores da 1ª Série:</b>	A partir do 2º (segundo) mês contado da data do início da distribuição pública, as Quotas Seniores do <b>FUNDO</b> representativas do Patrimônio Inicial terão seus valores amortizados mensalmente.
<b>Resgate das Quotas Seniores da 1ª Série:</b>	O resgate das Quotas Seniores ocorrerá no 12º (décimo segundo) mês, contados da data do início da distribuição pública das Quotas Seniores. Vide seção "Características da 1ª Série"
<b>Início do Fundo:</b>	11 de setembro de 2006
<b>Conta para Aplicação</b>	Banco Citibank S.A., Agência 001, C/C 99528983
<b>Código ANBID:</b>	Quotas seniores 1ª série: 171141 Quotas Subordinadas: 171239
<b>Base Legal:</b>	Resolução CMN n.º 2.907, de 29.11.2001 e Instrução 356

### ORIGEM E FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

Os Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao **FUNDO** são originados pelas Cedentes e oriundos de Contratos de Fornecimento não-performados, ou seja, aqueles em que a obrigação das Cedentes ainda não foi devidamente cumprida, de natureza agroindustrial.

A origem dos Direitos Creditórios Elegíveis e a formalização de sua cessão ao **FUNDO** observam o seguinte fluxograma:



## PRESTADORES DE SERVIÇO

<b>Estruturação e Gestão:</b>	<b>LINKCORP CONSULTORIA FINANCEIRA LTDA.</b> Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, 758, 10º andar São Paulo – SP Telefone: (11) 3073-6753
<b>Co-Estruturação:</b>	<b>GAINVEST DO BRASIL ASSET MANAGEMENT LTDA.</b> Av. Paulista, 1728, 5º Andar São Paulo – SP Telefone: (11) 3372-1555
<b>Administração:</b>	<b>OLIVEIRA TRUST DTVM S.A.</b> Avenida das Américas, 500, Bloco 13, sala 205 Rio de Janeiro – RJ Telefone: (21) 2493-7003
<b>Coordenador Lider/ Distribuição:</b>	<b>BANCO STANDARD DE INVESTIMENTOS S.A.</b> Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2277, 12º andar São Paulo – SP Telefone: (11) 3030-4300
<b>Seguradora:</b>	<b>MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.</b> Avenida das Nações Unidas, 11.711, 10º andar São Paulo – SP Telefone: (11) 5112-7568
<b>Custódia e Controladoria:</b>	<b>CITIBANK DTVM S.A.</b> Av. Paulista, 1.111 São Paulo – SP Telefone: (11) 4009-2189
<b>Cobrança dos Direitos Creditórios Elegíveis:</b>	<b>BANCO DO BRASIL S.A.</b> Av. Paulista, nº 2.300 – 2º andar São Paulo – SP Telefone: 3808-3568
<b>Agência Classificadora de Risco:</b>	<b>FITCH RATINGS</b> Alameda Santos, 1470, 5º andar São Paulo – SP Telefone: (11) 4504-2600
<b>Assessoria Jurídica:</b>	<b>FREITAS E LEITE ADVOGADOS</b> Rua Pequetita, 145, 3º andar São Paulo – SP Telefone: (11) 3046-3250
<b>Auditoria Independente:</b>	<b>KPMG AUDITORES INDEPENDENTES</b> Rua Renato Paes de Barros, 33 São Paulo – SP Telefone: (11) 3067-3000

## CARACTERÍSTICAS DA 1ª SÉRIE

A distribuição de Quotas Seniores da 1ª Série do **FUNDO** será liderada pelo **BANCO STANDARD DE INVESTIMENTOS S.A.**, instituição financeira com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2277, 12º andar, inscrito no CNPJ/MF sob nº 04.866.275/0001.63 que poderá contratar terceiros devidamente habilitados para prestar tais serviços sempre em conformidade com o disposto neste Prospecto.

Em relação às Quotas representativas do Patrimônio Inicial do **FUNDO**, deve ser observado que:

Serão distribuídas publicamente até 7.600 (sete mil e seiscentas) Quotas Seniores, com valor unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). O valor mínimo de subscrição no período de distribuição das Quotas Seniores da 1ª Série é de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

Não há limite máximo de subscrição por investidor.

A 1ª Série terá prazo de 12 (doze) meses, contados da data do início da distribuição pública das Quotas Seniores da 1ª Série.

O Anúncio de Início apresentará os termos e condições da Oferta, bem como informará as condições e os prazos para subscrição e integralização das Quotas da 1ª Série, observado o disposto neste Prospecto e no Regulamento.

A critério do **ADMINISTRADOR**, atingido o patamar mínimo de distribuição de quotas seniores 1ª Série correspondente a 50% (cinquenta por cento) das quotas seniores da 1ª Série emitidas e, conseqüentemente de quotas subordinadas, poderá se dar por encerrado o período de distribuição de quotas do **FUNDO**.

Eventual saldo não colocado de Quotas da 1ª Série poderá ser cancelado antes do respectivo prazo de colocação (de 180 dias) ou o **ADMINISTRADOR** solicitará prorrogação do referido prazo à CVM, nos termos do disposto na legislação.

Não haverá direito de preferência para os quotistas da 1ª Série do **FUNDO**, ou para os quotistas de quaisquer das séries subseqüentes à 1ª Série, na aquisição de quotas de eventuais novas séries de quotas que possam vir a ser emitidas pelo **FUNDO**, bem como não haverá resgate de quotas, a não ser pelo término do prazo de duração de cada série do **FUNDO**, amortização de quotas ou de sua liquidação.

O **ADMINISTRADOR** deverá observar, inclusive na hipótese acima, a relação entre o valor das Quotas Seniores e o patrimônio líquido do **FUNDO**, definida no Artigo 45 do Regulamento.

A 1ª Série de Quotas Seniores, representativa do Patrimônio Inicial do **FUNDO**, possui um *benchmark* de rentabilidade, no médio e longo prazo, de 110% (cento e dez por cento) da taxa dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros ("CDI") de 01 (um) dia - "over extragrupo", expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela Câmara de Liquidação e Custódia - CETIP. As quotas subordinadas não possuirão *benchmark* de rentabilidade definido.

Não obstante o acima disposto, não existe qualquer promessa do **FUNDO**, do **ADMINISTRADOR** ou da **GESTORA** acerca da rentabilidade das aplicações dos recursos do **FUNDO**.

A partir do 2º (segundo) mês contado da data do início da distribuição pública, as Quotas Seniores do **FUNDO** representativas do Patrimônio Inicial terão seus valores de principal investido amortizados mensalmente conforme a proporção abaixo, de acordo com o seguinte cronograma:

2º mês	1/11	06/10/2006	7º mês	1/6	07/03/2007

3º mês	1/10	08/11/2006	8º mês	1/5	09/04/2007
4º mês	1/9	07/12/2006	9º mês	1/4	08/05/2007
5º mês	1/8	08/01/2007	10º mês	1/3	08/06/2007
6º mês	1/7	07/02/2007	11º mês	1/2	06/07/2007

O pagamento das amortizações deverá ser feito no 5º (quinto) dia útil de cada mês. Se a data prevista para pagamento da amortização cair em dia não útil na praça em que o **ADMINISTRADOR** está sediado, tal pagamento será efetivado no primeiro dia útil subsequente.

O resgate das Quotas Seniores ocorrerá no 12º (décimo segundo) mês, contados da data do início da distribuição pública das Quotas Seniores, dia 07 de agosto de 2007.

O pagamento das amortizações e do resgate acima mencionados, corresponderá ao pagamento proporcional de principal e rendimentos e deverá ser feito no quinto dia útil do mês subsequente a que se referir a respectiva parcela de amortização. Se a data prevista para pagamento da amortização cair em dia não útil na praça em que o **ADMINISTRADOR** está sediado, tal pagamento será efetivado no primeiro dia útil subsequente.

As quotas subordinadas poderão ser amortizadas mensalmente, no período compreendido entre o 3º (terceiro) mês e o 9º (nono) mês, contados da data do início da distribuição pública da 1ª Série de Quotas Seniores.

A amortização das quotas subordinadas somente será realizada se o Patrimônio Líquido do **FUNDO** assim o permitir e uma vez verificado pelo **ADMINISTRADOR** que o Percentual Mínimo de Quotas Subordinadas seja maior que 20% (vinte por cento), e desde que:

- I - seja realizada após a amortização da totalidade das Quotas Seniores prevista para aquele mês, definida no Suplemento anexo ao Regulamento; e
- II – considerada, *pro forma*, a amortização de quotas subordinadas pretendida, o **FUNDO** atenda, concomitantemente a manutenção de todos os parâmetros de enquadramento definidos no artigo 45 do Regulamento.

A distribuição concomitante de novas séries de quotas seniores somente poderá ser realizada após o pagamento aos Quotistas titulares de quotas seniores da 1ª Série da parcela de amortização referente ao 9º (nono) mês, de acordo com o cronograma previsto acima.

### **PERFIL DO INVESTIDOR**

O **FUNDO** destina-se exclusivamente a investidores qualificados, assim definidos pela regulamentação da CVM em vigor, não havendo critérios diferenciadores aplicáveis aos Quotistas. Podem participar do **FUNDO**, ainda, fundos de investimento classificados como "Renda Fixa" e "Multimercado", nos termos do inciso II do artigo 91 da Instrução CVM nº 409/04, que sejam habilitados a adquirir quotas de emissão de fundos de investimento em direitos creditórios e fundos de investimento em quotas de fundos de investimento classificados como "Exclusivo" e "Multimercado", estes últimos desde que destinados exclusivamente a investidores qualificados, nos termos do parágrafo 6º do artigo 112 da Instrução CVM nº 409/04.

Para os fins do acima disposto, qualquer investidor qualificado, quer seja pessoa física ou pessoa jurídica, poderá adquirir quotas do **FUNDO**.

O investimento no **FUNDO** não é adequado a investidores qualificados e a fundos de investimento indicados no parágrafo anterior que (i) necessitem de liquidez, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Quotas no mercado secundário; e/ou (ii) não estejam dispostos a correr o risco de crédito dos Direitos Creditórios Elegíveis que venha a ser adquiridos pelo **FUNDO**, bem como os demais riscos expostos em

seção própria deste Prospecto. Para mais informações, vide Seção "Fatores de Risco" deste Prospecto.

O valor mínimo de subscrição no período de distribuição de Quotas Seniores desta 1ª Série é de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), não havendo limite máximo de subscrição por investidor.

### **POLÍTICA DE INVESTIMENTO**

Visando atingir o objetivo proposto, o **FUNDO** alocará seus recursos na aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis, exclusivamente do segmento agroindustrial, oriundos da obrigação das Cedentes de fornecer açúcar, açúcar líquido e melaço, bem como de ativos financeiros e/ou modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro, observados os limites e as restrições previstas na legislação vigente e no Regulamento.

Após 90 (noventa) dias do início das atividades, o **FUNDO** alocará, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) e, no máximo, 100% (cem por cento) de seus recursos na aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis originados de Contratos de Fornecimento.

A parcela do patrimônio líquido do **FUNDO** que não estiver alocada em Direitos Creditórios Elegíveis poderá ser aplicada, isolada ou cumulativamente, em:

- a) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- b) títulos de emissão do Banco Central do Brasil;
- c) certificados e recibos de depósito bancário de emissão de quaisquer das Instituições Autorizadas, conforme Anexo IV; e
- d) operações compromissadas lastreadas em títulos públicos indicados nas alíneas "a" e "b" acima.

Relativamente aos ativos financeiros e/ou modalidades operacionais integrantes da carteira do **FUNDO**:

I - o total de emissão e/ou co-obrigação de uma mesma pessoa jurídica, de seu controlador, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum não pode exceder a 10% (dez por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO**, podendo excepcionalmente alcançar a totalidade do patrimônio líquido do **FUNDO** nos primeiros 90 (noventa) dias contados da data da primeira integralização de Quotas Seniores da 1ª Série do **FUNDO**.

O **FUNDO** poderá realizar operações em que o **ADMINISTRADOR** atue como contraparte do **FUNDO**.

Com relação aos ativos previstos nas alíneas "c" e "d" do "caput" acima, somente poderão ser adquiridos pelo **FUNDO** aqueles que se caracterizem como de baixo risco de crédito, classificados como "*investment grade*" pela agência classificadora de risco das Quotas Seniores. O **FUNDO** poderá alocar o equivalente a até 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio líquido em operações em mercados de derivativos, desde que exclusivamente com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite destas.

Para o efeito do acima disposto, as operações com derivativos podem ser realizadas tanto em mercados administrados por bolsas de mercadorias e de futuros, quanto no de balcão, nesse caso desde que devidamente registradas em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil. Adicionalmente, devem ser considerados, para efeito de cálculo de Patrimônio Líquido do **FUNDO**, os dispêndios efetivamente incorridos a título de prestação de margens de garantia em espécie, ajustes diários, prêmios e custos operacionais, decorrentes da manutenção de posições em mercados organizados de derivativos, inclusive os valores líquidos das operações.



As operações em mercado de derivativos serão realizadas somente na modalidade "com garantia".

O **FUNDO** poderá, ainda, alocar até 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio líquido em operações compromissadas, desde que tais operações tenham como lastro os ativos previstos no artigo 16 acima, alíneas "a" e "b" do Regulamento, podendo excepcionalmente alcançar a totalidade do patrimônio líquido do **FUNDO** nos primeiros 90 (noventa) dias contados da data da primeira integralização de Quotas Seniores da 1ª Série do **FUNDO**.

Todos os resultados auferidos pelo **FUNDO** serão incorporados ao seu patrimônio.

### **CONDIÇÕES DE CESSÃO E CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE**

Para que possam ser adquiridos para a carteira do **FUNDO**, os Direitos Creditórios Elegíveis devem atender, cumulativamente, às Condições de Cessão e aos Critérios de Elegibilidade definidos no Regulamento e deverão ser realizadas de acordo com as regras estabelecidas no Contrato de Cessão.

Somente poderão ser objeto de cessão entre as Cedentes e o **FUNDO**, Direitos Creditórios que atendam, cumulativamente, às Condições de Cessão abaixo relacionadas, cujo atendimento será validado pelo **ADMINISTRADOR**:

- I – os devedores dos Direitos Creditórios deverão ser pessoas jurídicas;
- II – os Direitos Creditórios a serem oferecidos à cessão deverão estar amparados pelos respectivos Documentos Representativos de Crédito;
- III – as Cedentes dos Direitos Creditórios deverão apresentar ao **ADMINISTRADOR** e à **GESTORA**, no momento da cessão dos mesmos, declaração por elas firmada que deverá conter, no mínimo, o seguinte: a) confirmação das condições de tais créditos, incluindo-se o cronograma de retirada do açúcar, prazo de pagamento e valor do crédito; b) compromisso das Cedentes de que o Contrato de Fornecimento não será alterado sem a prévia e expressa anuência por escrito do **FUNDO** e da Seguradora;
- IV – declaração, firmada pelas Cedentes a cada cessão de Direitos Creditórios, de que os respectivos devedores não apresentam, na data de aquisição dos Direitos Creditórios pelo **FUNDO**, inadimplência junto às Cedentes, ou seja, não deverão apresentar obrigações de pagamento vencidas e não pagas;
- V – declaração, firmada pelas Cedentes a cada cessão de Direitos Creditórios Elegíveis, de que os Direitos Creditórios não decorrem de pagamento em consignação, de dação em pagamento, renegociação, prorrogação ou novação;
- VI – a obrigação das Cedentes de fornecer açúcar, açúcar líquido e melaço, delineada nos Contratos de Fornecimento, deverá contar com Seguro contratado pelas Cedentes junto à Seguradora e observadas as disposições do Capítulo XVII do Regulamento.
- VII – o Seguro deverá ter como beneficiário o **FUNDO** e deverá garantir o adimplemento da obrigação das Cedentes junto aos respectivos devedores dos Direitos Creditórios, mediante a previsão de indenização que o **FUNDO** receberá da Seguradora, nos termos das Apólices de Seguro Performance, para que este não venha a sofrer prejuízo decorrente da não performance dos Direitos Creditórios;

VIII – comprovação pelas Cedentes de pagamento do Prêmio do Seguro, previsto nos incisos VI e VII acima.

O Prêmio Seguro previsto no inciso VIII supra caberá exclusivamente às Cedentes.

Adicionalmente às Condições de Cessão acima estabelecidas, os Direitos Creditórios deverão atender a certos Critérios de Elegibilidade, cujo atendimento será validado pelo **CUSTODIANTE**. Para fins do disposto na legislação, no Regulamento e no Contrato de Custódia, são considerados Critérios de Elegibilidade as seguintes regras:

I – com base em consulta efetuada em até 30 dias antes da cessão, os respectivos devedores não deverão possuir registro no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos do Banco Central do Brasil - CCF ou na SERASA, relativos a títulos protestados não contestados, inadimplência de obrigações ou quaisquer apontamentos nos cadastros referidos neste item, em valor agregado igual ou superior a R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais). Excepcionalmente, mediante aprovação através de Assembléia Geral de Quotistas, os respectivos devedores poderão possuir títulos protestados em valor agregado igual ou superior a R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);

II – os respectivos devedores não deverão estar em processo de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial ou procedimento similar, conforme checagem a ser realizada por meio dos controles mantidos pela SERASA;

III – o total máximo de Direitos Creditórios relativos a cada devedor, em termos percentuais, com relação ao total do Patrimônio Líquido do **FUNDO**, consta do Anexo V e deverá ser submetido e aprovado pela agência classificadora de risco das quotas seniores; e

IV – quando da sua cessão ao **FUNDO**, os Direitos Creditórios deverão contar com suas respectivas Apólices de Seguro Performance.

Na hipótese do direito creditório perder qualquer condição de elegível após sua aquisição pelo **FUNDO**, não haverá direito de regresso contra o **ADMINISTRADOR**, a **GESTORA**, o **CUSTODIANTE** e/ou as Cedentes, salvo na existência de má-fé, culpa ou dolo.

Na aquisição dos Direitos Creditórios, o **ADMINISTRADOR** deverá verificar e validar o atendimento dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo **FUNDO** às Condições de Cessão e o **CUSTODIANTE** deverá verificar e validar o atendimento dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo **FUNDO** aos Critérios de Elegibilidade.

As Cedentes serão responsáveis pela existência, certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade e correta formalização dos Direitos Creditórios que comporão a Carteira do **FUNDO**, nos termos do artigo 295 do Código Civil Brasileiro, não havendo por parte do **CUSTODIANTE**, do **ADMINISTRADOR** e da **GESTORA** qualquer responsabilidade a esse respeito.

A cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis será irrevogável e irretroatável, com a transferência, para o **FUNDO**, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra o as Cedentes, da plena titularidade dos Direitos Creditórios, juntamente com todos os direitos (inclusive direitos reais de garantia), privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionadas, bem como reajustes monetários, juros e encargos.

As aquisições de Direitos Creditórios Elegíveis pelo **FUNDO** ocorrerão com preço apurado, no mínimo, com taxa de mercado praticada à sua época, observado o disposto no Contrato de Cessão.

## **FATORES DE RISCO**

Antes de tomar uma decisão de investimento no **FUNDO**, os potenciais investidores devem, considerando sua própria situação financeira, seus objetivos de investimento e o seu perfil de risco, avaliar cuidadosamente todas as informações disponíveis neste Prospecto e no Regulamento, inclusive, mas não se limitando, àquelas relativas à política de investimento e composição da Carteira do Fundo e aos fatores de risco descritos a seguir, associados ao investimento no **FUNDO**, aos Direitos Creditórios Elegíveis e demais Ativos Financeiros integrantes da Carteira:

- **RISCO DE CRÉDITO:** consiste no risco de inadimplemento ou atraso no pagamento de juros e/ou principal pelos devedores dos Direitos Creditórios pelos emissores dos ativos ou pelas contrapartes das operações do **FUNDO**, podendo ocasionar, conforme o caso, a redução de ganhos ou mesmo perdas financeiras até o valor das operações contratadas e não liquidadas. Alterações e equívocos na avaliação do risco de crédito do emissor podem acarretar em oscilações no preço de negociação dos títulos que compõem a carteira do **FUNDO**;
- **RISCO DE LIQUIDEZ:** consiste no risco de redução ou inexistência de demanda pelos ativos integrantes do **FUNDO** nos respectivos mercados em que são negociados, devido a condições específicas atribuídas a esses ativos ou aos próprios mercados em que são negociados. Em virtude de tais riscos, o **ADMINISTRADOR** poderá encontrar dificuldades para liquidar posições ou negociar os referidos ativos pelo preço e no tempo desejados, de acordo com a estratégia de gestão adotada para o **FUNDO**, o qual permanecerá exposto, durante o respectivo período de falta de liquidez, aos riscos associados aos referidos ativos e às posições assumidas em mercados de derivativos, se for o caso, que podem, inclusive, obrigar o **ADMINISTRADOR** a aceitar descontos nos seus respectivos preços, de forma a realizar sua negociação em mercado. Estes fatores podem prejudicar o pagamento de resgates e/ou amortizações aos quotistas do **FUNDO**, nos valores solicitados e nos prazos contratados.
- **RISCO DE DERIVATIVOS:** consiste no risco de distorção de preço entre o derivativo e seu ativo objeto, o que pode ocasionar aumento da volatilidade do **FUNDO**, limitar as possibilidades de retornos adicionais nas operações, não produzir os efeitos pretendidos, bem como provocar perdas aos quotistas. Mesmo para o **FUNDO**, que utiliza derivativos exclusivamente para proteção das posições à vista, existe o risco da posição não representar um "hedge" perfeito ou suficiente para evitar perdas ao **FUNDO**.
- **RISCO DE MERCADO:** consiste no risco de flutuações nos preços e na rentabilidade dos ativos do **FUNDO**, os quais são afetados por diversos fatores de mercado, como liquidez, crédito, alterações políticas, econômicas e fiscais. Esta constante oscilação de preços pode fazer com que determinados ativos sejam avaliados por valores diferentes ao de emissão e/ou contabilização, podendo acarretar volatilidade das quotas e perdas aos quotistas.
- **RISCO DE CONCENTRAÇÃO:** a **GESTORA** buscará diversificar a carteira do **FUNDO**. No entanto, a política de investimento do **FUNDO** admite a aquisição de um total máximo de Direitos Creditórios relativos a cada devedor, em termos percentuais, com relação ao total do Patrimônio Líquido do **FUNDO**, previstos em relação constante no Anexo V devidamente submetida e aprovada pela agência classificadora de risco das quotas seniores. O risco associado às aplicações do **FUNDO** é diretamente proporcional à concentração das aplicações.

- **RISCO RELACIONADO A FATORES MACROECONÔMICOS E REGULATÓRIOS:** consiste no risco relativo aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo e demais variáveis exógenas, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou de situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica, financeira ou regulatória que influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro. Medidas do Governo brasileiro para controlar a inflação e implementar as políticas econômica e monetária envolveram, no passado recente, alterações nas taxas de juros, desvalorização da moeda, controle de câmbio, controle de tarifas, controles do setor, mudanças legislativas, entre outras. Essas políticas, bem como outras condições macroeconômicas, têm impactado significativamente a economia e o mercado de capitais nacional. A adoção de medidas que possam resultar na flutuação da moeda, indexação da economia, instabilidade de preços, elevação de taxas de juros ou influenciar a política fiscal vigente poderão impactar nos negócios do **FUNDO**. Além disso, o Governo Federal, o Banco Central do Brasil e demais órgãos competentes poderão realizar alterações na regulamentação dos setores de atuação dos Cedentes e Clientes dos Direitos Creditórios Elegíveis que venham a ser cedidos ao **FUNDO** ou nos Direitos Creditórios Elegíveis originados pelos Cedentes ou, ainda, outros relacionados ao próprio **FUNDO**, o que poderá dificultar e/ou diminuir a originação de Direitos Creditórios Elegíveis e, conseqüentemente, a rentabilidade do **FUNDO**.
- **RISCO DE DESCASAMENTO:** os Direitos Creditórios Elegíveis componentes da carteira do **FUNDO** são contratados e foram adquiridos a taxas prefixadas. A incorporação dos resultados auferidos pelo **FUNDO** para as quotas tem como parâmetro a taxa média do CDI, conforme previsto no Regulamento. Por esta razão, o **ADMINISTRADOR**, sempre que possível, poderá, a seu exclusivo critério, contratar operações de swap de taxas pré-fixadas por CDI - over. No entanto, há a possibilidade de o **ADMINISTRADOR** não conseguir contratar tais operações de swap ou, ainda, de a outra parte não cumprir o contratado. Nestes casos, se, de maneira excepcional, a taxa de remuneração do CDI se elevar substancialmente, os recursos do **FUNDO** poderão se tornar insuficientes para assegurar parte ou a totalidade da rentabilidade almejada para as quotas, inclusive seniores.
- **RISCOS DO MERCADO SECUNDÁRIO:** o **FUNDO** é constituído sob a forma de condomínio fechado, assim, o resgate das Quotas Seniores só poderá ser feito ao término do prazo de duração da 1ª Série, razão pela qual se, por qualquer motivo, antes de findo tal prazo, o investidor resolva desfazer-se de suas quotas, ele terá que aliená-las no mercado secundário de quotas de fundos de investimento, mercado esse que, no Brasil, não apresenta alta liquidez, o que pode acarretar dificuldades na alienação dessas quotas e/ou ocasionar a obtenção de um preço de venda que cause perda patrimonial ao investidor.
- **RISCO DA COBRANÇA JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL:** em se verificando a inadimplência nas obrigações dos pagamentos dos créditos cedidos ao **FUNDO**, poderá haver cobrança judicial e/ou extrajudicial dos valores devidos. Não há, contudo, garantia de que, em qualquer uma dessas hipóteses, as referidas cobranças atingirão os resultados almejado, nem de que o **FUNDO** recuperará a totalidade dos valores inadimplidos, o que poderá implicar perdas patrimoniais ao **FUNDO**.
- **RISCO DE DESCONTINUIDADE:** a consecução do *benchmark* de remuneração das Quotas Seniores dependerá da regular e contínua performance dos direitos e obrigações inerentes aos Direitos Creditórios Elegíveis. Conforme previsto no Regulamento, poderá haver a liquidação antecipada do **FUNDO** em situações pré-determinadas. Se uma dessas situações se verificar, os quotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos que detinham aplicados no **FUNDO** com a mesma remuneração proporcionada pelo **FUNDO**, não sendo devida, entretanto, pelo **FUNDO**, pelo **ADMINISTRADOR**, pela **GESTORA** ou pelo

**CUSTODIANTE**, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência deste fato.

- **RISCO DE RESGATE DAS QUOTAS DO FUNDO EM DIREITOS CREDITÓRIOS:** conforme previsto no Regulamento, poderá haver a liquidação antecipada do **FUNDO** em situações pré-determinadas. Se uma dessas situações se verificar, há previsão no Regulamento de que as Quotas Seniores poderão ser resgatadas em Direitos Creditórios. Nessa hipótese, os quotistas poderão encontrar dificuldades para vender os Direitos Creditórios recebidos do **FUNDO** ou para administrar/cobrar os valores devidos pelos devedores dos Direitos Creditórios Elegíveis;
- **RISCO DE ATRASO NO PAGAMENTO DO RESGATE:** poderá haver atraso no pagamento do resgate, uma vez que os direitos creditórios são classificados no ativo do **FUNDO** como títulos mantidos até o vencimento e os mesmos podem ainda não ter vencido produzindo uma temporária falta de liquidez.
- **RISCO DE NÃO PERFORMANCE DOS DIREITOS CREDITÓRIOS ELEGÍVEIS:** de acordo com sua política de investimento, o **FUNDO** adquirirá direitos creditórios oriundos de Contratos de Fornecimento. Mesmo que a performance dos direitos creditórios seja coberta pelo Seguro, para o aperfeiçoamento da relação jurídica consignada em cada contrato e para que haja a obrigação de cada contraparte dos Contratos de Fornecimento de pagar às Cedentes e, por consequência, originar os Direitos Creditórios que serão cedidos ao **FUNDO**, é imprescindível que haja a efetiva produção e disponibilidade de açúcar para retirada nos termos de cada Contrato de Fornecimento. Assim sendo, fatores que possam prejudicar a contínua produção de açúcar tais como: (i) condições climáticas adversas; (ii) quebras de safra; (iii) pragas e doenças relacionadas à lavoura da cana-de-açúcar; (iv) falhas mecânicas relacionadas ao parque fabril de cada Cedente; (v) falhas humanas que possam, de alguma forma, interromper ou atrasar o processo produtivo do açúcar; e (vi) casos fortuitos ou de força maior que, de algum modo, afetem negativamente o processo produtivo de cada Cedente podem acarretar o risco de que a relação jurídica que origina os direitos creditórios não se perfeça.
- **RISCO DE SAFRA:** A lavoura de cana-de-açúcar está sujeita a uma série de fatores biológicos e climáticos que podem afetá-la. A safra da cana-de-açúcar é sazonal, iniciando-se em maio e terminando em novembro. Neste período ocorre o amadurecimento da cana, devido a fatores climáticos, como falta de umidade, luminosidade e frio. Com base na maturação, a cana passa a ser cortada de forma planejada, de modo que se tenham áreas com cana plantada que vão estar próprias para corte em momentos diferentes. Desta feita, o excesso de chuvas e/ou a grande umidade no solo podem contribuir para o surgimento de doenças. As altas temperaturas associadas à alta umidade favorecem maior desenvolvimento de plantas daninhas e aumento da população de algumas pragas. O preparo do solo, quando inadequado, interfere negativamente nas propriedades físicas do solo, facilita a erosão e o desenvolvimento de plantas daninhas, dificulta o crescimento das raízes e a infiltração e o armazenamento de água. A safra ainda está sujeita à ocorrência de doenças que é uma das principais causas de redução da produtividade da cana-de-açúcar. Transmitidas por fungos, bactérias, vírus ou nematóides, as doenças, dependendo das condições ambientais, podem causar perda considerável da produção, depreciar a qualidade do produto ou até inviabilizar determinadas áreas para o cultivo. Além destas doenças, a lavoura de cana-de-açúcar está sujeita ao ataque de inúmeras pragas. Dependendo da espécie da praga, da época de semeadura e da região de cultivo, as perdas podem ser consideráveis. Por fim, fenômenos climáticos indesejados e imprevisíveis tais como geadas, vendavais e outras convulsões da natureza podem reduzir consideravelmente a colheita de cana-de-açúcar. Por mais que as Cedentes mantenham uma quantidade de cana-de-açúcar em estoque compatível com seu processo produtivo, a ocorrência de qualquer um destes fatores, somados ou não, pode

acarretar em uma quebra de safra da cana-de-açúcar e, conseqüentemente, prejudicar a produção de açúcar e a performance dos Direitos Creditórios Elegíveis.

- **RISCO DE PRODUÇÃO DE AÇÚCAR:** A produção de açúcar, por envolver um processo de transformação industrial, sujeita-se a uma série de fatores produtivos. Em relação às matérias primas, além da cana-de-açúcar, a produção de açúcar sujeita-se à necessidade de uma série de outros insumos tais como corantes, conservantes e estabilizantes. Por mais que as Cedentes tenham toda a diligência e cuidados necessários para projetar e adequar seu processo produtivo à prévia disponibilidade destes outros insumos, a insuficiência de qualquer um deles no mercado, bem como a insuficiência de qualquer outra matéria-prima necessária para a regular e contínua produção de açúcar pode afetar a produção do mesmo e, conseqüentemente, prejudicar a performance e o processo de origem dos Direitos Creditórios Elegíveis. Outrossim, a produção de açúcar depende do regular funcionamento do maquinário do parque fabril de cada Cedente. Desta forma, avarias técnicas, danos mecânicos ou elétricos, quebra de máquinas, incêndios na planta industrial ou na lavoura podem suspender ou interromper a produção de açúcar.
- **RISCO RELACIONADO À NÃO COBERTURA DE DIREITOS CREDITÓRIOS ELEGÍVEIS NOS TERMOS DAS APÓLICES DE SEGURO PERFORMANCE:** Além das hipóteses de exclusão e de suspensão da cobertura dos Direitos Creditórios Elegíveis pelas Apólices de Seguro Performance expressamente previstas no Regulamento, a inobservância, pelo **ADMINISTRADOR**, pelo **CUSTODIANTE** e/ou pelas Cedentes, das respectivas obrigações previstas no Regulamento, nos Contratos de Fornecimento, nos Contratos de Cessão e/ou no Contrato de Custódia poderá resultar em não cobertura de Direitos Creditórios Elegíveis pelas Apólices de Seguro Performance.
- **DEMAIS RISCOS:** O **FUNDO** também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle do **ADMINISTRADOR**, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos, mudança nas regras aplicáveis aos ativos financeiros, mudanças impostas aos ativos financeiros integrantes da carteira, alteração na política monetária, aplicações ou resgates significativos.

Não obstante a diligência da **GESTORA** em colocar em prática a política de investimento delineada, os investimentos do **FUNDO** estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas do mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação e, mesmo que o **ADMINISTRADOR** mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o **FUNDO** e para o quotista.

As aplicações realizadas no **FUNDO** não contam com garantia do **ADMINISTRADOR**, da **GESTORA** e do **CUSTODIANTE**, dos Cedentes ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

#### **DIREITOS E OBRIGAÇÕES ASSOCIADOS ÀS QUOTAS**

As quotas do **FUNDO** serão de classe sênior ou subordinada, não havendo divisão em subclasses para ambos os casos. Todas as quotas serão escriturais e serão mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares. Esta conta de depósito caracteriza a qualidade de quotista.

Apenas as Quotas Seniores da 1ª Série serão publicamente distribuídas, observadas as condições de subscrição e pagamento constantes do anúncio de início de distribuição da 1ª Série de Quotas Seniores, ao passo que as quotas subordinadas serão subscritas pelas Cedentes, nos termos dos Boletins de Subscrição e Integralização.

O "*Benchmark*" das Quotas Seniores da 1ª Série corresponde a 110% (cento e dez por cento) da Taxa CDI, nos termos do Suplemento da 1ª Série, anexo ao Regulamento do **FUNDO**.

As Quotas Subordinadas não terão parâmetro de remuneração definido, sendo que o pagamento de amortização e/ou resgate das Quotas Subordinadas será subordinado ao pagamento de amortização e/ou resgate das Quotas Seniores.

Poderá ser realizada a distribuição concomitante de séries distintas de quotas seniores, em quantidades e condições previamente estabelecidas no Regulamento, no Prospecto e no Anúncio de Início de Distribuição de Quotas Seniores, nos termos do artigo 20, parágrafo 3º, da Instrução 356.

Não haverá direito de preferência para os quotistas da 1ª Série do **FUNDO**, ou para os quotistas de quaisquer das séries subseqüentes à 1ª Série, na aquisição de quotas de eventuais novas séries de quotas que possam vir a ser emitidas pelo **FUNDO**.

As quotas seniores representativas da 1ª Série de Quotas Seniores do **FUNDO** deverão ser subscritas dentro dos prazos estabelecidos no anúncio de início de distribuição e no boletim de subscrição, observado o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de registro de distribuição pública da respectiva Série junto à CVM.

Na subscrição de quotas do **FUNDO** deve ser utilizado o valor de abertura da quota em vigor de mesma classe do da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor ao **ADMINISTRADOR**, em sua sede ou dependências, conforme definido no Boletim de Subscrição.

Na subscrição de quotas do **FUNDO** que ocorrer em data diferente da Data de Integralização definida no Boletim de Subscrição, será utilizado o valor de abertura da quota de mesma classe do dia útil subseqüente ao dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor ao **ADMINISTRADOR**, em sua sede ou dependências.

As quotas seniores da 1ª Série, bem como as quotas subordinadas terão Valor Unitário de Emissão idêntico na primeira Data de Emissão das Quotas da referida Série.

Em razão do disposto no artigo 45 do Regulamento, o **ADMINISTRADOR** poderá providenciar a emissão de quotas subordinadas do **FUNDO** a qualquer tempo, a fim de re-estabelecer a relação patrimonial prevista no aludido artigo, as quais poderão ser subscritas em dinheiro, ou nos moldes do previsto no Capítulo XI do Regulamento.

A critério do **ADMINISTRADOR**, novas quotas do **FUNDO**, de qualquer classe e independentemente de aprovação dos quotistas, poderão ser emitidas, desde que observados os procedimentos exigidos pela Instrução 356 e os limites estipulados no Regulamento. As novas quotas poderão ser divididas em séries com valores e prazos diferenciados para amortização, resgate e remuneração.

As Quotas do **FUNDO** terão direito de voto, sendo que cada Quota corresponderá a um voto nas Assembléias Gerais de Quotistas do **FUNDO**.

As Quotas Seniores de 1ª Série do **FUNDO** serão avaliadas trimestralmente por empresa classificadora de risco (de *rating*) especializada.

Caso ocorra o rebaixamento do *rating* das classes de Quotas Seniores da 1ª Série do **FUNDO**, serão adotados os seguintes procedimentos:

I – comunicação a cada quotista das razões do rebaixamento, através de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO** ou através de correio eletrônico; e

II – envio a cada quotista de correspondência ou correio eletrônico contendo relatório da empresa de classificação de risco.

#### **REGRAS DE MOVIMENTAÇÃO: EMISSÃO, SUBSCRIÇÃO, INTEGRALIZAÇÃO, RESGATE E AMORTIZAÇÃO DE QUOTAS**

A integralização, a amortização e o resgate de Quotas Seniores do **FUNDO** podem ser efetuados somente em débito e crédito em conta corrente em cheque, ordem de pagamento, débito e crédito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo BACEN.

Para o cálculo do número de quotas a que tem direito o investidor, não serão deduzidas do valor entregue ao **ADMINISTRADOR** quaisquer taxas ou despesas.

Em vista da CPMF, as aplicações em direitos creditórios devem observar o seguinte procedimento: a integralização de quotas deverá ser realizada por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo BACEN, concomitantemente à venda, pelas Cedentes, de direitos creditórios em valor correspondente ao líquido integralizado, observadas as demais disposições legais aplicáveis.

Será admitida a integralização de Quotas Subordinadas do **FUNDO**, com direitos creditórios que se enquadrem na política de investimento do **FUNDO**. Nesta hipótese, serão observados os critérios estabelecidos pelo **ADMINISTRADOR**, bem como no Anúncio de Início de Distribuição de Quotas e no Boletim de Subscrição, ficando, desde já definido, que a integralização das quotas deverá ser realizada nos termos da legislação aplicável ao caso.

As Quotas Subordinadas poderão, ainda, ser amortizadas e/ou resgatadas em direitos creditórios. Em vista da CPMF, as amortizações e resgates em direitos creditórios devem observar o seguinte procedimento: a amortização e o resgate de quotas serão efetivados somente em débito e crédito em conta corrente, por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo BACEN, simultaneamente à compra, pelo quotista, de direitos creditórios, em valor correspondente ao líquido amortizado ou resgatado, observadas as demais disposições legais aplicáveis.

Na emissão de Quotas Seniores e Subordinadas do **FUNDO** deve ser utilizado o valor de abertura da quota em vigor do dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à **ADMINISTRADOR**, em sua sede ou dependências. Para fins de amortização das Quotas Seniores e subordinadas do **FUNDO** deve ser utilizado o valor de abertura da quota em vigor do dia do pagamento da amortização respectiva.

No ato da subscrição das quotas, o subscritor assinará boletim de subscrição que será autenticado pelo **ADMINISTRADOR**. Do boletim de subscrição constarão as seguintes informações: I - nome e qualificação do subscritor; II – quantidade e classe de quotas subscritas; e III - preço de subscrição e condições para sua integralização.

A critério do **ADMINISTRADOR**, novas quotas do **FUNDO**, de qualquer classe e independentemente de aprovação dos quotistas, poderão ser emitidas, desde que observados os procedimentos exigidos pela Instrução 356 e os limites estipulados no Regulamento. As novas quotas poderão ser divididas em séries com valores e prazos diferenciados para amortização, resgate e remuneração.

Na emissão das quotas mencionadas, o **ADMINISTRADOR** deverá emitir, para integralização pelas Cedentes, tantas quotas subordinadas quantas sejam necessárias para que seja observada a relação entre o valor das Quotas Seniores e o patrimônio líquido do **FUNDO**.



Essas quotas deverão, ainda, ser subscritas e integralizadas dentro dos prazos estabelecidos no aviso de Início de Distribuição de Quotas Seniores respectivo e no Boletim de Subscrição, for observado o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar do protocolo na CVM dos documentos referidos no artigo 20, parágrafo 1º, da Instrução 356, para a subscrição de quotas.

O saldo não colocado poderá ser cancelado antes do prazo mencionado no parágrafo supra ou o **ADMINISTRADOR** solicitará prorrogação deste prazo à CVM, nos termos do disposto na legislação.

Poderá ser realizada a distribuição concomitante de séries distintas de quotas seniores, em quantidades e condições previamente estabelecidas no Regulamento, no Prospecto e no Anúncio de Início de Distribuição de Quotas Seniores, nos termos do artigo 20, parágrafo 3º, da Instrução 356.

Não haverá direito de preferência para os quotistas da 1ª Série do **FUNDO**, ou para os quotistas de quaisquer das séries subseqüentes à 1ª Série, na aquisição de quotas de eventuais novas séries de quotas que possam vir a ser emitidas pelo **FUNDO**.

Não haverá resgate de quotas, a não ser pelo término do prazo de duração da 1ª Série do **FUNDO**, amortização de quotas ou de sua liquidação.

Por ocasião do resgate acima mencionado, o **ADMINISTRADOR** observará, no que for cabível, os procedimentos definidos no XI Capítulo e no Capítulo XXI do Regulamento.

O **FUNDO** não efetuará resgates e aplicações em sábados, domingos, ou em dias não úteis. Para fins do aqui disposto entende-se por dia útil aquele definido no parágrafo 1º do artigo 11 do Regulamento.

As Quotas Seniores da 1ª Série emitidas pelo **FUNDO** terão registro para negociação no mercado secundário na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA, no ambiente de negociação Bovespa Fix, na Sociedade Operadora do Mercado de Ativos S.A. - SOMA, no ambiente de negociação Soma Fix.

As Quotas Seniores da 1ª Série do **FUNDO** não poderão ser alienadas fora do âmbito de bolsas de valores e mercado de balcão organizado, excetuadas as hipóteses de transmissão decorrente de lei ou de decisão judicial.

As quotas do **FUNDO** poderão ser depositadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLC, mediante o registro das quotas na propriedade fiduciária da CBLC.

Enquanto existirem Quotas Seniores em circulação, o **FUNDO** obrigatoriamente deverá observar o Percentual Mínimo de Quotas Subordinadas tratado no artigo 45 do Regulamento.

As quotas subordinadas somente poderão ser amortizadas ou resgatadas antes da amortização ou do resgate integral das Quotas Seniores caso o **FUNDO** atenda a todos os índices e parâmetros previstos no Regulamento e no Suplemento da 1ª Série de Quotas Seniores, especialmente à Razão de Garantia.

O **ADMINISTRADOR** poderá suspender a qualquer momento e a seu exclusivo critério a amortização das quotas subordinadas.

A amortização das Quotas Seniores da 1ª Série do **FUNDO** poderá ocorrer antes dos respectivos prazos de amortização de quotas previstos para a referida série, na impossibilidade de enquadramento do **FUNDO** à sua política de investimentos, em razão da impossibilidade de adquirir Direitos Creditórios Elegíveis.

A antecipação do início da amortização de quotas do **FUNDO** poderá ser operacionalizada mediante comunicação através de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO** ou através de correio eletrônico com 15 (quinze) dias de antecedência em relação à data da efetivação da amortização.

### **PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Entender-se-á por patrimônio líquido do **FUNDO** a soma do disponível mais o valor da carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades. Para efeito da determinação do valor da carteira, devem ser observadas as normas e os procedimentos previstos na legislação em vigor.

As quotas do **FUNDO** serão valoradas todo dia útil, com base na divisão do valor do patrimônio líquido pelo número de quotas do **FUNDO**, apurados ambos no início do dia, isto é, no horário de abertura dos mercados em que o **FUNDO** atua. Todos os valores mencionados serão apurados diariamente pelo **CUSTODIANTE**.

Os ativos do Fundo terão seu valor calculado todo dia útil, mediante a utilização da metodologia de apuração do seu valor de mercado descrita nos incisos abaixo.

I - O valor de mercado dos Direitos Creditórios Elegíveis será obtido pela apuração dos preços praticados em mercados organizados nas operações realizadas com os mesmos tipos de ativos e que apresentem características semelhantes às das operações realizadas pelo **FUNDO**, levando em consideração volume e prazo.

II - Enquanto não houver mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios Elegíveis, estes terão seu valor calculado, todo dia útil, pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período, metodologia esta justificada pelos seguintes motivos:

- a) inexistência de mercado organizado e ativo para os Direitos Creditórios Elegíveis; e
- b) as características dos Direitos Creditórios Elegíveis.

III - Caso seja verificada a existência de um mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios Elegíveis, estes passarão a ser avaliados pelo seu valor de mercado, sendo elementos que denotam a existência de um mercado ativo de direitos creditórios:

- a) a criação de segmento específico de negociação para tais ativos em bolsa ou em mercado de balcão organizado; e
- b) a existência de negociações com direitos creditórios em volume financeiro relevante, com frequência e regularidade, de modo a conferir efetiva liquidez para os Direitos Creditórios Elegíveis.

IV - Os títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Banco Central do Brasil, os créditos securitizados pelo Tesouro Nacional e os demais títulos e ativos financeiros de renda fixa pertencentes à carteira do **FUNDO** terão seu valor de mercado apurado de acordo com sua respectiva cotação média oficial em bolsa ou em mercado de balcão organizado, conforme disposto no manual de precificação que o **CUSTODIANTE** disponibiliza no site "<http://www.corporate.citibank.com.br>".

O descumprimento de qualquer obrigação originária dos Direitos Creditórios Elegíveis pelos sacados e demais ativos componentes da carteira do **FUNDO** será atribuído, em ordem de preferência:

- a) ao montante da Conta de Garantia;

- b) ao montante da somatória das Reservas de Liquidez;
- c) às quotas subordinadas, até o limite equivalente à somatória do valor total das mesmas.

Uma vez excedido os recursos de que trata este parágrafo, a inadimplência dos Direitos Creditórios Elegíveis de titularidade do **FUNDO** será atribuída às Quotas Seniores.

Por outro lado, na hipótese do **FUNDO** atingir o *benchmark* definido na Política de Investimento, toda a rentabilidade a ele excedente será atribuída somente às quotas subordinadas, razão pela qual estas quotas poderão apresentar valores diferentes das Quotas Seniores.

Em conformidade com o artigo 24, inciso XV, da Instrução 356, com redação dada pela Instrução 393, e enquanto existirem Quotas Seniores em circulação, Percentual Mínimo de Quotas Subordinadas será equivalente a, no mínimo, 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO**. Esta relação será apurada diariamente e será acessível aos quotistas do **FUNDO**, mensalmente, através do site do **ADMINISTRADOR** ([www.oliveiratrust.com.br](http://www.oliveiratrust.com.br)).

Na hipótese de inobservância da Percentual Mínimo de Quotas Subordinadas serão adotados os seguintes procedimentos:

I – O **ADMINISTRADOR** comunicará, imediatamente, tal ocorrência às Cedentes, através do envio de correspondência ou de correio eletrônico, pela qual:

a) noticiará o fato e solicitará às Cedentes que providenciem o restabelecimento da relação mínima dentro de um prazo de 10 (dez) dias corridos contados do recebimento da comunicação, e;

b) informará às Cedentes o número mínimo de quotas subordinadas e os respectivos valores para subscrição, que deverão ser subscritas para que se possa restabelecer o percentual mínimo de 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO**.

II – As Cedentes deverão subscrever, dentro dos 10 (dez) dias referidos, tantas quotas subordinadas quantas sejam necessárias para restabelecer a relação mínima entre patrimônio líquido e Quotas Seniores referida acima.

III - Na hipótese de o **ADMINISTRADOR** verificar que, decorrido o prazo do inciso II deste parágrafo, não se alcançou o restabelecimento da relação entre o valor das Quotas Seniores e o patrimônio líquido do **FUNDO**, quer em virtude da não subscrição, por parte das Cedentes, de um número de quotas subordinadas suficientes para atender ao disposto no inciso II deste parágrafo quer por qualquer outro motivo, deverá convocar a Assembléia Geral de Quotistas para deliberar sobre:

- a) providências a serem tomadas pelo **ADMINISTRADOR**;
- b) substituição do **ADMINISTRADOR** no exercício das funções em relação ao **FUNDO**; e/ou
- c) pela liquidação antecipada do **FUNDO**.

### **POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO E POLÍTICA DE COBRANÇA DOS CRÉDITOS**

Os procedimentos referentes ao processo de análise e concessão de crédito das Cedentes são semelhantes, seguindo os mesmos passos e princípios. Na etapa inicial do processo de concessão de crédito as Cedentes classificam os seus clientes em dois grupos:

I - Pequenos Clientes - aqueles com limite de crédito inferior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

II – Médios e Grandes Clientes - aqueles com limite de crédito superior R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Para Pequenos Clientes são observados as seguintes rotinas e procedimentos relativos ao processo de análise de crédito:

I - Inicialmente a área comercial efetua o cadastramento do cliente, através do preenchimento de uma ficha cadastral e a coleta de informações sobre esse cliente. Estas informações são então enviadas à área de crédito de cada Cedente.

II - De posse desses dados, efetua-se uma completa pesquisa nos órgãos de proteção ao crédito, como SERASA e SPC. Além disso, também são analisados o Balanço Patrimonial, a Estrutura Societária, as referências bancárias e comerciais.

III - Deferido o crédito o qual, para novos clientes, é estabelecido um limite de crédito inicial de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) por um período experimental de 03 (três) meses, inicia-se o procedimento de acompanhamento da carteira. Este acompanhamento é feito por meio do histórico de inadimplência e pelo crescimento progressivo da carteira de recebíveis. Caso não exista inadimplência nesse período inicial, o limite poderá então ser estendido até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

IV - A área de crédito, nesse processo de monitoramento de inadimplência do cliente, é auxiliada pela área de informática, a qual, via o sistema SGI, fornece as informações necessárias para a área de crédito. O processo de monitoramento dos clientes e seus respectivos limites se completa através do Comitê de Crédito, que se reúne quinzenalmente para a verificação do histórico de inadimplência e também dos dados fornecidos pelos gerentes comerciais, os quais têm por obrigação o acompanhamento semanal do cliente. Desse Comitê participam a área de crédito, o Diretor Comercial, o Gerente Regional e o Presidente da empresa.

Para Médios e Grandes Clientes são observados as seguintes rotinas e procedimentos relativos ao processo de análise de crédito:

I - Os procedimentos de análise e concessão de crédito para esses clientes seguem os mesmos passos aplicáveis aos Pequenos Clientes, acima descritos, com o incremento do seguinte passo adicional: a pormenorizada análise do Contrato de Fornecimento que lista as especificações da quantidade em volume, qualidade e prazos para o planejamento da venda.

II - No caso dos Médios e Grandes Clientes o deferimento de limites de crédito tem de necessariamente estar acompanhado de garantias reais para a sua efetivação.

III - O acompanhamento da carteira de direitos creditórios é feito por meio do histórico de inadimplência e pela observação do crescimento progressivo do limite inicial de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Com o passar do tempo, esse limite inicial pode ser estendido até R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais). A monitoração desse processo também é efetuada pela área de informática, a qual, através do sistema SGI fornece as informações necessárias para a área de crédito, nos mesmos moldes do acima disposto.

IV - O processo de decisão de crédito – e seu posterior monitoramento – é feito através de um Comitê de Crédito que se reúne quinzenalmente para a verificação do histórico de inadimplência e também dos dados fornecidos pelos gerentes comerciais, os quais têm por obrigação o acompanhamento semanal do cliente. Desse Comitê participam a área de crédito, o Diretor Comercial, o Gerente Regional e o Presidente da Empresa.

**O AGENTE COBRADOR**, será responsável pela cobrança bancária dos Direitos Creditórios Elegíveis que será efetuada mediante a emissão de boletos de cobrança bancária ou mediante crédito em conta-corrente do **FUNDO**.

Os respectivos devedores dos Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao **FUNDO** serão devidamente notificados pela **GESTORA**, nos termos do artigo 290 do Código Civil sobre a cessão dos mesmos. Os boletos bancários identificarão a conta-corrente de titularidade do **FUNDO** para crédito e os pagamentos efetuados mediante crédito em conta-corrente serão creditados em conta-corrente de titularidade do **FUNDO** devidamente indicada pelo **AGENTE COBRADOR**.

Por outro lado, a cobrança e coleta dos pagamentos dos Direitos Creditórios Inadimplidos serão realizadas pelas respectivas Cedentes nos termos do Contrato de Cobrança de Direitos Creditórios Inadimplidos celebrado entre o **FUNDO** e cada Cedente, com interveniência e anuência do **CUSTODIANTE**.

As etapas da cobrança de Direitos Creditórios Inadimplidos de Pequenos Clientes consistem em:

- a) ligação ao devedor no 2º (segundo) dia de atraso para informar que o título/parcela está vencido;

- b) novo telefonema ao devedor no 4º (quarto) dia de atraso;

- c) encaminhamento do título/parcela vencido para protesto em cartório no 5º (quinto) dia de atraso; e

- e) na hipótese de o protesto em cartório não ser suficiente para provocar a quitação do título/parcela em até 30 (trinta) dias da data do protesto, encaminhamento do mesmo à área jurídica de cada Cedente para que sejam tomadas as providências judiciais cabíveis.

As etapas da cobrança de Direitos Creditórios Inadimplidos de Médios e Grandes Clientes consistem em:

- a) ligação ao devedor no 5º (quinto) dia de atraso para informar que o título/parcela está vencido;

- b) novo telefonema ao devedor no 10º (décimo) dia de atraso;

- c) emissão de carta de cobrança ao devedor no 15º (décimo quinto) dia de atraso;

- d) notificação ao devedor no 20º (vigésimo) dia de atraso; e

- e) na hipótese de os procedimentos delineados nas alíneas "a" a "d" acima não serem suficientes para provocar a quitação do título/parcela em até 30 (trinta) dias de seu vencimento, encaminhamento do mesmo à área jurídica de cada Cedente para que sejam tomadas as providências judiciais cabíveis.

No caso de cessão ou alienação dos Direitos Creditórios Inadimplidos acima referidos acima, a cobrança e coleta dos pagamentos dos direitos creditórios serão realizadas pelo novo titular dos mesmos, deixando, portanto, as Cedentes, salvo manifestação expressa em contrário, de ser o responsável pela cobrança e coleta dos pagamentos dos direitos creditórios.

Todas as despesas necessárias para a efetivação da cobrança extrajudicial e judicial dos Direitos Creditórios Inadimplidos serão suportadas diretamente pelas Cedentes, nos termos do Contrato de Cobrança celebrado entre o **FUNDO** e cada Cedente.

Nos termos do Contrato de Cobrança, por decisão conjunta do **ADMINISTRADOR** e da **GESTORA**, o **CUSTODIANTE** poderá assumir a cobrança extrajudicial ou judicial dos Direitos Creditórios Inadimplidos em função da inércia, da morosidade das Cedentes em efetivar os procedimentos de cobrança, na verificação de ineficácia dos procedimentos de cobrança implementados e iniciados ou, ainda, descumprimento dos termos do Contrato de Cobrança pelas Cedentes. Neste caso, todas as despesas necessárias para a efetivação da cobrança

extrajudicial e judicial dos Direitos Creditórios Inadimplidos serão de responsabilidade do **FUNDO**, nos termos do Capítulo XIX do Regulamento e serão posteriormente reembolsadas pelas Cedentes, nos termos do Contrato de Cobrança.

Nas cobranças extrajudicial e judicial, as respectivas despesas têm o objetivo de promover a salvaguarda e a cobrança dos direitos e prerrogativas decorrentes dos Direitos Creditórios Elegíveis, incluindo todos os custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos de cobrança acima disposto.

#### **PAGAMENTO DO PREÇO DE AQUISIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS ELEGÍVEIS E PRÊMIO DE ADIMPLEMENTO**

O pagamento do Preço de Aquisição às respectivas Cedentes será efetuado à vista no mesmo dia útil da respectiva cessão de Direitos Creditórios Elegíveis e desde que os mesmos tenham observado todas as condições de cessão e critérios de elegibilidade previstos no Regulamento.

O Preço de Aquisição será apurado da seguinte forma:

$$PA = \left[ \sum_{i=1}^n VN_i / (1 + TD)^i \right] - RL$$

<i>PA</i>	Preço de Aquisição do Direito Creditório
<i>VN<sub>i</sub></i>	Valor Nominal do direito creditório no mês i (i varia de 1 a 12)
<i>RL</i>	Reserva de Liquidez
<i>TD</i>	Taxa de Desconto, apurada de acordo com a seguinte fórmula:

$$TD = \left\{ 1 + (b + 2) / 100 \right\}^{1/12} - 1$$

<i>b</i>	<i>Benchmark</i> de rentabilidade da 1ª Série de quotas seniores cujos recursos captados foram utilizados para a respectiva aquisição de Direitos Creditórios (conforme definido no Suplemento da 1ª Série, nos termos do Anexo I ao Regulamento do Fundo ), expresso em número puro, multiplicado pela taxa do CDI de 01 (um) dia – "over extragrupo", expresso na forma de percentual ao ano.
----------	---

#### **RESERVA DE LIQUIDEZ E DO PRÊMIO DE LIQUIDEZ**

No momento da cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis, será constituída uma Reserva de Liquidez para cada Cedente em favor do **FUNDO**, a fim de garantir um maior grau de liquidez para a carteira de ativos do **FUNDO**, observado o abaixo disposto.

As Reservas de Liquidez serão registradas pelo **CUSTODIANTE**, controladas e administradas pelo **ADMINISTRADOR** e serão individualizadas por Cedente, sendo possível que as mesmas sejam utilizadas de forma conjunta e complementar.

Os recursos necessários à constituição de cada Reserva de Liquidez serão proporcionais ao montante de Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao **FUNDO** por cada Cedente, sendo que a somatória das Reservas de Liquidez será apurada da seguinte forma:

$$\sum RL = \{TCS \times [1 + (b \div 100)]^{(1+12)}\} \times (1 \div 11)$$

$\sum RL$	Somatória das Reservas de Liquidez;
TCS	Montante total, em valor, das quotas seniores da 1ª Série em circulação;
B	<i>benchmark</i> de rentabilidade da 1ª Série de quotas seniores, qual seja 110% do CDI, cujos recursos captados foram utilizados para a respectiva aquisição de Direitos Creditórios (conforme definido no Suplemento da 1ª Série, nos termos do Anexo I ao Regulamento do Fundo), expresso em número puro, multiplicado pela taxa do CDI de 01 (um) dia – "over extragrupo", expresso na forma de percentual ao ano.

Os recursos equivalentes a cada Reserva de Liquidez serão exclusivamente alocados na aquisição dos títulos públicos indicados nas alíneas "a" e "b" do artigo 16 do Regulamento. Os rendimentos auferidos pelas aplicações da Reserva de Liquidez serão revertidos exclusivamente ao **FUNDO**.

A partir do término do 2º (segundo) mês contado do início da subscrição das quotas seniores do **FUNDO**, as Cedentes farão jus, proporcionalmente, ao valor de cada Reserva de Liquidez, ao recebimento do Prêmio de Liquidez, desde que a Razão de Garantia seja superior a 3 (três), e que, após o pagamento do Prêmio de Liquidez a mesma continue, no mínimo, igual a 3 (três).

A Razão de Garantia será apurada mensalmente pelo **ADMINISTRADOR** no 5º dia útil a partir do término do 2º (segundo) mês contado do início da subscrição das quotas seniores do **FUNDO**.

A Razão de Garantia é calculada da seguinte forma:

$$RG = (\sum RL + Caixa + CG + RF) / AM$$

RG	Razão de Garantia;
$\sum RL$	Somatória do valor total das Reservas de Liquidez;
Caixa	Total do montante em caixa de propriedade do <b>FUNDO</b> , incluindo disponibilidades e aplicações financeiras;
CG	Valor total das disponibilidades e recebíveis vencidos até a data da próxima amortização de quotas seniores, mantidos na Conta de Garantia;
RF	Valor total dos recebíveis de propriedade do <b>FUNDO</b> vencidos até a data da próxima amortização de quotas seniores;
AM	Valor previsto da amortização seguinte de quotas seniores.

O pagamento do Prêmio de Liquidez a cada Cedente será efetuado no 5º (quinto) dia útil do mês subsequente em que for devido e desde que observado o anteriormente disposto.

#### **CONTA DE GARANTIA**

Para propiciar um maior grau de solvabilidade à carteira de ativos do **FUNDO**, desde o momento inicial de subscrição das Quotas Seniores da 1ª Série até o encerramento da mesma, será constituída, junto ao **AGENTE COBRADOR**, a Conta de Garantia, que receberá o montante de disponibilidades e/ou somatório de pagamentos vencidos até a data de resgate das quotas seniores, oriundos de Contratos de Fornecimento cedidos fiduciariamente ao **FUNDO** conforme o Contrato de Cessão Fiduciária sobre Coisas Móveis - Anexo VI.

Mediante instrumento de mandato específico, somente a **GESTORA** poderá movimentar os Recursos da Conta de Garantia pelo período de vigência do Contrato de Cessão Fiduciária sobre Coisas Móveis.

Para a Conta de Garantia será transferido, pelas Cedentes, e nela será mantido a qualquer momento, pelo **AGENTE COBRADOR**, Recursos da Conta de Garantia equivalente a pelo menos 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido das Quotas Seniores em circulação, até a amortização total da 1ª Série de Quotas Seniores.

Caso seja verificada pelo **ADMINISTRADOR** qualquer redução no montante de Direitos Creditórios a serem recebidos, seja por inadimplência, seja por redução nos montantes anteriormente estimados em função de queda nos preços, o **ADMINISTRADOR** adotará os seguintes procedimentos:

I - imediatamente, enviará correspondência via fac-símile ou correio eletrônico, endereçada à **GESTORA**, pela qual:

a) noticiará o evento que prejudicou o recebimento integral dos Direitos Creditórios anteriormente previsto;

b) informará à **GESTORA**, o valor em questão;

c) fornecerá à **GESTORA** os dados da conta corrente do **FUNDO** para a qual deverá ser transferido o valor solicitado; e

d) solicitará à **GESTORA** que providencie a imediata transferência, à conta do **FUNDO** indicada, do valor solicitado na forma da alínea "b", acima.

II - A **GESTORA** transferirá, imediatamente, à conta indicada pelo **FUNDO** o montante solicitado pelo **ADMINISTRADOR**, na forma do anteriormente disposto.

O saldo de Recursos da Conta de Garantia que exceder ao montante equivalente a 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido de cada série de quotas seniores em circulação, e desde que atendida a Razão de Garantia conforme o Parágrafo 7º do Artigo 41 do Regulamento, deverá ser transferido para outra conta, de livre movimentação de cada Cedente, independente de prévia anuência da **GESTORA**.

Caso os Recursos da Conta de Garantia venham a ser utilizados, total ou parcialmente, no pagamento de qualquer evento conforme exposto acima, serão adotados os seguintes procedimentos:

I - o **AGENTE COBRADOR** suspenderá toda e qualquer transferência de Recursos da Conta de Garantia para a outra conta, de livre movimentação das Cedentes, até que montante de Recursos da Conta de Garantia equivalente a pelo menos 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido das Quotas Seniores em circulação, seja recomposto.

II - a **GESTORA**, imediatamente, enviará correspondência, via fac-símile ou correio eletrônico, endereçada às Cedentes, pela qual:

a) noticiará às Cedentes a utilização total ou parcial do montante de Recursos da Conta de Garantia equivalente a pelo menos 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido das Quotas Seniores em circulação;

b) informará às Cedentes o valor necessário para que seja possível restabelecer o montante mencionado acima; e



c) solicitará às Cedentes que, dentro de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da comunicação mencionada, restabeleça o montante de Recursos da Conta de Garantia equivalente a pelo menos 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido das Quotas Seniores em circulação.

O **AGENTE COBRADOR** enviará relatórios de movimentação da Conta de Garantia à **GESTORA** diariamente.

Os Recursos da Conta de Garantia deverão ser alocados pela **GESTORA** exclusivamente para aquisição a) dos títulos previstos nas alíneas "a" e "b" do artigo 16 do Regulamento e b) títulos de emissão privada tratados na alínea "c" do artigo 16 do Regulamento classificados como "investment grade" nos termos do referido do artigo 16.

Todos os rendimentos das aplicações financeiras realizadas na forma do supra mencionado, integram a garantia consubstanciada no contrato de cessão fiduciária de direitos sobre coisas móveis que recai sobre a Conta de Garantia. Dessa forma, todos os rendimentos que vierem a ser atribuídos à Conta de Garantia, bem como quaisquer novas aplicações financeiras efetuadas com os Recursos da Conta de Garantia e todos e quaisquer rendimentos e bonificações dela decorrentes ficarão garantidas ao **FUNDO**, sendo que tais rendimentos serão resgatados pelo **AGENTE COBRADOR**, mediante solicitação da **GESTORA**.

#### **APÓLICE DE SEGURO PERFORMANCE**

A performance dos Direitos Creditórios Elegíveis será objeto de cobertura pelas Apólices de Seguro Performance, emitidas pela Seguradora, cuja minuta padrão é parte integrante deste Prospecto como Anexo VII.

Observadas as condições gerais, especiais e particulares previstas nas Apólices de Seguro Performance, o Seguro visa garantir ao **FUNDO** o pagamento de indenização pelo montante da importância segurada indicado em cada Apólice de Seguro Performance, pelos prejuízos decorrentes do descumprimento total ou parcial pelas Cedentes de suas obrigações previstas nos Contratos de Fornecimento, em especial da obrigação de fornecer açúcar, açúcar líquido, açúcar líquido de polaridade invertida e/ou melaço para a retirada pelos respectivos devedores dos Direitos Creditórios Elegíveis contratualmente exigíveis.

Nos termos das Apólices de Seguro Performance, será caracterizado e configurado o sinistro no momento em que as Cedentes não fornecerem açúcar, açúcar líquido, açúcar líquido de polaridade invertida e/ou melaço para retirada dos respectivos devedores dos Direitos Creditórios Elegíveis nos termos e condições de cada Contrato de Fornecimento.

Estão expressamente excluídos da cobertura prevista nas Apólices de Seguro Performance exclusivamente as seguintes hipóteses:

- a) caso fortuito ou de força maior, nos termos do Código Civil, além de outros eventos imprevisíveis e insuperáveis de natureza semelhante;
- b) a guerra declarada ou não declarada ou outra atividade militar, terrorismo, insurreição, desobediência civil ou desordem pública;
- c) greves patronais, outros distúrbios trabalhistas e motins que não sejam limitados exclusivamente às usinas e operações, diretas ou indiretas, das Cedentes, mas que estejam diretamente relacionados ao Risco Segurado pela Apólice de Seguro Performance, que impeçam as Cedentes de cumprir suas obrigações de fornecimento na forma dos Contratos de Fornecimento garantidos e, ainda, cujos efeitos não eram passíveis de serem evitados ou impedidos;
- d) descumprimento das obrigações das Cedentes assumidas nos Contratos de Fornecimento decorrentes de atos ou fatos de responsabilidade dos respectivos Devedores dos Direitos Creditórios Elegíveis e/ou do **FUNDO**;

- e) alteração ou modificação das obrigações contratuais estipuladas nos Contratos de Fornecimento, garantidas pela Apólice de Seguro Performance, que tenham sido acordadas entre as Cedentes e os respectivos devedores dos Direitos Creditórios Elegíveis sem a prévia anuência da Seguradora, nos termos da Apólice de Seguro Performance; e
- f) atos ilícitos dolosos praticados pelos respectivos Devedores dos Direitos Creditórios Elegíveis e/ou do **FUNDO** ou por seus representantes legais.

Caso as Cedentes não forneçam açúcar, açúcar líquido, açúcar líquido de polaridade invertida e/ou melaço para retirada dos respectivos devedores dos Direitos Creditórios Elegíveis nos termos e condições de cada Contrato de Fornecimento, o **ADMINISTRADOR** deverá comunicar este fato à Cedente que deu causa ao inadimplemento e à Seguradora mediante simples notificação extrajudicial até o 2º (segundo) dia útil subsequente à data de inadimplemento.

A Seguradora, após o recebimento da Notificação Extrajudicial enviada pelo **ADMINISTRADOR** confirmando a inadimplência das Cedentes compromete-se a efetuar o pagamento até o limite máximo de indenização no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias úteis contados da data do recebimento da Notificação Extrajudicial pela Seguradora.

As Apólices de Seguro Performance continuarão em vigor mesmo quando as Cedentes não pagarem o prêmio à Seguradora conforme convencionado.

Nos termos das Apólices de Seguro Performance, a Seguradora não poderá se recusar a pagar ao **FUNDO** a indenização devida nos termos das Apólices de Seguro Performance em virtude do não-pagamento do prêmio pelas Cedentes.

#### **ASSEMBLÉIA GERAL DE QUOTISTAS**

Será de competência privativa da Assembléia Geral de quotistas do **FUNDO**:

- I - tomar anualmente, no prazo máximo de 02 (dois) meses após o encerramento do exercício social, as contas do **FUNDO** e deliberar sobre as demonstrações financeiras desse;
- II - deliberar sobre a substituição do **ADMINISTRADOR**;
- III - deliberar sobre a elevação da taxa de administração praticada pelo **ADMINISTRADOR**, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- IV - deliberar sobre incorporação, fusão, cisão, liquidação ou prorrogação do **FUNDO**; e
- V – deliberar sobre a alteração da remuneração alvo das Quotas Seniores, conforme definido no Regulamento; e
- VI – deliberar sobre qualquer alteração no Regulamento.

O Regulamento do **FUNDO** poderá ser alterado, independentemente de Assembléia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento às exigências de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos quotistas.

A Assembléia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do **FUNDO**, em defesa dos direitos e dos interesses dos quotistas.

Somente pode exercer as funções de representante de quotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

I - ser quotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos quotistas;

II - não exercer cargo ou função no **ADMINISTRADOR**, em seu controlador, em sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e

III - não exercer cargo nas Cedentes e em pessoa jurídica que figure na qualidade de devedor de Direitos Creditórios Elegíveis integrantes da carteira do **FUNDO**.

A convocação da Assembléia Geral de Quotistas do **FUNDO** far-se-á mediante anúncio publicado no(s) periódico(s) de que trata o inciso IV, do artigo 4º do Regulamento, por meio de carta com aviso de recebimento endereçado a cada quotista ou por correio eletrônico, do qual constarão, obrigatoriamente, o dia, hora e local em que será realizada a Assembléia e ainda, de forma sucinta, os assuntos a serem tratados.

A convocação da Assembléia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, contado o prazo da data de publicação do primeiro anúncio ou do envio de carta com aviso de recebimento ou do correio eletrônico aos quotistas.

Não se realizando a Assembléia Geral, será publicado novo anúncio de segunda convocação ou novamente providenciado o envio de carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico aos quotistas, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias.

Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral realizar-se-á no local onde o **ADMINISTRADOR** tiver a sede; quando houver necessidade de efetuar-se em outro lugar, os anúncios cartas ou correios eletrônicos endereçados aos quotistas indicarão, com clareza, o lugar da reunião, que, em nenhum caso, poderá ser fora da localidade da sede do **ADMINISTRADOR**.

Independentemente das formalidades acima previstas, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os quotistas.

Para efeito do disposto no parágrafo 2º do artigo 57 do Regulamento, admite-se que a segunda convocação da Assembléia Geral seja providenciada juntamente com o anúncio, a carta ou correio eletrônico de primeira convocação.

Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembléia Geral de quotistas pode reunir-se por convocação do **ADMINISTRADOR** ou de quotistas possuidores de quotas que representem isoladamente ou em conjunto, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das quotas emitidas.

Na Assembléia Geral, a ser instalada com a presença de pelo menos um quotista, as deliberações devem ser tomadas pelo critério da maioria de quotas dos quotistas presentes, correspondendo a cada quota um voto, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 59 do Regulamento.

As deliberações relativas às matérias previstas no artigo 55, inciso I do Regulamento serão tomadas em primeira convocação pela maioria das quotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das quotas dos presentes.

Somente podem votar na Assembléia Geral os Quotistas do **FUNDO**, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de um ano.

Não têm direito a voto na assembléia geral o **ADMINISTRADOR** e seus empregados.

As deliberações sobre as matérias indicadas no Artigo 55, incisos II, III, IV e V do Regulamento dependerão de aprovação, em Assembléia Geral, de Quotistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) da Quotas emitidas com direito a voto nos termos do Artigo 55 do Regulamento.

Não obstante as regras acima estabelecidas, os quotistas titulares de quotas subordinadas terão direito de vetar, por maioria dos presentes, qualquer deliberação de aumento da taxa de administração, bem como a elevação do *benchmark* de rentabilidade das Quotas Seniores em circulação.

As decisões da assembléia geral devem ser divulgadas aos quotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua realização.

A divulgação referida no *caput* deve ser providenciada mediante anúncio publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO** ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada quotista.

As modificações aprovadas pela Assembléia Geral de quotistas passam a vigorar a partir da data do protocolo na CVM dos seguintes documentos:

- I – lista de quotistas presentes na assembléia geral;
- II – cópia da ata da assembléia geral;
- III – exemplar do regulamento, consolidando as alterações efetuadas, devidamente registrado em cartório de títulos e documentos; e
- IV – modificações procedidas no prospecto.

#### **EVENTOS DE AVALIAÇÃO**

Na hipótese de ocorrência das situações a seguir descritas, caberá ao **ADMINISTRADOR**, ao **CUSTODIANTE**, ou aos quotistas interessados, convocar uma Assembléia Geral de Quotistas para que esta, após apresentação das situações da carteira pelo **ADMINISTRADOR**, delibere sobre a continuidade do **FUNDO** ou sua liquidação antecipada, e conseqüente definição de cronograma de pagamentos dos quotistas:

I - inobservância pelo **ADMINISTRADOR** de seus deveres e obrigações previstos no Capítulo II do Regulamento, que não seja um evento de Liquidação Antecipada, operacionalizada pelo **CUSTODIANTE**, em conformidade com as ordens do **ADMINISTRADOR** e da **GESTORA**;

II - renúncia do **ADMINISTRADOR** à administração do **FUNDO**;

III - inobservância pelo **CUSTODIANTE** de seus deveres e obrigações previstos no parágrafo único do artigo 9º do Regulamento, desde que, notificado pelo **ADMINISTRADOR** para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do recebimento da referida notificação;

IV - aquisição reiterada, pelo **ADMINISTRADOR**, de Direitos Creditórios Elegíveis em desacordo com os critérios de elegibilidade, conforme exposto no Capítulo VI do Regulamento, verificada pelo **CUSTODIANTE**;

V - rebaixamento da classificação de risco inicial da 1ª Série de quotas do **FUNDO** em um nível, considerando-se a tabela da Agência Classificadora de Risco;

VI - não subscrição, por qualquer motivo, pelas Cedentes, uma vez decorrido o prazo de 10 (dez) dias, de tantas quotas subordinadas quantas sejam necessárias para restabelecer o Percentual Mínimo de Quotas Subordinadas;

VII – caso fique caracterizada e configurada qualquer hipótese de sinistro, nos termos da Apólice de Seguro Performance;

VIII - inobservância pelas Cedentes dos deveres e das obrigações previstas no Contrato de Custódia com relação à cobrança dos Direitos Creditórios Elegíveis, desde que, se notificadas pelo **ADMINISTRADOR** para sanar ou justificar o descumprimento, as Cedentes não o fizerem no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da referida notificação;

IX - não pagamento, nas datas de amortização, do valor integral da amortização da 1ª Série das Quotas Seniores;

X - caso a Agência Classificadora de Risco não divulgue a atualização trimestral da classificação de risco referente às Quotas Seniores por prazo igual ou superior a 60 (sessenta) dias;

XI - renúncia do **CUSTODIANTE**;

XII – se houver rescisão do Contrato de Custódia, ou do contrato de guarda dos documentos que amparam os Direitos Creditórios Elegíveis, se houver, e não tenha sido deliberado pelos quotistas, reunidos em Assembleia Geral, a escolha de um novo **CUSTODIANTE** para o **FUNDO** no prazo de 30 (trinta) dias; e

XIII - ocorrência de qualquer evento de rescisão do Contrato de Cessão.

Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, o **ADMINISTRADOR** suspenderá imediatamente o pagamento da amortização de quotas subordinadas ainda em aberto, se houver. Concomitantemente, o **ADMINISTRADOR** deverá convocar, no prazo de 05 (cinco) dias, uma Assembleia Geral, a ser realizada num prazo não superior a 20 (vinte) dias, para que seja avaliado o grau de comprometimento do **FUNDO**. Caso a Assembleia Geral decida que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Liquidação, o **ADMINISTRADOR** deverá implementar os procedimentos definidos no artigo 64 do Regulamento, incluindo a convocação de nova Assembleia Geral.

Na hipótese de liquidação do **FUNDO**, os titulares de Quotas Seniores terão o direito de partilhar o patrimônio na proporção dos valores previstos para amortização ou resgate da 1ª Série e no limite desses mesmos valores, na data de liquidação, sendo vedado qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares de Quotas Seniores.

A 1ª Série de Quotas Seniores do **FUNDO** será liquidada por ocasião do término do seu prazo de duração.

Poderá haver a liquidação antecipada do **FUNDO** nas seguintes situações:

I - por deliberação de assembleia geral de quotistas, nas hipóteses descritas no artigo 45, parágrafo único, III, letra “c” e artigo 8º, II, “b”, ambos do Regulamento;

II - caso o Contrato de Cessão seja, por qualquer motivo, resilido;

III – se houver amortização de quotas subordinadas em desacordo com o disposto no Regulamento, e;

IV – se houver decretação de falência das Cedentes.

Nas hipóteses do inciso I supra, se a decisão Assembleia Geral for a de não liquidação do **FUNDO**, fica desde já assegurado o resgate das Quotas Seniores dos quotistas dissidentes que o solicitarem, pelo valor das mesmas.

Na ocorrência de liquidação antecipada do **FUNDO**, as quotas poderão ser resgatadas em direitos creditórios.

Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação Antecipada, independentemente de qualquer procedimento adicional, o **ADMINISTRADOR** deverá i) notificar os Quotistas, ii) suspender imediatamente o pagamento de qualquer parcela de amortização em andamento, se houver; e iii) dar início aos procedimentos de liquidação antecipada de quotas do **FUNDO** definidos no parágrafo 4º abaixo. O **ADMINISTRADOR** deverá convocar, no prazo de 05 (cinco) dias, uma Assembléia Geral, a ser realizada num prazo não superior a 20 (vinte) dias, para que os quotistas deliberem sobre as medidas que serão adotadas visando preservar seus direitos, suas garantias e prerrogativas, observando o direito de resgate dos quotistas dissidentes de que trata o parágrafo 1º do artigo 70 do Regulamento.

Após o pagamento das despesas e encargos do **FUNDO**, será pago aos titulares de Quotas Seniores, se o patrimônio do **FUNDO** assim permitir, o valor apurado conforme o artigo 44 do Regulamento, em vigor na própria data de liquidação, proporcionalmente ao valor das quotas. O total do eventual excedente, após o pagamento aos titulares das Quotas Seniores, será pago aos titulares de quotas subordinadas, conforme a respectiva quantidade de quotas de cada titular, observando-se:

I - os quotistas poderão receber tal pagamento em direitos creditórios, nos termos do parágrafo 2º do artigo 70, cujo valor deverá ser apurado com observância ao disposto no artigo 44, desde que assim deliberado em Assembléia Geral convocada para este fim, e;

II – que o **ADMINISTRADOR** poderá ainda alienar parte ou a totalidade dos Direitos Creditórios Elegíveis de titularidade do **FUNDO**, pelo respectivo valor, apurado com observância ao que dispõe o artigo 44 do Regulamento, acrescido de todos os custos e despesas necessários para a liquidação e extinção do **FUNDO**, devendo utilizar os recursos da eventual alienação no resgate das Quotas Seniores e quotas subordinadas.

A liquidação do **FUNDO** será gerida pelo **ADMINISTRADOR**, observando: i) as disposições do Regulamento ou o que for deliberado na Assembléia Geral, e; ii) que a cada quota de determinada classe será conferido tratamento igual ao conferido às demais quotas de mesma classe.

### **ADMINISTRAÇÃO**

O **ADMINISTRADOR**, observadas a regulamentação em vigor e as limitações do Regulamento, terá poderes para praticar todos os atos necessários à administração do **FUNDO**, bem como para exercer todos os direitos inerentes aos Direitos Creditórios e Ativos Financeiros que integrem a Carteira do **FUNDO**.

### **OBRIGAÇÕES**

Incluem-se entre as obrigações do **ADMINISTRADOR**:

I - manter atualizados e em perfeita ordem:

- a) a documentação relativa às operações do **FUNDO**;
- b) o registro dos quotistas;
- c) o livro de atas de Assembléias Gerais;
- d) o livro de presença de quotistas;
- e) o Prospecto do **FUNDO**, durante o período de distribuição da 1ª Série de Quotas Seniores;
- f) os demonstrativos trimestrais do **FUNDO**;
- g) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao **FUNDO**; e

h) os relatórios do auditor independente;

II - receber quaisquer rendimentos ou valores do **FUNDO** diretamente ou por meio de instituição contratada;

III - entregar ao quotista, gratuitamente, exemplar do Regulamento do **FUNDO**, bem como cientificá-lo do nome do periódico utilizado para divulgação de informações e da taxa de administração praticada;

IV - divulgar, diariamente, em seu website, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que coloquem quotas desse, o valor do patrimônio líquido do **FUNDO**, o valor da quota, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, e os relatórios da agência classificadora de risco contratada pelo **FUNDO**;

V - custear as despesas de propaganda do **FUNDO**;

VI - fornecer anualmente aos quotistas documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de quotas de sua propriedade e respectivo valor;

VII - sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras, previstas na regulamentação em vigor, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre o **ADMINISTRADOR** e o **FUNDO**;

VIII - providenciar trimestralmente a atualização da classificação de risco das quotas ofertadas publicamente do **FUNDO**;

IX - monitorar o cumprimento integral pelo **FUNDO** dos critérios e parâmetros referidos no Regulamento; e

X - comunicar, mediante simples notificação extrajudicial, às Cedentes e à Seguradora o inadimplemento das Cedentes em relação às suas obrigações assumidas nos Contratos de Fornecimento até o 2º (segundo) dia útil subsequente à data do inadimplemento, nos termos do artigo 52 do Regulamento.

A divulgação das informações previstas no item IV, acima, pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódicos de ampla veiculação, observada a responsabilidade do **ADMINISTRADOR** pela regularidade na prestação destas informações.

#### **VEDAÇÕES**

É vedado ao **ADMINISTRADOR**:

I - prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo **FUNDO**, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos;

II - utilizar ativos de sua própria emissão ou co-obrigação como garantia das operações praticadas pelo **FUNDO**; e

III - efetuar aportes de recursos no **FUNDO**, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de quotas deste.

As vedações de que tratam os itens I a III, acima, abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras do **ADMINISTRADOR**, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou co-obrigação dessas.

Excetuam-se do disposto no parágrafo anterior a utilização de títulos de emissão do Tesouro Nacional, títulos de emissão do Banco Central do Brasil e créditos securitizados pelo Tesouro Nacional, integrantes da carteira do **FUNDO**, para cobertura de margem de garantia de operações de que tratam o Capítulo VI deste Regulamento.  
É vedado ao **ADMINISTRADOR**, em nome do **FUNDO**:

I – prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercados de derivativos;

II – realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos na Instrução 356;

III – aplicar recursos diretamente no exterior;

IV – adquirir quotas do próprio **FUNDO**;

V – pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas na Instrução 356, bem como no Regulamento;

VI – vender quotas do **FUNDO** a prestação;

VII – vender quotas do **FUNDO** a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil cedentes de direitos creditórios, exceto quando se tratar de quotas subordinadas;

VIII – prometer rendimento predeterminado aos quotistas;

IX – fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;

X – delegar poderes de gestão da carteira do **FUNDO**, nos termos do artigo 39, inciso II, da Instrução 356, não obstante a delegação de tais poderes à **GESTORA**, conforme previsto no artigo 3º do Regulamento;

XI – obter ou conceder empréstimos/financiamentos, admitindo-se a constituição de créditos e a assunção de responsabilidade por débitos em decorrência de operações realizadas em mercados de derivativos; e

XII – efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da carteira do **FUNDO**, exceto quando se tratar de sua utilização como margem de garantia nas operações realizadas em mercados de derivativos.

#### **RENÚNCIA E SUBSTITUIÇÃO DO ADMINISTRADOR**

O **ADMINISTRADOR**, mediante aviso divulgado no periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO** ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Quotista, pode renunciar à administração do **FUNDO**, desde que convoque, no mesmo ato e com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, Assembléia Geral de Quotistas para decidir sobre



sua substituição ou sobre a liquidação antecipada do **FUNDO**, devendo ser observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo XVIII do Regulamento.

Nas hipóteses de substituição do **ADMINISTRADOR** e de liquidação do **FUNDO**, aplicam-se, no que couberem, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil do próprio **ADMINISTRADOR**.

Na hipótese de deliberação pela assembléia geral da liquidação do **FUNDO**, o **ADMINISTRADOR** se obriga a permanecer no exercício de sua função até a liquidação total do Fundo.

Na hipótese de deliberação pela assembléia geral da substituição do **ADMINISTRADOR**, o mesmo se obriga a permanecer no exercício regular de suas funções pelo prazo de 30 (trinta) dias.

O **ADMINISTRADOR** deverá, sem qualquer custo adicional para o **FUNDO**, (i) colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contado da realização da respectiva Assembléia Geral que deliberou sua substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o **FUNDO** de forma que a instituição substituta possa cumprir, sem solução de continuidade, os deveres e obrigações do **ADMINISTRADOR**, bem como (ii) prestar qualquer esclarecimento sobre a administração do **FUNDO** que razoavelmente lhe venha a ser solicitado pela instituição que vier a substituí-lo, no prazo de 30 (trinta) dias.

No caso de Regime de Administração Especial Temporária, intervenção ou liquidação extrajudicial do **ADMINISTRADOR**, deve automaticamente ser convocada assembléia geral de quotistas, no prazo de 05 (cinco) dias, contados de sua decretação, para: I - nomeação de Representante de quotistas; e II - deliberação acerca de: a) substituição do **ADMINISTRADOR**, no exercício das funções de administração do **FUNDO**; ou b) pela liquidação antecipada do **FUNDO**.

### **GESTÃO DA CARTEIRA DO FUNDO**

A **GESTORA** será responsável pela gestão dos Ativos Financeiros que integram a carteira do **FUNDO**, conforme a política de investimento prevista no Regulamento.

Incluem entre obrigações da **GESTORA**:

I – gerir a carteira de ativos do **FUNDO** de acordo com a política de investimento do **FUNDO**;

II – controlar e movimentar os recursos da Conta de Garantia, de acordo com o artigo 42 do Regulamento;

III – receber das Cedentes e enviar para o **CUSTODIANTE** os Contratos de Fornecimento e termos anexos de compra; e

IV – notificar os respectivos devedores dos Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao **FUNDO** sobre a cessão dos mesmos, nos termos do artigo 290 do Código Civil.

### **CUSTÓDIA E CONTROLADORIA**

As atividades de custódia e controladoria do **FUNDO** previstas nos artigos 38 e 39 da Instrução 356 e a escrituração das quotas serão exercidas pelo **CUSTODIANTE**.

O **CUSTODIANTE** é responsável pelas seguintes atividades:

I - analisar a documentação recebida da **GESTORA** que evidencie o lastro dos direitos creditórios representados pelos Contratos de Fornecimento e termos anexos de compra, com o objetivo de validar os direitos creditórios em relação aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Regulamento;

II - realizar a liquidação física e financeira dos direitos creditórios, evidenciados pelo instrumento de cessão de direitos e documentos comprobatórios da operação;

III - fazer a custódia, administração e cobrança dos direitos creditórios e demais ativos integrantes da carteira do **FUNDO**;

IV - efetuar a guarda dos Contratos de Fornecimento e termos anexos de compra dos respectivos direitos creditórios a serem adquiridos pelo **FUNDO**, figurando o **CUSTODIANTE** na qualidade de fiel depositário dos Contratos de Fornecimento e seus anexos;

V - diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem, a documentação dos direitos creditórios recebida, nos termos do item I acima, com metodologia preestabelecida e de livre acesso para auditoria independente, agência classificadora de risco contratada pelo **FUNDO** e órgãos reguladores;

VI - cobrar e receber, por conta e ordem do **FUNDO**, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos na conta de depósitos dos mesmos; e

VII - observar para que somente as ordens emitidas pelo **ADMINISTRADOR** e/ou pela **GESTORA**, ou por seus representantes legais ou mandatários, devidamente autorizados, sejam acatadas, sendo-lhe vedada a execução de ordens que não estejam diretamente vinculadas às operações do **FUNDO**.

### **TAXAS**

O **ADMINISTRADOR** receberá, pelos serviços de administração e de distribuição das quotas do **FUNDO** uma taxa de administração equivalente ao percentual anual de 0,60% (sessenta centésimos por cento), incidente sobre o patrimônio líquido do **FUNDO**.

Referida Taxa de Administração em nenhum momento será inferior ao valor mensal de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), valor este que será corrigido anualmente, no mês de julho, pela variação percentual acumulada no ano imediatamente anterior do IGP-M, da Fundação Getúlio Vargas, a partir de 01 de julho de 2006.

A Taxa de Administração apurada na forma indicada acima será acrescida do valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais, referente aos serviços de manutenção da Conta de Garantia.

Os valores fixos previstos acima serão corrigidos anualmente, no mês de julho, pela variação percentual acumulada no ano imediatamente anterior do IGP-M, da Fundação Getúlio Vargas, a partir de 01 de julho de 2006.

A remuneração do **ADMINISTRADOR** é calculada e apropriada por dia útil, com base no percentual referido acima sobre o valor diário do patrimônio líquido sempre devida no último dia útil de cada mês, a partir da data da primeira integralização de quotas do **FUNDO**.

Para efeitos do quanto disposto, entende-se por dia útil segunda a sexta-feira, exceto feriados de âmbito nacional ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente bancário ou não funcionar o mercado financeiro.

Os tributos incidentes sobre as remunerações descritas acima (ISS, PIS, COFINS, IR na fonte e outros que, porventura, venham a incidir) serão a elas acrescidos nas alíquotas vigentes nas respectivas datas de pagamento.

O **ADMINISTRADOR** pode estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo **FUNDO** aos prestadores de serviços contratados, inclusive para a **GESTORA**, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da taxa de administração.

O **ADMINISTRADOR** não receberá taxa de performance.

O **FUNDO** não possui taxas de ingresso e/ou de saída.

### **TRIBUTAÇÃO**

#### **TRIBUTAÇÃO SOBRE O FUNDO:**

##### **IOF**

As aplicações realizadas pelo **FUNDO** estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0% (zero por cento), sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao dia.

##### **CPMF**

As operações realizadas pelo **FUNDO**, desde que relacionadas em Portaria emitida pelo Ministro da Fazenda, incluindo a movimentação da carteira e o pagamento realizado pelo **FUNDO** no resgate das quotas, estão sujeitas à incidência de CPMF à alíquota de 0% (zero por cento).

##### **IR**

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da carteira são isentos do Imposto de Renda.

#### **TRIBUTAÇÃO SOBRE OS QUOTISTAS:**

##### **IOF**

O IOF/Títulos é cobrado à alíquota de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor do resgate, cessão ou repactuação das Quotas do **FUNDO**, limitado ao rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto n.º 4.494/02, sendo este limite igual a 0% (zero por cento) do rendimento para as operações com prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias.

##### **CPMF**

A CPMF incide nas aquisições das Quotas do **FUNDO** efetuadas com recursos detidos (i) nas contas correntes de depósito a vista, à alíquota de 0,38% (trinta e oito centésimos por cento); e (ii) nas contas investimento, à alíquota de 0% (zero por cento).

##### **IR**

Sobre os rendimentos e ganhos auferidos pelos Quotistas incide o IR-Fonte. Para os rendimentos auferidos a partir de 01 de janeiro de 2005, as alíquotas são regressivas em razão da classificação do fundo como de longo prazo (carteira com prazo médio superior a 365 dias – excluídos para esse propósito os Direitos Creditórios) ou de curto prazo (carteira com prazo médio igual ou inferior a 365 dias – excluídos para esse propósito os Direitos Creditórios), e após

a definição da classificação do **FUNDO** segundo este critério, a alíquota varia, ainda, de acordo com o prazo de permanência da aplicação do investidor, conforme abaixo descrito:

(i) Fundo de longo prazo:

- 22,5% - prazo da aplicação de até 180 dias;
- 20,0% - prazo da aplicação de 181 dias até 360 dias;
- 17,5% - prazo da aplicação de 361 dias até 720 dias; e
- 15,0% - prazo da aplicação acima de 720 dias.

(ii) Fundo de curto prazo:

- 22,5% - prazo da aplicação de até 180 dias; e
- 20,0% - prazo da aplicação acima de 180 dias.

Os prazos referidos acima são considerados a partir da data da aplicação.

#### **AMORTIZAÇÃO DE QUOTAS**

No caso de amortização de Quotas, o imposto deverá incidir sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição, em relação à parcela amortizada, proporcionalmente aos juros amortizados, à alíquota aplicável com base no prazo médio da Carteira.

#### **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO FUNDO**

As demonstrações financeiras do **FUNDO** estarão sujeitas às normas de escrituração, a serem expedidas pela CVM e serão auditadas por auditor independente registrado na CVM.

Enquanto a CVM não editar as referidas normas, aplicam-se ao **FUNDO** as disposições do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, editado pelo BACEN.

O exercício social do **FUNDO** tem duração de 01 (um) ano, com início em 1º de julho e término em 30 de junho de cada ano.

Será de competência privativa da Assembléia Geral de quotistas do **FUNDO** tomar anualmente, no prazo máximo de 02 (dois) meses após o encerramento do exercício social, as contas do **FUNDO** e deliberar sobre suas demonstrações financeiras.

O **ADMINISTRADOR** deve colocar as demonstrações financeiras do **FUNDO** à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos:

I - de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e

II - de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

#### **ENCARGOS DO FUNDO**

Constituem encargos do **FUNDO**, além da remuneração dos serviços de administração e de distribuição de quotas do **FUNDO**, as seguintes despesas, que podem ser debitadas pelo **ADMINISTRADOR**:

a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do **FUNDO**;

- b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- c) despesas com correspondências de interesse do **FUNDO**, inclusive comunicações aos quotistas;
- d) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do **FUNDO** e da análise de sua situação e da atuação do **ADMINISTRADOR**;
- e) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do **FUNDO**;
- f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do **FUNDO**, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do **FUNDO** ou à realização de Assembléia Geral de quotistas;
- h) taxas de custódia de ativos do **FUNDO**;
- i) despesas com a contratação de agência classificadora de risco;
- j) despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos quotistas, como representante dos quotistas;
- l) despesa com a taxa de registro na BOVESPA/SOMA/CETIP; e
- m) despesa com a anuidade na BOVESPA/SOMA/CETIP.

As despesas decorrentes de serviços de consultoria relativamente à análise e seleção dos ativos e modalidades para integrarem a carteira do **FUNDO**, bem como quaisquer outras não previstas como encargos do **FUNDO** devem correr por conta do **ADMINISTRADOR**.

## **APRESENTAÇÃO DAS CEDENTES**

### **BREVE HISTÓRICO DA DEDINI AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA.**

A história do Grupo Dedini Agro começa com a compra da Fazenda São Luiz pertencente à Companhia Brasil Rural S/A (família Cintra Gordinho) em fevereiro de 1960 pelo Comendador Mário Dedini, fundando a empresa Açúcar e Alcool São Luiz S/A. Na fazenda já existia uma destilaria e uma usina de açúcar, porém com materiais e tecnologias obsoletas para a época. A partir do ano de 1963 com o começo da modernização e automação dos equipamentos, a produção começou a desenvolver, sendo necessário a compra de mais terras para o plantio da cana. Foi nessa época que o Comendador Mário Dedini sentiu a necessidade de comprar as Fazendas São Joaquim, Santa Eugênia, Paraíso e São Carlos, e posteriormente as pequenas propriedades ao redor da Usina.

Nos anos seguintes houve um processo de desenvolvimento e aprimoramento técnico-físico, investiu-se na automatização dos serviços e substituição dos antigos maquinários, como a moenda por novos equipamentos, sempre usando a tecnologia da Dedini Siderúrgica e Metalúrgica (especializada na construção de Usinas de açúcar e destilaria). Ao final desse processo de modernização, a antiga usina da Companhia Brasil Rural era, na ocasião, uma Usina moderna, com equipamentos de primeira linha, aumentando consideravelmente a produção de açúcar e álcool, como também o número de terras plantadas. Esse era o embrião do Grupo Dedini Agro.

Com o passar dos anos, a empresa açúcar e álcool São Luiz, que hoje se chama Dedini S.A. Indústria e Comércio, foi aumentando a sua capacidade de produção agro-industrial, com automação e modernização dos maquinários, tornando-se hoje uma das maiores produtoras de açúcar do Centro-Sul brasileiro, sendo a principal empresa do Grupo Dedini Agro.

Também no início da década de 80 com o incentivo do pró-álcool, viabilizou-se a ampliação da produção de álcool existente. Pelo fato da Usina São Luiz já estar operando na sua capacidade plena, foi aprovada a construção de uma nova destilaria em São João da Boa Vista, ponto geograficamente bem localizado próximo a Paulínia e de fácil acesso ao Porto de Santos. Em 1995 com a diminuição da procura pelo álcool, a destilaria agora já construída, recebeu equipamentos para produção de açúcar através do sistema de vácuo contínuo. A partir daí criou-se a Dedini Açúcar e Álcool Ltda.

Na década de 90 com a expansão das terras arrendadas, surgiram dois desafios: Reduzir os gastos com os adubos (cerca de 20% do valor da cana de açúcar refere-se a adubos), e a necessidade de um maior número de terras cultivadas. Procurando amenizar esses problemas foi criada a Santa Fé Indústria e Comércio, com sede na Fazenda São Joaquim. A Santa Fé ficou responsável pela produção de fertilizante, através da construção da Fábrica de Adubo, minimizando o custo da cana de açúcar cultivada em terras próprias ou arrendadas. Também ficou responsável pela prestação de serviços agrários utilizados em terras de fornecedor. Esses serviços estendem-se desde o plantio da cana até o corte e transporte da mesma para a usina, facilitando o fornecimento de cana por parte de terceiros.

#### **INFORMAÇÕES SOBRE O GRUPO DEDINI AGRO**

O Grupo Dedini dedica-se a produção de açúcar e álcool através de 5 (cinco) unidades industriais:

Unidades Próprias:

##### **DIC – Dedini S.A. Indústria e Comércio:**

Unidade localizada em Pirassununga – SP, na Fazenda São Luís, instalada em 756.000 m<sup>2</sup> com capacidade de moagem de 14.500 toneladas por dia, destinada à produção de açúcar e álcool.

##### **DAA – Dedini Açúcar e Álcool Ltda.:**

Unidade localizada em São João da Boa Vista – SP, na Fazenda Lagoa Formosa, instalada em 485.000 m<sup>2</sup> com capacidade de moagem de 9.600 toneladas por dia, destinada a produção de açúcar e álcool.

Unidade Arrendada:

##### **SAP – Usina Maluf:**

Unidade localizada em São Antônio da Posse – SP, na Fazenda Aurora, com capacidade de moagem de 1.680 toneladas por dia, destinada a produção de açúcar e álcool.

Prestadores de Serviço:

##### **FER – Usina Camilo Ferrari**

Unidade localizada em Tambaú – SP, na Fazenda Lapa, com capacidade de moagem de 1.300 toneladas por dia, destinada a produção de álcool exclusivamente para o Grupo Dedini Agro.

##### **BAL – Destilaria Baldin**

Unidade localizada em Pirassununga – SP, na Fazenda Taboão, com capacidade de processamento de 80.000 toneladas por safra para o Grupo Dedini Agro, na produção de 3,2 milhões de litros de álcool.

## Dados Quantitativos Sobre o Grupo Dedini:

### Evolução da Moagem de Cana (ton):

Safra	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07 *
Própria em terra própria	387.764	386.860	313.939	419.612	417.710
Própria em terra arrendada	2.357.921	2.526.819	2.597.412	2.848.373	2.947.014
Terceiros com contratos	878.318	1.014.679	1.087.251	1.415.783	1.559.620
Total Moagem de Cana (ton.)	3.624.003	3.928.357	3.998.602	4.683.768	4.924.345
Evolução com base nas Safras 02/03	0,0%	8,4%	10,3%	29,2%	35,9%
Evolução com base nas Safras 04/05	0,0%	0,0%	0,0%	17,1%	23,2%

\* estimativo

### Evolução da Produção:

Safra (em toneladas)	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07 *
Açúcar Branco – Mercado Interno (ton.)	203.563	246.530	165.016	155.016	155.135
Açúcar Branco e VHP – Mercado Externo (ton.)	71.465	28.049	47.353	81.168	155.135-
Açúcar Líquido (ton.)	55.832	75.021	75.487	139.971	100.000
Alcool Anidro (m³)	19.553	46.952	4.718	17.202	-
Alcool Hidratado (m³)	50.816	33.195	105.348	84.391	119.714

\* estimativo

### Rendimento Agrícola (ton/ha):

Safra	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07 *
Total (incluindo terra próprias e arrendadas)	84,76	87,30	87,55	89,80	81,73

\* estimativo

### Faturamento (Grupo Dedini Agro – R\$/Mil)

Exercício	2002/2003	2003/2004	2004/2005
	319.015	297.984	408.918

### Faturamento (Dedini Açúcar e Alcool Ltda. – R\$/Mil)

Exercício	2002/2003	2003/2004	2004/2005
	134.641	138.446	227.409

## BREVE HISTÓRICO DA DULCINI S.A.

Em 1998 a Dulcini S/A iniciou suas atividades concentrando-se na produção e comercialização de sacarose líquida. Um ano depois incorporou a marca Gludex, que há mais de 30 anos detém a liderança do mercado brasileiro, e a marca Xarin, que representa uma ampla linha de produtos criados para conferir cor e sabor a diversos produtos alimentícios como biscoitos e produtos cárneos.

Hoje atua em todo mercado nacional e em outros 14 países, exportando cerca de 10% do que produz. O desenvolvimento de uma unidade produtora de açúcar cristal, no ano passado a Usina Maluf, de Santo Antônio de Posse, na região de Campinas permite um envolvimento maior em toda a cadeia do açúcar e a garantia de qualidade desde a lavoura.

A idéia é criar novos produtos, diferenciados e com maior valor agregado. Desde então, a empresa não parou de desenvolver novos produtos e novos processos de produção, sempre em busca da solução ideal para cada cliente, que já conta com uma ampla linha de produtos com diferentes especificações, distribuídos em três famílias: Açúcares Líquidos Refinados DULCI, Açúcares Líquidos Invertidos GLUDEX e Xaropes de Caramelo XARIN.



## INFORMAÇÕES SOBRE OS SACADOS

Os principais devedores dos Direitos Creditórios a serem cedidos ao Fundo encontram-se na relação que consta no Anexo V do presente.

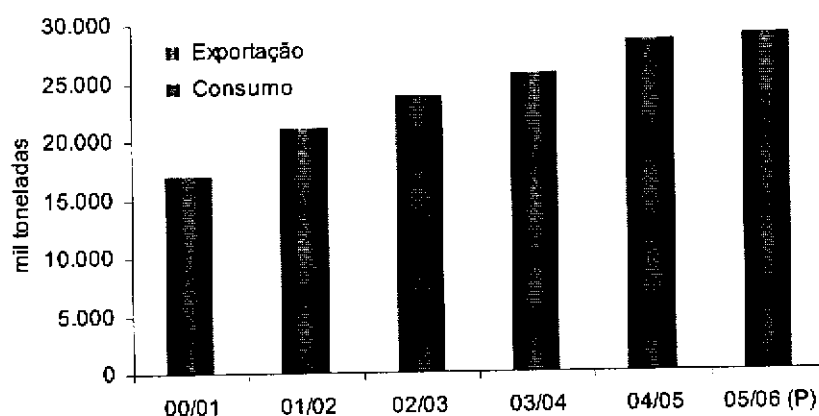
### Breve Visão do Setor Sucroalcooleiro

A situação excepcional pela qual passa o setor sucroalcooleiro brasileiro é produto de uma conjunção de fatores, que fizeram com que o Brasil chegasse a esse momento, em condições de aproveitar a conjuntura mundial muito favorável em relação aos produtos derivados da cana-de-açúcar.

O Brasil é o maior produtor mundial de açúcar e álcool. Na safra 2005/06, a produção de cana-de-açúcar no país alcançou 387 milhões de toneladas, sendo 87% concentrada na região Centro-Sul do país. O restante é produzido na região Nordeste. O Estado de São Paulo é responsável por 63% do total produzido no país.

A produção de açúcar nesta safra foi de 22 milhões de toneladas no Centro-Sul e de 3,8 milhões de toneladas no Nordeste. O crescimento da produção brasileira de açúcar, nos últimos anos, vem sendo direcionado principalmente para a expansão das vendas externas do produto. O consumo interno, por sua vez, apresenta um crescimento inferior ao da demanda externa, que ocorre devido ao aumento da população e da renda de países em desenvolvimento, como China e Índia.

**Exportação e consumo interno de açúcar no Brasil**



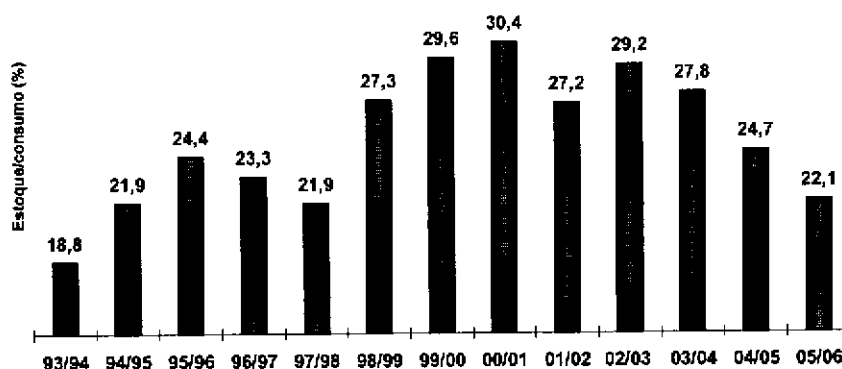
Fonte: USDA; elaboração MB Agro

As exportações de açúcar triplicaram nos últimos 5 anos, passando de 6,5 milhões de toneladas em 2000, para 18 milhões de toneladas em 2005, absorvendo 60% da produção nacional. Em 2005, as exportações brasileiras suprimam 43% do comércio internacional de açúcar. A União Européia, segunda maior exportadora, embarcou no mesmo ano, 5,3 milhões de toneladas. A Tailândia, terceira maior no mercado, exportou 3,2 milhões de toneladas.

Este crescimento das vendas externas, dentre outros fatores, derivou do aumento da demanda mundial pelo açúcar, principalmente em regiões em desenvolvimento como a Ásia, Rússia e Leste Europeu.

O crescimento do consumo mundial, assim como, os problemas climáticos ocorridos em diversos países produtores de açúcar nas últimas safras, vêm reduzindo os estoques do produto no mundo, situação que provocou um aumento acentuado nos preços internacionais do produto.

### Relação estoque/consumo de açúcar no mundo



Fonte: USDA; elaboração MB Agro

Além disso, o cenário é bastante favorável ao mercado de álcool combustível, produto que compete diretamente por matéria-prima com a produção de açúcar. A expectativa de aumento cada vez maior na demanda mundial de etanol, tanto pela busca de combustíveis de fontes renováveis como pelos altos preços do petróleo, surge como fator adicional para dar sustentação ao preço do açúcar no mercado mundial no médio prazo. No mercado interno, o aumento nas vendas de veículos "flex fuel", chegando a 78% das vendas totais de veículos, provocará, nos próximos anos um aumento significativo de demanda por este combustível.

Pelo lado da oferta, alguns países enfrentaram problemas nas últimas safras, no entanto, as previsões iniciais indicam que, caso não ocorram problemas climáticos, haverá recuperação na sua capacidade produtiva.

A produção de açúcar da Austrália, que deveria chegar a 5,2 milhões de toneladas na atual safra, deve ser afetada pela passagem do furacão "Larry" nas principais regiões produtoras do país. As perdas na produção podem chegar, segundo relatório do USDA, 250 mil toneladas.

A Tailândia, terceiro país exportador no ranking mundial teve, na última safra, uma menor disponibilidade para o mercado externo, com a redução da produção. Além disso, se a adoção do uso do etanol como combustível se desenvolver na Tailândia seu excedente exportável deve se manter estável ou reduzir nas próximas safras.

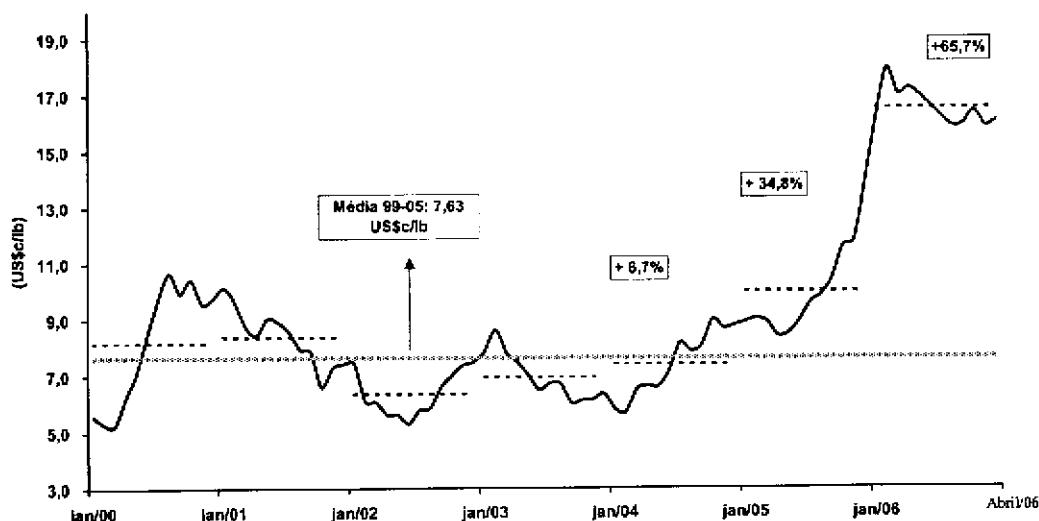
No caso da Índia, que é um grande produtor, mas que consome praticamente toda sua produção internamente, houve redução significativa de seus estoques devido a problemas climáticos nos últimos anos, o que a obrigou importar açúcar, mesmo que consiga retomar os níveis de produção anteriores, os estoques permanecerão baixos no próximo ano.

Outro fator de contenção da oferta no cenário externo é a reforma na política do setor açucareiro da União Européia, que necessita reduzir entre 2 a 3 milhões de toneladas sua produção a partir da próxima safra.

Ao mesmo tempo, o consumo mundial de açúcar manterá crescimento nos próximos anos. Segundo a FOLicht, ele deve crescer 21% até 2015, sendo alavancado, principalmente, pela Ásia, África, Rússia e Leste Europeu.

Este cenário fez com que os preços internacionais atingissem níveis historicamente muito altos e levou alguns agentes do mercado a prever preços em patamares acima de 20 US\$/lb.

### Preço internacional e indicativo do mercado futuro do açúcar



Fonte: NYBOT  
Projeção de mercado futuro de 25/05/06

Os investimentos vigentes na ampliação de usinas e a disponibilidade de áreas para o aumento do plantio de cana-de-açúcar, além de custos competitivos frente aos demais mercados produtores, coloca o Brasil em uma posição privilegiada neste mercado.

Apesar do aumento na capacidade produtiva brasileira e das perspectivas de recuperação na produção de diversos países, as pressões de demanda farão com que os estoques mundiais permaneçam em patamares reduzidos na próxima safra, esta situação deve manter os preços internacionais de açúcar pressionados durante este período.

### **APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL PELA DISTRIBUIÇÃO, DO ESTRUTURADOR, DO CO-ESTRUTURADOR, DO ADMINISTRADOR E DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS**

#### **BREVE HISTÓRICO DO BANCO STANDARD DE INVESTIMENTOS S.A.**

O Grupo Standard Bank iniciou suas operações no Brasil em 1998 com a abertura de um escritório de representação. Como consequência de sua expansão, o grupo criou uma distribuidora de títulos e valores mobiliários, Standard DTVM.

Em 2002, o grupo recebeu autorização para converter a DTVM em banco de investimentos. Foi então criado o Banco Standard de Investimentos S.A..

Em 2003, o Banco Standard de Investimentos S.A. tornou-se totalmente operacional, sendo capaz de oferecer uma ampla gama de produtos e serviços para clientes locais e internacionais.

O *rating* de longo prazo do Banco Standard de Investimentos S.A. é AA – (Bra), atribuído pela FitchRatings.

#### **BREVE HISTÓRICO DA LINKCORP CONSULTORIA FINANCEIRA LTDA.**

A LinkCorp Consultoria Financeira Ltda., empresa coligada da Link Corretora, tem como objetivo prover serviços especializados de consultoria e assessoria em Finanças Corporativas, sendo responsável pela originação, estruturação, implementação e conclusão de operações estruturadas junto a Corporações e Instituições no país e no exterior.

A LinkCorp conta atualmente com uma equipe fortemente especializada na Estruturação e Gestão de Fundos de Recebíveis, também conhecidos como FIDCs, que atualmente representam uma importante ferramenta utilizada na captação de recursos para empresas dos mais variados setores da economia, trabalho esse distribuído de forma altamente produtiva dentre das seguintes áreas da empresa: fusões e aquisições, estruturação de projetos, fundos de recebíveis e Link FIDC Multisetorial.

Atualmente, a LinkCorp assessora empresas pertencentes aos setores de Tecnologia da Informação, Logística, Alimentos, Petroquímico, Elétrico, Autopeças e Bens de Capital (i) na alienação parcial ou total de seu capital para grupos nacionais e estrangeiros; e (ii) na Estruturação e Gestão de FIDCs exclusivos para essas empresas.

#### **BREVE HISTÓRICO DA GAINVEST DO BRASIL ASSET MANAGEMENT LTDA**

A Gainvest do Brasil Asset Management Ltda., empresa fundada em 2003, pertence ao Grupo López León, o qual iniciou suas atividades em 1980, na Argentina. O Grupo López León atua em duas grandes áreas: Intermediação Financeira Especializada e Asset Management/Mercado de Capitais.

A área de Intermediação Financeira Especializada é desenvolvida pela López León Markets, grupo de empresas localizadas na Argentina, Brasil (onde começou a operar em 1994), Chile e Uruguai, as quais operam nos mercados de títulos da dívida soberana e corporativos de países emergentes, além dos mercados de câmbio, derivativos e ações.

Além da Gainvest do Brasil Asset Management Ltda as empresas que fazem parte da López León Markets são:

Argentina - Compañía Inversora Bursátil SA , López León y Cia Corredores de Cambio (que deu origem ao Grupo), López León Brokers SA e Portfolio Personal SA ( em parceria com La Nación, um dos maiores jornais argentinos);  
Brasil - López León Brokers Brasil Ltda DTVM e López León Derivativos SA Corretora de Mercadorias e Futuros (BM&F);  
Chile - López León Brokers Chile Ltda.; e  
Uruguay - López León Securities SA Agente de Valores.

Em 1997 Tullet & Tokyo Liberty Inc (um dos maiores *brokers* internacionais, com escritórios nas principais capitais do mundo), e em 1999 o Grupo Ahorro Corporación (grupo que pertence a 42 sociedades de poupança e investimento espanholas) adquiriram uma participação acionária minoritária do Grupo López León.

A área de Asset Management e Mercado de Capitais é desenvolvida através da Gainvest Asset Management, grupo de empresas localizadas na Argentina, Brasil e Uruguai. As empresas que fazem parte desse grupo são:

Argentina - Gainvest Argentina Asset Management SA e Gainvest SA Sociedad Gerente de Fondos de Inversión;  
Brasil - Gainvest do Brasil Asset Management Ltda.; e  
Uruguai - Gainvest Uruguay Asset Management SA e Gainvest Asset Management SA Agente de Valores.

#### **BREVE HISTÓRICO DA OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Em maio de 1991, o **ADMINISTRADOR** foi adquirido por seus atuais controladores, com objetivo específico de dar continuidade aos mais de vinte e dois anos de trabalho dedicados ao mercado de capitais, em especial ao mercado primário e secundário de valores mobiliários.

A evolução da empresa levou à realização de atividade de prestação de outros serviços ligados ao mercado de capitais, destacando-se o de agente fiduciário, *trustee* em operações estruturadas de securitização de recebíveis, administrador de fundos de investimento e consultor na estruturação e reestruturação de emissões de debêntures.

Atualmente, a empresa é administrada diretamente por seus controladores: Mauro Sergio de Oliveira, Cesar Reinaldo Leal Pinto, Juarez Célio da Gama Dias Costa e José Alexandre Costa de Freitas.

Há dez anos a companhia submete-se ao processo de classificação de risco realizado pela SR Rating, tendo recebido em maio de 2006 a nota de longo prazo brAA.

Especialmente em relação à administração de fundos de investimentos, a companhia tem experiência de mais de dez anos nessa atividade, a qual é marcada pela gestão dos recursos de maneira vinculada às regras instituídas nos respectivos regulamentos e demais contratos do fundo, sem discricionariedade.

Enquanto administradora de fundos de investimento em direitos creditórios, a companhia disponibiliza aos cedentes de direitos creditórios, aos gestores e aos Quotistas dos respectivos fundos informações diárias sobre a composição de ativo e passivo dos fundos. Para tanto, são disponibilizadas senhas de acesso às informações e composições diárias da carteira dos fundos administrados.

Atualmente o **ADMINISTRADOR** administra fundos de investimento em direitos creditórios de patrimônio aproximado de R\$ 1,3 bilhão.

#### **BREVE HISTÓRICO DA MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.**

Fundada em 1933, na Espanha, a MAPFRE (Mutualidad de la Agrupación de Propietarios de Fincas Rústicas de España) nasceu da união de um grupo de proprietários de pequenas áreas agrícolas com o objetivo de prestar assistência a trabalhadores acidentados. Atualmente, a Seguradora atua em atividades seguradoras, resseguradoras, financeiras e de serviços, sendo o maior grupo segurador da Espanha e atingindo um dos mais altos padrões de avaliação de risco do mercado pela Standard & Poors: "AA Very Strong".

No Brasil, a MAPFRE iniciou suas atividades em 1992, quando teve início o processo de incorporação do Grupo Segurador Vera Cruz, operação concluída em 1996, contando atualmente com 13 empresas do grupo, atuando em diferentes segmentos dentro da área de seguros.

A integração dos valores e culturas de ambas as empresas mostrou-se sinérgica: o conhecimento do mercado local e o bom relacionamento conquistado pelo Grupo Segurador Vera Cruz com os corretores foram potencializados pela experiência internacional e pela solidez da MAPFRE

A MAPFRE está presente em 38 países, contando com uma rede de 4.273 escritórios e 24.967 funcionários para atender mais de 70 milhões. Seu faturamento no ano de 2005 foi de US\$ 14,4 bilhões, apresentando lucro de US\$ 1,031 bilhão.

Com 50 anos de atuação no país, a empresa é uma das mais importantes seguradoras, atuando em todo o território nacional, oferecendo aos clientes mais de 80 soluções personalizadas em seguros, assistência, atividades financeiras e serviços. Para atender a seus mais de 15 milhões de segurados, a companhia conta com 100 sucursais próprias e 19 Diretorias Territoriais.

A seguradora fechou o ano de 2005 com resultado de R\$ 64,6 milhões, antes dos impostos e participações. O montante representa um aumento de 43,9% em relação ao mesmo período do exercício anterior e coloca a companhia entre as maiores empresas do ranking de seguros do País.

#### **BREVE HISTÓRICO DO CITIBANK DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

A presença no mercado local e a estrutura de processamento tornam o Custodiante um dos provedores de serviços de custódia e processamento.

Os serviços de custódia e fundos são parte da estratégia do Citigroup no mundo, prestando serviços em mais de 70 países. No Brasil foi pioneiro na prestação de serviços de custódia para terceiros (1992) e iniciou a estratégia local com investidores institucionais em 1997. É o segundo maior prestador de serviços de custódia do país conforme ranking da ANBID (Abril/2006).

Atualmente, o Custodiante é líder de mercado no segmento de custódia para investidores estrangeiros, contando com uma participação de 45%, o que demonstra que a qualidade dos serviços é amplamente reconhecida pelos seus clientes. Além disso, possui tecnologia de ponta que garante segurança no processamento e na transmissão de informações.

#### **BREVE HISTÓRICO DO BANCO DO BRASIL S.A.**

O Banco do Brasil foi contratado para prestar serviços de cobrança dos direitos creditórios do Fundo.

#### **BREVE HISTÓRICO DA FITCH RATINGS**

A Fitch Ratings começou operar no mercado brasileiro no início da década de 80, tendo estabelecido uma subsidiária local em 1997, quando passou a atribuir *ratings* nacionais aos bancos e empresas brasileiros. Em abril de 2003, a Fitch Ratings adquiriu a Atlantic Ratings, com atuação no Brasil desde 1992.

A Fitch Ratings tem presença em mais de 80 países e 49 escritórios no mundo e realiza a análise de risco de cerca de 1.600 bancos, 1.200 empresas e 1.400 sociedades seguradoras, monitorando, ainda, cerca de 8.500 financiamentos estruturados.

#### **BREVE HISTÓRICO DO FREITAS E LEITE ADVOGADOS**

Escritório de advocacia empresarial formado em 1989, conta com ampla experiência e tradição nas áreas de mercado financeiro e de capitais. Freitas e Leite busca fornecer uma assessoria legal de qualidade, compreensiva e ágil, para seus clientes no Brasil e no exterior. O escritório tem, dentre seus clientes, dezenas de instituições financeiras, assemelhadas e outros participantes do mercado, como companhias abertas e fundos de investimento. Freitas e Leite é um assessor jurídico com forte participação em operações de securitização, tendo destacada participação na estruturação de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios.

#### **BREVE HISTÓRICO DA KPMG AUDITORES INDEPENDENTES**

A KPMG é uma empresa com presença mundial, prestando serviços da mais alta qualidade em diversas áreas, por meio de seus departamentos de Serviços de Auditoria, Assessoria Tributária, Assessoria em Serviços Financeiros e Assessoria em Gestão de Recursos Humanos.

A KPMG foi constituída no Brasil em 1º de julho de 1987, a partir da fusão de três empresas com grande tradição na comunidade de negócios: (i) a Peat Marwick & Mitchell, que posteriormente tornou-se Peat Marwick International ("PMI"), com atuação no Brasil desde 1915; (ii) a Klynveld Main Goerdeler, presente no país desde 1982; e (iii) a Roberto Dreyfuss, empresa brasileira fundada em 1943.

Em 1987, a KPMG e a PMI fizeram a primeira megafusão do mercado de serviços de auditoria, passando todas as firmas associadas a elas a utilizar o nome KPMG. A KPMG atua no Brasil por meio de mais de 1.000 profissionais, em uma rede de nove escritórios operacionais, cada um liderado por um sócio.

Possui escritórios nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, Campinas, Curitiba, Porto Alegre, São Carlos e Jaraguá do Sul.

A KPMG presta serviços nas áreas de auditoria e contabilidade, impostos, fusões e incorporações, investigações especiais, treinamento, avaliações empresariais e assessoria em gestão de recursos humanos.

## **SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS CELEBRADOS PELO FUNDO**

Destacamos abaixo um sumário descrevendo os principais contratos firmados pelo **FUNDO**.

### **CONTRATO DE CESSÃO**

É o principal contrato celebrado pelo **FUNDO**, celebrado por este por meio de seu **ADMINISTRADOR**, e cada Cedente, para a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis. A cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis será irrevogável e irretroatável, transferindo para o **FUNDO**, em caráter definitivo, a plena titularidade dos Direitos Creditórios Elegíveis, sem direito de regresso contra o as Cedentes, da plena titularidade dos Direitos Creditórios Elegíveis, juntamente com todos os direitos (inclusive direitos reais de garantia), privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionadas, bem como reajustes monetários, juros e encargos.

### **CONTRATO DE CUSTÓDIA E CONTROLADORIA**

Contrato celebrado entre o **ADMINISTRADOR**, por conta e ordem do **FUNDO**, e o **CUSTODIANTE**, estabelecendo os procedimentos, direitos e obrigações com relação à prestação dos serviços de custódia qualificada e controladoria dos Direitos Creditórios Elegíveis e Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo, que consistem na liquidação física e financeira dos Direitos Creditórios Elegíveis e dos outros Ativos Financeiros integrantes da carteira, bem como sua guarda, além da supervisão, monitoramento, avaliação patrimonial e outras atividades de controle do ativo e passivo do **FUNDO**.

### **CONTRATO DE GESTÃO**

Contrato celebrado entre o **ADMINISTRADOR** e a **GESTORA** para a prestação de serviços de gestão profissional da carteira de direitos creditórios, títulos e valores mobiliários do **FUNDO**.

### **CONTRATO DE DEPÓSITO**

Contrato celebrado entre o **FUNDO** e as Cedentes para a prestação de serviços de guarda e manutenção das notas fiscais e comprovantes de entrega que, em conjunto com os Contratos de

Fornecimento e termos anexos de compra, constituem os Documentos Representativos de Crédito referentes aos Direitos Creditórios Elegíveis.

#### **CONTRATO DE COBRANÇA BANCÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS ELEGÍVEIS**

Contrato celebrado entre o **FUNDO** e o **AGENTE COBRADOR** para a prestação de serviços de cobrança bancária dos Direitos Creditórios Elegíveis, estabelecendo os procedimentos, direitos e obrigações inerentes à cobrança destes direitos.

#### **CONTRATO DE COBRANÇA DE DIREITOS CREDITÓRIOS INADIMPLIDOS**

Contrato celebrado entre o **FUNDO** e as Cedentes para a prestação de serviços de cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos, estabelecendo os procedimentos, direitos e obrigações inerentes à cobrança destes direitos, bem como a possibilidade de o **CUSTODIANTE** assumir a cobrança dos referidos Direitos Creditórios Inadimplidos, mediante decisão conjunta do **ADMINISTRADOR** e da **GESTORA** em hipóteses previamente determinadas.

#### **APÓLICE DE SEGURO PERFORMANCE**

As Apólices de Seguro de Performance dos Direitos Creditórios Elegíveis contratadas pelas Cedentes junto à Seguradora, tendo como beneficiário o **FUNDO**, para os fins do parágrafo 8º, da Instrução 356. O escopo das Apólices de Seguro Performance é garantir o pagamento de indenização ao **FUNDO** decorrente dos prejuízos causados pelo descumprimento total ou parcial pelas Cedentes de suas obrigações estipuladas nos Contratos de Fornecimento.

#### **CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA**

Contrato de Cessão Fiduciária sobre Coisas Móveis (Anexo VI) celebrado entre as Cedentes, o **FUNDO**, o **AGENTE COBRADOR** e a **GESTORA**, cujo objetivo é estipular uma garantia fiduciária ao **FUNDO** transferindo-lhe a posse direta e indireta dos recursos depositados na Conta de Garantia decorrentes dos pagamentos de outros Contratos de Fornecimento cedidos fiduciariamente ao **FUNDO** pelas Cedentes.

#### **PUBLICIDADE E REMESSA DE DOCUMENTOS**

O **ADMINISTRADOR** divulgará, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao **FUNDO**, tal como a eventual alteração da classificação de risco das Quotas do **FUNDO** ou dos Direitos Creditórios Elegíveis e demais Ativos Financeiros integrantes da Carteira, de modo a garantir a todos os Quotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo ou, no caso de potenciais investidores, quanto à aquisição de Quotas do **FUNDO**.

A divulgação das informações previstas acima deverá ser feita por meio de publicação no *site* do **ADMINISTRADOR**, sendo que todos os documentos e informações correspondentes devem ser remetidos à CVM na mesma data de sua divulgação e mantidos disponíveis aos Quotistas na sede do **ADMINISTRADOR** e nas instituições responsáveis pela distribuição pública das Quotas do **FUNDO**.

O **ADMINISTRADOR** deverá, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Quotistas, em sua sede e dependências, informações sobre:

- I - o número de Quotas de propriedade de cada Quotista e o respectivo valor;
- II - a rentabilidade do **FUNDO**, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e



III – dados sobre o comportamento da Carteira do **FUNDO**, abrangendo, inclusive, discussão sobre o desempenho esperado e o realizado.

O **ADMINISTRADOR** deverá colocar as demonstrações financeiras do **FUNDO** à disposição de quaisquer interessados que as solicitarem, observados os seguintes prazos máximos:

I - de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e

II - de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

### **PERIÓDICOS DESTINADOS ÀS PUBLICAÇÕES DO FUNDO**

Publicação de Quotas: Gazeta Mercantil

Publicação de Anúncios, Fatos Relevantes, Convocações e demais documentos: Gazeta Mercantil

### **ATENDIMENTO AO QUOTISTA**

Para solicitar maiores informações sobre o **FUNDO**, bem como realizar consultas sobre os demonstrativos financeiros e os relatórios da administração do **FUNDO**, potenciais investidores e os Quotistas poderão entrar em contato com o **ADMINISTRADOR** por meio do seguinte endereço, telefone de atendimento e e-mail:

Endereço: Avenida das Américas, 500, Bloco 13, sala 205, Rio de Janeiro – RJ

Telefone: (21) 2493-7003

E-mail: [fundos@oliveiratrust.com.br](mailto:fundos@oliveiratrust.com.br)

### **RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES ENVOLVIDAS COM O FUNDO E/OU COM A OFERTA**

As partes envolvidas com a estruturação do **FUNDO** e/ou com a oferta são sociedades individualizadas e distintas e não pertencem ao mesmo grupo econômico, podendo guardar, no entanto, quaisquer relacionamentos comerciais sem que se configure algum outro tipo de relação jurídica entre elas.

### **DECLARAÇÕES**

O Diretor Estatutário Responsável pela Administração do **FUNDO**, declara que:

“O Prospecto foi elaborado de acordo com as normas pertinentes e contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento dos investidores da oferta, dos valores mobiliários ofertados e das Cedentes, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes necessárias ao pleno conhecimento da oferta e suas características.

O **ADMINISTRADOR** é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante o período de distribuição da 1ª Série de Quotas Seniores.

## ANEXO I – DEMONSTRATIVO DO CUSTO DE DISTRIBUIÇÃO

DEMONSTRATIVO DO CUSTO DA DISTRIBUIÇÃO DA 1ª SÉRIE	
1) Porcentagem em relação ao preço unitário da distribuição:	2,27%
2) Comissão de Colocação*:	R\$ 304.000,00
3) Outras Comissões (Jurídico e Seguro Performance):	R\$ 1.160.000,00
4) Custo Unitário de Distribuição:	R\$ 226,75
5) Despesas decorrentes do Registro:	R\$ 83.293,28
6) Outros custos relacionados:	
a) Classificação de risco:	R\$ 60.000,00
b) Estruturação:	R\$ 80.000,00
Total	R\$ 1.687.520,03

\*Considerando-se a distribuição da totalidade de Cotas Seniores

**ANEXO II – INSTRUMENTO DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO, INSTRUMENTO PARTICULAR  
DE PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO E INSTRUMENTO PARTICULAR DE  
SEGUNDA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO**

28 JUL 06 664934

REGISTRADO E MICROFILMADO  
RIO DE JANEIRO - CÍVEL - RJ

# INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DEDINI-DULCINI AGROINDUSTRIAL

Por este Instrumento Particular, OLIVEIRA TRUST DTVM S.A., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, sala 205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001.91, neste ato devidamente representado por seus representantes legais, constitui um FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS, nos termos da Instrução CVM nº 356, de 17.12.2001, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:


I - Sob a denominação de FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DEDINI-DULCINI AGROINDUSTRIAL ("FUNDO"), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, sala 205 Barra da Tijuca, fica constituído um FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS nos termos das Instruções CVM nº 356, de 17.12.2001, e nº 393, de 22.07.2003, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis;

II - A administração do FUNDO será efetuada pela OLIVEIRA TRUST DTVM S.A., já qualificada;

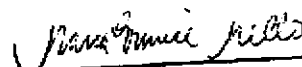
III - Seu regulamento é ora aprovado e promulgado conforme anexo.

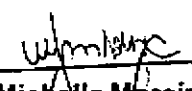
Sendo assim, assina o presente Instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Rio de Janeiro, 28 de julho de 2006.

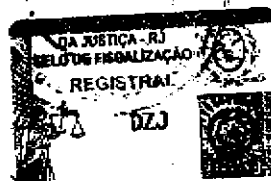
  
**OLIVEIRA TRUST DTVM S.A.**  
José Alexandre C. de Freitas      Alexandre Lodi de Oliveira  
DIRETOR      Procurador

Testemunhas:

1.   
Nome: MARIA EUNICE MOTTA M. DE F. NELLO  
RG: CPF: 088.887.377-82  
CPF: IPR: 12.857.135-3

2.   
Nome: Michelle Moreira de Souza  
RG: MG-7.929.098  
CPF: CPF: 010.915.956-07

5ª OFICINA DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
Av. Rio Branco, 109 Gt. 202 - Rio de Janeiro Tel. 2507-5197  
Registrado, digitalizado e microfilmado sob o número de  
Protocolo e data declarados a margem. QUE CERTIFICO  
☐ Original Hala  
☐ Original Titular  
☒ Original Substituto  
TPR 8201 Série NS3



31 JUL 06 665055

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO FUNDO  
DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS  
DEDINI-DULCINI AGROINDUSTRIAL**

Por este instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**, instituição com sede na Cidade do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato devidamente representada por seus representantes legais, na qualidade de Administradora (doravante denominada "Administradora") do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DEDINI-DULCINI AGROINDUSTRIAL**, constituído em 28 de julho de 2006, sob o nº 664934 perante o 5º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro (doravante denominado "Fundo"), nos termos da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, alterada pela Instrução CVM nº 393, de 22 de julho de 2003,

**CONSIDERANDO** que até a presente data não foi iniciado o processo de distribuição pública das Quotas Sênior do Fundo, cabendo assim única e exclusivamente à Administradora a deliberação acerca de eventuais alterações no Regulamento do Fundo e seus anexos.

**RESOLVE** a Administradora deliberar pela exclusão do parágrafo único do Artigo 53 do Capítulo Dezessete do Regulamento, que vigorará na forma do Regulamento consolidado anexo a presente Deliberação:

Sendo assim, assina o presente Instrumento em 01 (uma) via, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Rio de Janeiro, 31 de julho de 2006.

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**

*João Carlos Costa*  
João Carlos Costa  
Diretor

*Alexandre Lodi de Oliveira*  
Alexandre Lodi de Oliveira  
Procurador

Testemunhas:

*Maria Eunice Motta M. de F. Nello*  
MARIA EUNICE MOTTAM. DE F. NELLO  
CPF: 000.807.377-62  
IFP: 12.857.135-3

*Michelle Moreira de Souza*  
Michelle Moreira de Souza  
MG - 7.929.096  
CPF: 010.915.958-07

5º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
Av. Rio Branco, 109 G1. 202 - Rio de Janeiro Tel. 2507-5197  
Registrado, digitalizado e microfilmado sob o número de  
Protocolo e data declarados à margem. O QUE CERTIFICO.

☐ Durval Hale  
Oficial Titular  
Ato Exec. 1856/98 TJ

☐ Aurora I. Hale  
1º Escrevente Substituto  
CTPS 40371 Série 121

☐ Paulo André M. da Costa  
2º Escrevente Substituto  
CTPS 8201 Série 053

☐ Fabiano Alves Barbosa  
3º Escrevente Substituto  
CTPS 013782 série 91

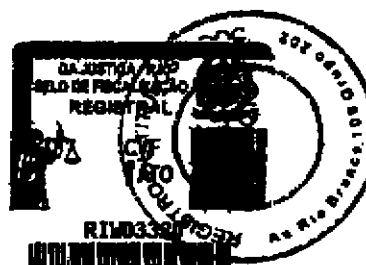
VERBAL - AU  
PROTOCOLU  
Nº 664934  
DATA 31/07/06  
OFICIAL



665055-5ºRTD

Quilates R\$  
Total 221,84

Em 18/12/25-Fol 34-24-970 9.08-Ato 7.45-Ato 0.14  
Registrado, digitalizado e filmado em 14/07/06



- 4 OUT 06 670769

**REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS**  
**INSTRUMENTO PARTICULAR DE SEGUNDA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO**  
**DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS**  
**DEDINI-DULCINI AGROINDUSTRIAL**

Por este instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**, Instituição com sede na Cidade do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato devidamente representada por seus representantes legais, na qualidade de Administradora (doravante denominada "Administradora") do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DEDINI-DULCINI AGROINDUSTRIAL**, constituído em 28 de julho de 2006, sob o nº 664934, cujo Regulamento foi alterado através do Instrumento de Primeira Alteração celebrado em 31/07/2006, registrado na mesma data sob o nº 665055, ambos perante o 5º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro (doravante denominado "Fundo"), nos termos da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, alterada pela Instrução CVM nº 393, de 22 de julho de 2003,

**CONSIDERANDO** que os quotistas reunidos em Assembléia Geral realizada em 27 de setembro de 2006, deliberaram, por unanimidade, pela:

(i) alteração da alínea I do §2º do Art. 20 do Regulamento, de forma que, no momento da cessão, determinados Sacados, poderão, excepcionalmente, possuir títulos protestados em valor agregado igual ou superior a R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);

(ii) alteração da alínea III do parágrafo 2º do Art. 20, bem como do anexo III ao Regulamento, de forma que a relação do total máximo de Direitos Creditórios relativos a cada devedor, em termos percentuais, deverá ser calculada com relação ao Patrimônio Líquido do Fundo;

(iii) alteração da redação do inciso IV do Art. 4º do Regulamento, de modo a constar o periódico a ser utilizado pelo Fundo.

**CONSIDERANDO** a necessidade de se efetuar alterações em decorrência de exigências formuladas pela CVM.

**CONSIDERANDO** a necessidade de se efetuar alterações em decorrência de exigências formuladas pela BOVESPA.

**RESOLVE** a Administradora deliberar pelas seguintes alterações ao Regulamento do Fundo:

- (i) da redação do inciso IV do Art. 4º;
- (ii) da redação do *caput* do Art. 14;
- (iii) da alínea I do §2º do Art. 20. A aprovação acima passa a ter validade a partir da data do protocolo junto a CVM do novo Regulamento contemplando as alterações da presente Assembléia.



670769-5ºRTD



Custas: R\$  
Total: 225,00  
Emi 154-64-Feb 34 92-9TD 9 99-Min 7 48-Ac 0 14  
Registrado, microfilmado e digitalizado em 04/10/06

-400706 870769

- (iv) da alínea III do parágrafo 2º do Art. 20, da redação do "Risco de Concentração" descrito no §1º do Capítulo Vinte e Dois, bem como do anexo III.
- (v) Inserção do parágrafo único ao Art. 21
- (vi) Inclusão da alínea VI ao Art. 55.

Diante das alterações acima, resolve a Administradora consolidar o Regulamento do Fundo na forma do documento anexo, que passa a vigorar partir da data do protocolo na CVM deste Instrumento que será registrado à margem do registro nº 664934 junto ao 5º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro.

Sendo assim, assina o presente Instrumento em 01 (uma) via, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Rio de Janeiro, 29 de setembro de 2006.

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**

José Alexandre C. de Freitas  
DIRETOR

Alexandre Lodi de Oliveira  
Procurador

Testemunhas:

*Maria Eunice Motta M. de F. Wello*

MARIA EUNICE MOTTA M. DE F. WELLO  
CPF: 086.887.377-82  
IFP: 12.857.135-3

*Michelle Moreira de Souza*

Michelle Moreira de Souza  
MG-7.929.096  
CPF: 010.915.956-07

5º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
Av. Rio Branco, 109 Gr. 202 - Rio de Janeiro Tel. 2507-5197  
Registrado, digitalizado e microfilmado sob o número de  
Protocolo e data declarados à margem. O QUE CERTIFICO.

☐ Durval Hale  
Oficial Titular  
Ato Exec. 1856/98 TJ

☐ Aurora I. Hale  
1º Escrevente Substituto  
CTPS 40371 Série 121

☐ Paulo André M. da Costa  
2º Escrevente Substituto  
CTPS 8201 Série 053

☐ Fabiano Alves Barbosa  
3º Escrevente Substituto  
CTPS 013762 série 91

AVERBADO AO  
PROTOCOLO  
Nº 66.5055  
DATA 04/10/06  
OFICIAL



**ANEXO III – REGULAMENTO CONSOLIDADO PELO INSTRUMENTO PARTICULAR DE  
SEGUNDA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO**

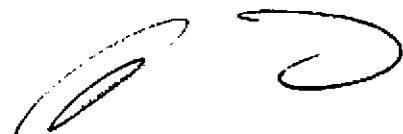


-4 OUT 06 670769

ÍNDICE

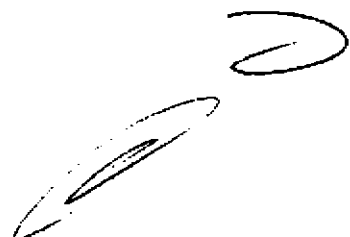
REGISTRADO E AUTENTICADO  
RIO DE JANEIRO - COMISSÃO - RJ

CAPÍTULO I - DO FUNDO, PÚBLICO ALVO E DAS DEFINIÇÕES.....	5
CAPÍTULO II - DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO .....	8
CAPÍTULO III - DA RENÚNCIA E SUBSTITUIÇÃO DO ADMINISTRADOR.....	10
CAPÍTULO IV - DA CUSTÓDIA, CONTROLADORIA E ESCRITURAÇÃO.....	11
CAPÍTULO V - DA REMUNERAÇÃO DO ADMINISTRADOR.....	12
CAPÍTULO VI - DOS OBJETIVOS DO FUNDO E DO <i>BENCHMARK</i> DAS QUOTAS SENIORES .....	12
CAPÍTULO VII - DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA .....	13
CAPÍTULO VIII - DAS CONDIÇÕES DE CESSÃO E CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE ...	14
CAPÍTULO IX - DOS FATORES DE RISCO.....	16
CAPÍTULO X - POLÍTICA DE CONCESSÃO E COBRANÇA DE CRÉDITOS .....	20
CAPÍTULO XI - DA EMISSÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DO RESGATE DE QUOTAS.....	22
CAPÍTULO XII - DO PAGAMENTO DO PREÇO DE AQUISIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS .....	25
CAPÍTULO XIII - DAS RESERVAS DE LIQUIDEZ E DO PRÊMIO DE LIQUIDEZ .....	26
CAPÍTULO XIV - DA CONTA DE GARANTIA.....	27
CAPÍTULO XV - DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	29



-40006 870769

CAPÍTULO XVI - PATRIMÔNIO DO FUNDO.....	31
CAPÍTULO XVII - DA APÓLICE DE SEGURO PERFORMANCE.....	32
CAPÍTULO XVIII - DA ASSEMBLÉIA GERAL .....	33
CAPÍTULO XIX - DOS ENCARGOS DO FUNDO.....	35
CAPÍTULO XX - DA PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS .....	36
CAPÍTULO XXI - EVENTOS DE AVALIAÇÃO .....	37
CAPÍTULO XXII - DISPOSIÇÕES FINAIS .....	39



- 400706 670769

REGULAMENTO  
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS  
DEDINI-DULCINI AGROINDUSTRIAL

**CAPÍTULO I - DO FUNDO, PÚBLICO ALVO E DAS DEFINIÇÕES**

**Artigo 1º:** O FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DEDINI-DULCINI AGROINDUSTRIAL é um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios não performados constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo indeterminado de duração, regido pelo presente Regulamento e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

**Parágrafo 1º:** Para o efeito do disposto no presente Regulamento e nas disposições legais e regulamentares que lhe são aplicáveis, considera-se:

I - 1ª Série: a 1ª Série de quotas seniores;

II - ADMINISTRADOR: a OLIVEIRA TRUST DTVM S.A., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, sala 205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001.91;

III - AGENTE COBRADOR: o BANCO DO BRASIL S.A., com sede na Cidade de Brasília, Distrito Federal, na SBS, quadra 1, bloco G, Edifício sede III, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.000.000/0001-91 ou seu sucessor;

IV - Apólice(s) de Seguro Performance: a(s) Apólice(s) de Seguro Garantia de Obrigações Privadas;

V - BACEN: Banco Central do Brasil;

VI - CCF: o Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos do Banco Central do Brasil;

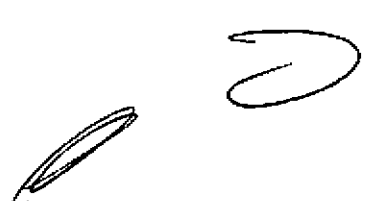
VII - Cedente(s): a DEDINI AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Fazenda Lagoa Formosa, acesso pelo km 15 da Rodovia SP 344, no município de São João da Boa Vista, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.106.412/0001-07 e/ou a DULCINI S/A, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Fazenda São Luiz, Setor I S/N, CEP: 13630-970, no município de Pirassununga, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.062.529/0001-00;

VIII - CDI: Certificado de Depósito Interbancário de 01 (um) dia - "over extragrupo", expresso na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculado e divulgado pela Câmara de Liquidação e Custódia - CETIP;

IX - Condições de Cessão: as condições de cessão de direitos creditórios ao FUNDO;

X - Conta de Garantia: conta-corrente constituída e mantida pelas Cedentes em nome próprio junto ao AGENTE COBRADOR que receberá os pagamentos de Contratos de Fornecimento cedidos fiduciariamente ao FUNDO;

XI - Contrato de Cessão Fiduciária sobre Coisas Móveis: o contrato de cessão fiduciária sobre os direitos inerentes à Conta de Garantia;



-4 OUT 26 870769

XII - Contrato(s) de Fornecimento: o(s) contrato(s) de fornecimento de açúcar, açúcar líquido, açúcar líquido de polaridade invertida e/ou melado;

XIII - CPMF: Contribuição Permanente sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira;

XIV - Critérios de Elegibilidade: os critérios de elegibilidade dos direitos creditórios do FUNDO;

XV - CUSTODIANTE: o CITIBANK DTVM S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Paulista, 1.111, inscrita no CNPJ/MF sob n. 33.868.597/0001-40;

XVI - CVM: a Comissão de Valores Mobiliários;

XVII - Direitos Creditórios Elegíveis: os Direitos Creditórios que atendam às Condições de Cessão e aos Critérios de Elegibilidade e que sejam cedidos ao FUNDO nos termos do Contrato de Cessão;

XVIII - Direitos Creditórios Inadimplidos: os Direitos Creditórios Elegíveis que forem inadimplidos;

XIX - Documentos Representativos de Crédito: os Contratos de Fornecimento, termos anexos de compra, suas respectivas notas fiscais e comprovantes de entrega que representam os direitos creditórios a serem adquiridos pelo FUNDO;

XX - Eventos de Avaliação: as situações descritas no artigo 67 deste Regulamento;

XXI - Eventos de Liquidação: as situações descritas no artigo 70 deste Regulamento;

XXII - FUNDO: o FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DEDINI-DULCINI AGROINDUSTRIAL, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, sala 205 Barra da Tijuca;

XXIII - GESTORA: a LINKCORP CONSULTORIA FINANCEIRA LTDA., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, SP, na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, 758, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.050.114/0001-95;

XXIV - Instrução 356: a Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada;

XXVI - Notificação Extrajudicial: a comunicação de ocorrência de sinistro à Seguradora e à Cedente que deu causa ao mesmo, efetuada pelo ADMINISTRADOR;

XXVII - Percentual Mínimo de Quotas Subordinadas: o percentual mínimo de quotas subordinadas em relação ao patrimônio líquido do FUNDO;

XXVIII - Preço de Aquisição: o Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis pelo FUNDO;

XXIX - Prêmio de Liquidez: o recebimento da totalidade do montante das Reservas de Liquidez pelas Cedentes;

XXX - Prêmio do Seguro: o custo de contratação do Seguro;

XXXI - Quotistas: os investidores que venham adquirir Quotas de emissão do FUNDO;



-4 OUT 96 670769

REGISTRADO E VINCULADO  
Pelo nº 11.711, 10º andar, Edifício Mapfre, Brooklin, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.074.175/0001-38;

XXXII - Razão de Garantia: calculada no 5º dia útil de cada mês, é obtida dividindo-se a soma - do valor total das Reservas de Liquidez com o montante dos recursos mantidos em caixa pelo FUNDO, mais o valor total das disponibilidades e recebíveis vencidos até a próxima data de amortização das cotas seniores mantidos na Conta de Garantia, mais o valor total dos recebíveis pertencentes ao FUNDO vencidos até a próxima data de amortização - pelo valor financeiro previsto da próxima amortização de cotas seniores, de acordo com a fórmula prevista no Parágrafo 6º, do artigo 41 deste Regulamento;

XXXIII - Recursos da Conta de Garantia: montante de disponibilidades e/ou somatório de pagamentos vencidos até a data de resgate das quotas seniores, oriundos de Contratos de Fornecimento cedidos fiduciariamente ao FUNDO;

XXXIV - Reserva(s) de Liquidez: a(s) reserva(s) constituída(s) pela(s) Cedente(s) em favor do FUNDO, a fim de garantir um maior grau de liquidez para a carteira de ativos do FUNDO;

XXXV - Seguradora: a MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 11.711, 10º andar, Edifício Mapfre, Brooklin, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.074.175/0001-38;

XXXVI - Seguro: o seguro performance, nos termos do Capítulo XVII deste Regulamento e da legislação editada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP;

XXXVII - SERASA: a SERASA S.A., empresa especializada em análises e informações para decisão de crédito e apoio a negócios.

**Parágrafo 2º:** O FUNDO terá prazo de duração indeterminado.

**Parágrafo 3º:** O FUNDO poderá apresentar séries de quotas seniores com prazos e regras de amortização distintas.

**Parágrafo 4º:** A 1ª série de quotas do FUNDO terá prazo de 12 (doze) meses, conforme descrito no Suplemento da 1ª Série de quotas deste Regulamento, nos termos do Anexo I.

**Parágrafo 5º:** O público-alvo do FUNDO são investidores qualificados, assim definidos pela regulamentação da CVM em vigor, não havendo critérios diferenciadores aplicáveis aos Quotistas. Podem participar do Fundo, ainda, fundos de investimento classificados como "Renda Fixa" e "Multimercado", nos termos do inciso II do artigo 91 da Instrução CVM nº 409/04, que sejam habilitados a adquirir quotas de emissão de fundos de investimento em direitos creditórios e fundos de investimento em cotas de fundos de investimento classificados como "Exclusivo" e "Multimercado", estes últimos desde que destinados exclusivamente a investidores qualificados, nos termos do parágrafo 6º do artigo 112 da Instrução CVM nº 409/04.

**Parágrafo 6º:** Para os fins do disposto no parágrafo 4º acima, qualquer investidor qualificado, quer seja pessoa física ou pessoa jurídica, poderá adquirir quotas do FUNDO.

**Parágrafo 7º:** Os direitos creditórios a serem adquiridos pelo FUNDO são representados pelos Documentos Representativos de Crédito.

**Parágrafo 8º:** As Cedentes, na qualidade de fiéis depositárias, são responsáveis por efetuar a guarda e a conservação das respectivas notas fiscais e comprovantes de entrega que

- 4 OUT 06 070769

representam os direitos creditórios a serem adquiridos pelo FUNDO e que fazem parte dos Documentos Representativos de Crédito.

## CAPÍTULO II - DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

**Artigo 2º:** A atividade de administração do FUNDO será exercida pela OLIVEIRA TRUST DTVM S.A., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, sala 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001.91, doravante designado ADMINISTRADOR.

**Artigo 3º:** A atividade de gestão da carteira do FUNDO será exercida pela GESTORA.

**Parágrafo Único:** Incluem-se entre as obrigações da GESTORA:

I – gerir a carteira de ativos do FUNDO de acordo com a política de investimento do FUNDO;

II – controlar e movimentar os recursos da Conta de Garantia, de acordo com o artigo 42 deste Regulamento;

III – receber das Cedentes e enviar para o CUSTODIANTE os Contratos de Fornecimento e termos anexos de compra;

IV – notificar os respectivos devedores dos Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao FUNDO sobre a cessão dos mesmos, nos termos do artigo 290 do Código Civil.

**Artigo 4º:** Incluem-se entre as obrigações do ADMINISTRADOR:

I - manter atualizados e em perfeita ordem:

a) a documentação relativa às operações do FUNDO;

b) o registro dos quotistas;

c) o livro de atas de Assembléias Gerais;

d) o livro de presença de quotistas;

e) o Prospecto do FUNDO, durante o período de distribuição da respectiva Série "n" de quotas seniores;

f) os demonstrativos trimestrais do FUNDO;

g) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao FUNDO;

h) os relatórios do auditor independente;

II - receber quaisquer rendimentos ou valores do FUNDO diretamente ou por meio de instituição contratada;

III - entregar ao quotista, gratuitamente, exemplar do Regulamento do FUNDO, bem como cientificá-lo do nome do periódico utilizado para divulgação de informações e da taxa de administração praticada;

IV - divulgar, diariamente, em seu website, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que coloquem quotas desse, o valor do patrimônio líquido do FUNDO, o valor da quota, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, e os relatórios da agência classificadora de risco contratada pelo FUNDO. O periódico a ser utilizado na divulgação das informações relativas ao FUNDO será o jornal "Gazeta Mercantil";

-4 OUT 06 670769

V - custear as despesas de propaganda do FUNDO;

REGISTRADO E INSCRITO EM  
RIS DE CADA 06 - CIE - AL - RJ

VI - fornecer anualmente aos quotistas documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de quotas de sua propriedade e respectivo valor;

VII - sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras, previstas na regulamentação em vigor, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre o ADMINISTRADOR e o FUNDO;

VIII - providenciar trimestralmente a atualização da classificação de risco das quotas ofertadas publicamente do FUNDO;

IX - monitorar o cumprimento integral pelo FUNDO dos critérios e parâmetros referidos neste Regulamento; e

X - comunicar, mediante simples notificação extrajudicial, às Cedentes e a Seguradora o inadimplemento das Cedentes em relação às suas obrigações assumidas nos Contratos de Fornecimento até o 2º (segundo) dia útil subsequente à data do inadimplemento, nos termos do artigo 52 deste Regulamento.

**Parágrafo Único:** A divulgação das informações previstas no inciso IV deste artigo pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódicos de ampla veiculação, observada a responsabilidade do ADMINISTRADOR pela regularidade na prestação destas informações.

**Artigo 5º:** É vedado ao ADMINISTRADOR:

I - prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo FUNDO, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos;

II - utilizar ativos de sua própria emissão ou co-obrigação como garantia das operações praticadas pelo FUNDO; e

III - efetuar aportes de recursos no FUNDO, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de quotas deste.

**Parágrafo 1º:** As vedações de que tratam os incisos I a III deste artigo abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras do ADMINISTRADOR, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou co-obrigação dessas.

**Parágrafo 2º:** Excetuam-se do disposto no parágrafo anterior a utilização de títulos de emissão do Tesouro Nacional, títulos de emissão do Banco Central do Brasil e créditos securitizados pelo Tesouro Nacional, integrantes da carteira do FUNDO, para cobertura de margem de garantia de operações de que tratam o artigo 17 deste Regulamento.

**Artigo 6º:** É vedado ao ADMINISTRADOR, em nome do FUNDO:

I - prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercados de derivativos;

-4 OUT 06 670769

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
Nº DE ANEXO - 000000 - 01

II – realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos na Instrução 356;

III – aplicar recursos diretamente no exterior;

IV – adquirir quotas do próprio FUNDO;

V – pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas na Instrução 356, bem como no Regulamento;

VI – vender quotas do FUNDO a prestação;

VII – vender quotas do FUNDO a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil cedentes de direitos creditórios, exceto quando se tratar de quotas subordinadas;

VIII – prometer rendimento predeterminado aos quotistas;

IX – fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;

X – delegar poderes de gestão da carteira do FUNDO, nos termos do artigo 39, inciso II, da Instrução 356, não obstante a delegação prevista no artigo 3º, deste Regulamento;

XI – obter ou conceder empréstimos/financiamentos, admitindo-se a constituição de créditos e a assunção de responsabilidade por débitos em decorrência de operações realizadas em mercados de derivativos;

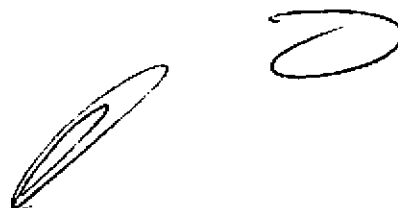
XII – efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da carteira do FUNDO, exceto quando se tratar de sua utilização como margem de garantia nas operações realizadas em mercados de derivativos.

### CAPÍTULO III – DA RENÚNCIA E SUBSTITUIÇÃO DO ADMINISTRADOR

**Artigo 7º:** O ADMINISTRADOR, mediante aviso divulgado no periódico utilizado para a divulgação de informações do FUNDO ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada quotista, pode renunciar à administração do FUNDO, desde que convoque, no mesmo ato e com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, Assembléia Geral de quotistas para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação desse, nos termos da Instrução CVM nº 356.

**Parágrafo 1º:** Nas hipóteses de substituição do ADMINISTRADOR e de liquidação do FUNDO, aplicam-se, no que couberem, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil do próprio ADMINISTRADOR.

**Parágrafo 2º:** Na hipótese de deliberação pela assembléia geral da liquidação do FUNDO, o ADMINISTRADOR se obriga a permanecer no exercício de sua função até a liquidação total do Fundo.





-4 OUT 06 670769

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

**Parágrafo 3º:** Na hipótese de deliberação pela assembleia geral da substituição do **ADMINISTRADOR**, o mesmo se obriga a permanecer no exercício regular de suas funções pelo prazo de 30 (trinta) dias.

**Parágrafo 4º:** O **ADMINISTRADOR** deverá, sem qualquer custo adicional para o **FUNDO**, (i) colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contado da realização da respectiva Assembleia Geral que deliberou sua substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o **FUNDO** de forma que a instituição substituta possa cumprir, sem solução de continuidade, os deveres e obrigações do **ADMINISTRADOR**, bem como (ii) prestar qualquer esclarecimento sobre a administração do **FUNDO** que razoavelmente lhe venha a ser solicitado pela instituição que vier a substituí-lo, no prazo de 30 (trinta) dias.

**Artigo 8º:** No caso de Regime de Administração Especial Temporária, intervenção ou liquidação extrajudicial do **ADMINISTRADOR**, deve automaticamente ser convocada assembleia geral de quotistas, no prazo de 05 (cinco) dias, contados de sua decretação, para: I - nomeação de Representante de quotistas; e II - deliberação acerca de: a) substituição do **ADMINISTRADOR**, no exercício das funções de administração do **FUNDO**; ou b) pela liquidação antecipada do **FUNDO**.

#### **CAPÍTULO IV - DA CUSTÓDIA, CONTROLADORIA E ESCRITURAÇÃO**

**Artigo 9º:** As atividades de custódia e controladoria do **FUNDO** previstas nos artigos 38 e 39 da Instrução 356 e a escrituração das quotas serão exercidas pelo **CUSTODIANTE**.

**Parágrafo Único:** O **CUSTODIANTE** é responsável pelas seguintes atividades:

I - analisar a documentação recebida da **GESTORA** que evidencie o lastro dos direitos creditórios representados pelos Contratos de Fornecimento e termos anexos de compra, com o objetivo de validar os direitos creditórios em relação aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos neste Regulamento;


II - realizar a liquidação física e financeira dos direitos creditórios, evidenciados pelo instrumento de cessão de direitos e documentos comprobatórios da operação;

III - fazer a custódia, administração e cobrança dos direitos creditórios e demais ativos integrantes da carteira do **FUNDO**;

IV - efetuar a guarda dos Contratos de Fornecimento e termos anexos de compra dos respectivos direitos creditórios a serem adquiridos pelo **FUNDO**, figurando o **CUSTODIANTE** na qualidade de fiel depositário dos Contratos de Fornecimento e seus anexos;

V - diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem, a documentação dos direitos creditórios recebida, nos termos do item I acima, com metodologia preestabelecida e de livre acesso para auditoria independente, agência classificadora de risco contratada pelo **FUNDO** e órgãos reguladores;

VI - cobrar e receber, por conta e ordem do **FUNDO**, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos na conta de depósitos dos mesmos; e



-4 OUT 06 670769

VII – observar para que somente as ordens emitidas pelo **ADMINISTRADOR** e/ou pela **GESTORA**, ou por seus representantes legais ou mandatários, devidamente autorizados, sejam acatadas, sendo-lhe vedada a execução de ordens que não estejam diretamente vinculadas às operações do **FUNDO**.

## **CAPÍTULO V - DA REMUNERAÇÃO DO ADMINISTRADOR**

**Artigo 10:** O **ADMINISTRADOR** receberá pelos serviços de administração de quotas do **FUNDO** uma taxa de administração equivalente ao percentual anual de 0,60% (sessenta centésimos por cento), incidente sobre o patrimônio líquido do **FUNDO**. Referida Taxa de Administração em nenhum momento será inferior ao valor mensal de R\$5.000,00 (cinco mil reais), valor este que será corrigido anualmente, no mês de julho, pela variação percentual acumulada no ano imediatamente anterior do IGP-M, da Fundação Getúlio Vargas, a partir de 01 de julho de 2006.

**Parágrafo 1º:** A Taxa de Administração apurada na forma do *caput* deste Artigo 10 será acrescida do valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais, referente aos serviços de manutenção da Conta de Garantia.

**Parágrafo 2º:** Os valores do *caput* deste Artigo 10 e do parágrafo 1º acima serão corrigidos anualmente, no mês de julho, pela variação percentual acumulada no ano imediatamente anterior do IGP-M, da Fundação Getúlio Vargas, a partir de 01 de julho de 2006.

**Artigo 11:** A remuneração do **ADMINISTRADOR** é calculada e apropriada por dia útil, com base no percentual referido no artigo 10 sobre o valor diário do patrimônio líquido do **FUNDO**, e será sempre devida no último dia de cada mês ou, na impossibilidade por qualquer motivo de pagamento em tal data, até o quinto dia útil do mês subsequente à que se refere a taxa, a partir da data da primeira integralização de quotas.

**Parágrafo 1º:** Para efeitos do disposto neste Regulamento, entende-se por dia útil segunda a sexta-feira, exceto feriados de âmbito nacional ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente bancário ou não funcionar o mercado financeiro.

**Parágrafo 2º:** Os tributos incidentes sobre as remunerações descritas acima (ISS, PIS, COFINS e IR na fonte e outros que porventura venham a incidir) serão a ela acrescidos nas alíquotas vigentes nas respectivas datas de pagamento;

**Parágrafo 3º:** O **ADMINISTRADOR** pode estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo **FUNDO** aos prestadores de serviços contratados, inclusive para a **GESTORA**, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da taxa de administração.

**Artigo 12:** O **FUNDO** não possui taxa de ingresso nem taxa de saída.

## **CAPÍTULO VI - DOS OBJETIVOS DO FUNDO E DO BENCHMARK DAS QUOTAS SENIORES**

**Artigo 13:** É objetivo do **FUNDO** proporcionar aos quotistas a valorização de suas quotas, através da aplicação preponderante dos recursos do **FUNDO**, de acordo com os critérios de composição e diversificação estabelecidos pela legislação vigente e neste Regulamento, na

-18.108 070768

FUNDO DE INVESTIMENTO

aquisição de direitos creditórios não performados, de natureza agroindustrial, originados pelas Cedentes e originados de Contratos de Fornecimento.

**Parágrafo Único:** As séries de quotas seniores do FUNDO buscarão atingir rentabilidade (*benchmark*) prevista no Suplemento de cada série "n" de quotas seniores, nos termos do Anexo I. O *benchmark* aplica-se somente às quotas seniores, sendo que não há *benchmark* predeterminado para as quotas subordinadas. A aquisição de quotas do FUNDO não representa qualquer garantia ou promessa do FUNDO, do ADMINISTRADOR, da GESTORA, do CUSTODIANTE e das Cedentes acerca da rentabilidade das aplicações dos recursos do FUNDO.

## CAPÍTULO VII - DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA

**Artigo 14:** Visando atingir o objetivo proposto, o FUNDO alocará seus recursos na aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis, exclusivamente do segmento agroindustrial, oriundos da obrigação das Cedentes de fornecer açúcar, açúcar líquido e melaço, bem como de ativos financeiros e/ou modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro, observados os limites e as restrições previstas na legislação vigente e neste Regulamento.

**Artigo 15:** Após 90 (noventa) dias do início das atividades, o FUNDO alocará, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) e, no máximo, 100% (cem por cento) de seus recursos na aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis.

**Artigo 16:** A parcela do patrimônio líquido do FUNDO que não estiver alocada em Direitos Creditórios Elegíveis poderá ser aplicada, isolada ou cumulativamente, em:

- a) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- b) títulos de emissão do Banco Central do Brasil;
- c) certificados e recibos de depósito bancário de emissão de quaisquer das Instituições Autorizadas, conforme Anexo II; e
- d) operações compromissadas lastreadas em títulos públicos indicados nas alíneas "a" e "b" acima.

**Parágrafo 1º:** Relativamente aos ativos financeiros e/ou modalidades operacionais integrantes da carteira do FUNDO:

I - o total de emissão e/ou co-obrigação de uma mesma pessoa jurídica, de seu controlador, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum não pode exceder a 10% (dez por cento) do patrimônio líquido do FUNDO, excetuados os títulos públicos indicados nas alíneas "a" e "b" do "caput" acima, podendo excepcionalmente alcançar a totalidade do patrimônio líquido do FUNDO nos primeiros 90 (noventa) dias contados da data da primeira integralização da respectiva Série "n" de quotas seniores do FUNDO.

**Parágrafo 2º:** O FUNDO poderá realizar operações em que o ADMINISTRADOR atue como contraparte do FUNDO.

**Parágrafo 3º:** Com relação aos ativos previstos nas alíneas "c" e "d" do "caput" acima, somente poderão ser adquiridos pelo FUNDO aqueles que se caracterizem como de baixo risco de crédito, classificados como "investment grade" pela agência classificadora de risco das quotas seniores.



-4 OUT 06 670769

**Artigo 17:** O FUNDO poderá alocar o equivalente a até 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio líquido em operações em mercados de derivativos, desde que exclusivamente com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite destas.

**Parágrafo 1º:** Para o efeito do disposto no *caput*, as operações com derivativos podem ser realizadas tanto em mercados administrados por bolsas de mercadorias e de futuros, quanto no de balcão, nesse caso desde que devidamente registradas em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil. Adicionalmente, devem ser considerados, para efeito de cálculo de Patrimônio Líquido do FUNDO, os dispêndios efetivamente incorridos a título de prestação de margens de garantia em espécie, ajustes diários, prêmios e custos operacionais, decorrentes da manutenção de posições em mercados organizados de derivativos, inclusive os valores líquidos das operações.

**Parágrafo 2º:** As operações em mercado de derivativos serão realizadas somente na modalidade "com garantia".

**Artigo 18:** O FUNDO poderá, ainda, alocar até 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio líquido em operações compromissadas, desde que tais operações tenham como lastro os ativos previstos no artigo 16 acima, alíneas "a" e "b", podendo excepcionalmente alcançar a totalidade do patrimônio líquido do FUNDO nos primeiros 90 (noventa) dias contados da data da primeira integralização da respectiva Série "n" de quotas seniores do FUNDO.

**Artigo 19:** Todos os resultados auferidos pelo FUNDO serão incorporados ao seu patrimônio.

#### **CAPÍTULO VIII – DAS CONDIÇÕES DE CESSÃO E CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE**

**Artigo 20:** Para que possam ser adquiridos para a carteira do FUNDO, os Direitos Creditórios Elegíveis devem atender, cumulativamente, às Condições de Cessão e aos Critérios de Elegibilidade definidos neste Regulamento e deverão ser realizadas de acordo com as regras estabelecidas no Contrato de Cessão..

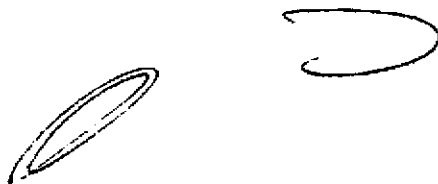
**Parágrafo 1º:** Somente poderão ser objeto de cessão entre as Cedentes e o FUNDO, Direitos Creditórios que atendam, cumulativamente, às Condições de Cessão abaixo relacionadas, cujo atendimento será validado pelo ADMINISTRADOR:

I – os devedores dos Direitos Creditórios deverão ser pessoas jurídicas;

II - os Direitos Creditórios a serem oferecidos à cessão deverão estar amparados pelos respectivos Documentos Representativos de Crédito;

III – as Cedentes dos Direitos Creditórios deverão apresentar ao ADMINISTRADOR e à GESTORA, no momento da cessão dos mesmos, declaração por elas firmada que deverá conter, no mínimo, o seguinte: a) confirmação das condições de tais créditos, incluindo-se o cronograma de retirada do açúcar, prazo de pagamento e valor do crédito; b) compromisso das Cedentes de que o Contrato de Fornecimento não será alterado sem a prévia e expressa anuência por escrito do FUNDO e da Seguradora;

IV - declaração, firmada pelas Cedentes a cada cessão de Direitos Creditórios, de que os respectivos devedores não apresentam, na data de aquisição dos Direitos Creditórios pelo FUNDO, inadimplência junto às Cedentes, ou seja, não deverão apresentar obrigações de pagamento vencidas e não pagas;



- 4 OUT 86 670769

V - declaração, firmada pelas Cedentes a cada cessão de Direitos Creditórios, de que os Direitos Creditórios não decorrem de pagamento em consignação, de dação em pagamento, renegociação, prorrogação ou novação;

VI - a obrigação das Cedentes de fornecer açúcar, açúcar líquido e melado, delineada nos Contratos de Fornecimento, deverá contar com Seguro, contratado pelas Cedentes junto à Seguradora, observadas as disposições do Capítulo XVII deste Regulamento;

VII - o Seguro deverá ter como beneficiário o **FUNDO** e deverá garantir o adimplemento da obrigação das Cedentes junto aos respectivos devedores dos Direitos Creditórios Elegíveis, mediante a previsão de indenização que o **FUNDO** receberá da Seguradora, nos termos das Apólices de Seguro Performance, para que este não venha a sofrer prejuízo decorrente da não performance dos Direitos Creditórios Elegíveis; e

VIII - comprovação, pelas Cedentes, de pagamento do Prêmio do Seguro previsto nos incisos VI e VII acima.

**Parágrafo 2º:** Adicionalmente às Condições de Cessão acima estabelecidas, os Direitos Creditórios deverão atender a certos Critérios de Elegibilidade, cujo atendimento será validado pelo **CUSTODIANTE**. Para fins do disposto na legislação, no Regulamento e no Contrato de Custódia, são considerados Critérios de Elegibilidade as seguintes regras:

I - com base em consulta efetuada em até 30 dias antes da cessão, os respectivos devedores não deverão possuir registro no CCF ou na SERASA, relativos a títulos protestados não contestados, inadimplência de obrigações ou quaisquer apontamentos nos cadastros referidos neste item, em valor agregado igual ou superior a R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais). Excepcionalmente, mediante aprovação através de Assembleia Geral de Quotistas, os respectivos devedores poderão possuir títulos protestados em valor agregado igual ou superior a R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);

II - os respectivos devedores não deverão estar em processo de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial ou procedimento similar, conforme checagem a ser realizada por meio dos controles mantidos pela SERASA;

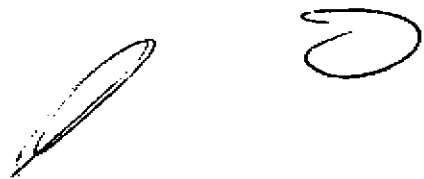
III - o total máximo de Direitos Creditórios relativos a cada devedor, em termos percentuais, com relação ao total do Patrimônio Líquido do **FUNDO**, consta do Anexo III e deverá ser submetido e aprovado pela agência classificadora de risco das quotas seniores; e

IV - quando da sua cessão ao **FUNDO**, os Direitos Creditórios deverão contar com suas respectivas Apólices de Seguro Performance.

**Parágrafo 3º:** O Prêmio do Seguro previsto nos incisos VI e VII do parágrafo 1º supra caberá exclusivamente às Cedentes.

**Parágrafo 4º:** Na hipótese do direito creditório perder qualquer condição de elegibilidade após sua aquisição pelo **FUNDO**, não haverá direito de regresso contra o **ADMINISTRADOR**, a **GESTORA**, o **CUSTODIANTE** e/ou as Cedentes, salvo na existência de má-fé, culpa ou dolo.

**Parágrafo 5º:** Na aquisição dos Direitos Creditórios, o **ADMINISTRADOR** deverá verificar e validar o atendimento dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo **FUNDO** às Condições de Cessão e o **CUSTODIANTE** deverá verificar e validar o atendimento dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo **FUNDO** aos Critérios de Elegibilidade.



-400706 670769

**Parágrafo 6º:** As Cedentes serão responsáveis pela existência, certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade e correta formalização dos Direitos Creditórios Elegíveis que comporão a Carteira do FUNDO, nos termos do artigo 295 do Código Civil Brasileiro, não havendo por parte do CUSTODIANTE, do ADMINISTRADOR e da GESTORA qualquer responsabilidade a esse respeito.

**Artigo 21:** A cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis será irrevogável e irretroatável, com a transferência, para o FUNDO, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra as Cedentes, da plena titularidade dos Direitos Creditórios, juntamente com todos os direitos (inclusive direitos reais de garantia), privilégios, preferências, prerrogativas, seguros e ações a estes relacionadas, bem como reajustes monetários, juros e encargos.

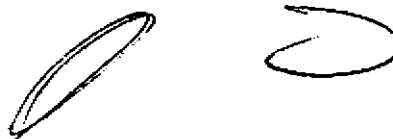
**Parágrafo Único:** As aquisições de Direitos Creditórios Elegíveis pelo FUNDO ocorrerão com preço apurado, no mínimo, com taxa de mercado praticada à sua época, observado o disposto no Contrato de Cessão.

## CAPÍTULO IX – DOS FATORES DE RISCO

**Artigo 22:** Não obstante a diligência da GESTORA em colocar em prática a política de investimento delineada, os investimentos do FUNDO estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas do mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação e, mesmo que o ADMINISTRADOR mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o FUNDO e para o quotista.

**Parágrafo 1º:** Os recursos que constam na carteira do FUNDO estão sujeitos aos seguintes fatores de riscos:

- **RISCO DE CRÉDITO:** consiste no risco de inadimplemento ou atraso no pagamento de juros e/ou principal pelos devedores dos Direitos Creditórios, pelos emissores dos ativos ou pelas contrapartes das operações do FUNDO, podendo ocasionar, conforme o caso, a redução de ganhos ou mesmo perdas financeiras até o valor das operações contratadas e não liquidadas. Alterações e equívocos na avaliação do risco de crédito do emissor podem acarretar em oscilações no preço de negociação dos títulos que compõem a carteira do FUNDO;
- **RISCO DE LIQUIDEZ:** consiste no risco de redução ou inexistência de demanda pelos ativos integrantes do FUNDO nos respectivos mercados em que são negociados, devido a condições específicas atribuídas a esses ativos ou aos próprios mercados em que são negociados. Em virtude de tais riscos, o ADMINISTRADOR poderá encontrar dificuldades para liquidar posições ou negociar os referidos ativos pelo preço e no tempo desejados, de acordo com a estratégia de gestão adotada para o FUNDO, o qual permanecerá exposto, durante o respectivo período de falta de liquidez, aos riscos associados aos referidos ativos e às posições assumidas em mercados de derivativos, se for o caso, que podem, inclusive, obrigar o ADMINISTRADOR a aceitar descontos nos seus respectivos preços, de forma a realizar sua negociação em mercado. Estes fatores podem prejudicar o pagamento de resgates e/ou amortizações aos quotistas do FUNDO, nos valores solicitados e nos prazos contratados.
- **RISCO DE DERIVATIVOS:** consiste no risco de distorção de preço entre o derivativo e seu ativo objeto, o que pode ocasionar aumento da volatilidade do FUNDO, limitar as



- 4 OUT 86 670769

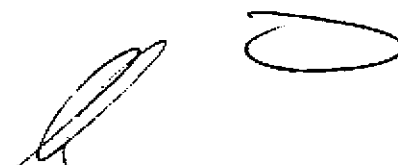
possibilidades de retornos adicionais nas operações, não produzir os efeitos pretendidos, bem como provocar perdas aos quotistas. Mesmo para o FUNDO, que utiliza derivativos exclusivamente para proteção das posições à vista, existe o risco da posição não representar um "hedge" perfeito ou suficiente para evitar perdas ao FUNDO.

- **RISCO DE MERCADO:** consiste no risco de flutuações nos preços e na rentabilidade dos ativos do FUNDO, os quais são afetados por diversos fatores de mercado, como liquidez, crédito, alterações políticas, econômicas e fiscais. Esta constante oscilação de preços pode fazer com que determinados ativos sejam avaliados por valores diferentes ao de emissão e/ou contabilização, podendo acarretar volatilidade das quotas e perdas aos quotistas.
- **RISCO DE CONCENTRAÇÃO:** A GESTORA buscará diversificar a carteira do FUNDO. No entanto, a política de investimento do FUNDO admite a aquisição de um total máximo de Direitos Creditórios relativos a cada devedor, em termos percentuais, com relação ao total do Patrimônio Líquido do FUNDO, previstos em relação constante no Anexo III devidamente submetida e aprovada pela agência classificadora de risco das quotas seniores. O risco associado às aplicações do FUNDO é diretamente proporcional à concentração das aplicações.
- **RISCO RELACIONADO A FATORES MACROECONÔMICOS E REGULATÓRIOS:** Consiste no risco relativo aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo e demais variáveis exógenas, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou de situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica, financeira ou regulatória que influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro. Medidas do Governo brasileiro para controlar a inflação e implementar as políticas econômica e monetária envolveram, no passado recente, alterações nas taxas de juros, desvalorização da moeda, controle de câmbio, controle de tarifas, controles do setor, mudanças legislativas, entre outras. Essas políticas, bem como outras condições macroeconômicas, têm impactado significativamente a economia e o mercado de capitais nacional. A adoção de medidas que possam resultar na flutuação da moeda, indexação da economia, instabilidade de preços, elevação de taxas de juros ou influenciar a política fiscal vigente poderão impactar nos negócios do FUNDO. Além disso, o Governo Federal, o Banco Central do Brasil e demais órgãos competentes poderão realizar alterações na regulamentação dos setores de atuação dos Cedentes e Clientes dos Direitos Creditórios Elegíveis que venham a ser cedidos ao FUNDO ou nos Direitos Creditórios Elegíveis originados pelos Cedentes ou, ainda, outros relacionados ao próprio FUNDO, o que poderá dificultar e/ou diminuir a originação de Direitos Creditórios Elegíveis e, conseqüentemente, a rentabilidade do FUNDO.
- **RISCO DE DESCASAMENTO:** Os Direitos Creditórios Elegíveis componentes da carteira do FUNDO são contratados e foram adquiridos a taxas prefixadas. A incorporação dos resultados auferidos pelo FUNDO para as quotas tem como parâmetro a taxa média do CDI, conforme previsto Regulamento. Por esta razão, o ADMINISTRADOR, sempre que possível, poderá a seu exclusivo critério contratar operações de swap de taxas pré-fixadas por CDI - over. No entanto, há a possibilidade de o ADMINISTRADOR não conseguir contratar tais operações de swap ou, ainda, de a outra parte não cumprir o contratado. Nestes casos, se, de maneira excepcional, a taxa de remuneração do CDI se elevar substancialmente, os recursos do FUNDO poderão se tornar insuficientes para assegurar parte ou a totalidade da rentabilidade almejada para as quotas, inclusive seniores.

- 4 OUT 06 670769

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

- **RISCOS DO MERCADO SECUNDÁRIO:** O **FUNDO** é constituído sob a forma de condomínio fechado, assim, o resgate das quotas seniores só poderá ser feito ao término do prazo de duração de cada série, razão pela qual se, por qualquer motivo, antes de findo tal prazo, o investidor resolva desfazer-se de suas quotas, ele terá que aliená-las no mercado secundário de quotas de fundos de investimento, mercado esse que, no Brasil, não apresenta alta liquidez, o que pode acarretar dificuldades na alienação dessas quotas e/ou ocasionar a obtenção de um preço de venda que cause perda patrimonial ao investidor.
- **RISCO DA COBRANÇA JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL:** Em se verificando a inadimplência nas obrigações dos pagamentos dos créditos cedidos ao **FUNDO**, poderá haver cobrança judicial e/ou extrajudicial dos valores devidos. Não há, contudo, garantia de que, em qualquer uma dessas hipóteses, as referidas cobranças atingirão os resultados almejado, nem de que o **FUNDO** recuperará a totalidade dos valores inadimplidos, o que poderá implicar perdas patrimoniais ao **FUNDO**.
- **RISCO DE DESCONTINUIDADE:** A consecução do benchmark de remuneração das quotas seniores dependerá da regular e contínua performance dos direitos e obrigações inerentes aos Direitos Creditórios Elegíveis. Conforme previsto no Regulamento, poderá haver a liquidação antecipada do **FUNDO** em situações pré-determinadas. Se uma dessas situações se verificar, os quotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos que detinham aplicados no **FUNDO** com a mesma remuneração proporcionada pelo **FUNDO**, não sendo devida, entretanto, pelo **FUNDO**, pelo **ADMINISTRADOR**, pela **GESTORA** ou pelo **CUSTODIANTE**, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência deste fato.
- **RISCO DE RESGATE DAS QUOTAS DO FUNDO EM DIREITOS CREDITÓRIOS:** Conforme previsto no Regulamento, poderá haver a liquidação antecipada do **FUNDO** em situações pré-determinadas. Se uma dessas situações se verificar, há previsão no Regulamento de que as quotas seniores poderão ser resgatadas em direitos creditórios. Nessa hipótese, os quotistas poderão encontrar dificuldades para vender os Direitos Creditórios recebidos do **FUNDO** ou para administrar/cobrar os valores devidos pelos devedores dos Direitos Creditórios Elegíveis;
- **RISCO DE ATRASO NO PAGAMENTO DO RESGATE:** Poderá haver atraso no pagamento do resgate, uma vez que os Direitos Creditórios Elegíveis são classificados no ativo do **FUNDO** como títulos mantidos até o vencimento e os mesmos podem ainda não ter vencido produzindo uma temporária falta de liquidez.
- **RISCO DE NÃO PERFORMANCE DOS DIREITOS CREDITÓRIOS:** De acordo com sua política de investimento, o **FUNDO** adquirirá direitos creditórios oriundos de Contratos de Fornecimento. Mesmo que a performance dos Direitos Creditórios Elegíveis seja coberta pelo Seguro, para o aperfeiçoamento da relação jurídica consignada em cada contrato e para que haja a obrigação de cada contraparte dos Contratos de Fornecimento de pagar às Cedentes e, por consequência, originar os Direitos Creditórios que serão cedidos ao **FUNDO**, é imprescindível que haja a efetiva produção e disponibilidade de açúcar para retirada nos termos de cada Contrato de Fornecimento. Assim sendo, fatores que possam prejudicar a contínua produção de açúcar tais como: (i) condições climáticas adversas; (ii) quebras de safra; (iii) pragas e doenças relacionadas à lavoura da cana-de-açúcar; (iv) falhas mecânicas relacionadas ao parque fabril de cada Cedente; (v) falhas humanas que possam, de alguma forma, interromper ou atrasar o processo produtivo do açúcar; e





-4 OUT 26 670769

(vi) casos fortuitos ou de força maior que, de algum modo, afetem negativamente o processo produtivo de cada Cedente podem acarretar o risco de que a relação jurídica que origina os direitos creditórios não se perfeça.

- **RISCO DE SAFRA:** A lavoura de cana-de-açúcar está sujeita a uma série de fatores biológicos e climáticos que podem afetá-la. A safra da cana-de-açúcar é sazonal, iniciando-se em maio e terminando em novembro. Neste período ocorre o amadurecimento da cana, devido a fatores climáticos, como falta de umidade, luminosidade e frio. Com base na maturação, a cana passa a ser cortada de forma planejada, de modo que se tenham áreas com cana plantada que vão estar próprias para corte em momentos diferentes. Desta feita, o excesso de chuvas e/ou a grande umidade no solo podem contribuir para o surgimento de doenças. As altas temperaturas associadas à alta umidade favorecem maior desenvolvimento de plantas daninhas e aumento da população de algumas pragas. O preparo do solo, quando inadequado, interfere negativamente nas propriedades físicas do solo, facilita a erosão e o desenvolvimento de plantas daninhas, dificulta o crescimento das raízes e a infiltração e o armazenamento de água. A safra ainda está sujeita à ocorrência de doenças que é uma das principais causas de redução da produtividade da cana-de-açúcar. Transmitidas por fungos, bactérias, vírus ou nematóides, as doenças, dependendo das condições ambientais, podem causar perda considerável da produção, depreciar a qualidade do produto ou até inviabilizar determinadas áreas para o cultivo. Além destas doenças, a lavoura de cana-de-açúcar está sujeita ao ataque de inúmeras pragas. Dependendo da espécie da praga, da época de semeadura e da região de cultivo, as perdas podem ser consideráveis. Por fim, fenômenos climáticos indesejados e imprevisíveis tais como geadas, vendavais e outras convulsões da natureza podem reduzir consideravelmente a colheita de cana-de-açúcar. Por mais que as Cedentes mantenham uma quantidade de cana-de-açúcar em estoque compatível com seu processo produtivo, a ocorrência de qualquer um destes fatores, somados ou não, pode acarretar em uma quebra de safra da cana-de-açúcar e, conseqüentemente, prejudicar a produção de açúcar e a performance dos Direitos Creditórios Elegíveis.
- **RISCO DE PRODUÇÃO DE AÇÚCAR:** A produção de açúcar, por envolver um processo de transformação industrial, sujeita-se a uma série de fatores produtivos. Em relação às matérias primas, além da cana-de-açúcar, a produção de açúcar sujeita-se à necessidade de uma série de outros insumos tais como corantes, conservantes e estabilizantes. Por mais que as Cedentes tenham toda a diligência e cuidados necessários para projetar e adequar seu processo produtivo à prévia disponibilidade destes outros insumos, a insuficiência de qualquer um deles no mercado, bem como a insuficiência de qualquer outra matéria-prima necessária para a regular e contínua produção de açúcar pode afetar a produção do mesmo e, conseqüentemente, prejudicar a performance e o processo de origem dos Direitos Creditórios. Outrossim, a produção de açúcar depende do regular funcionamento do maquinário do parque fabril de cada Cedente. Desta forma, avarias técnicas, danos mecânicos ou elétricos, quebra de máquinas, incêndios na planta industrial ou na lavoura podem suspender ou interromper a produção de açúcar.
- **RISCO RELACIONADO À NÃO COBERTURA DE DIREITOS CREDITÓRIOS NOS TERMOS DA APÓLICES DE SEGURO PERFORMANCE:** Além das hipóteses de exclusão e de suspensão da cobertura dos Direitos Creditórios Elegíveis pelas Apólices de Seguro Performance expressamente previstas no Capítulo XVII abaixo, a inobservância, pelo ADMINISTRADOR, pelo CUSTODIANTE e/ou pelas Cedentes, das respectivas obrigações previstas neste Regulamento, nos Contratos de Fornecimento, nos



- 000000000000000000000000

- **DEMAIS RISCOS:** O FUNDO também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle do **ADMINISTRADOR**, tais como moratória, inadimplimento de pagamentos, mudança nas regras aplicáveis aos ativos financeiros, mudanças impostas aos ativos financeiros integrantes da carteira, alteração na política monetária, aplicações ou resgates significativos.

## CAPÍTULO X - POLÍTICA DE CONCESSÃO E COBRANÇA DE CRÉDITOS

**I - Pequenos Clientes - aqueles com limite de crédito inferior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).**

**Parágrafo 1º:** Para Pequenos Clientes são observados as seguintes rotinas e procedimentos relativos ao processo de análise de crédito:

II - De posse desses dados, efetua-se uma completa pesquisa nos órgãos de proteção ao crédito, como SERASA e SPC. Além disso, também são analisados o Balanço Patrimonial, a Estrutura Societária, as referências bancárias e comerciais.

IV - A área de crédito, nesse processo de monitoramento de adimplência do cliente, é auxiliada pela área de informática, a qual, via o sistema SGI, fornece as informações necessárias para a área de crédito. O processo de monitoramento dos clientes e seus respectivos limites se completa através do Comitê de Crédito, que se reúne quinzenalmente para a verificação do histórico de inadimplência e também dos dados fornecidos pelos gerentes comerciais, os quais têm por obrigação o acompanhamento semanal do cliente. Desse Comitê participam a área de crédito, o Diretor Comercial, o Gerente Regional e o Presidente da empresa.

-4 OUT 06 670769

**Parágrafo 2º:** Para Médios e Grandes Clientes são observados as seguintes rotinas e procedimentos relativos ao processo de análise de crédito:

I - Os procedimentos de análise e concessão de crédito para esses clientes seguem os mesmos passos aplicáveis aos Pequenos Clientes, descritos no parágrafo 1º acima, com o incremento do seguinte passo adicional: a pormenorizada análise do contrato de fornecimento de açúcar e/ou álcool que lista as especificações da quantidade em volume, qualidade e prazos para o planejamento da venda.

II - No caso dos Médios e Grandes Clientes o deferimento de limites de crédito tem de necessariamente estar acompanhado de garantias reais para a sua efetivação.

III - O acompanhamento da carteira de direitos creditórios é feito por meio do histórico de inadimplência e pela observação do crescimento progressivo do limite inicial de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Com o passar do tempo, esse limite inicial pode ser estendido até R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais). A monitoração desse processo também é efetuada pela área de informática, a qual, através do sistema SGI fornece as informações necessárias para a área de crédito, nos mesmos moldes do parágrafo 1º acima.

IV - O processo de decisão de crédito – e seu posterior monitoramento – é feito através de um Comitê de Crédito que se reúne quinzenalmente para a verificação do histórico de inadimplência e também dos dados fornecidos pelos gerentes comerciais, os quais têm por obrigação o acompanhamento semanal do cliente. Desse Comitê participam a área de crédito, o Diretor Comercial, o Gerente Regional e o Presidente da Empresa.

**Artigo 25:** O AGENTE COBRADOR será responsável pela cobrança bancária dos Direitos Creditórios Elegíveis que será efetuada mediante a emissão de boletos de cobrança bancária ou mediante crédito em conta-corrente do FUNDO.

**Parágrafo 1º** - Os respectivos devedores dos Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao FUNDO serão devidamente notificados pela GESTORA, nos termos do artigo 290 do Código Civil sobre a cessão dos mesmos. Os boletos bancários identificarão a conta-corrente de titularidade do FUNDO para crédito e os pagamentos efetuados mediante crédito em conta-corrente serão creditados em conta-corrente da titularidade do FUNDO devidamente indicada pelo AGENTE COBRADOR.

**Parágrafo 2º** - Por outro lado, a cobrança e coleta dos pagamentos dos Direitos Creditórios Inadimplidos serão realizadas pelas respectivas Cedentes nos termos do Contrato de Cobrança de Direitos Creditórios Inadimplidos celebrado entre o FUNDO e cada Cedente, com interveniência e anuência do CUSTODIANTE.

**Parágrafo 3º:** As etapas da cobrança de Direitos Creditórios Inadimplidos de Pequenos Clientes consistem em:

- a) ligação ao devedor no 2º (segundo) dia de atraso para informar que o título/parcela está vencido;
- b) novo telefonema ao devedor no 4º (quarto) dia de atraso;
- c) encaminhamento do título/parcela vencido para protesto em cartório no 5º (quinto) dia de atraso; e



-4 OUT 06 670769

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

e) na hipótese de o protesto em cartório não ser suficiente para provocar a quitação do título/parcela em até 30 (trinta) dias da data do protesto, encaminhamento do mesmo à área jurídica de cada Cedente para que sejam tomadas as providências judiciais cabíveis.

**Parágrafo 4º:** As etapas da cobrança de Direitos Creditórios Inadimplidos de Médios e Grandes Clientes consistem em:

- a) ligação ao devedor no 5º (quinto) dia de atraso para informar que o título/parcela está vencido;
- b) novo telefonema ao devedor no 10º (décimo) dia de atraso;
- c) emissão de carta de cobrança ao devedor no 15º (décimo quinto) dia de atraso;
- d) notificação ao devedor no 20º (vigésimo) dia de atraso; e

e) na hipótese de os procedimentos delineados nas alíneas "a" a "d" acima não serem suficientes para provocar a quitação do título/parcela em até 30 (trinta) dias de seu vencimento, encaminhamento do mesmo à área jurídica de cada Cedente para que sejam tomadas as providências judiciais cabíveis.

**Parágrafo 5º:** No caso de cessão ou alienação dos Direitos Creditórios Inadimplidos referidos no "caput" acima, a cobrança e coleta dos pagamentos dos direitos creditórios serão realizadas pelo novo titular dos mesmos, deixando, portanto, as Cedentes, salvo manifestação expressa em contrário, de ser o responsável pela cobrança e coleta dos pagamentos dos direitos creditórios.

**Parágrafo 6º:** Todas as despesas necessárias para a efetivação da cobrança extrajudicial e judicial dos Direitos Creditórios Inadimplidos serão suportadas diretamente pelas Cedentes, nos termos do Contrato de Cobrança celebrado entre o FUNDO e cada Cedente.

**Parágrafo 7º:** Nos termos do Contrato de Cobrança, por decisão conjunta do ADMINISTRADOR e da GESTORA, o CUSTODIANTE poderá assumir a cobrança extrajudicial ou judicial dos Direitos Creditórios Inadimplidos em função da inércia, da morosidade das Cedentes em efetivar os procedimentos de cobrança, na verificação de ineficácia dos procedimentos de cobrança implementados e iniciados ou, ainda, descumprimento dos termos do Contrato de Cobrança pelas Cedentes. Neste caso, todas as despesas necessárias para a efetivação da cobrança extrajudicial e judicial dos Direitos Creditórios Inadimplidos serão de responsabilidade do FUNDO, nos termos do Capítulo XIX deste Regulamento e serão posteriormente reembolsadas pelas Cedentes, nos termos do Contrato de Cobrança.

**Parágrafo 8º:** Nas cobranças extrajudicial e judicial, as respectivas despesas têm o objetivo de promover a salvaguarda e a cobrança dos direitos e prerrogativas decorrentes dos Direitos Creditórios Elegíveis, incluindo todos os custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos de cobrança a que se refere o parágrafo 6º, acima.

## **CAPÍTULO XI - DA EMISSÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DO RESGATE DE QUOTAS**

**Artigo 26:** As quotas do FUNDO serão de classe sênior ou subordinada, não havendo divisão em subclasses para ambos os casos. Todas as quotas serão escriturais e serão mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares. Esta conta de depósito caracteriza a qualidade de quotista. Observados o abaixo disposto e as regras definidas no



- 4 OUT 06 070769

Suplemento de cada Série "n", as características, os direitos e obrigações das quotas seniores e subordinadas serão idênticos.

**Parágrafo Único:** Apenas as quotas seniores da Série "n" serão publicamente distribuídas, observadas as condições de subscrição e pagamento constantes do anúncio de início de distribuição da respectiva Série "n", ao passo que as quotas subordinadas serão subscritas pelas Cedentes, nos termos dos Boletins de Subscrição e Integralização.

**Artigo 27:** As quotas seniores da Série "n" do FUNDO são avaliadas por empresa classificadora de risco (de *rating*) especializada, conforme detalhado no Prospecto do FUNDO. Esta avaliação é feita periodicamente a cada trimestre.

**Parágrafo Único:** Caso ocorra o rebaixamento do *rating* das quotas seniores de cada Série "n" do FUNDO, serão adotados os seguintes procedimentos:

I – comunicação a cada quotista das razões do rebaixamento, através de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do FUNDO ou através de correio eletrônico; e

II – envio a cada quotista de correspondência ou correio eletrônico contendo relatório da empresa de classificação de risco.

**Artigo 28:** A integralização, a amortização e o resgate de quotas seniores do FUNDO podem ser efetuados somente em débito e crédito em conta corrente em cheque, ordem de pagamento, débito e crédito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo BACEN.

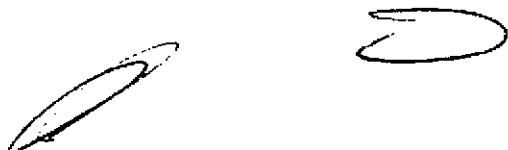
**Parágrafo 1º:** Para o cálculo do número de quotas a que tem direito o investidor, não serão deduzidas do valor entregue ao ADMINISTRADOR quaisquer taxas ou despesas.

**Parágrafo 2º:** Em vista da CPMF, as aplicações em direitos creditórios devem observar o seguinte procedimento: a integralização de quotas deverá ser realizada por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo BACEN, concomitantemente à venda, pelas Cedentes, de direitos creditórios em valor correspondente ao líquido integralizado, observadas as demais disposições legais aplicáveis.

**Parágrafo 3º:** Será admitida a integralização de quotas subordinadas do FUNDO, com direitos creditórios que se enquadrem na política de investimento do FUNDO. Nesta hipótese, serão observados os critérios estabelecidos pelo ADMINISTRADOR, bem como no Anúncio de Início de Distribuição de Quotas e no Boletim de Subscrição, ficando, desde já definido, que a integralização das quotas deverá ser realizada nos termos da legislação aplicável ao caso.

**Parágrafo 4º:** As quotas subordinadas poderão, ainda, ser amortizadas e/ou resgatadas em direitos creditórios. Em vista da CPMF, as amortizações e resgates em direitos creditórios devem observar o seguinte procedimento: a amortização e o resgate de quotas serão efetuados somente em débito e crédito em conta corrente, por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo BACEN, simultaneamente à compra, pelo quotista, de direitos creditórios, em valor correspondente ao líquido amortizado ou resgatado, observadas as demais disposições legais aplicáveis.

**Artigo 29:** Na emissão de quotas seniores e subordinadas do FUNDO deve ser utilizado o valor de abertura da quota em vigor do dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados



-4 OUT 06 670769

pelo investidor ao **ADMINISTRADOR**, em sua sede ou dependências. Para fins de amortização e resgate das quotas seniores e subordinadas do **FUNDO** deve ser utilizado o valor de abertura da quota em vigor do dia do pagamento da amortização respectiva.

**Artigo 30:** No ato da subscrição das quotas, o subscritor assinará boletim de subscrição que será autenticado pelo **ADMINISTRADOR**. Do boletim de subscrição constarão as seguintes informações: I - nome e qualificação do subscritor; II - quantidade e classe de quotas subscritas; e III - preço de subscrição e condições para sua integralização.

**Artigo 31:** A critério do **ADMINISTRADOR**, novas quotas do **FUNDO**, de qualquer classe e independentemente de aprovação dos quotistas, poderão ser emitidas, desde que observados os procedimentos exigidos pela Instrução 356 e os limites estipulados neste Regulamento. As novas quotas poderão ser divididas em séries com valores e prazos diferenciados para amortização, resgate e remuneração.

**Parágrafo 1º:** Na emissão de quotas mencionadas no *caput*, o **ADMINISTRADOR** deverá emitir, para integralização pelas Cedentes, tantas quotas subordinadas quantas sejam necessárias para que seja observada a relação entre o valor das quotas seniores e o patrimônio líquido do **FUNDO**, nos termos do artigo 45 deste Regulamento.

**Parágrafo 2º:** As quotas mencionadas no *caput* deverão ser subscritas e integralizadas dentro dos prazos estabelecidos no aviso de Início de Distribuição de Quotas Seniores respectivo e no Boletim de Subscrição, observado o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar do protocolo na CVM dos documentos referidos no artigo 20, parágrafo 1º, da Instrução 356 para a subscrição de quotas.

**Parágrafo 3º:** O saldo não colocado poderá ser cancelado antes do prazo mencionado no parágrafo supra ou o **ADMINISTRADOR** solicitará prorrogação deste prazo à CVM, nos termos do disposto na legislação.

**Parágrafo 4º:** Poderá ser realizada a distribuição concomitante de séries distintas de quotas seniores, em quantidades e condições previamente estabelecidas neste Regulamento, no Prospecto e no Anúncio de Início de Distribuição de Quotas Seniores, nos termos do artigo 20, parágrafo 3º, da Instrução 356.

**Parágrafo 5º:** Não haverá direito de preferência para os quotistas da 1ª Série do **FUNDO**, ou para os quotistas de quaisquer das séries subseqüentes à 1ª Série, na aquisição de quotas de eventuais novas séries de quotas que possam vir a ser emitidas pelo **FUNDO**.

**Artigo 32:** Não haverá resgate de quotas, a não ser pelo término do prazo de duração de cada série do **FUNDO**, amortização de quotas ou de sua liquidação.

**Parágrafo 1º:** Por ocasião do resgate de que trata o *caput*, o **ADMINISTRADOR** observará, no que for cabível, os procedimentos definidos neste Capítulo e no Capítulo XXI deste Regulamento.

**Parágrafo 2º:** O **FUNDO** não efetuará resgates e aplicações em sábados, domingos, ou em dias não úteis. Para fins do disposto neste parágrafo entende-se por dia útil aquele definido no parágrafo 1º do artigo 11 deste Regulamento.

**Artigo 33:** As quotas seniores de quaisquer das Séries emitidas pelo **FUNDO** terão registro para negociação no mercado secundário na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA, no ambiente de negociação Bovespa Fix, na Sociedade Operadora do Mercado de Ativos S.A. - SOMA, no ambiente de negociação Soma Fix. A critério do **ADMINISTRADOR**, poderá,



-4 OUT 06 670769

adicionalmente, ser providenciado o registro junto à Câmara de Liquidação e Custódia - CETIP, cabendo aos intermediários assegurar que a aquisição de quotas somente seja feita por investidores qualificados.

**Artigo 34:** As quotas seniores de quaisquer das Séries emitidas pelo FUNDO não poderão ser alienadas fora do âmbito de bolsas de valores e mercado de balcão organizado, excetuadas as hipóteses de transmissão decorrente de lei ou de decisão judicial.

**Artigo 35:** As quotas do FUNDO poderão ser depositadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLC, mediante o registro das quotas na propriedade fiduciária da CBLC.

**Artigo 36:** As amortizações de cada Série de quotas seniores serão realizadas nas datas de amortização definidas no respectivo Suplemento da Série "n", conforme Anexo I deste Regulamento, cujos valores e condições de remuneração constarão do referido Suplemento.

**Parágrafo Único:** Enquanto existirem quotas seniores em circulação, o FUNDO obrigatoriamente deverá observar o Percentual Mínimo de Quotas Subordinadas tratado no artigo 45 deste Regulamento.

**Artigo 37:** As quotas subordinadas somente poderão ser amortizadas ou resgatadas antes da amortização ou do resgate integral das quotas seniores caso o FUNDO atenda a todos os índices e parâmetros previstos neste Regulamento e no Suplemento da Série "n" de quotas seniores, especialmente à Razão de Garantia.

**Parágrafo Único:** O ADMINISTRADOR poderá suspender a qualquer momento e a seu exclusivo critério a amortização das quotas subordinadas previstas neste artigo.

**Artigo 38:** A amortização das quotas seniores de quaisquer das séries do FUNDO poderá ocorrer antes dos respectivos prazos de amortização de quotas previstos para cada série, na impossibilidade de enquadramento do FUNDO à sua política de investimentos, em razão da impossibilidade de adquirir Direitos Creditórios Elegíveis.

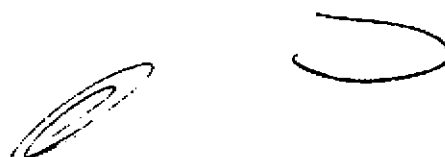
**Parágrafo Único:** A antecipação do início da amortização de quotas do FUNDO poderá ser operacionalizada mediante comunicação através de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do FUNDO ou através de correio eletrônico com 15 (quinze) dias de antecedência em relação à data da efetivação da amortização.

**Artigo 39:** O pagamento das amortizações das quotas seniores obedecerá às condições, datas, percentuais e valores previstos no Suplemento da respectiva Série "n".

## **CAPÍTULO XII - DO PAGAMENTO DO PREÇO DE AQUISIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS**

**Artigo 40:** O pagamento do Preço de Aquisição às respectivas Cedentes será efetuado à vista no mesmo dia útil da respectiva cessão de direitos creditórios e desde que os mesmos tenham observado todas as condições da cessão e critérios de elegibilidade previstos neste Regulamento.

**Parágrafo 1º:** O Preço de Aquisição será apurado da seguinte forma:



- 4 OUT 06 570768

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
R.C.F.O.V. (R.C.F.O.V. - C.C.F.O.V.)

$$PA = \left[ \sum_{i=1}^n VN_i / (1 + TD)^i \right] - RL$$

<i>PA</i>	Preço de Aquisição do Direito Creditório;
<i>VN<sub>i</sub></i>	Valor Nominal do direito creditório no mês <i>i</i> ( <i>i</i> varia de 1 a 12)
<i>RL</i>	Reserva de Liquidez calculada de acordo com o artigo 41, abaixo.
<i>TD</i>	Taxa de Desconto, apurada de acordo com a seguinte fórmula:

$$TD = \left\{ [1 + (b + 2) / 100]^{1/12} \right\} - 1$$

<i>b</i>	<i>Benchmark</i> de rentabilidade da respectiva Série de quotas seniores cujos recursos captados foram utilizados para a respectiva aquisição de Direitos Creditórios (conforme definido no Suplemento da Série "n", nos termos do Anexo I), expresso em número puro, multiplicado pela taxa do CDI de 01 (um) dia - "over extragrupo", expresso na forma de percentual ao ano.
----------	---

### CAPÍTULO XIII - DAS RESERVAS DE LIQUIDEZ E DO PRÊMIO DE LIQUIDEZ

**Artigo 41:** No momento da cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis, será constituída uma Reserva de Liquidez para cada Cedente em favor do **FUNDO**, a fim de garantir um maior grau de liquidez para a carteira de ativos do **FUNDO**, observado o disposto neste artigo.

**Parágrafo 1º:** As Reservas de Liquidez serão registradas pelo **CUSTODIANTE**, controladas e administradas pelo **ADMINISTRADOR** e serão individualizadas por Cedente, sendo possível que as mesmas sejam utilizadas de forma conjunta e complementar.

**Parágrafo 2º:** Os recursos necessários à constituição de cada Reserva de Liquidez serão proporcionais ao montante de Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao **FUNDO** por cada Cedente, sendo que a somatória das Reservas de Liquidez será apurada da seguinte forma:

$$\sum RL = \{TCS \times [1 + (b \div 100)]^{(1 \div 12)}\} \times (1 \div 11)$$

$\sum RL$	Somatória das Reservas de Liquidez;
<i>TCS</i>	Montante total, em valor, das quotas seniores de todas as Séries em circulação;
<i>B</i>	<i>benchmark</i> de rentabilidade da respectiva Série de quotas seniores cujos recursos captados foram utilizados para a respectiva aquisição de Direitos Creditórios (conforme definido no Suplemento da Série "n", nos termos do Anexo I), expresso em número puro, multiplicado pela taxa do CDI de 01 (um)



- 4 OUT 86 670769

dia - "over extragrupo", expresso na forma de percentual ao ano.

**Parágrafo 3º:** Os recursos equivalentes a cada Reserva de Liquidez serão exclusivamente alocados na aquisição dos títulos públicos indicados nas alíneas "a" e "b" do artigo 16 deste Regulamento. Os rendimentos auferidos pelas aplicações da Reserva de Liquidez serão revertidos exclusivamente ao **FUNDO**.

**Parágrafo 4º:** A partir do término do 2º (segundo) mês contado do início da subscrição das cotas seniores do **FUNDO**, as Cedentes farão jus, proporcionalmente, ao valor de cada Reserva de Liquidez, ao recebimento do Prêmio de Liquidez, desde que a Razão de Garantia seja superior a 3 (três), e que, após o pagamento do Prêmio de Liquidez a mesma continue, no mínimo, igual a 3 (três)..

**Parágrafo 5º:** A Razão de Garantia será apurada mensalmente pelo **ADMINISTRADOR** no 5º dia útil a partir do término do 2º (segundo) mês contado do início da subscrição das quotas seniores do **FUNDO**.

**Parágrafo 6º:** A Razão de Garantia é calculada da seguinte forma:

$$RG = (\sum RL + Caixa + CG + RF) / AM$$

<i>RG</i>	Razão de Garantia;
$\sum RL$	Somatória do valor total das Reservas de Liquidez;
<i>Caixa</i>	Total do montante em caixa de propriedade do <b>FUNDO</b> , incluindo disponibilidades e aplicações financeiras;
<i>CG</i>	Valor total das disponibilidades e recebíveis vencidos até a data da próxima amortização de quotas seniores, mantidos na Conta de Garantia;
<i>RF</i>	Valor total dos recebíveis de propriedade do <b>FUNDO</b> vencidos até a data da próxima amortização de quotas seniores;
<i>AM</i>	Valor previsto da amortização seguinte de quotas seniores.

**Parágrafo 7º:** O pagamento do Prêmio de Liquidez a cada Cedente será efetuado no 5º (quinto) dia útil do mês subsequente em que for devido e desde que observado o disposto nos Parágrafos 5º e 6º, acima.

#### CAPÍTULO XIV - DA CONTA DE GARANTIA

**Artigo 42:** Para propiciar um maior grau de solvabilidade à carteira de ativos do **FUNDO**, desde o momento inicial de subscrição das quotas seniores de cada série "n" até o encerramento da mesma, será constituída, junto ao **AGENTE COBRADOR**, a Conta de Garantia, que receberá o montante de disponibilidades e/ou somatório de pagamentos vencidos até a data de resgate das quotas seniores, oriundos de Contratos de Fornecimento cedidos fiduciariamente ao **FUNDO** conforme o Contrato de Cessão Fiduciária sobre Coisas Móveis.

**Parágrafo 1º:** Mediante instrumento de mandato específico, somente a **GESTORA** poderá movimentar os Recursos da Conta de Garantia pelo período de vigência do Contrato de Cessão Fiduciária sobre Coisas Móveis.

- 4 OUT 06 670769

**Parágrafo 2º:** Para a Conta de Garantia será transferido, pelas Cedentes, e nela será mantido a qualquer momento, pelo **AGENTE COBRADOR**, Recursos da Conta de Garantia equivalente a, pelo menos, 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido das quotas seniores em circulação, até a amortização total de cada série de quotas seniores.

**Parágrafo 3º:** Caso seja verificada pelo **ADMINISTRADOR** qualquer redução no montante de Direitos Creditórios a serem recebidos, seja por inadimplência, seja por redução nos montantes anteriormente estimados em função de queda nos preços, o **ADMINISTRADOR** adotará os seguintes procedimentos:

I - imediatamente, enviará correspondência via fac-símile ou correio eletrônico, endereçada à **GESTORA**, pela qual:

a) noticiará o evento que prejudicou o recebimento integral dos Direitos Creditórios anteriormente previsto;

b) informará à **GESTORA**, o valor em questão;

c) fornecerá à **GESTORA** os dados da conta corrente do **FUNDO** para a qual deverá ser transferido o valor solicitado; e

d) solicitará à **GESTORA** que providencie a imediata transferência, à conta do **FUNDO** indicada, do valor solicitado na forma da alínea "b", acima.

II - A **GESTORA** transferirá, imediatamente, à conta indicada pelo **FUNDO** o montante solicitado pelo **ADMINISTRADOR** na forma do inciso anterior.

**Parágrafo 4º:** O saldo de Recursos da Conta de Garantia que exceder ao montante equivalente a 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido de cada série de quotas seniores em circulação, e desde que atendida a Razão de Garantia conforme o Parágrafo 7º do Artigo 41, deverá ser transferido para outra conta, de livre movimentação de cada Cedente, independente de prévia anuência da **GESTORA**.

**Parágrafo 5º:** Caso os Recursos da Conta de Garantia venham a ser utilizados, total ou parcialmente, no pagamento de qualquer evento conforme exposto no parágrafo 3º deste artigo, serão adotados os seguintes procedimentos:

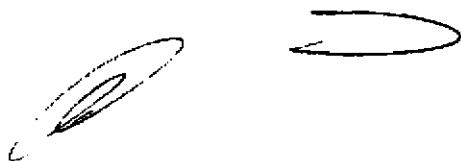
I - o **AGENTE COBRADOR** suspenderá toda e qualquer transferência de Recursos da Conta de Garantia para a outra conta, de livre movimentação das Cedentes, mencionada no parágrafo 4º deste artigo, até que o montante mencionado no parágrafo 2º deste artigo, seja recomposto.

II - a **GESTORA**, imediatamente, enviará correspondência, via fac-símile ou correio eletrônico, endereçada às Cedentes, pela qual:

a) noticiará às Cedentes a utilização total ou parcial do montante mencionado no parágrafo 2º deste artigo;

b) informará às Cedentes o valor necessário para que seja possível restabelecer o montante mencionado no parágrafo 2º, acima; e

c) solicitará às Cedentes que, dentro de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da comunicação mencionada no *caput*, restabeleça o montante mencionado no parágrafo 2º deste artigo.



- 4 OUT 86 670769

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

**Parágrafo 6º:** O AGENTE COBRADOR enviará relatórios de movimentação da Conta de Garantia à GESTORA diariamente.

**Parágrafo 7º:** Os Recursos da Conta de Garantia deverão ser alocados pela GESTORA exclusivamente para aquisição a) dos títulos previstos nas alíneas "a" e "b" do artigo 16 deste Regulamento e b) títulos de emissão privada tratados na alínea "c" do artigo 16 deste Regulamento classificados como "investment grade" nos termos do parágrafo 3º do artigo 16.

**Parágrafo 8º:** Todos os rendimentos das aplicações financeiras realizadas na forma do parágrafo 7º, acima, integram a garantia consubstanciada no contrato de cessão fiduciária de direitos sobre coisas móveis que recai sobre a Conta de Garantia. Dessa forma, todos os rendimentos que vierem a ser atribuídos à Conta de Garantia, bem como quaisquer novas aplicações financeiras efetuadas com os Recursos da Conta de Garantia e todos e quaisquer rendimentos e bonificações dela decorrentes ficarão garantidas ao FUNDO, sendo que tais rendimentos serão resgatados pelo AGENTE COBRADOR, mediante solicitação da GESTORA, para os fins dos procedimentos de que tratam os incisos I e II do parágrafo 3º deste artigo.

## CAPÍTULO XV - DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

**Artigo 43:** Entender-se-á por patrimônio líquido do FUNDO a soma do disponível mais o valor da carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades.

**Parágrafo Único:** Para efeito da determinação do valor da carteira, devem ser observadas as normas e os procedimentos previstos na legislação em vigor.

**Artigo 44:** As quotas do FUNDO serão valoradas todo dia útil, com base na divisão do valor do patrimônio líquido pelo número de quotas do FUNDO, apurados ambos no início do dia, isto é, no horário de abertura dos mercados em que o FUNDO atua.

**Parágrafo 1º:** Todos os valores mencionados no caput serão apurados diariamente pelo CUSTODIANTE.

**Parágrafo 2º:** Os ativos do Fundo terão seu valor calculado todo dia útil, mediante a utilização da metodologia de apuração do seu valor de mercado descrita nos incisos abaixo.

I - O valor de mercado dos Direitos Creditórios Elegíveis será obtido pela apuração dos preços praticados em mercados organizados nas operações realizadas com os mesmos tipos de ativos e que apresentem características semelhantes às das operações realizadas pelo FUNDO, levando em consideração volume e prazo.

II - Enquanto não houver mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios Elegíveis, estes terão seu valor calculado, todo dia útil, pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período, metodologia esta justificada pelos seguintes motivos:

- a) inexistência de mercado organizado e ativo para os Direitos Creditórios Elegíveis;
- e
- b) as características dos Direitos Creditórios Elegíveis.

-4 OUT 06 670769

III - Caso seja verificada a existência de um mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios Elegíveis, estes passarão a ser avaliados pelo seu valor de mercado, sendo elementos que denotam a existência de um mercado ativo de direitos creditórios:

- a) a criação de segmento específico de negociação para tais ativos em bolsa ou em mercado de balcão organizado; e
- b) a existência de negociações com direitos creditórios em volume financeiro relevante, com frequência e regularidade, de modo a conferir efetiva liquidez para os Direitos Creditórios Elegíveis.

IV - Os títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Banco Central do Brasil, os créditos securitizados pelo Tesouro Nacional e os demais títulos e ativos financeiros de renda fixa pertencentes à carteira do FUNDO terão seu valor de mercado apurado de acordo com sua respectiva cotação média oficial em bolsa ou em mercado de balcão organizado, conforme disposto no manual de precificação que o CUSTODIANTE disponibiliza no site "<http://www.corporate.citibank.com.br>".

**Parágrafo 3º:** O descumprimento de qualquer obrigação originária dos Direitos Creditórios Elegíveis pelos sacados e demais ativos componentes da carteira do FUNDO será atribuído, em ordem de preferência:

- a) ao montante da Conta de Garantia;
- b) ao montante da somatória das Reservas de Liquidez;
- c) às quotas subordinadas, até o limite equivalente à somatória do valor total das mesmas.

Uma vez excedido os recursos de que trata este parágrafo, a inadimplência dos Direitos Creditórios Elegíveis de titularidade do FUNDO será atribuída às quotas seniores.

**Parágrafo 4º:** Por outro lado, na hipótese do FUNDO atingir o *benchmark* definido na Política de Investimento, toda a rentabilidade a ele excedente será atribuída somente às quotas subordinadas, razão pela qual estas quotas poderão apresentar valores diferentes das quotas seniores.

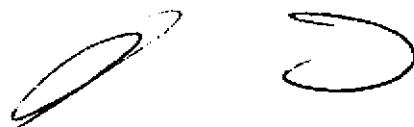
**Artigo 45:** Em conformidade com o artigo 24, inciso XV, da Instrução 356, com redação dada pela Instrução 393, e enquanto existirem quotas seniores em circulação, o Percentual Mínimo de Quotas Subordinadas será equivalente a, no mínimo, 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido do FUNDO. Isto quer dizer que o FUNDO deverá ter, no mínimo, 5% (cinco por cento) de seu patrimônio representado por quotas subordinadas. Esta relação será apurada diariamente e será acessível aos quotistas do FUNDO, mensalmente, através do site do ADMINISTRADOR ([www.oliveiratrust.com.br](http://www.oliveiratrust.com.br)).

**Parágrafo Único:** Na hipótese de inobservância da Percentual Mínimo de Quotas Subordinadas serão adotados os seguintes procedimentos:

I - O ADMINISTRADOR comunicará, imediatamente, tal ocorrência às Cedentes, através do envio de correspondência ou de correio eletrônico, pela qual:

a) noticiará o fato e solicitará às Cedentes que providenciem o restabelecimento da relação mínima dentro de um prazo de 10 (dez) dias corridos contados do recebimento da comunicação, e;

b) informará às Cedentes o número mínimo de quotas subordinadas e os respectivos valores para subscrição, que deverão ser subscritas para que se possa restabelecer o percentual fixado no *caput*.



-400106 870768

II - As Cedentes deverão subscrever, dentro do prazo mencionado no inciso I deste parágrafo, tantas quotas subordinadas quantas sejam necessárias para restabelecer a relação mínima entre patrimônio líquido e quotas seniores mencionada no caput.

III - Na hipótese de o **ADMINISTRADOR** verificar que, decorrido o prazo do inciso II deste parágrafo, não se alcançou o restabelecimento da relação entre o valor das quotas seniores e o patrimônio líquido do **FUNDO**, quer em virtude da não subscrição, por parte das Cedentes, de um número de quotas subordinadas suficientes para atender ao disposto no inciso II deste parágrafo quer por qualquer outro motivo, deverá convocar a Assembleia Geral de Quotistas para deliberar sobre: a) providências a serem tomadas pelo **ADMINISTRADOR**; b) substituição do **ADMINISTRADOR** no exercício das funções em relação ao **FUNDO**; e/ou c) pela liquidação antecipada do **FUNDO**.

## CAPÍTULO XVI - PATRIMÔNIO DO FUNDO

**Artigo 46:** O **FUNDO** poderá manter séries de quotas seniores concomitantemente em circulação, com Valor Unitário de Emissão, na 1ª Data de Emissão das Cotas de cada Série "n", definido no Suplemento da Série "n" de quotas seniores, nos termos do Anexo I.

**Artigo 47:** As quotas seniores representativas da Série "n" do **FUNDO** deverão ser subscritas dentro dos prazos estabelecidos no anúncio de início de distribuição, da respectiva Série "n" de Cotas Seniores, observado o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de registro de distribuição pública da respectiva Série junto à CVM.

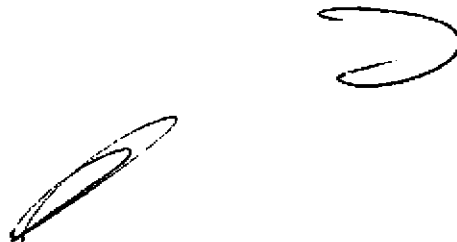
**Parágrafo 1º:** Na subscrição de quotas do **FUNDO** deve ser utilizado o valor de abertura da quota em vigor de mesma classe do da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à **ADMINISTRADOR**, em sua sede ou dependências, conforme definido no Boletim de Subscrição.

**Parágrafo 2º:** Na subscrição de quotas do **FUNDO** que ocorrer em data diferente da Data de Integralização definida no Boletim de Subscrição, será utilizado o valor de abertura da quota de mesma classe do dia útil subsequente ao dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à **ADMINISTRADOR**, em sua sede ou dependências.

**Parágrafo 3º:** As quotas seniores da Série "n", bem como as quotas subordinadas da Série "n" terão Valor Unitário de Emissão idêntico na primeira Data de Emissão das Cotas da respectiva Série.

**Parágrafo 4º:** Em razão do disposto no artigo 45, o **ADMINISTRADOR** poderá providenciar a emissão de quotas subordinadas do **FUNDO** a qualquer tempo, a fim de re-estabelecer a relação patrimonial prevista no aludido artigo, as quais poderão ser subscritas em dinheiro, ou nos moldes do previsto no Capítulo XI deste Regulamento.

**Artigo 48:** O preço de subscrição das quotas seniores de cada Série "n" poderá contemplar ágio ou deságio sobre o valor previsto para amortização, desde que uniformemente aplicado para todos os subscritores e apurado através de procedimento de descoberta de preço em mercado organizado.



-4 OUT 06 870769

**CAPÍTULO XVII – DA APÓLICE DE SEGURO PERFORMANCE**

**Artigo 49:** A performance dos Direitos Creditórios Elegíveis será objeto de cobertura pelas Apólices de Seguro Performance, emitidas pela Seguradora, cuja minuta padrão é parte integrante deste Regulamento como Anexo IV.

**Artigo 50:** Observadas as condições gerais, especiais e particulares previstas nas Apólices de Seguro Performance, o Seguro visa garantir ao **FUNDO** o pagamento de indenização pelo montante da importância segurada indicado em cada Apólice de Seguro Performance, pelos prejuízos decorrentes do descumprimento total ou parcial pelas Cedentes de suas obrigações previstas nos Contratos de Fornecimento, em especial da obrigação de fornecer açúcar, açúcar líquido, açúcar líquido de polaridade invertida e/ou melaço para a retirada pelos respectivos devedores dos Direitos Creditórios Elegíveis contratualmente exigível.

**Parágrafo Único:** Nos termos das Apólices de Seguro Performance, será caracterizado e configurado o sinistro no momento em que as Cedentes não forneçam açúcar, açúcar líquido, açúcar líquido de polaridade invertida e/ou melaço para retirada dos respectivos devedores dos Direitos Creditórios Elegíveis nos termos e condições de cada Contrato de Fornecimento.

**Artigo 51:** Estão expressamente excluídos da cobertura prevista nas Apólices de Seguro Performance exclusivamente as seguintes hipóteses:

- a) caso fortuito ou de força maior, nos termos do Código Civil, além de outros eventos imprevisíveis e insuperáveis de natureza semelhante;
- b) a guerra declarada ou não declarada ou outra atividade militar, terrorismo, insurreição, desobediência civil ou desordem pública;
- c) greves patronais, outros distúrbios trabalhistas e motins que não sejam limitados exclusivamente às usinas e operações, diretas ou indiretas, das Cedentes, mas que estejam diretamente relacionados ao Risco Segurado pela Apólice de Seguro Performance, que impeçam as Cedentes de cumprir suas obrigações de fornecimento na forma dos Contratos de Fornecimento garantidos e, ainda, cujos efeitos não eram passíveis de serem evitados ou impedidos;
- d) descumprimento das obrigações das Cedentes assumidas nos Contratos de Fornecimento decorrentes de atos ou fatos de responsabilidade dos respectivos Devedores dos Direitos Creditórios Elegíveis e/ou do **FUNDO**;
- e) alteração ou modificação das obrigações contratuais estipuladas nos Contratos de Fornecimento, garantidas pela Apólice de Seguro Performance, que tenham sido acordadas entre as Cedentes e os respectivos devedores dos Direitos Creditórios Elegíveis sem prévia anuência da Seguradora, nos termos da Apólice de Seguro Performance; e
- f) atos ilícitos dolosos praticados pelos respectivos Devedores dos Direitos Creditórios Elegíveis e/ou do **FUNDO** ou por seus representantes legais.

**Artigo 52:** Caso as Cedentes não forneçam açúcar, açúcar líquido, açúcar líquido de polaridade invertida e/ou melaço para retirada dos respectivos devedores dos Direitos Creditórios Elegíveis nos termos e condições de cada Contrato de Fornecimento, o **ADMINISTRADOR** deverá comunicar este fato à Cedente que deu causa ao inadimplemento e à Seguradora mediante simples notificação extrajudicial até o 2º (segundo) dia útil subsequente à data de inadimplemento.

**Artigo 53:** A Seguradora, após o recebimento da Notificação Extrajudicial enviada pelo **ADMINISTRADOR** confirmando a inadimplência da Cedente compromete-se a efetuar o



- 4 OUT 06 670769

pagamento até o limite máximo de indenização de prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias úteis contados da data do recebimento da Notificação Extrajudicial pela Seguradora.

**Parágrafo Único:** A Seguradora será facultado substituir a indenização securitária pelo fornecimento de açúcar, açúcar líquido, açúcar líquido de polaridade invertida e/ou melaço desde que haja produto disponível no mercado com idênticas especificações e respeitados todos os termos e condições consignados no Contrato de Fornecimento, deduzidas eventuais quantidades anteriormente entregues pela Cedente ao respectivo devedor do Direito Creditório.

**Artigo 54:** As Apólices de Seguro Performance continuarão em vigor mesmo quando as Cedentes não pagarem o prêmio à Seguradora conforme convencionado.

**Parágrafo Único:** Nos termos das Apólices de Seguro Performance, a Seguradora não poderá se recusar a pagar ao FUNDO a indenização devida nos termos das Apólices de Seguro Performance em virtude do não-pagamento do prêmio pelas Cedentes.

## CAPÍTULO XVIII - DA ASSEMBLÉIA GERAL

**Artigo 55:** Será de competência privativa da Assembléia Geral de quotistas do FUNDO:

I - tomar anualmente, no prazo máximo de 02 (dois) meses após o encerramento do exercício social, as contas do FUNDO e deliberar sobre as demonstrações financeiras desse;

II - deliberar sobre a substituição do ADMINISTRADOR;

III - deliberar sobre a elevação da taxa de administração praticada pelo ADMINISTRADOR, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;

IV - deliberar sobre incorporação, fusão, cisão, liquidação ou promulgação do FUNDO; e

V - deliberar sobre a alteração da remuneração alvo das Cotas Seniores, conforme definido neste Regulamento; e

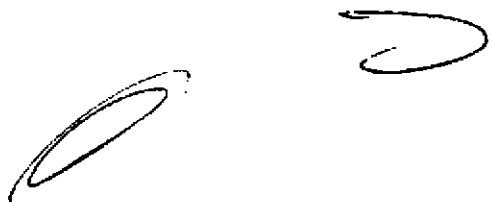
VI - deliberar sobre qualquer alteração no Regulamento.

**Parágrafo Único:** O Regulamento do FUNDO poderá ser alterado, independentemente de Assembléia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento às exigências de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos quotistas.

**Artigo 56:** A Assembléia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do FUNDO, em defesa dos direitos e dos interesses dos quotistas.

**Parágrafo Único:** Somente pode exercer as funções de representante de quotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

I - ser quotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos quotistas;



-400706 670769

II - não exercer cargo ou função no **ADMINISTRADOR**, em seu controlador, em sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e

III - não exercer cargo nas Cedentes e em pessoa jurídica que figure na qualidade de devedor de Direitos Creditórios Elegíveis integrantes da carteira do **FUNDO**.

**Artigo 57:** A convocação da Assembleia Geral de Quotistas do **FUNDO** far-se-á mediante anúncio publicado no(s) periódico(s) de que trata o inciso IV, do artigo 4º deste Regulamento, por meio de carta com aviso de recebimento endereçado a cada quotista ou por correio eletrônico, do qual constarão, obrigatoriamente, o dia, hora e local em que será realizada a Assembleia e ainda, de forma sucinta, os assuntos a serem tratados.

**Parágrafo 1º:** A convocação da Assembleia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, contado o prazo da data de publicação do primeiro anúncio ou do envio de carta com aviso de recebimento ou do correio eletrônico aos quotistas.

**Parágrafo 2º:** Não se realizando a Assembleia Geral, será publicado novo anúncio de segunda convocação ou novamente providenciado o envio de carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico aos quotistas, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias.

**Parágrafo 3º:** Salvo motivo de força maior, a Assembleia Geral realizar-se-á no local onde o **ADMINISTRADOR** tiver a sede; quando houver necessidade de efetuar-se em outro lugar, os anúncios cartas ou correios eletrônicos endereçados aos quotistas indicarão, com clareza, o lugar da reunião, que, em nenhum caso, poderá ser fora da localidade da sede do **ADMINISTRADOR**.

**Parágrafo 4º:** Independentemente das formalidades previstas neste artigo, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os quotistas.

**Parágrafo 5º:** Para efeito do disposto no parágrafo 2º, admite-se que a segunda convocação da Assembleia Geral seja providenciada juntamente com o anúncio, a carta ou correio eletrônico de primeira convocação.

**Artigo 58:** Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembleia Geral de quotistas pode reunir-se por convocação do **ADMINISTRADOR** ou de quotistas possuidores de quotas que representem isoladamente ou em conjunto, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das quotas emitidas.

**Artigo 59:** Na Assembleia Geral, a ser instalada com a presença de pelo menos um quotista, as deliberações devem ser tomadas pelo critério da maioria de quotas dos quotistas presentes, correspondendo a cada quota um voto, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º deste artigo.

**Parágrafo 1º:** As deliberações relativas às matérias previstas no artigo 55, inciso I serão tomadas em primeira convocação pela maioria das quotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das quotas dos presentes.

**Parágrafo 2º:** Somente podem votar na Assembleia Geral os cotistas do **FUNDO**, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de um ano.

**Parágrafo 3º:** Não têm direito a voto na assembleia geral o **ADMINISTRADOR** e seus empregados.



- 4 OUT 06 670769

**Parágrafo 4º:** As deliberações sobre as matérias indicadas no Artigo 55, incisos II, III, IV e V dependerão de aprovação, em Assembleia Geral, de Cotistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) da Cotas emitidas com direito a voto nos termos deste Artigo 55.

**Parágrafo 5º:** Não obstante as regras acima estabelecidas, os quotistas titulares de quotas subordinadas terão direito de vetar, por maioria dos presentes, qualquer deliberação de aumento da taxa de administração, bem como a elevação do *benchmark* de rentabilidade das quotas seniores em circulação.

**Artigo 60:** As decisões da assembleia geral devem ser divulgadas aos quotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua realização.

**Parágrafo Único:** A divulgação referida no *caput* deve ser providenciada mediante anúncio publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do FUNDO ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada quotista.

**Artigo 61:** As modificações aprovadas pela Assembleia Geral de quotistas passam a vigorar a partir da data do protocolo na CVM dos seguintes documentos:

- I – lista de quotistas presentes na assembleia geral;
- II – cópia da ata da assembleia geral;
- III – exemplar do regulamento, consolidando as alterações efetuadas, devidamente registrado em cartório de títulos e documentos; e
- IV – modificações procedidas no prospecto.

## CAPÍTULO XIX - DOS ENCARGOS DO FUNDO

**Artigo 62:** Constituem encargos do FUNDO, além da remuneração dos serviços de administração e de distribuição de quotas do FUNDO, as seguintes despesas, que podem ser debitadas pelo ADMINISTRADOR:

- a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do FUNDO;
- b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- c) despesas com correspondências de interesse do FUNDO, inclusive comunicações aos quotistas;
- d) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do FUNDO e da análise de sua situação e da atuação do ADMINISTRADOR;
- e) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do FUNDO;
- f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do FUNDO, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do FUNDO ou à realização de Assembleia Geral de quotistas;
- h) taxas de custódia de ativos do FUNDO;



- 4 OUT 06 670769

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

i) despesas com a contratação de agência classificadora de risco; e

j) despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos quotistas, como representante dos quotistas;

l) despesa com a taxa de registro na BOVESPA/SOMA; e

m) despesa com a anuidade na BOVESPA/SOMA.

**Parágrafo Único:** As despesas decorrentes de serviços de consultoria relativamente à análise e seleção dos ativos e modalidades para integrarem a carteira do **FUNDO**, bem como quaisquer outras não previstas como encargos do **FUNDO** devem correr por conta do **ADMINISTRADOR**.

## CAPÍTULO XX - DA PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS

**Artigo 63:** O **ADMINISTRADOR** irá divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao **FUNDO**, tal como a eventual alteração da classificação de risco do **FUNDO** ou dos Direitos Creditórios Elegíveis e demais ativos integrantes da respectiva carteira, de modo a garantir a todos os quotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso.

**Parágrafo Único:** A divulgação das informações previstas neste artigo deve ser feita por meio de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO** definido no Prospecto ou através de correio eletrônico e mantida disponível para os quotistas na sede e agências do **ADMINISTRADOR** e nas instituições que coloquem quotas do **FUNDO**.

**Artigo 64:** O **ADMINISTRADOR** deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos quotistas, em sua sede e dependências, informações sobre:

I - o número de quotas de propriedade de cada um e o respectivo valor;

II - a rentabilidade do **FUNDO**, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e

III - o comportamento da carteira de Direitos Creditórios Elegíveis e demais ativos do **FUNDO**, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

**Artigo 65:** O **ADMINISTRADOR** deve colocar as demonstrações financeiras do **FUNDO** à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos:

I - de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e

II - de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

**Artigo 66:** As demonstrações financeiras do **FUNDO** estarão sujeitas às normas de escrituração expedidas pela CVM e serão auditadas por auditor independente registrado na CVM.

-4 OUT 06 670769

**Parágrafo 1º:** O exercício social do **FUNDO** tem duração de 01 (um) ano, com início em 1º de julho e término em 30 de junho de cada ano.

**Parágrafo 2º:** Enquanto a CVM não editar as normas referidas no *caput*, aplicam-se ao **FUNDO** as disposições do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, editado pelo Banco Central do Brasil.

## CAPÍTULO XXI – EVENTOS DE AVALIAÇÃO

**Artigo 67:** Na hipótese de ocorrência das situações a seguir descritas, caberá ao **ADMINISTRADOR**, ao **CUSTODIANTE**, ou aos quotistas interessados, convocar uma Assembleia Geral de Quotistas para que esta, após apresentação das situações da carteira pelo **ADMINISTRADOR**, delibere sobre a continuidade do **FUNDO** ou sua liquidação antecipada, e conseqüente definição de cronograma de pagamentos dos quotistas:

I - inobservância pelo **ADMINISTRADOR** de seus deveres e obrigações previstas no Capítulo II deste Regulamento, que não seja um evento de Liquidação Antecipada, operacionalizada pelo **CUSTODIANTE**, em conformidade com as ordens do **ADMINISTRADOR/ GESTORA**;

II - renúncia do **ADMINISTRADOR** à administração do **FUNDO**;

III - inobservância pelo **CUSTODIANTE** de seus deveres e obrigações previstos no parágrafo único do artigo 9º deste Regulamento, desde que, notificado pelo **ADMINISTRADOR** para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do recebimento da referida notificação;

IV - aquisição reiterada, pelo **ADMINISTRADOR**, de direitos creditórios em desacordo com os critérios de elegibilidade, conforme exposto no Capítulo VIII deste Regulamento, verificada pelo **CUSTODIANTE**;

V - rebaixamento da classificação de risco inicial de qualquer Série de quotas do **FUNDO** em um nível, considerando-se a tabela da Agência Classificadora de Risco;

VI - não subscrição, por qualquer motivo, pelas Cedentes, uma vez decorrido o prazo de que trata o inciso I, do parágrafo único, do artigo 45, de tantas quotas subordinadas quantas sejam necessárias para restabelecer o Percentual Mínimo de Quotas Subordinadas;

VII - caso fique caracterizada e configurada qualquer hipótese de sinistro, nos termos da Apólice de Seguro Performance;

VIII - inobservância pelas Cedentes dos deveres e das obrigações previstas no Contrato de Custódia com relação à cobrança dos Direitos Creditórios Elegíveis, desde que, se notificadas pelo **ADMINISTRADOR** para sanar ou justificar o descumprimento, as Cedentes não o fizerem no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da referida notificação;

IX - não pagamento, nas datas de amortização, do valor integral da amortização de qualquer Série das quotas seniores;

X - caso a Agência Classificadora de Risco não divulgue a atualização trimestral da classificação de risco referente às Quotas Seniores por prazo igual ou superior a 60 (sessenta) dias;

XI - renúncia do **CUSTODIANTE**;



-400706 670769

REGISTRADO E INDEXADO  
19/07/2010 14:05:00

XII - se houver rescisão do Contrato de Custódia, ou do contrato de guarda dos documentos que amparam os direitos creditórios, se houver, e não tenha sido deliberado pelos quotistas, reunidos em Assembléia Geral, a escolha de um novo **CUSTODIANTE** para o **FUNDO** no prazo de 30 (trinta) dias; e

XIII - ocorrência de qualquer evento de rescisão do Contrato de Cessão.

**Parágrafo Único:** Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, o **ADMINISTRADOR** suspenderá imediatamente o pagamento pela amortização de quotas subordinadas ainda em aberto, se houver. Concomitantemente, o **ADMINISTRADOR** deverá convocar, no prazo de 05 (cinco) dias, uma Assembléia Geral, a ser realizada num prazo não superior a 20 (vinte) dias, para que seja avaliado o grau de comprometimento do **FUNDO**. Caso a Assembléia Geral decida que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Liquidação, o **ADMINISTRADOR** deverá implementar os procedimentos definidos no artigo 64, incluindo a convocação de nova Assembléia Geral.

**Artigo 68:** Na hipótese de liquidação do **FUNDO**, os titulares de quotas seniores terão o direito de partilhar o patrimônio na proporção dos valores previstos para amortização ou resgate da respectiva série e no limite desses mesmos valores, na data de liquidação, sendo vedado qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares de quotas seniores.

**Artigo 69:** Cada Série "n" de quotas seniores do **FUNDO** será liquidada por ocasião do término do seu prazo de duração.

**Artigo 70:** Poderá haver a liquidação antecipada do **FUNDO** nas seguintes situações:

I - por deliberação de assembléia geral de quotistas, nas hipóteses descritas no artigo 45, parágrafo único, III, letra "c" e artigo 8º, II, "b", ambos deste Regulamento;

II - caso o Contrato de Cessão seja, por qualquer motivo, resiliado;

III - se houver amortização de quotas subordinadas em desacordo com o disposto no Regulamento, e;

IV - se houver decretação de falência das Cedentes.

**Parágrafo 1º:** Nas hipóteses do inciso I supra, se a decisão Assembléia Geral for a de não liquidação do **FUNDO**, fica desde já assegurado o resgate das quotas seniores dos quotistas dissidentes que o solicitarem, pelo valor das mesmas.

**Parágrafo 2º:** Na ocorrência de liquidação antecipada do **FUNDO**, as quotas poderão ser resgatadas em direitos creditórios.

**Parágrafo 3º:** Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação Antecipada, independentemente de qualquer procedimento adicional, o **ADMINISTRADOR** deverá i) notificar os Quotistas, ii) suspender imediatamente o pagamento de qualquer parcela de amortização em andamento, se houver; e iii) dar início aos procedimentos de liquidação antecipada de quotas do **FUNDO** definidos no parágrafo 4º abaixo. O **ADMINISTRADOR** deverá convocar, no prazo de 05 (cinco) dias, uma Assembléia Geral, a ser realizada num prazo não superior a 20 (vinte) dias, para que os quotistas deliberem sobre as medidas que serão adotadas visando preservar seus direitos, suas garantias e prerrogativas, observando o direito de resgate dos quotistas dissidentes de que trata o parágrafo 1º deste artigo.



-4 OUT 06 670769

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
RIO DE JANEIRO - RJ

**Parágrafo 4º:** Após o pagamento das despesas e encargos do **FUNDO**, será pago aos titulares de quotas seniores, se o patrimônio do **FUNDO** assim permitir, o valor apurado conforme o artigo 44 deste Regulamento, em vigor na própria data de liquidação, proporcionalmente ao valor das quotas. O total do eventual excedente, após o pagamento aos titulares das quotas seniores, será pago aos titulares de quotas subordinadas, conforme a respectiva quantidade de quotas de cada titular, observando-se:

I - os quotistas poderão receber tal pagamento em direitos creditórios, nos termos da parágrafo 2º deste artigo, cujo valor deverá ser apurado com observância ao disposto no artigo 44, desde que assim deliberado em Assembléia Geral convocada para este fim, e;

II - que o **ADMINISTRADOR** poderá ainda alienar parte ou a totalidade dos Direitos Creditórios Elegíveis de titularidade do **FUNDO**, pelo respectivo valor, apurado com observância ao que dispõe o artigo 44, acrescido de todos os custos e despesas necessários para a liquidação e extinção do **FUNDO**, devendo utilizar os recursos da eventual alienação no resgate das quotas seniores e quotas subordinadas.

**Parágrafo 5º:** A liquidação do **FUNDO** será gerida pelo **ADMINISTRADOR**, observando: i) as disposições deste Regulamento ou o que for deliberado na Assembléia Geral, e; ii) que cada quota de determinada classe será conferido tratamento igual ao conferido às demais quotas de mesma classe.

## CAPÍTULO XXII - DISPOSIÇÕES FINAIS

**Artigo 71:** Fica eleito o foro da comarca da Capital do Estado de São Paulo, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser, para propositura de quaisquer ações judiciais relativas ao **FUNDO** ou a questões decorrentes da aplicação deste Regulamento.

  
**OLIVEIRA TRUST DTVM S.A.**

José Alexandre C. de Freitas  
**DIRETOR**

Alexandre Lodi de Oliveira  
**Procurador**

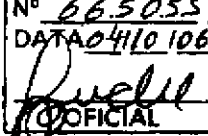
5º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
Av. Rio Branco, 109 Gr. 202 - Plo de Janeiro Tel.: 2507-5197  
Registrado, digitalizado e microfilmado sob o número de  
Protocolo e data declarados à margem. O QUE CERTIFICO.

☐ Durval Hale  
Oficial Titular  
Ato Exec. 1856/98 TJ

☐ Paulo André M. da Costa  
2º Escrevente Substituto  
CTPS 8201 Série 053

☐ Aurora I. Hale  
1º Escrevente Substituto  
CTPS 40371 Série 121

☐ Fabiano Alves Barbosa  
3º Escrevente Substituto  
CTPS 013782 série 91

**VERBACAL AU  
PROTOCOLO**  
Nº 66.505.5  
DATA 04/10/06  
  
**OFICIAL**



-4 OUT 06 670769

REGISTRADO E AUTENTICADO  
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

11 SET 06 668661

REGISTRADO E AUTENTICADO  
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DEDINI-DULCINI  
AGROINDUSTRIAL  
CNPJ nº 08.202.282/0001-11**

**Suplemento da 1ª Série Sênior**

**ANEXO**

Suplemento nº 01 referente à 1ª Série emitida nos termos do regulamento do "FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DEDINI/DULCINI AGROINDUSTRIAL", registrado em 31/07/06 sob o nº 865055 no 5º Cartório de Títulos e Documentos da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, do qual este Suplemento é parte integrante, inscrito no CNPJ sob o nº 08.202.282/0001-11 e administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Os documentos necessários ao registro da 1ª Distribuição, definidas na Instrução CVM, foram devidamente protocolados pelo ADMINISTRADOR na CVM em 01 de agosto de 2006.

1. O prazo de duração da 1ª Série é de 12 meses, contados da data do início da distribuição pública das quotas seniores da 1ª Série.

2. Serão emitidas até 8.000 (oito mil) quotas, com um valor inicial, na Data de Emissão das Cotas da 1ª Série, de R\$10.000,00 (dez mil reais) cada, sendo até (i) 7.600 (sete mil e seiscentas) quotas seniores; e (ii) até 400 (quatrocentas) quotas subordinadas.

3. O valor mínimo de subscrição de quotas seniores e subordinadas no período de distribuição da 1ª Série é de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), não havendo limite máximo de subscrição por investidor.

4. A distribuição da 1ª Série de quotas seniores do FUNDO, ofertadas publicamente, será liderada pelo BANCO STANDARD DE INVESTIMENTOS S.A., instituição financeira com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2277, 12º andar, inscrito no CNPJ/MF sob nº 04.888.275/0001.63, que poderá contratar terceiros devidamente habilitados para prestar tais serviços sempre em conformidade com o disposto no Prospecto da 1ª Série.

5. A critério do ADMINISTRADOR, atingido o patamar mínimo de distribuição de quotas seniores 1ª Série correspondente a 50% (cinquenta por cento) das quotas seniores da 1ª Série emitidas e, conseqüentemente de quotas subordinadas, poderá se dar por encerrado o período de distribuição de quotas do FUNDO. O saldo não colocado poderá ser cancelado antes do prazo mencionado no Artigo 47.

5.1 O ADMINISTRADOR deverá observar, inclusive na hipótese acima, a relação entre o valor das quotas seniores e o patrimônio líquido do FUNDO, definida no Artigo 45 deste Regulamento.

6. A 1ª Série de quotas seniores, representativa do Patrimônio Inicial do FUNDO, possui um benchmark de rentabilidade, no médio e longo prazo, de 110% (cento e dez por cento) da taxa dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros ("CDI") de 01 (um) dia - "over extragrupo", expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias,



668661-5ºRTD  
CVM 078  
Total 248,00  
EIN 188,50-Fee 38,71-SPD 8,08-Min 7,08-Ac 8,34  
Registrado, autenticado e digitalizado em 11/09/06

11 SET 06 668661

Esta folha é parte integrante do Suplemento da 1ª Série Sênior do FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DEDINI-DULCINI AGROINDUSTRIAL, datado de 08 de agosto, 2006.

calculada e divulgada pela Câmara de Liquidação e Custódia - CETIP. As quotas subordinadas não possuirão *benchmark* de rentabilidade definido.

7. Não obstante o acima disposto, não existe qualquer promessa do FUNDO, do ADMINISTRADOR ou da GESTORA acerca da rentabilidade das aplicações dos recursos do FUNDO.

8. A partir do 2º (segundo) mês contado da data do início da distribuição pública, as quotas seniores da 1ª Série do FUNDO terão seus valores de principal investido amortizados mensalmente conforme a proporção abaixo, de acordo com o seguinte cronograma:

2º mês	1/11	06/10/2006	7º mês	1/6	07/03/2007
3º mês	1/10	08/11/2006	8º mês	1/5	09/04/2007
4º mês	1/9	07/12/2006	9º mês	1/4	08/05/2007
5º mês	1/8	08/01/2007	10º mês	1/3	08/06/2007
6º mês	1/7	07/02/2007	11º mês	1/2	06/07/2007

9. O pagamento das amortizações deverá ser feito no 5º (quinto) dia útil de cada mês. Se a data prevista para pagamento da amortização cair em dia não útil na praça em que o ADMINISTRADOR está sediado, tal pagamento será efetivado no primeiro dia útil subsequente.

10. O resgate das quotas seniores ocorrerá no 12º (décimo segundo) mês, contados da data do início da distribuição pública das quotas seniores, dia 07 de agosto de 2007.

11. O pagamento das amortizações e do resgate mencionados nos itens 9 e 10, acima, corresponderá ao pagamento proporcional de principal e rendimentos e deverá ser feito no quinto dia útil do mês subsequente a que se referir a respectiva parcela de amortização. Se a data prevista para pagamento da amortização cair em dia não útil na praça em que o ADMINISTRADOR está sediado, tal pagamento será efetivado no primeiro dia útil subsequente.

12. As quotas subordinadas poderão ser amortizadas mensalmente, no período compreendido entre o 3º (terceiro) mês e o 9º (nono) mês, contados da data do início da distribuição pública de cada Série "n" de quotas seniores.

13. A amortização das quotas subordinadas somente será realizada se o Patrimônio Líquido do FUNDO assim o permitir e uma vez verificado pelo ADMINISTRADOR que o Percentual Mínimo de Quotas Subordinadas seja maior que 20% (vinte por cento), e desde que:

I - seja realizada após a amortização da totalidade das quotas seniores prevista para aquele mês, definida neste Suplemento; e

II - considerada, *pro forma*, a amortização de quotas subordinadas pretendida, o FUNDO atenda, concomitantemente a manutenção de todos os parâmetros de enquadramento definidos no artigo 45 deste Regulamento.



11 SET 06 068661

Esta folha é parte integrante do Suplemento da 1ª Série Sênior do FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DEDINI-DULCINI AGROINDUSTRIAL, datado de 08 de agosto de 2006.

14. A distribuição concomitante de novas séries de quotas seniores somente poderá ser realizada após o pagamento aos Quotistas titulares de quotas seniores da 1ª Série da parcela de amortização referente ao 9º (nono) mês, de acordo com o cronograma previsto no item 8, acima.

Termos e condições definidos no Regulamento terão o mesmo significado ali atribuído quando utilizados neste Suplemento.

O presente Suplemento deverá ser registrado no 5º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, averbado à margem do registro do Regulamento do Fundo.

Rio de Janeiro, 08 de agosto de 2006.

  
**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS  
DEDINI-DULCINI AGROINDUSTRIAL**

Testemunhas:



MARIA EUNICE BOTTA M. DE F. NELLO  
CPF: 086.067.377-43  
RP: 12.857.135-3



Michelle Moreira de Souza  
MG-7.929.096  
CPF: 010.915.958-07

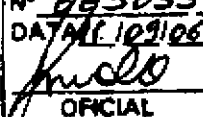
5ª OFICINA DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
Av. Rio Branco, 109 Gr. 202 - Rio de Janeiro Tel. 2507-5197  
Registrado, digitalizado e microfilmado sob o número de  
Protocolo e data declarados à margem deste CERTIFICADO.

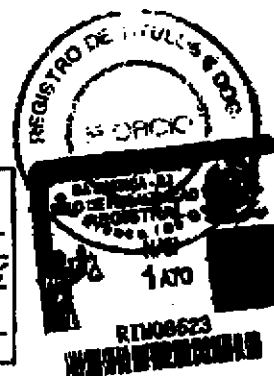
☐ Durval Hale  
Oficial Titular  
Ato Exec. 1856/98 TJ

☐ Aurora I. Hale  
1ª Escrevente Substituto  
CTPS 46371 Série 121

☐ Paulo André M. da Costa  
2ª Escrevente Substituto  
CTPS 8201 Série 053

☐ Fabiane Alves Barbosa  
3ª Escrevente Substituto  
CTPS 013782 série B1

AVERBADO AO  
PROTOCOLO  
Nº 885055  
DATA 18/09/06  
  
OFICIAL



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
5ª OFICINA  
-4 OUT 06 670769



ANEXO

Anexo II - Instituições Autorizadas

BANCO DO BRASIL S.A.
BANCO BRADESCO S.A.
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL S.A.
BANCO CITIBANK S.A.
BANCO ITAÚ S.A.

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
22-07-2003

-4 OUT 06 670769

RECEBIMOS DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
Nº 06 670769 - 22-07-2003



# ANEXO

**ANEXO III – Relação do total máximo de Direitos Creditórios relativos a cada devedor, em termos percentuais, com relação ao total do Patrimônio Líquido do FUNDO.**

RAZÃO SOCIAL	Nº Inscr. CNPJ	Concentração
RAGI REFRIGERANTES LTDA	02.286.974/0001-09	3,29%
PASTIFÍCIO SANTA AMÁLIA S.A	22.229.207/0021-19	4,18%
AD INGREDIENTES ALIMENTARES LTDA	04.787.556/0001-20	4,44%
BEBIDAS JOTA EFE IND.E COM.LTDA	20.393.286/0001-20	0,78%
BRIZA IND.E COM.DE DOCES LTDA	44.764.587/0001-80	0,94%
DIVINO SAPORE IND.ALIMENTÍCIAS LTDA	06.178.512/0001-29	2,48%
DOCES E CONSERVAS MARTINI LTDA	54.410.758/0001-27	0,27%
ULTRAPAN IND E COM LTDA	62.548.409/0001-02	2,23%
INDUSTRIA E COM. DE DOCES CASTELLANI LTDA	41.717.661/0001-10	1,57%
JOFECA IND.E COM.IMP.EXP.DE DOCES LTDA	18.925.933/0001/55	0,94%
CIA FLUMINENSE DE REFRIGERANTES LTDA	31.456.338/0001-86	24,43%
FLORESTAL ALIMENTOS S.A	91.155.259/0001-67	2,82%
INDUSTRIA FLORIDA LTDA	38.574.406/0001-50	2,86%
AJINOMOTO INTERAMERICANA IND.E COM.LTDA	46.377.636/0002-39	2,06%
AB BRASIL IND.E COM.DE ALIMENTOS LTDA	71.948.699/0002-45	8,46%
DANONE LTDA	23.643.315/0030-97	7,79%
S A FABRICA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS VIGOR	61.116.331/0001-86	8,85%
REFRIGERANTES ARCO IRIS LTDA	70.077.514/0001-56	2,09%
AJINOMOTO BIOLATINA IND.E COM. LTDA	46.344.354/0001-54	1,86%
NESTLÉ BRASIL LTDA	60.409.075/0148-89	8,44%
GAROTINHO PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA	03.866.300/0001-46	0,42%
BAGLEY DO BRASIL ALIMENTOS LTDA	06.042.467/0001-80	5,16%
MOINHOS CRUZEIRO DO SUL S.A	88.301.155/0020-71	0,83%
PASTORIZA COM E IND DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA	58.215.666/0001-47	0,70%
CITROPOLI DO BRASIL IND E COM LTDA	02.908.975/0001-48	0,69%
IRMÃOS GIRIBONI IND COM IMP EXP LTDA	49.693.187/0001-98	0,28%
AGROPECUÁRIA TUIUTI LTDA	46.732.210/0001-75	0,31%
BIMBO BRASIL LTDA	35.402.759/0001-85	0,81%

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
5-07-06

- 4 OUT 06 670769




## Anexo IV – Minuta da Apólices de Seguro Performance

## CONDIÇÕES GERAIS

1. OBJETO

Este seguro garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador no contrato principal, firmado com o segurado, conforme os termos da apólice.

2. DEFINIÇÕES

- I. Seguro-Garantia: seguro que garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador no contrato principal, conforme os termos da apólice.
- II. Contrato Principal: o documento contratual, seus aditivos e anexos, que especificam as obrigações e direitos do segurado e do tomador.
- III. Proposta: instrumento formal de pedido de emissão de apólice de seguro, firmado nos termos da legislação em vigor.
- IV. Apólice: documento, assinado pela seguradora, que representa formalmente o seguro-garantia.
- V. Endosso: instrumento formal, assinado pela seguradora, que introduz modificações na apólice de seguro-garantia, mediante solicitação e anuência expressa das partes.
- VI. Condições Gerais: as cláusulas, da apólice, de aplicação geral a qualquer modalidade de seguro-garantia.
- VII. Condições Especiais: as cláusulas da apólice que especificam as diferentes modalidades de cobertura do contrato de seguro e alteram as disposições estabelecidas nas condições gerais.
- VIII. Condições Particulares: as que particularizam a apólice, discriminando o segurado, o tomador, o objeto do seguro, o valor garantido e demais características aplicáveis a um determinado contrato de seguro.
- IX. Segurado: credor das obrigações assumidas pelo tomador no contrato principal.
- X. Tomador: devedor das obrigações por ele assumidas no contrato principal.
- XI. Seguradora: a sociedade de seguros garantidora, nos termos da apólice, do cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador no contrato principal.
- XII. Prêmio: importância devida, à seguradora, pelo tomador, para obter a cobertura do seguro.

- 40106 670763

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
S. C. 0203 29  
02/10/2009 3 501811 20 02151023

XIII. Sinistro: o inadimplemento das obrigações cobertas pelo seguro.

XIV. Indenização: o pagamento dos prejuízos diretos resultantes do inadimplemento das obrigações cobertas pelo seguro.

### 3. VALOR DA GARANTIA

3.1. O valor da garantia desta apólice deve ser entendido como o valor máximo nominal por ela garantido.

3.2. Quando efetuadas alterações de valores previamente estabelecidas no contrato principal, o valor da garantia deverá acompanhar tais modificações.

3.3. Para alterações posteriores efetuadas no contrato principal, em virtude das quais se faça necessária a modificação do valor contratual, o valor da garantia poderá também ser modificado, mediante solicitação à seguradora de emissão de endosso de cobrança ou restituição de prêmio relativo ao acréscimo ou ao decréscimo do valor da garantia e ao prazo a decorrer.

### 4. PRÊMIO DO SEGURO

4.1. O tomador é o responsável pelo pagamento do prêmio à seguradora.

4.2. Fica entendido e acordado que o seguro continuará em vigor mesmo quando o tomador não houver pagado o prêmio nas datas convencionadas.

### 5. VIGÊNCIA

A vigência da cobertura do seguro-garantia será igual ao prazo estabelecido no contrato principal, devendo o tomador efetuar o pagamento do prêmio por todo este prazo.

### 6. EXPECTATIVA E CARACTERIZAÇÃO DO SINISTRO

6.1. Comprovada pelo segurado a inadimplência do tomador em relação às obrigações cobertas pela presente apólice, e quando resultar infrutífera a notificação extrajudicial feita ao tomador, o segurado terá o direito de exigir, da seguradora, a indenização devida.

6.2. Ao efetuar a notificação extrajudicial ao tomador, o segurado deverá, concomitantemente, comunicar à seguradora a expectativa do sinistro, por meio de envio de cópia da notificação extrajudicial, bem como documentação indicando claramente os itens não cumpridos do contrato, com a resposta do tomador, se houver.

### 7. INDENIZAÇÃO

7.1. Caracterizado o sinistro, a seguradora indenizará o segurado, até o limite da garantia desta apólice, segundo uma das formas abaixo, conforme for acordado entre ambos:

- I. realizando, por meio de terceiros, o objeto do contrato principal, de forma a lhe dar continuidade e o concluir, sob a sua integral responsabilidade; ou
- II. pagando os prejuízos causados pela inadimplência do tomador.

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
22-07-2006

- 4 OUT 06 670769

- 7.2. O pagamento da indenização, ou o início do cumprimento da obrigação, deverá ocorrer no prazo máximo de trinta dias, contados a partir da data de entrega de todos os documentos relacionados pela seguradora como necessários à caracterização e à regulação do sinistro.

8. SUB-ROGAÇÃO

Paga a indenização ou iniciado o cumprimento das obrigações inadimplidas pelo tomador, a seguradora sub-rogar-se-á nos direitos do segurado contra o tomador, ou contra terceiros cujos atos ou fatos tenham dado causa ao sinistro.

9. ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

9.1. A seguradora ficará isenta de responsabilidade em relação a esta apólice na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

- I. Casos fortuitos ou de força maior, nos termos do Código Civil Brasileiro;
- II. Descumprimento das obrigações do tomador decorrente de atos ou fatos de responsabilidade do segurado;
- III. Alteração das obrigações contratuais garantidas por esta apólice, que tenham sido acordadas entre segurado e tomador, sem prévia anuência da seguradora;
- IV. Atos ilícitos dolosos praticados pelo segurado ou por seu representante legal.

9.2. Excluem-se, expressamente, da responsabilidade da seguradora, todas e quaisquer multas que tenham caráter punitivo, salvo disposição em contrário prevista nas condições especiais.

10. CONCORRÊNCIA DE GARANTIAS

No caso de existirem duas ou mais garantias, cobrindo cada uma delas o objeto deste seguro, a seguradora responderá, proporcionalmente, com os demais participantes.

11. EXTINÇÃO DA GARANTIA

A garantia dada por este seguro extinguir-se-á:

- I. quando o objeto do contrato principal garantido pela apólice for definitivamente realizado mediante termo ou declaração assinada pelo segurado ou devolução da apólice;
- II. quando segurado e seguradora assim o acordarem;
- III. com o pagamento da indenização;

-400706 670769

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
SECRETARIA



- IV. quando do término da vigência previsto na apólice, salvo se estabelecido em contrário nas condições especiais ou quando prorrogado por meio de endosso, em caso de alteração do prazo do contrato principal.

12. CONTROVÉRSIAS

12.1. As controvérsias surgidas na aplicação destas condições poderão ser resolvidas:

- I. por arbitragem; ou
- II. por medida de caráter judicial.

12.2. No caso de arbitragem, deverá constar, na apólice, a cláusula compromissória.

13. PRESCRIÇÃO

Os prazos prescricionais são aqueles determinados pela lei.

14. FORO

As questões judiciais entre seguradora e segurado serão processadas no foro do domicílio deste.

**CLÁUSULAS DE EXCLUSÃO**

**1.Exclusão de danos por interpretação de datas por equipamentos eletrônicos**

Fica entendido e concordado que este seguro não cobre qualquer prejuízo, dano, destruição, perda e/ou reclamação de responsabilidade, de qualquer espécie, natureza ou interesse, desde que devidamente comprovado pela seguradora, que possa ser, direta e indiretamente, originado de , ou consistir em:

- I. Falha ou mau funcionamento de qualquer equipamento e/ou programa de computador e/ou sistema de computação eletrônica de dados em reconhecer e/ou corretamente interpretar e/ou processar e/ou distinguir e/ou salvar qualquer data como a real e correta data de calendário, ainda que continue a funcionar corretamente após aquela data.
- II. Qualquer ato, falta, inadequação, incapacidade, inabilidade ou decisão do segurado ou de terceiro, relacionado com a não utilização ou não disponibilidade de qualquer propriedade ou equipamento de qualquer tipo, espécie ou qualidade, em virtude do risco de reconhecimento, interpretação ou processamento de datas e calendário.

Para todos os efeitos, entende-se como equipamento ou programa de computador os circuitos eletrônicos, microchips, circuitos integrados, microprocessadores, sistemas embutidos, hardwares (equipamentos computadorizados), firmwares (programa residentes em equipamentos computadorizados), programas, computadores, equipamentos de processamento de dados, sistemas ou equipamentos de telecomunicações ou qualquer outro equipamento similar, sejam eles de propriedade do segurado ou não.

RECEBIMOS EM 06/09/2006  
DE 08/09/2006  
DE 08/09/2006  
DE 08/09/2006  
DE 08/09/2006  
DE 08/09/2006  
DE 08/09/2006  
DE 08/09/2006  
DE 08/09/2006  
DE 08/09/2006

-4 OUT 06 670769

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
DE 08/09/2006

# ANEXO

A presente cláusula é abrangente e derroga inteiramente qualquer dispositivo do contrato de seguro que com ela conflite ou divirja.

## 2. Riscos Excluídos

Esta apólice não assegura riscos originários de outras modalidades de seguro garantia ou cobertos por outros ramos de seguro, não assegurando ainda, obrigações quanto ao pagamento de tributos, obrigações trabalhistas de qualquer natureza, de seguridade social e indenizações a terceiros.



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
22.07.2011 14:00:00

-4 OUT 06 870769


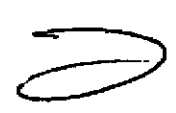
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
22.07.2011 14:00:00

**SEGURO GARANTIA DE OBRIGAÇÕES PRIVADAS**  
**CONDIÇÕES PARTICULARES**  
**APÓLICE N.º**  
**SUSEP – 15414.100632/2004-10**

A **MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 11.711 – 10º andar – Edifício Mapfre - Brooklin, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 61.074.175/0001-38, garante, de acordo com a Circular n.º 232, de 03 de junho de 2003, emanada pela Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"), pelo presente instrumento e condições desta Apólice, a [·], com sede na [·], Cidade de [·], Estado de [·], devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º [·], na qualidade de Segurado ("**SEGURADO**"), e [·], com sede na [·], Cidade de [·], Estado de [·], devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º [·], na qualidade de Beneficiário ("**BENEFICIÁRIO**"), nos valores e condições constantes das Condições Particulares que fazem parte integrante e inseparável desta Apólice, permanecendo esta garantia em vigor até o cumprimento integral das obrigações pela [·], com sede na [·], Cidade de [·], Estado de [·], devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º [·], na qualidade de Tomador ("**TOMADOR**"), ora garantidas pela presente apólice.

Esta apólice é prestada para garantir o fornecimento da (o) | | contratualmente exigível do **TOMADOR**, nos termos do Contrato [·] N° [·] celebrado entre o **SEGURADO** e o **TOMADOR** e aprovado pelo **BENEFICIÁRIO** em ..... de ..... de 2005 ("**CONTRATO**"), visando o pagamento de indenização ao **BENEFICIÁRIO** pelos prejuízos decorrentes do eventual inadimplemento das obrigações assumidas pelo **TOMADOR** em relação aos adiantamentos de pagamentos concedidos pelo **BENEFICIÁRIO** em favor do **TOMADOR**, que não tenham sido liquidados na forma prevista no **CONTRATO**.

Fica, também, entendido e acordado que, caracterizado o sinistro, conforme condições anexas à presente Apólice, o valor da garantia aqui estabelecida é de R\$ [·] ([·] de Reais), durante a vigência desta apólice e até a data da indenização ao **SEGURADO**.

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
SUSEP - 15414.100632/2004-10

-4 OUT 06 670769

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
SUSEP - 15414.100632/2004-10



**CONDIÇÕES PARTICULARES ANEXAS A APÓLICE DE SEGURO GARANTIA  
N.º**

**SEGURADO:** [.]  
**TOMADOR:** [.]  
**SEGURADORA:** MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A  
**BENEFICIÁRIO:** [.]  
**RESSEGURADOR:** IRB-BRASIL RESSEGUROS S/A

**CLÁUSULA 1ª - VALOR DO ADIANTAMENTO**

O valor do adiantamento efetuado ao **TOMADOR** pelo **BENEFICIÁRIO** em adiantamento pelos recebíveis do **CONTRATO** é de R\$ [.] ([.] milhões de Reais), conforme termos e condições pactuados na Cláusula [.] do **CONTRATO**.

**CLÁUSULA 2ª - OBJETO DO SEGURO**

Esta apólice visa garantir ao **SEGURADO** o pagamento de indenização, até o limite máximo estipulado na Cláusula 3ª desta Apólice, em Reais, pelos prejuízos decorrentes do descumprimento total ou parcial pelo **TOMADOR** de suas obrigações previstas no **CONTRATO**, em especial da obrigação de entrega da(o) [.] contratualmente exigível, que não tenham sido liquidadas nos termos, prazos e condições previstos no **CONTRATO**.

**CLÁUSULA 3ª - LIMITE MÁXIMO DE INDENIZAÇÃO**

O Limite Máximo de Indenização será de R\$ [.] ([.] milhões de Reais), vigente até o cumprimento total do **CONTRATO** pelo **TOMADOR**.

**CLÁUSULA 4ª - PRAZO DO SEGURO**

O prazo de vigência desta Apólice é de [.] ([.]) dias, a contar das 24 horas do dia [.] de [.] de , em conformidade com o **CONTRATO**, o qual é parte integrante e inseparável deste Contrato de Seguro, ou até o final cumprimento, pelo **TOMADOR**, de todas as obrigações por ele assumidas no **CONTRATO**.

**CLÁUSULA 5ª - CARACTERIZAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DO SINISTRO**

No caso de o **TOMADOR** deixar de entregar a(o) [.] vendida(o) no todo ou em parte, nos termos, prazos e condições previstos no **CONTRATO**, garantido por esta apólice, o **SEGURADO** e/ou **BENEFICIÁRIO** poderá reclamar o pagamento da indenização devida de qualquer prejuízo ocorrido e coberto pela Apólice, cujo valor deverá corresponder ao valor total dos adiantamentos efetuados pelo **BENEFICIÁRIO** ao **TOMADOR**, deduzido do valor as eventuais entregas parciais da(o) [.] já efetuadas pelo **TOMADOR**, nos termos do **CONTRATO**. A solicitação de pagamento da indenização junto à **SEGURADORA** deverá ser feita pelo **SEGURADO** e/ou **BENEFICIÁRIO**, mediante simples notificação extrajudicial ao **TOMADOR** ("Notificação Extrajudicial") e envio concomitante de cópia da Notificação Extrajudicial, bem como de documentação indicando os itens não cumpridos do **CONTRATO**, confirmando a inadimplência do **TOMADOR**.

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
3º OFÍCIO

-4 OUT 06 670769

**CLÁUSULA 6ª - PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO**

A **SEGURADORA**, após o recebimento da Notificação Extrajudicial enviada pelo **SEGURADO** e/ou **BENEFICIÁRIO**, confirmando a inadimplência do **TOMADOR** e, observados os termos e condições da Cláusula 7ª (Isenção de Responsabilidade) destas Condições Particulares, compromete-se a efetuar o pagamento até o limite máximo de indenização, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da conclusão da caracterização do sinistro, caracterização esta que não poderá exceder o prazo de 30 (trinta) dias úteis a partir do recebimento da Notificação Extrajudicial, de tal sorte que, não ocorrendo contestação procedente da **SEGURADORA** à caracterização do sinistro com base nas exceções previstas na Cláusula 7ª desta Apólice, o **SEGURADO** e/ou **BENEFICIÁRIO** receberá a indenização, dentro do prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias úteis contados da data do recebimento da Notificação Extrajudicial pela **SEGURADORA**. Fica entendido e acordado, que em toda e qualquer indenização devida relativa ao seguro, não estará inclusa nenhuma verba acessória ou qualquer multa moratória imputável ao **TOMADOR**.

6.1 Existindo produto disponível no mercado, com idênticas especificações às estipuladas no **CONTRATO**, a **SEGURADORA** será facultado, caso seja acordado entre as partes, substituir a indenização securitária pela entrega da(o) [...], respeitados os prazos de entrega, quantidades e as demais condições e cláusulas do **CONTRATO**, deduzidas eventuais quantidades anteriormente entregues pelo **TOMADOR** ao **SEGURADO**.

**CLÁUSULA 7ª - ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE**

Fica entendido e acordado que, independente de qualquer outra disposição a este respeito em qualquer outro documento relativo a este seguro, a isenção de responsabilidade desta **SEGURADORA** se aplica apenas nas seguintes hipóteses:

7.1 Caso fortuito ou de força maior, nos termos do Código Civil, além de outros eventos imprevisíveis e insuperáveis de natureza semelhante, a guerra declarada ou não declarada ou outra atividade militar, terrorismo, insurreição, desobediência civil ou desordem pública, greves patronais, outros distúrbios trabalhistas e motins que não sejam limitados exclusivamente às usinas e operações, diretas ou indiretas, do **TOMADOR**, mas que estejam diretamente relacionados ao Risco Segurado por esta **APÓLICE** de Seguros, que impeçam o **TOMADOR** de cumprir suas obrigações de entrega e/ou de pagamento na forma do **CONTRATO** garantido e, ainda, cujos efeitos não eram passíveis de serem evitados ou impedidos, sendo que falência, insolvência, concordata ou fraude do **TOMADOR**, não poderá ser alegada como motivo de força maior.

7.2 Descumprimento das obrigações do **TOMADOR** assumidas no **CONTRATO** decorrente de atos ou fatos de responsabilidade do **SEGURADO** e/ou **BENEFICIÁRIO**.

7.3 Alteração ou modificação das obrigações contratuais estipuladas no **CONTRATO**, garantidas por esta apólice, que tenham sido acordadas entre **BENEFICIÁRIO**, **SEGURADO** e **TOMADOR** sem prévia anuência da **SEGURADORA**.

7.3.1. Tendo a alteração e/ou modificação do **CONTRATO** sido encaminhada para anuência da **SEGURADORA** e tendo esta recebido comprovadamente a comunicação de alteração e/ou modificação do **CONTRATO**, não se havendo manifestação da **SEGURADORA** no prazo de 30 (trinta) dias corridos a contar da data da referida alteração e/ou modificação recebida pela seguradora, reputar-se-ão integralmente aprovadas as alterações e/ou modificações em questão,

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
30/09/2010 14:00:00

independentemente de qualquer outra manifestação ou correspondência entre as partes.

7.4 Ato ilícito doloso praticado pelo **SEGURADO** e/ou **BENEFICIÁRIO** ou por seu representante legal.

#### **CLÁUSULA 8ª - EXTINÇÃO DE COBERTURA DO SEGURO**

O **TOMADOR** não terá quaisquer responsabilidades com relação ao objeto da presente garantia, se a inexecução total ou parcial de qualquer uma de suas obrigações, na forma citada no **CONTRATO**, for causada diretamente por um dos eventos supracitados nos itens 7.1 e 7.2. e, desde que seus empregados, prepostos e/ou terceiros por ele contratados, não tenham contribuído por ação ou omissão, bem como por negligência, imprudência ou imperícia para a ocorrência do evento.

#### **CLÁUSULA 9ª - PRÊMIO DO SEGURO**

9.1 A presente Apólice continuará em vigor mesmo quando o **TOMADOR** não houver pago o prêmio à **SEGURADORA** conforme convencionado. Não paga pelo **TOMADOR** qualquer parcela do prêmio devido, ocorrerá o vencimento automático das demais, podendo a **SEGURADORA** tomar as medidas judiciais cabíveis para obter o pagamento devido pelo **TOMADOR**. A **SEGURADORA** não poderá se recusar a pagar ao **BENEFICIÁRIO** a indenização devida nos termos da Cláusula Quinta acima, mediante a alegação do não-pagamento do prêmio.

#### **CLÁUSULA 10ª - CLÁUSULA DE EXTINÇÃO DA GARANTIA**

Para a extinção da garantia desta **APÓLICE**, o **SEGURADO** (ou **BENEFICIÁRIO**) fica obrigado a efetuar a devolução deste instrumento ou passar declaração de cumprimento integral das obrigações do **TOMADOR** que, para fins da presente garantia, ocorrerá quando da entrega da(o) na forma do **CONTRATO**, independentemente de qualquer outro prazo de seguro anteriormente convencionado.

10.1. Sem prejuízo do disposto no *caput* dessa Cláusula, extinguir-se-á o presente seguro quando **SEGURADO**, **SEGURADORA** e **BENEFICIÁRIO** assim acordar ou quando for efetuado o pagamento de indenização representada pela cobertura securitária.

#### **CLÁUSULA 11ª - ARBITRAGEM**

As partes desde já convencionam que para toda e qualquer controvérsia resultante e/ou relativa à interpretação desta Apólice, incluindo quaisquer questões relacionadas à existência, validade ou término contratual, fica facultada a resolução por meio de arbitragem, que será instituída e processada de acordo com as regras da Câmara de Mediação e Arbitragem de São Paulo da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), sem prejuízo da possibilidade a qualquer das partes em recorrer às vias judiciais.

11.1. Na hipótese de qualquer das partes recorrer à decisão arbitral, estando a outra parte de comum acordo, a administração e o correto desenvolvimento do procedimento arbitral caberá à Câmara de Mediação e Arbitragem de São Paulo da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo).

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
52-07000

-4 OUT 06 670769

11.2. O Tribunal Arbitral será composto de 3 (três) árbitros, competindo a cada uma das partes a escolha de um árbitro de acordo com as Regras de Arbitragem da FIESP e tais árbitros escolherão de comum acordo um terceiro, que presidirá o tribunal arbitral conforme as regras de arbitragem da FIESP.

11.3. Na hipótese de os árbitros escolhidos pelas partes não chegarem a um acordo em relação à escolha do terceiro árbitro, a escolha deste caberá ao presidente da Câmara de Mediação e Arbitragem da FIESP.

11.4. A arbitragem será realizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, local onde deverá ser proferida a sentença arbitral, e os atos deverão ser realizados na língua Portuguesa. O laudo arbitral será definitivo e vinculará todas as partes, incluindo seus cessionários e sucessores a qualquer título e não ficará sujeito à homologação ou recurso.

11.5. Não optando, qualquer das partes pela mediação por arbitragem ou, não havendo o cumprimento do laudo arbitral proferido em sentença arbitral fica expressamente eleito o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, como o único competente para dirimir todas as eventuais dúvidas e litígios decorrentes do presente instrumento, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### **CLÁUSULA 12ª - CLÁUSULA BENEFICIÁRIA**

12.1 - Entender-se-á que para efeito destas Condições Particulares, o beneficiário é aquele indicado no caput deste documento.

12.2 - Fica entendido e acordado que todas as indenizações que porventura venham a ser pagas pela seguradora, em caso de inadimplemento de qualquer uma das obrigações do tomador, serão avisadas ao segurado e pagas somente ao beneficiário.

12.3 - No caso de não cumprimento pelo TOMADOR de quaisquer umas de suas obrigações na forma do CONTRATO e nos casos em que tal prejuízo de acordo com as demais partes, SEGURADORA, SEGURADO e BENEFICIÁRIO, não estiver coberto pela presente garantia, inclusive na forma do caput da Cláusula Oitava, a SEGURADORA deverá transferir, dar ou ceder ao BENEFICIÁRIO, todos os seus direitos em qualquer penhor, instrumentos financeiros, apólices de seguro e qualquer outra garantia ou caução, constituída pelo TOMADOR em seu favor.

#### **CLÁUSULA 13ª - CLÁUSULA DE INALTERABILIDADE**

Para todos os efeitos, a apólice não poderá ser alterada, no todo ou em parte, sem a expressa anuência e concordância, por escrito, de todas as partes envolvidas neste processo: Seguradora, Segurador, Beneficiário e tomador.

#### **CLÁUSULA 14ª - APROVAÇÃO**

O presente seguro foi aprovado pela IRB - Brasil Resseguros S.A., FAX GERIF n.º [...].  
Processo GERIF n.º [...].

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
SAO PAULO

-40UT06 670769

#### **ANEXO IV – INSTITUIÇÕES AUTORIZADAS**

Banco do Brasil S.A.
Banco Bradesco S.A.
Caixa Econômica Federal S.A.
Banco Citibank S.A.
Banco Itaú S.A.

**ANEXO V – RELAÇÃO DE SACADOS DOS DIREITOS CREDITÓRIOS ELEGÍVEIS  
E DO TOTAL MÁXIMO DE DIREITOS CREDITÓRIOS RELATIVOS A CADA DEVEDOR, EM  
TERMOS PERCENTUAIS, COM RELAÇÃO AO TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO  
FUNDO.**

<b>GRAU DE CONCENTRAÇÃO</b>		
<b>RAZÃO SOCIAL</b>	<b>Nº Inscr. CNPJ</b>	<b>Concentração</b>
RAGI REFRIGERANTES LTDA	02.286.974/0001-09	3,29%
PASTIFÍCIO SANTA AMÁLIA S.A	22.229.207/0021-19	4,18%
AD INGREDIENTES ALIMENTARES LTDA	04.787.556/0001-20	4,44%
BEBIDAS JOTA EFE IND.E COM.LTDA	20.393.286/0001-20	0,78%
BRIZA IND.E COM.DE DOCES LTDA	44.764.587/0001-80	0,94%
DIVINO SAPORE IND.ALIMENTÍCIAS LTDA	06.178.512/0001-29	2,48%
DOCES E CONSERVAS MARTINI LTDA	54.410.758/0001-27	0,27%
ULTRAPAN IND E COM LTDA	62.548.409/0001-02	2,23%
INDUSTRIA E COM. DE DOCES CASTELLANI LTDA	41.717.661/0001-10	1,57%
JOFECA IND.E COM.IMP.EXP.DE DOCES LTDA	18.925.933/0001/55	0,94%
CIA FLUMINENSE DE REFRIGERANTES LTDA	31.456.338/0001-86	24,43%
FLORESTAL ALIMENTOS S.A	91.155.259/0001-67	2,82%
INDUSTRIA FLORIDA LTDA	38.574.406/0001-50	2,86%
AJINOMOTO INTERAMERICANA IND.E COM.LTDA	46.377.636/0002-39	2,08%
AB BRASIL IND.E COM.DE ALIMENTOS LTDA	71.948.699/0002-45	8,46%
DANONE LTDA	23.643.315/0030-97	7,79%
S A FABRICA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS VIGOR	61.116.331/0001-86	8,85%
REFRIGERANTES ARCO IRIS LTDA	70.077.514/0001-56	2,09%
AJINOMOTO BIOLATINA IND.E COM. LTDA	46.344.354/0001-54	1,86%
NESTLÉ BRASIL LTDA	60.409.075/0148-89	8,44%
GAROTINHO PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA	03.866.300/0001-46	0,42%
BAGLEY DO BRASIL ALIMENTOS LTDA	06.042.467/0001-80	5,16%
MOINHOS CRUZEIRO DO SUL S.A	88.301.155/0020-71	0,83%
PASTORIZA COM E IND DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA	58.215.666/0001-47	0,70%
CITROPOLI DO BRASIL IND E COM LTDA	02.908.975/0001-48	0,69%
IRMÃOS GIRIBONI IND COM IMP EXP LTDA	49.693.187/0001-98	0,28%
AGROPECUÁRIA TUIUTI LTDA	46.732.210/0001-75	0,31%
BIMBO BRASIL LTDA	35.402.759/0001-85	0,81%

## **ANEXO VI – CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA**

## CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA SOBRE COISAS MÓVEIS

Por este instrumento particular, e na melhor forma de direito, de um lado,

**DEDINI AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Fazenda Lagoa Formosa, acesso pelo km 15 da Rodovia SP 344, no município de São João da Boa Vista, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.106.412/0001-07; neste ato representado por seu representante legal abaixo assinado; e **DULCINI S/A**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Fazenda São Luiz, Setor I, S/N – CEP 13630-970, no município de Pirassununga, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.062.529/0001-00 (em conjunto "**CEDENTES**" e individualmente "**CEDENTE**");

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DEDINI-DULCINI AGROINDUSTRIAL**, fundo de investimento em direitos creditórios com sede na Cidade do Rio de Janeiro, RJ, na Av. das Américas, nº 500, Bloco 13, sala 205, inscrito no CNPJ/MF sob o nº [...], ("**FUNDO**"), neste ato representado por sua administradora, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, RJ, na Av. das Américas, nº 500, Bloco 13, sala 205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91 ("**ADMINISTRADOR**"), neste ato representada por seu representante legal abaixo assinado; e

**BANCO DO BRASIL S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 2.300 – 2º andar, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.000.000/473-20, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social ("**AGENTE COBRADOR**").

E, ainda, na qualidade de Interviente Anuente:

**LINKCORP CONSULTORIA FINANCEIRA LTDA.**, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, SP, na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 758, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.050.114/0001-95 ("**INTERVENIENTE ANUENTE**"), na qualidade de **INTERVENIENTE ANUENTE** da carteira de ativos do **FUNDO**.

O **FUNDO**, o **ADMINISTRADOR**, o **AGENTE COBRADOR**, a **INTERVENIENTE ANUENTE** e as **CEDENTES**, são denominados em conjunto como **PARTES** e individualmente como **PARTE**.

### CONSIDERANDO QUE:

- (a) o **FUNDO** é um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, constituído nos termos da Instrução CVM nº 356 de 17 de dezembro de 2001 e alterações posteriores (a "Instrução 356"), em conformidade com o seu Regulamento (o "Regulamento"), cuja carteira de ativos é composta preponderantemente por direitos creditórios oriundos de contratos de fornecimento de açúcar, açúcar líquido, açúcar líquido de polaridade em invertida e/ou melaço ("Contratos de Fornecimento"), de acordo com as condições de cessão e critérios de elegibilidade estabelecidos no Regulamento e no Contrato de Cessão Definitiva e Aquisição de Direitos de Crédito Sem Co-Obrigações e Outras Avenças, celebrado entre o **FUNDO** e as **CEDENTES**, e seus respectivos aditamentos (o "Contrato de Cessão")
- (b) o Regulamento do **FUNDO** prevê a constituição de uma conta-corrente mantida pelas **CEDENTES** em nome próprio junto ao **AGENTE COBRADOR**, que receberá o montante de disponibilidades e/ou somatório de pagamentos vincendos até a data de resgate das quotas seniores, oriundos de Contratos de Fornecimento cedidos fiduciariamente ao **FUNDO** ("Conta de Garantia" e os "Recursos da Conta de Garantia");
- (c) para a Conta de Garantia será transferido, pelas **CEDENTES**, e nela será mantido pelo **AGENTE COBRADOR**, Recursos da Conta de Garantia equivalente a, pelo menos, 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido das quotas seniores em circulação, até a amortização total de cada série de quotas seniores do **FUNDO**;



- (d) somente a **INTERVENIENTE ANUENTE**, mediante instrumento de mandato específico, poderá movimentar e controlar os recursos da Conta de Garantia pelo período de vigência deste Contrato;
- (e) as **CEDENTES** desejam oferecer como garantia fiduciária ao **FUNDO**, os Recursos da Conta de Garantia cedidos fiduciariamente ao **FUNDO**;
- (f) o **FUNDO** aceita os Recursos da Conta de Garantia como garantia fiduciária em caso de eventual inadimplência dos Direitos Creditórios Elegíveis que exceda a Reserva de Liquidez tratada no Capítulo XIII do Regulamento do **FUNDO**; e
- (g) o **FUNDO** e as **CEDENTES** celebraram com o **AGENTE COBRADOR** Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores e Outras Avenças, no qual o **AGENTE COBRADOR** obriga-se a prestar, em caráter discricionário, os serviços de recebimento e transferência dos Recursos da Conta de Garantia cedidos fiduciariamente ao **FUNDO**, sob ordem exclusiva da **INTERVENIENTE ANUENTE**.

As PARTES acima nomeadas e qualificadas firmam este **CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA SOBRE COISAS MÓVEIS** ("Contrato") que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – CESSÃO FIDUCIÁRIA SOBRE COISAS MÓVEIS:** Pelo presente Contrato, e na melhor forma do direito, as **CEDENTES** neste ato cedem fiduciariamente ao **FUNDO**, em caráter irrevogável e irretroatável, nos termos do parágrafo 3º, Artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14.07.1965, alterada pela Lei nº 10.931/2004, seus direitos sobre os Recursos da Conta de Garantia, mantidos no **AGENTE COBRADOR**, Agência [...], conta-corrente nº [...], devidamente identificados na Relação constante no Anexo I ao presente Contrato, a fim de garantir as obrigações ora assumidas pelas **CEDENTES**. A presente cessão fiduciária confere ao **FUNDO**, independentemente de anuência, autorização prévia, ou interpelação judicial ou extrajudicial das **CEDENTES**, nos termos na legislação supracitada, o direito de promover a execução dos direitos oriundos dos Recursos da Conta de Garantia, no todo ou em parte, para o fim exclusivo de promover o pagamento das obrigações das **CEDENTES** previstas no Regulamento e no Contrato de Cessão do **FUNDO**, independentemente de leilão, hasta pública ou qualquer outra medida judicial ou extrajudicial.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Os Recursos da Conta de Garantia poderão ser utilizados para o pagamento de qualquer Direito Creditório Elegível inadimplido, independentemente da **CEDENTE** que o originou, ou seja, os Recursos da Conta de Garantia poderão ser utilizados para o pagamento da inadimplência de Direitos Creditórios Elegíveis de qualquer das **CEDENTES**, independentemente de notificação, interpelação, autorização ou anuência da **CEDENTE** cujos Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao **FUNDO** não deram causa à referida inadimplência.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DECLARAÇÕES:** As **CEDENTES** declaram, sob as penas da lei, inclusive as de natureza penal, que são legítimas titulares dos Recursos da Conta de Garantia, e que os mesmos encontram-se livres e desembaraçados de quaisquer ônus, inclusive reais, lhe sendo permitido, a qualquer título, usar, gozar e dispor dos mesmos.

**PARÁGRAFO 1º** - Na presente data, as **CEDENTES** não têm firmado, com quaisquer terceiros, outros acordos, contratos, convenções ou entendimentos que impliquem a instituição de qualquer gravames sobre o direito das **CEDENTES** de dispor Recursos da Conta de Garantia, em especial que limitem ou impeçam a constituição da presente garantia, e que em relação aos mesmos não serão instituídas quaisquer outras garantias ou gravames durante a vigência do presente acordo sem a expressa anuência do **FUNDO** por escrito.

**PARÁGRAFO 2º** - As PARTES declaram que desconhecem, na presente data, a existência de qualquer circunstância ou impedimento legal ou contratual que prejudique, impeça ou limite a cessão fiduciária Recursos da Conta de Garantia pelas CEDENTES ao FUNDO.

**PARÁGRAFO 3º** - As PARTES declaram que conhecem todas regras e condições estabelecidas no Regulamento do FUNDO, bem como aos normativos emanados pelos órgãos reguladores do mercado de capitais brasileiro, em especial a Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2003, editada pela CVM e suas alterações posteriores.

**PARÁGRAFO 4º** - As PARTES têm ciência e concordam que os Recursos da Conta de Garantia ficarão custodiados no AGENTE COBRADOR, e registrados em nome do FUNDO.

**PARÁGRAFO 5º** - O FUNDO declara que está ciente e concorda que a execução dos direitos oriundos dos Recursos da Conta de Garantia, especialmente aquelas referentes à liquidação, alienação, amortização e resgate dos mesmos deve respeitar e submeter-se às regras contidas no Regulamento do FUNDO bem como aos normativos emanados pelos órgãos reguladores do mercado de capitais brasileiro, em especial a Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2003, editada pela CVM e suas alterações posteriores.

**PARÁGRAFO 6º** - As CEDENTES declaram que reconhecem, concordam e aceitam todas as regras dispostas no Capítulo XIV do Regulamento do FUNDO, inclusive, as regras impostas às próprias CEDENTES, que se referem à Conta de Garantia.

**CLÁUSULA TERCEIRA - CONTA DE GARANTIA:** Os Recursos da Conta de Garantia deverão ser alocados pela INTERVENIENTE ANUENTE exclusivamente para aquisição (i) dos títulos previstos nas alíneas "a" e "b" do artigo 16 do Regulamento do FUNDO e (ii) títulos de emissão privada tratados na alínea "c" do artigo 16 do Regulamento do FUNDO classificados como "investment grade", nos termos do parágrafo 3º do referido artigo 16.

**PARÁGRAFO 1º** - Todos os rendimentos das aplicações financeiras realizadas na forma do "caput" acima, integram a garantia consubstanciada no Contrato que recai sobre a Conta de Garantia. Desta forma, todos os rendimentos que vierem a ser atribuídos à Conta de Garantia, bem como quaisquer novas aplicações financeiras efetuadas com os Recursos da Conta de Garantia e todos e quaisquer rendimentos e bonificações dela decorrentes ficarão garantidas ao FUNDO, sendo que tais rendimentos serão resgatados pelo AGENTE COBRADOR, mediante solicitação da INTERVENIENTE ANUENTE, para os fins dos procedimentos de que trata o Parágrafo 3º abaixo.

**PARÁGRAFO 2º** - O saldo de recursos da Conta de Garantia, que exceder ao montante de recursos equivalente a 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido de cada série de quotas seniores do FUNDO, mencionado no parágrafo anterior e desde que atendida a Razão de Garantia conforme o Parágrafo 7º do Artigo 41 do Regulamento do FUNDO, deverá ser transferido para outra conta, de livre movimentação das CEDENTES independente de prévia anuência da INTERVENIENTE ANUENTE.

**PARÁGRAFO 3º** - Caso seja verificada pelo ADMINISTRADOR qualquer redução no montante de Direitos Creditórios a serem recebidos, seja por inadimplência, seja por redução nos montantes anteriormente estimados em função de queda nos preços, o ADMINISTRADOR adotará os seguintes procedimentos:

I - Imediatamente, enviará correspondência via fac-símile ou correio eletrônico, endereçada à INTERVENIENTE ANUENTE, pela qual:

a) noticiará o evento que prejudicou o recebimento integral dos Direitos Creditórios anteriormente previsto;

b) informará à INTERVENIENTE ANUENTE, o valor em questão;

c) fornecerá à **INTERVENIENTE ANUENTE** os dados da conta corrente do **FUNDO** para a qual deverá ser transferido o valor solicitado; e

d) solicitará à **INTERVENIENTE ANUENTE** que providencie a imediata transferência, à conta do **FUNDO** indicada, do valor solicitado na forma da alínea "b", acima.

**II – A INTERVENIENTE ANUENTE** efetuará, na forma do inciso anterior, a transferência imediata do montante solicitado pelo **ADMINISTRADOR** para a seguinte conta-corrente de titularidade do **FUNDO**:

Banco: Banco Citibank S.A.

Agência: [...]

Conta Corrente: [...]

Titular: **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DEDINI-DULCINI AGROINDUSTRIAL**

**PARÁGRAFO 4º** – Caso os recursos constantes da Conta de Garantia venham a ser utilizados, total ou parcialmente, no pagamento de qualquer evento conforme exposto no Parágrafo 3º desta Cláusula, serão adotados os procedimentos previstos a seguir:

**I – o AGENTE COBRADOR** suspenderá toda e qualquer transferência de recursos da Conta de Garantia para a outra conta, de livre movimentação das **CEDENTES**, mencionada no Parágrafo 2º desta Cláusula, até que o montante de recursos equivalente a, pelo menos, 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido das quotas seniores, seja recomposto.

**II – a INTERVENIENTE ANUENTE**, imediatamente, enviará correspondência, via fac-símile ou correio eletrônico, endereçada às **CEDENTES**, pela qual:

a) noticiará às **CEDENTES** a utilização total ou parcial do montante mencionado inciso I acima;

b) informará às **CEDENTES** o valor necessário para que seja possível restabelecer o montante mencionado no inciso I acima; e

c) solicitará às **CEDENTES** que, dentro de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da comunicação mencionada no *caput*, restabeleçam o montante mencionado no inciso I acima.

**PARÁGRAFO 5º** – O **AGENTE COBRADOR** enviará relatórios de movimentação da Conta de Garantia à **INTERVENIENTE ANUENTE** diariamente.

**CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DAS CEDENTES:** As **CEDENTES** ora obrigam-se a:

a) Manter os Recursos da Conta de Garantia em custódia no **AGENTE COBRADOR** do **FUNDO**, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames, durante toda a vigência do Contrato, bem como não firmar quaisquer acordos, orais ou escritos, que tenham por finalidade ceder, transferir, alienar ou onerar os Recursos da Conta de Garantia;

b) Na ocorrência de fato que determine a modificação da quantidade e/ou valor dos Recursos da Conta de Garantia ou mesmo o bloqueio, indisponibilidade, arresto, seqüestro ou a extinção dos mesmos, total ou parcialmente, as **CEDENTES** obrigam-se a substituir os Recursos da Conta de Garantia que tenham sido de qualquer forma afetados, total ou parcialmente, de modo que os Recursos da Conta de Garantia, sejam substituídos por novos Recursos da Conta de Garantia livres e desembaraçados de quaisquer ônus, despesas, encargos ou tributos;

c) Em caso de reforço, de substituição e/ou complementação dos Recursos da Conta de Garantia de que trata a alínea anterior, as **CEDENTES** deverão encaminhar ao **FUNDO** via fax a relação completa de novos Recursos da Conta de Garantia, mediante alteração do ANEXO I, os quais ficam, desde já, cedidos fiduciariamente, ao **FUNDO** nos mesmos termos do Contrato. Referida relação deverá ser encaminhada ao **FUNDO** até o primeiro dia útil subsequente à ocorrência dos fatos citados na letra "b" acima. A via original do ANEXO I, devidamente assinada, deverá ser encaminhada ao **FUNDO** até o 5º (quinto) dia útil após o envio do fax e deverá ser devidamente registrada no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro; e

d) Proceder à transferência, cessão, liquidação, ou, ainda, instituir quaisquer ônus ou gravames sobre os Recursos da Conta de Garantia, somente após a obtenção da autorização formal do **FUNDO**.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Caso seja verificado que os Recursos da Conta de Garantia não representem 15% (quinze por cento) das quotas seniores em circulação, as **CEDENTES** obrigam-se a ceder fiduciariamente tantos Recursos da Conta de Garantia quantos forem necessários para restabelecer a referida relação.

**CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DO FUNDO:** O **FUNDO** obriga-se a restituir os Recursos da Conta de Garantia às **CEDENTES**, com os respectivos rendimentos, uma vez liquidadas todas as obrigações consignadas no Regulamento.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Em caso de execução dos direitos oriundos dos Recursos da Conta de Garantia, o **FUNDO** aplicará seus melhores esforços para que esta execução e venda de ativos seja realizada pelo maior valor de mercado possível.

**CLÁUSULA SEXTA – CONSOLIDAÇÃO DA PLENA PROPRIEDADE NO FUNDO E DA EXECUÇÃO AMIGÁVEL DA GARANTIA:** Na hipótese de pagamento de qualquer evento conforme exposto no Parágrafo 3º da Cláusula Terceira deste Contrato, ou, ainda, se for decretada falência, intervenção ou liquidação extrajudicial, recuperação judicial ou extrajudicial de qualquer uma das **CEDENTES**, a posse e a propriedade dos Recursos da Conta de Garantia cedidos fiduciariamente em garantia se consolidarão, automaticamente, no **FUNDO**.

**PARÁGRAFO 1º** – Consolidada a posse e a propriedade dos Recursos da Conta de Garantia no **FUNDO**, os direitos oriundos dos Recursos da Conta de Garantia serão executados pelo **FUNDO**, nos termos do Parágrafo Único da Cláusula Quinta, para quitação de todas as obrigações oriundas do Regulamento. Para tanto, o **FUNDO** fica investido dos necessários e especiais poderes para promover a execução dos direitos oriundos dos Recursos da Conta de Garantia, recebendo e dando quitação, utilizando o valor apurado na amortização ou liquidação do saldo em aberto de responsabilidade das **CEDENTES**, fazendo as imputações na forma da lei, preferindo as despesas, inclusive as de cobrança, e encargos do crédito ao pagamento do principal, inclusive creditando na Conta de Garantia, o valor correspondente a eventuais sobras, ou disponibilizando a favor das **CEDENTES** cheque nominativo não endossável no montante dessas sobras.

**PARÁGRAFO 2º** - A execução dos direitos oriundos dos Recursos da Conta de Garantia, especialmente a liquidação, a alienação, a amortização e o resgate dos mesmos deve respeitar e submeter-se às regras contidas no Regulamento do **FUNDO** bem como aos normativos emanados pelos órgãos reguladores do mercado de capitais brasileiro, em especial a Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2003, editada pela CVM e suas alterações posteriores.

**PARÁGRAFO 3º** – Se o produto da execução dos direitos oriundos dos Recursos da Conta de Garantia não for suficiente para liquidar todas as dívidas diretamente relacionadas ao Regulamento, as **CEDENTES** continuarão obrigadas pelo saldo remanescente, acrescido das penalidades e encargos previstos na Cláusula Sétima.

**PARÁGRAFO 4º** – A faculdade e os poderes acima especificados não elidem o direito de o **FUNDO**, se preferir, se socorrer das vias judiciais para fins de execução de seu crédito.

**CLÁUSULA SÉTIMA – PENALIDADES:** O descumprimento das obrigações ora estipuladas sujeitará as **CEDENTES** ao pagamento de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor inadimplido previamente disposto no Regulamento, juros moratórios no valor de 1% (um por cento) ao mês incidentes *pro rata die* a partir da inadimplência da **CEDENTE** e demais cominações legais incidentes, em especial ao pagamento de eventuais perdas e danos.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - A incidência de quaisquer multas ou outras penalidades contratuais sobre as **CEDENTES** não as exime do total cumprimento das obrigações ora assumidas.

**CLÁUSULA OITAVA - REGISTRO:** O presente Contrato deverá ser registrado no Registro de Títulos e Documentos do Domicílio do Devedor, nos termos do parágrafo primeiro, artigo 1.361 do Código Civil (Lei nº 10.406, de 10.01.2002).

**CLÁUSULA NONA - PRAZO DE VIGÊNCIA:** Este Contrato vigorará até o encerramento ou liquidação do **FUNDO**.

**CLÁUSULA DÉCIMA – COMUNICAÇÕES:** As **PARTES** autorizam, desde já, a realização de todas as comunicações, registros e notificações necessárias à perfeita constituição da garantia ora pactuada, respondendo as **CEDENTES** pelo pagamento ou reembolso das despesas e tarifas correspondentes, inclusive aquelas inerentes ao registro do presente Contrato conforme a Cláusula Oitava acima. A cobrança das despesas supracitadas será realizada mediante aviso expresso do **FUNDO**, com fundos disponíveis na Conta de Garantia, observadas as formas de pagamento e cobrança permitidas em lei, considerando-se, neste último caso, a Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como a praça de pagamento, podendo, ainda, o **FUNDO**, utilizar-se da faculdade de promover a cobrança dos valores devidos por meio de boleto bancário.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – TOLERÂNCIA:** A tolerância de quaisquer das **PARTES** quanto ao descumprimento de obrigação oriunda deste Contrato não implica renúncia ao direito de exigir o adimplemento, nem caracterizará perdão, novação ou alteração do pactuado.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ALTERAÇÃO:** O presente Contrato somente pode ser alterado mediante aditamento por escrito assinado pelas **PARTES**, em conjunto.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – A alteração do ANEXO I não depende de aditamento contratual.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – LEI DE REGÊNCIA:** O presente CONTRATO rege-se pelas leis da República Federativa do Brasil, notadamente as regras aplicáveis à cessão fiduciária de coisa móvel constantes do artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, instituída pela Lei nº 10.931/2004.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – TÍTULO EXECUTIVO:** As **PARTES** reconhecem que este Contrato constitui título executivo extrajudicial, para todos os fins e efeitos do artigo 585 do Código de Processo Civil vigente.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CONFIDENCIALIDADE:** As **PARTES** tratarão confidencialmente todos os documentos, dados e informações que lhe forem fornecidos em virtude dos serviços objeto deste contrato. A divulgação e/ou reprodução, parcial ou integral, de qualquer informação para fim diverso do estipulado neste contrato, somente poderá ser feita mediante prévia autorização, por escrito, de todas as **PARTES**.

**PARÁGRAFO 1º** – Somente as pessoas envolvidas com os trabalhos e atividades decorrentes do objeto deste contrato poderão ter acesso às informações, devendo ser informados de sua natureza

sigilosa, obrigando-se as partes, de resto, a diligenciar para que sejam observados os termos e condições aqui estabelecidas.

**PARÁGRAFO 2º** – As obrigações das partes quanto à manutenção do sigilo das informações confidenciais não se aplicarão às informações:

- a) cuja divulgação seja autorizada por escrito, pela parte a quem pertencerem ou se referir;
- b) para atender à ordem judicial, a fim de cumprir qualquer lei aplicável ou decisão de qualquer órgão ou autoridade que tenha jurisdição sobre qualquer uma das partes.

**PARÁGRAFO 3º** – Na ocorrência de qualquer das hipóteses de exceção de sigilo, a parte que receber a informação tida como confidencial, deverá, de imediato, informar a outra parte, por escrito, mediante protocolo de forma esclarecedora e fundamentada, sobre a aplicabilidade das exceções aqui previstas.

Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas deste Contrato, podendo a parte demandante optar pelo foro do domicílio da parte demandada.

E, por estarem assim justos e contratados assinam as PARTES este Instrumento em 02 (duas) vias de igual teor.

[Local], [data].

\_\_\_\_\_  
**DEDINI AÇÚCAR E ALCOOL LTDA.**  
**CEDENTE**

\_\_\_\_\_  
**DULCINI S.A.**  
**CEDENTE**

\_\_\_\_\_  
**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS**  
**DEDINI-DULCINI AGROINDUSTRIAL – FUNDO**  
representado pelo **ADMINISTRADOR**

\_\_\_\_\_  
**BANCO DO BRASIL S.A.**  
**AGENTE COBRADOR**

Na qualidade de interveniente-anuente:

\_\_\_\_\_  
**LINKCORP CONSULTORIA FINANCEIRA LTDA.**  
**INTERVENIENTE ANUENTE**

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_  
Nome:  
RG:  
CPF/MF:

2. \_\_\_\_\_  
Nome:  
RG:  
CPF/MF:

## ANEXO I

Relação dos Contratos de Fornecimento vinculados à Conta de Garantia objeto do Contrato de Cessão Fiduciária sobre Coisas Móveis firmado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, entre o **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DEDINI-DULCINI AGROINDUSTRIAL ("FUNDO")**; **DEDINI AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA. E DULCINI S.A. ("CEDENTES")**; **BANCO DO BRASIL S.A. ("AGENTE COBRADOR")** e **LINKCORP CONSULTORIA FINANCEIRA LTDA. ("INTERVENIENTE ANUENTE")**

CONTRATO DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	EMISSOR	VALOR	DATA DA EMISSÃO	DATA DO VENCIMENTO

[Local], [data]

\_\_\_\_\_  
**DEDINI AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA.**  
**CEDENTE**

\_\_\_\_\_  
**DULCINI S.A.**  
**CEDENTE**

\_\_\_\_\_  
**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS**  
**DEDINI-DULCINI AGROINDUSTRIAL**  
representado pelo **ADMINISTRADOR**

\_\_\_\_\_  
**BANCO DO BRASIL S.A.**  
**AGENTE COBRADOR**

Na qualidade de interveniente-anuente:

\_\_\_\_\_  
**LINKCORP CONSULTORIA FINANCEIRA LTDA.**  
**INTERVENIENTE ANUENTE**

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_  
Nome:  
RG:  
CPF/MF:

2. \_\_\_\_\_  
Nome:  
RG:  
CPF/MF:

## **ANEXO VII – APÓLICE DE SEGURO PERFORMANCE**



## **Apólice de Seguro Performance**

### **CONDIÇÕES GERAIS**

#### **1. OBJETO**

Este seguro garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador no contrato principal, firmado com o segurado, conforme os termos da apólice.

#### **2. DEFINIÇÕES**

- I. Seguro-Garantia: seguro que garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador no contrato principal, conforme os termos da apólice.
- II. Contrato Principal: o documento contratual, seus aditivos e anexos, que especificam as obrigações e direitos do segurado e do tomador.
- III. Proposta: instrumento formal de pedido de emissão de apólice de seguro, firmado nos termos da legislação em vigor.
- IV. Apólice: documento, assinado pela seguradora, que representa formalmente o seguro-garantia.
- V. Endosso: instrumento formal, assinado pela seguradora, que introduz modificações na apólice de seguro-garantia, mediante solicitação e anuência expressa das partes.
- VI. Condições Gerais: as cláusulas, da apólice, de aplicação geral a qualquer modalidade de seguro-garantia.
- VII. Condições Especiais: as cláusulas da apólice que especificam as diferentes modalidades de cobertura do contrato de seguro e alteram as disposições estabelecidas nas condições gerais.
- VIII. Condições Particulares: as que particularizam a apólice, discriminando o segurado, o tomador, o objeto do seguro, o valor garantido e demais características aplicáveis a um determinado contrato de seguro.
- IX. Segurado: credor das obrigações assumidas pelo tomador no contrato principal.
- X. Tomador: devedor das obrigações por ele assumidas no contrato principal.
- XI. Seguradora: a sociedade de seguros garantidora, nos termos da apólice, do cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador no contrato principal.
- XII. Prêmio: importância devida, à seguradora, pelo tomador, para obter a cobertura do seguro.

XIII. Sinistro: o inadimplemento das obrigações cobertas pelo seguro.

XIV. Indenização: o pagamento dos prejuízos diretos resultantes do inadimplemento das obrigações cobertas pelo seguro.

### 3. VALOR DA GARANTIA

3.1. O valor da garantia desta apólice deve ser entendido como o valor máximo nominal por ela garantido.

3.2. Quando efetuadas alterações de valores previamente estabelecidas no contrato principal, o valor da garantia deverá acompanhar tais modificações.

3.3. Para alterações posteriores efetuadas no contrato principal, em virtude das quais se faça necessária a modificação do valor contratual, o valor da garantia poderá também ser modificado, mediante solicitação à seguradora de emissão de endosso de cobrança ou restituição de prêmio relativo ao acréscimo ou ao decréscimo do valor da garantia e ao prazo a decorrer.

### 4. PRÊMIO DO SEGURO

4.1. O tomador é o responsável pelo pagamento do prêmio à seguradora.

4.2. Fica entendido e acordado que o seguro continuará em vigor mesmo quando o tomador não houver pagado o prêmio nas datas convencionadas.

### 5. VIGÊNCIA

A vigência da cobertura do seguro-garantia será igual ao prazo estabelecido no contrato principal, devendo o tomador efetuar o pagamento do prêmio por todo este prazo.

### 6. EXPECTATIVA E CARACTERIZAÇÃO DO SINISTRO

6.1. Comprovada pelo segurado a inadimplência do tomador em relação às obrigações cobertas pela presente apólice, e quando resultar infrutífera a notificação extrajudicial feita ao tomador, o segurado terá o direito de exigir, da seguradora, a indenização devida.

6.2. Ao efetuar a notificação extrajudicial ao tomador, o segurado deverá, concomitantemente, comunicar à seguradora a expectativa do sinistro, por meio de envio de cópia da notificação extrajudicial, bem como documentação indicando claramente os itens não cumpridos do contrato, com a resposta do tomador, se houver.

### 7. INDENIZAÇÃO

7.1. Caracterizado o sinistro, a seguradora indenizará o segurado, até o limite da garantia desta apólice, segundo uma das formas abaixo, conforme for acordado entre ambos:

- I. realizando, por meio de terceiros, o objeto do contrato principal, de forma a lhe dar continuidade e o concluir, sob a sua integral responsabilidade; ou
- II. pagando os prejuízos causados pela inadimplência do tomador.

- 7.2. O pagamento da indenização, ou o início do cumprimento da obrigação, deverá ocorrer no prazo máximo de trinta dias, contados a partir da data de entrega de todos os documentos relacionados pela seguradora como necessários à caracterização e à regulação do sinistro.

8. SUB-ROGAÇÃO

Paga a indenização ou iniciado o cumprimento das obrigações inadimplidas pelo tomador, a seguradora sub-rogar-se-á nos direitos do segurado contra o tomador, ou contra terceiros cujos atos ou fatos tenham dado causa ao sinistro.

9. ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

9.1. A seguradora ficará isenta de responsabilidade em relação a esta apólice na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

- I. Casos fortuitos ou de força maior, nos termos do Código Civil Brasileiro;
- II. Descumprimento das obrigações do tomador decorrente de atos ou fatos de responsabilidade do segurado;
- III. Alteração das obrigações contratuais garantidas por esta apólice, que tenham sido acordadas entre segurado e tomador, sem prévia anuência da seguradora;
- IV. Atos ilícitos dolosos praticados pelo segurado ou por seu representante legal.

9.2. Excluem-se, expressamente, da responsabilidade da seguradora, todas e quaisquer multas que tenham caráter punitivo, salvo disposição em contrário prevista nas condições especiais.

10. CONCORRÊNCIA DE GARANTIAS

No caso de existirem duas ou mais garantias, cobrindo cada uma delas o objeto deste seguro, a seguradora responderá, proporcionalmente, com os demais participantes.

11. EXTINÇÃO DA GARANTIA

A garantia dada por este seguro extinguir-se-á:

- I. quando o objeto do contrato principal garantido pela apólice for definitivamente realizado mediante termo ou declaração assinada pelo segurado ou devolução da apólice;
- II. quando segurado e seguradora assim o acordarem;
- III. com o pagamento da indenização;

- IV. quando do término da vigência previsto na apólice, salvo se estabelecido em contrário nas condições especiais ou quando prorrogado por meio de endosso, em caso de alteração do prazo do contrato principal.

## 12. CONTROVÉRSIAS

12.1. As controvérsias surgidas na aplicação destas condições poderão ser resolvidas:

- I. por arbitragem; ou
- II. por medida de caráter judicial.

12.2. No caso de arbitragem, deverá constar, na apólice, a cláusula compromissória.

## 13. PRESCRIÇÃO

Os prazos prescricionais são aqueles determinados pela lei.

## 14. FORO

As questões judiciais entre seguradora e segurado serão processadas no foro do domicílio deste.

## **CLÁUSULAS DE EXCLUSÃO**

### **1.Exclusão de danos por interpretação de datas por equipamentos eletrônicos**

Fica entendido e concordado que este seguro não cobre qualquer prejuízo, dano, destruição perda e/ou reclamação de responsabilidade, de qualquer espécie, natureza ou interesse, desde que devidamente comprovado pela seguradora, que possa ser, direta e indiretamente, originado de , ou consistir em:

- I. Falha ou mau funcionamento de qualquer equipamento e/ou programa de computador e/ou sistema de computação eletrônica de dados em reconhecer e/ou corretamente interpretar e/ou processar e/ou distinguir e/ou salvar qualquer data como a real e correta data de calendário, ainda que continue a funcionar corretamente após aquela data.
- II. Qualquer ato, falta, inadequação, incapacidade, inabilidade ou decisão do segurado ou de terceiro, relacionado com a não utilização ou não disponibilidade de qualquer propriedade ou equipamento de qualquer tipo, espécie ou qualidade, em virtude do risco de reconhecimento, interpretação ou processamento de datas e calendário.

Para todos os efeitos, entende-se como equipamento ou programa de computador os circuitos eletrônicos, microchips, circuitos integrados, microprocessadores, sistemas embutidos, hardwares (equipamentos computadorizados), firmwares (programa residentes em equipamentos computadorizados), programas, computadores, equipamentos de processamento de dados, sistemas ou equipamentos de telecomunicações ou qualquer outro equipamento similar, sejam eles de propriedade do segurado ou não.

A presente cláusula é abrangente e derroga inteiramente qualquer dispositivo do contrato de seguro que com ela conflite ou divirja.

## **2. Riscos Excluídos**

Esta apólice não assegura riscos originários de outras modalidades de seguro garantia ou cobertos por outros ramos de seguro, não assegurando ainda, obrigações quanto ao pagamento de tributos, obrigações trabalhistas de qualquer natureza, de seguridade social e indenizações a terceiros.

**SEGURO GARANTIA DE OBRIGAÇÕES PRIVADAS**  
**CONDIÇÕES PARTICULARES**  
**APÓLICE N.º**  
**SUSEP – 15414.100632/2004-10**

A **MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 11.711 – 10º andar – Edifício Mapfre - Brooklin, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 61.074.175/0001-38, garante, de acordo com a Circular n.º 232, de 03 de junho de 2003, emanada pela Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"), pelo presente instrumento e condições desta Apólice, a [...], com sede na [...], Cidade de [...], Estado de [...], devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º [...], na qualidade de Segurado ("**SEGURADO**"), e [...], com sede na [...], Cidade de [...], Estado de [...], devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º [...], na qualidade de Beneficiário ("**BENEFICIÁRIO**"), nos valores e condições constantes das Condições Particulares que fazem parte integrante e inseparável desta Apólice, permanecendo esta garantia em vigor até o cumprimento integral das obrigações pela [...], com sede na [...], Cidade de [...], Estado de [...], devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º [...], na qualidade de Tomador ("**TOMADOR**"), ora garantidas pela presente apólice.

Esta apólice é prestada para garantir o fornecimento da (o) | | contratualmente exigível do **TOMADOR**, nos termos do Contrato [...] Nº [...] celebrado entre o **SEGURADO** e o **TOMADOR** e aprovado pelo **BENEFICIÁRIO** em ..... de ..... de 2005 ("**CONTRATO**"), visando o pagamento de indenização ao **BENEFICIÁRIO** pelos prejuízos decorrentes do eventual inadimplemento das obrigações assumidas pelo **TOMADOR** em relação aos adiantamentos de pagamentos concedidos pelo **BENEFICIÁRIO** em favor do **TOMADOR**, que não tenham sido liquidados na forma prevista no **CONTRATO**.

Fica, também, entendido e acordado que, caracterizado o sinistro, conforme condições anexas à presente Apólice, o valor da garantia aqui estabelecida é de R\$ [...] ([...] de Reais), durante a vigência desta apólice e até a data da indenização ao **SEGURADO**.

**CONDIÇÕES PARTICULARES ANEXAS A APÓLICE DE SEGURO GARANTIA**  
**N.º**

**SEGURADO:** [·]  
**TOMADOR:** [·]  
**SEGURADORA:** MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A  
**BENEFICIÁRIO:** [·]  
**RESSEGURADOR:** IRB-BRASIL RESSEGUROS S/A

**CLÁUSULA 1ª - VALOR DO ADIANTAMENTO**

O valor do adiantamento efetuado ao **TOMADOR** pelo **BENEFICIÁRIO** em adiantamento pelos recebíveis do **CONTRATO** é de R\$ [·] ([·] milhões de Reais), conforme termos e condições pactuados na Cláusula [·] do **CONTRATO**.

**CLÁUSULA 2ª - OBJETO DO SEGURO**

Esta apólice visa garantir ao **SEGURADO** o pagamento de indenização, até o limite máximo estipulado na Cláusula 3ª desta Apólice, em Reais, pelos prejuízos decorrentes do descumprimento total ou parcial pelo **TOMADOR** de suas obrigações previstas no **CONTRATO**, em especial da obrigação de entrega da(o) [·] contratualmente exigível, que não tenham sido liquidadas nos termos, prazos e condições previstos no **CONTRATO**.

**CLÁUSULA 3ª - LIMITE MÁXIMO DE INDENIZAÇÃO**

O Limite Máximo de Indenização será de R\$ [·] ([·] milhões de Reais), vigente até o cumprimento total do **CONTRATO** pelo **TOMADOR**.

**CLÁUSULA 4ª - PRAZO DO SEGURO**

O prazo de vigência desta Apólice é de [·] ([·]) dias, a contar das 24 horas do dia [·] de [·] de [·], em conformidade com o **CONTRATO**, o qual é parte integrante e inseparável deste Contrato de Seguro, ou até o final cumprimento, pelo **TOMADOR**, de todas as obrigações por ele assumidas no **CONTRATO**.

**CLÁUSULA 5ª - CARACTERIZAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DO SINISTRO**

No caso de o **TOMADOR** deixar de entregar a(o) [·] vendida(o) no todo ou em parte, nos termos, prazos e condições previstos no **CONTRATO**, garantido por esta apólice, o **SEGURADO** e/ou **BENEFICIÁRIO** poderá reclamar o pagamento da indenização devida de qualquer prejuízo ocorrido e coberto pela Apólice, cujo valor deverá corresponder ao valor total dos adiantamentos efetuados pelo **BENEFICIÁRIO** ao **TOMADOR**, deduzido do valor as eventuais entregas parciais da(o) [·] já efetuadas pelo **TOMADOR**, nos termos do **CONTRATO**. A solicitação de pagamento da indenização junto à **SEGURADORA** deverá ser feita pelo **SEGURADO** e/ou **BENEFICIÁRIO**, mediante simples notificação extrajudicial ao **TOMADOR** ("Notificação Extrajudicial") e envio concomitante de cópia da Notificação Extrajudicial, bem como de documentação indicando os itens não cumpridos do **CONTRATO**, confirmando a inadimplência do **TOMADOR**.

## **CLÁUSULA 6ª - PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO**

A **SEGURADORA**, após o recebimento da Notificação Extrajudicial enviada pelo **SEGURADO** e/ou **BENEFICIÁRIO**, confirmando a inadimplência do **TOMADOR** e, observados os termos e condições da Cláusula 7ª (Isenção de Responsabilidade) destas Condições Particulares, compromete-se a efetuar o pagamento até o limite máximo de indenização, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da conclusão da caracterização do sinistro, caracterização esta que não poderá exceder o prazo de 30 (trinta) dias úteis a partir do recebimento da Notificação Extrajudicial, de tal sorte que, não ocorrendo contestação procedente da **SEGURADORA** à caracterização do sinistro com base nas exceções previstas na Cláusula 7ª desta Apólice, o **SEGURADO** e/ou **BENEFICIÁRIO** receberá a indenização, dentro do prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias úteis contados da data do recebimento da Notificação Extrajudicial pela **SEGURADORA**. Fica entendido e acordado, que em toda e qualquer indenização devida relativa ao seguro, não estará inclusa nenhuma verba acessória ou qualquer multa moratória imputável ao **TOMADOR**.

6.1 Existindo produto disponível no mercado, com idênticas especificações às estipuladas no **CONTRATO**, à **SEGURADORA** será facultado, caso seja acordado entre as partes, substituir a indenização securitária pela entrega da(o) [...], respeitados os prazos de entrega, quantidades e as demais condições e cláusulas do **CONTRATO**, deduzidas eventuais quantidades anteriormente entregues pelo **TOMADOR** ao **SEGURADO**.

## **CLÁUSULA 7ª - ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE**

Fica entendido e acordado que, independente de qualquer outra disposição a este respeito em qualquer outro documento relativo a este seguro, a isenção de responsabilidade desta **SEGURADORA** se aplica apenas nas seguintes hipóteses:

7.1 Caso fortuito ou de força maior, nos termos do Código Civil, além de outros eventos imprevisíveis e insuperáveis de natureza semelhante, a guerra declarada ou não declarada ou outra atividade militar, terrorismo, insurreição, desobediência civil ou desordem pública, greves patronais, outros distúrbios trabalhistas e motins que não sejam limitados exclusivamente às usinas e operações, diretas ou indiretas, do **TOMADOR**, mas que estejam diretamente relacionados ao Risco Segurado por esta **APÓLICE** de Seguros, que impeçam o **TOMADOR** de cumprir suas obrigações de entrega e/ou de pagamento na forma do **CONTRATO** garantido e, ainda, cujos efeitos não eram passíveis de serem evitados ou impedidos, sendo que falência, insolvência, concordata ou fraude do **TOMADOR**, não poderá ser alegada como motivo de força maior.

7.2 Descumprimento das obrigações do **TOMADOR** assumidas no **CONTRATO** decorrente de atos ou fatos de responsabilidade do **SEGURADO** e/ou **BENEFICIÁRIO**.

7.3 Alteração ou modificação das obrigações contratuais estipuladas no **CONTRATO**, garantidas por esta apólice, que tenham sido acordadas entre **BENEFICIÁRIO**, **SEGURADO** e **TOMADOR** sem prévia anuência da **SEGURADORA**.

7.3.1. Tendo a alteração e/ou modificação do **CONTRATO** sido encaminhada para anuência da **SEGURADORA** e tendo esta recebido comprovadamente a comunicação de alteração e/ou modificação do **CONTRATO**, não se havendo manifestação da **SEGURADORA** no prazo de 30 (trinta) dias corridos a contar da data da referida alteração e/ou modificação recebida pela seguradora, reputar-se-ão integralmente aprovadas as alterações e/ou modificações em questão,



independentemente de qualquer outra manifestação ou correspondência entre as partes.

7.4 Atos ilícitos dolosos praticados pelo **SEGURADO** e/ou **BENEFICIÁRIO** ou por seu representante legal.

#### **CLÁUSULA 8ª - EXTINÇÃO DE COBERTURA DO SEGURO**

O **TOMADOR** não terá quaisquer responsabilidades com relação ao objeto da presente garantia, se a inexecução total ou parcial de qualquer uma de suas obrigações, na forma citada no **CONTRATO**, for causada diretamente por um dos eventos supracitados nos itens 7.1 e 7.2. e, desde que seus empregados, prepostos e/ou terceiros por ele contratados, não tenham contribuído por ação ou omissão, bem como por negligência, imprudência ou imperícia para a ocorrência do evento.

#### **CLÁUSULA 9ª - PRÊMIO DO SEGURO**

9.1 A presente Apólice continuará em vigor mesmo quando o **TOMADOR** não houver pago o prêmio à **SEGURADORA** conforme convencionado. Não paga pelo **TOMADOR** qualquer parcela do prêmio devido, ocorrerá o vencimento automático das demais, podendo a **SEGURADORA** tomar as medidas judiciais cabíveis para obter o pagamento devido pelo **TOMADOR**. A **SEGURADORA** não poderá se recusar a pagar ao **BENEFICIÁRIO** a indenização devida nos termos da Cláusula Quinta acima, mediante a alegação do não-pagamento do prêmio.

#### **CLÁUSULA 10ª - CLÁUSULA DE EXTINÇÃO DA GARANTIA**

Para a extinção da garantia desta **APÓLICE**, o **SEGURADO** (ou **BENEFICIÁRIO**) fica obrigado a efetuar a devolução deste instrumento ou passar declaração de cumprimento integral das obrigações do **TOMADOR** que, para fins da presente garantia, ocorrerá quando da entrega da(o) na forma do **CONTRATO**, independentemente de qualquer outro prazo de seguro anteriormente convencionado.

10.1. Sem prejuízo do disposto no *caput* dessa Cláusula, extinguir-se-á o presente seguro quando **SEGURADO**, **SEGURADORA** e **BENEFICIÁRIO** assim acordar ou quando for efetuado o pagamento de indenização representada pela cobertura securitária.

#### **CLÁUSULA 11ª - ARBITRAGEM**

As partes desde já convencionam que para toda e qualquer controvérsia resultante e/ou relativa à interpretação desta Apólice, incluindo quaisquer questões relacionadas à existência, validade ou término contratual, fica facultada a resolução por meio de arbitragem, que será instituída e processada de acordo com as regras da Câmara de Mediação e Arbitragem de São Paulo da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), sem prejuízo da possibilidade a qualquer das partes em recorrer às vias judiciais.

11.1. Na hipótese de qualquer das partes recorrer à decisão arbitral, estando a outra parte de comum acordo, a administração e o correto desenvolvimento do procedimento arbitral caberá à Câmara de Mediação e Arbitragem de São Paulo da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo).

11.2. O Tribunal Arbitral será composto de 3 (três) árbitros, competindo a cada uma das partes a escolha de um árbitro de acordo com as Regras de Arbitragem da FIESP e tais árbitros escolherão de comum acordo um terceiro, que presidirá o tribunal arbitral conforme as regras de arbitragem da FIESP.

11.3. Na hipótese de os árbitros escolhidos pelas partes não chegarem a um acordo em relação à escolha do terceiro árbitro, a escolha deste caberá ao presidente da Câmara de Mediação e Arbitragem da FIESP.

11.4. A arbitragem será realizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, local onde deverá ser proferida a sentença arbitral, e os atos deverão ser realizados na língua Portuguesa. O laudo arbitral será definitivo e vinculará todas as partes, incluindo seus cessionários e sucessores a qualquer título e não ficará sujeito à homologação ou recurso.

11.5. Não optando, qualquer das partes pela mediação por arbitragem ou, não havendo o cumprimento do laudo arbitral proferido em sentença arbitral fica expressamente eleito o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, como o único competente para dirimir todas as eventuais dúvidas e litígios decorrentes do presente instrumento, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### **CLÁUSULA 12ª - CLÁUSULA BENEFICIÁRIA**

12.1 - Entender-se-á que para efeito destas Condições Particulares, o beneficiário é aquele indicado no caput deste documento.

12.2 - Fica entendido e acordado que todas as indenizações que porventura venham a ser pagas pela seguradora, em caso de inadimplemento de qualquer uma das obrigações do tomador, serão avisadas ao segurado e pagas somente ao beneficiário.

12.3 - No caso de não cumprimento pelo **TOMADOR** de quaisquer umas de suas obrigações na forma do **CONTRATO** e nos casos em que tal prejuízo de acordo com as demais partes, **SEGURADORA**, **SEGURADO** e **BENEFICIÁRIO**, não estiver coberto pela presente garantia, inclusive na forma do caput da Cláusula Oitava, a **SEGURADORA** deverá transferir, dar ou ceder ao **BENEFICIÁRIO**, todos os seus direitos em qualquer penhor, instrumentos financeiros, apólices de seguro e qualquer outra garantia ou caução, constituída pelo **TOMADOR** em seu favor.

#### **CLÁUSULA 13ª - CLÁUSULA DE INALTERABILIDADE**

Para todos os efeitos, a apólice não poderá ser alterada, no todo ou em parte, sem a expressa anuência e concordância, por escrito, de todas as partes envolvidas neste processo: Seguradora, Segurador, Beneficiário e tomador.

#### **CLÁUSULA 14ª - APROVAÇÃO**

O presente seguro foi aprovado pela IRB – Brasil Resseguros S.A., FAX GERIF n.º [...], Processo GERIF n.º [...].

## **ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE VERACIDADE**

### **DECLARAÇÃO**

**Mauro Sergio de Oliveira**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade regº n.º 6.722-9 expedida pelo CRE/RJ - 1ª região em 25/05/93, inscrito no CPF sob o n.º 197.460.087-49, domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, na qualidade de diretor responsável pelo **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DEDINI-DULCINI AGROINDUSTRIAL**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 08.202.282/0001-11 ("**FUNDO**"), administrado pela **OLIVEIRA TRUST DTVM S.A.**, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 500, Bloco 13, sala 205, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 36.113.876/0001.91, **DECLARA** que é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a distribuição das quotas do FUNDO.

Rio de Janeiro, 20 de outubro de 2006.

  
**Mauro Sergio de Oliveira**

## ANEXO IX – DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

### DECLARAÇÃO

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, sala 205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato devidamente representada pelo seu representante legal, na qualidade de instituição responsável pela administração do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DEDINI-DULCINI AGROINDUSTRIAL**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.202.282/0001-11 ("Fundo"); e

**Mauro Sergio de Oliveira**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade regº n.º 6.722-9 expedida pelo CRE/RJ - 1ª região em 25/05/93, inscrito no CPF sob o n.º 197.460.087-49, domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Av. das Américas, nº 500, bloco 13, sala 205, na qualidade de diretor responsável pelo **FUNDO**;

**DECLARAM** que o presente Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da oferta de quotas do **FUNDO**, das suas características, situação econômico-financeira, os riscos inerentes ao **FUNDO**, entre outras informações relevantes, bem como que o presente Prospecto foi elaborado de acordo com as normas pertinentes.

Rio de Janeiro, 20 de outubro de 2006.

  
OLIVEIRA TRUST DTVM S.A.

  
MAURO SÉRGIO DE OLIVEIRA

## **ANEXO X – RELATÓRIO DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DAS QUOTAS**

**Fluxo Futuro/Brasil**  
**Relatório de Rating Preliminar**

**Fundo de Investimento em**  
**Direitos Creditórios Dedini-**  
**Dulcini Agroindustrial – Série**  
**2006-1**

**Ratings**

Emissão	Valor	Vencimento	Rating
Classe	BRL mi	Final	Atual
Sênior	76,0	Jul/2007	F1(bra)*
Subordinada	4,0	Jul/2007	NA

bra - Escala Nacional Brasileira. \*Rating Preliminar  
NA - Não Avaliada

**Analistas**

**Finanças Estruturadas**

Jayme Bartling  
55 11 4504-2600  
jayme.bartling@fitchratings.com

Silvano Gersztel  
55 11 4504-2600  
silvano.gersztel@fitchratings.com

**Instituições Financeiras**

Claudio Gallina  
55 11 4504-2600  
claudio.gallina@fitchratings.com

O rating preliminar não constitui a opinião de crédito da Fitch Ratings, porém, é uma indicação que poderá ser confirmada ou não no momento da atribuição do rating final. O rating preliminar atribuído está baseado em informações preliminares fornecidas pelo emissor e outros participantes da estruturação desta oferta até 1 de agosto de 2006. O rating preliminar fica condicionado à conferência dos documentos finais que estejam em conformidade com as informações já recebidas, bem como à efetiva subscrição da emissão. Quaisquer alterações das informações poderão resultar em atribuição de rating final diferente do preliminar. Os ratings de crédito da Fitch não constituem recomendação de compra, venda ou manutenção de um título. O prospecto e outros materiais disponibilizados desta oferta deverão ser lidos anteriormente à sua aquisição.

**Fundamentos do Rating**

O fundo é uma securitização de direitos creditórios a performar oriundos de contratos de vendas domésticas de açúcar e melão para clientes selecionados pelas empresas Dedini Açúcar e Alcool Ltda. (Dedini) e Dulcini S.A. (Dulcini). A Fitch Ratings atribuiu o Rating Nacional Preliminar de Curto Prazo 'F1(bra)' à primeira série de cotas seniores a ser emitida pelo Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Dedini-Dulcini Agroindustrial (FIDC), em montante nominal de até BRL76,0 milhões.

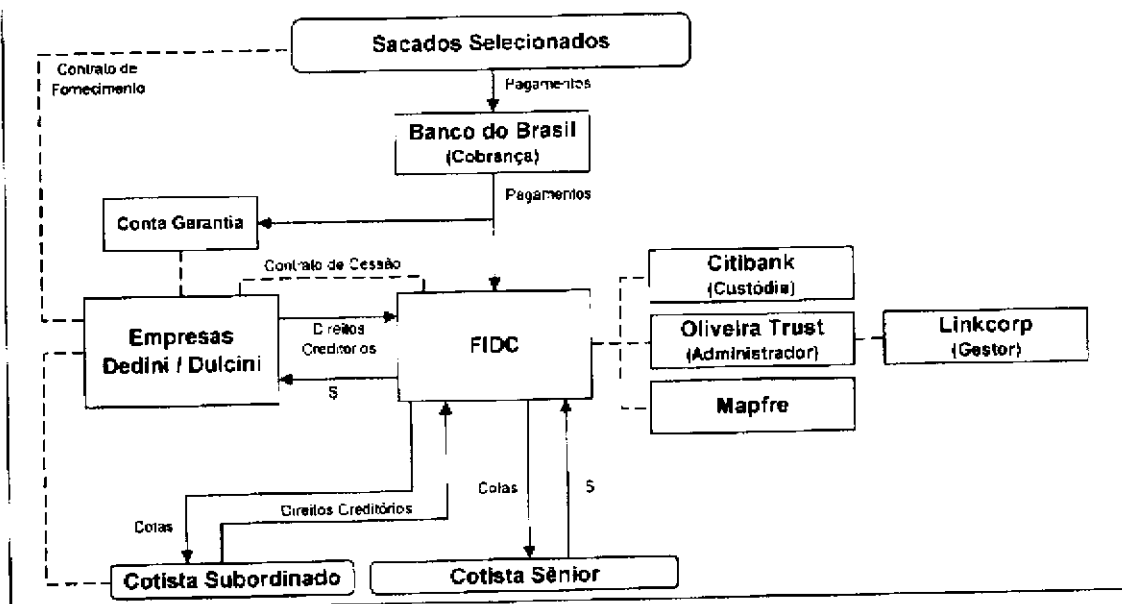
O rating preliminar atribuído considera a probabilidade de investidores seniores receberem, de forma pontual e integral, o principal investido acrescido da taxa benchmark de rendimento pretendido de 110% do CDI.

Na escala de classificação de risco da Fitch, o Rating de Curto Prazo 'F1(bra)' atribuído às cotas seniores do FIDC é comparável a todos os ratings nacionais de crédito de curto prazo atribuídos a emissões de renda fixa com prazo de vencimento inferior a doze meses seja por instituições financeiras, empresas ou demais emissores.

O rating preliminar baseia-se principalmente nos seguintes fatores:

- O fluxo de caixa advindo dos direitos creditórios está sujeito a riscos inerentes de variação de preço de commodity e volumes. Além disso, os direitos creditórios apresentam elevada concentração em certos sacados. Mesmo ao considerar que estes sacados mantêm relacionamento de longo prazo com histórico forte de pontualidade de pagamentos, a inadimplência destes poderá afetar a liquidez do fundo.
- O fluxo de caixa do fundo e a sobrecolateralização serão proporcionados para assegurar uma razão de garantia mínima de 3,0 vezes o serviço de amortização mensal de cotas seniores. Esta razão de garantia mínima suporta os acima mencionados riscos inerentes de preço e volume e de concentração de certos sacados, dentro da categoria de rating atribuída às cotas seniores.
- O reforço total de crédito será constituído principalmente na forma de sobrecolateralização e reserva de liquidez. As empresas originadoras irão subscrever cotas subordinadas e constituir em garantia real em caráter de cessão fiduciária direitos creditórios adicionais ao dos cedidos ao fundo. As garantias constituem uma sobrecolateralização de forma cruzada.
- Os investidores seniores contam com seguro garantia de performance na falta de disponibilidade dos produtos

**Diagrama do Fluxo**



comercializados pelas empresas originadoras, sob certas condições. Esta garantia não tem eficácia em eventos de quebra de safra, porém, tendo em vista que os direitos creditórios são referentes à safra em fase de coleta, a exposição a este risco é bastante limitada.

- A estrutura legal do FIDC, desenhada de forma a proteger contra a contestação de quaisquer de seus credores terceiros da cessão efetuada, penhor ou desvio dos recursos de titularidade do fundo depositados na conta corrente, domiciliada no Banco do Brasil S.A.

**■ Resumo da Estrutura**

O emissor é um fundo de investimento em direitos creditórios, constituído na forma de condomínio fechado com prazo indeterminado. O objetivo principal do fundo é conceder aos cotistas uma participação indivisível nos direitos creditórios elegíveis, discriminados no regulamento do fundo. O FIDC será administrado pela Oliveira Trust DTVM S.A. (Oliveira Trust) e sua gestão pela Linkcorp Consultoria Financeira Ltda. As funções de custódia serão prestadas pela Citibank DTVM S.A. e a cobrança pelo Banco do Brasil S.A.

O fundo irá emitir a primeira série de cotas seniores em montante nominal de até BRL76,0 milhões, sendo integralizadas em moeda corrente nacional. Em conjunto, serão subscritas pelas empresas originadoras Dedini e Dulcini, cotas subordinadas em montante nominal total de até BRL4,0 milhões, sendo integralizadas em direitos creditórios. A partir da data de início de distribuição, as cotas seniores terão prazo de 12 meses e amortizações mensais,

após um período de carência de um mês. Entre o terceiro e nono mês de duração da série classe sênior, as cotas subordinadas poderão ser amortizadas parcialmente, à medida que estejam mantidos certos níveis mínimos de subordinação. A partir do décimo mês as cotas subordinadas serão amortizadas no seu vencimento final de 12 meses.

Com os recursos da emissão desta série, o fundo irá adquirir direitos creditórios em uma única vez e as empresas originadoras irão ceder e transferir titularidade destes direitos creditórios, oriundos das vendas de açúcar, açúcar líquido e melaço, mediante contrato de fornecimento com seus clientes nacionais. Estas vendas são celebradas através de contrato de fornecimento de curto prazo.

**Conta de Reserva de Liquidez**

No início das operações do fundo, serão constituídas duas contas de reserva de liquidez que, em conjunto, equivalerão ao montante da primeira amortização de principal e rendimento das cotas seniores.

**Conta de Garantia**

Enquanto houver circulação de cotas seniores pelo fundo, as empresas originadoras irão dar em caráter

**Informações-Chave**

**Originadores:** Dedini Açúcar e Alcool Ltda. / Dulcini S.A.

**Administrador:** Oliveira Trust DTVM Ltda.

**Gestor:** Linkcorp Consultoria Financeira Ltda.

**Custodiante:** Citibank DTVM S.A.

**Agente de Cobrança:** Banco do Brasil S.A.

de garantia real os pagamentos referentes a adicionais contratos não segurados de fornecimento. O somatório do valor de pagamentos destes contratos deverá ser equivalente a, no mínimo, 15% das cotas seniores em circulação.

Estes contratos serão selecionados a critério do gestor do fundo, cujos pagamentos serão feitos exclusivamente em contas correntes de titularidade própria, sendo mantidas e domiciliadas no Banco do Brasil. Através do instrumento particular de cessão fiduciária celebrado entre as partes, apenas o gestor do fundo terá o poder de movimentação destas contas e utilização dos seus recursos em conformidade com o regulamento do fundo.

#### **Razão de Garantia**

A partir do segundo mês das operações do fundo, será verificada pelo administrador em base mensal a razão de garantia, sendo equivalente ao somatório das (i) reservas de liquidez, (ii) disponibilidades e aplicações financeiras de propriedade do fundo, (iii) valor de face dos direitos creditórios cedidos ao fundo e vencidos até a próxima amortização de cotas seniores, e (iv) recebíveis cedidos fiduciariamente e vencidos até a próxima amortização de cotas seniores, dividido pelo valor previsto da próxima amortização de cotas seniores. No caso desta razão de garantia ser superior a 3,0, o administrador poderá efetuar pagamento de parcela da reserva de liquidez às empresas originadoras na forma de prêmio de liquidez, à medida que a razão de garantia mínima de 3,0 seja mantida.

#### **Colateral**

Os direitos creditórios são amparados por contratos de fornecimento celebrados entre a Dedini ou Dulcini e seus clientes finais. O contrato é via de regra padronizado com prazo de duração determinado. As especificações técnicas são detalhadas sobre o produto. Os volumes mínimos mensais de retirada pelo cliente são delimitados no contrato, podendo ser ajustado em um percentual de 10% para mais ou para menos. Em caso de um contrato específico, este percentual poderá ser de 15%. Os preços são estabelecidos pelo valor médio do período compreendido dos indicadores para açúcar cristal Cepea/Esalq divulgados pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea) da Universidade de São Paulo (USP). O preço expressado em sacas de 50Kg é acrescido pelos relevantes impostos de ICMS, PIS, Cofins e IPI.

Os contratos prevêem a possibilidade de rescisão ou vencimento antecipado pela parte prejudicada na ocorrência de certos eventos, tais como: descumprimento das obrigações de entrega e/ou pagamento que não seja sanada dentro de 15 dias de

notificação, transferência do controle societário, insolvência, pedido de recuperação judicial e decretação de falência de qualquer das partes.

O preço de aquisição dos direitos creditórios destes contratos será determinado utilizando os volumes mínimos de retirada mensais e o índice de preço Esalq sendo reduzido em 10%. Os preços serão acrescidos dos impostos estipulados em cada contrato de fornecimento. A partir deste fluxo de caixa, será descontado pela taxa de cessão de 110% do CDI, acrescida de 2,0% ao ano.

Anteriormente à sua aquisição pelo fundo, as empresas originadoras irão apresentar e confirmar ao administrador as condições dos créditos, o cronograma de retirada dos produtos e os prazos de pagamento. Adicionalmente, os direitos creditórios serão submetidos a condições de cessão e critérios de elegibilidade, que serão verificados pelo custodiante. As condições de cessão incluem:

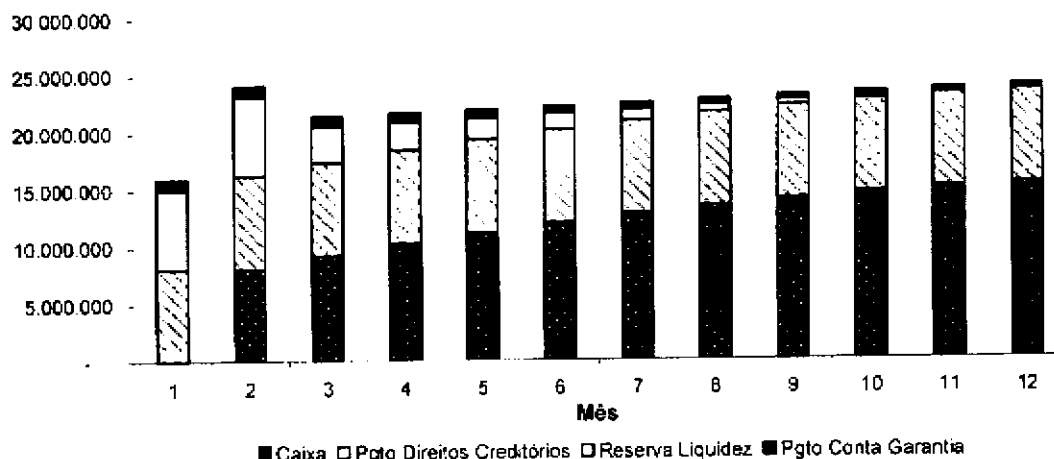
- Os sacados deverão ser pessoas jurídicas;
- Deverão possuir relacionamento comercial com as empresas originadoras mediante contrato de fornecimento;
- No momento da cessão, os sacados dos direitos creditórios não apresentarem nenhuma inadimplência junta às empresas originadoras;
- Contratação de seguro de performance pela Mapfre Vera Cruz Seguradora S.A. (Mapfre) com único beneficiário sendo o fundo;
- Comprovação de pagamento de prêmio do seguro sobre os direitos creditórios ofertados para cessão.

Os critérios de elegibilidade serão verificados no momento da cessão, o que incluem:

- Os sacados não possuem registro no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundo do Banco Central do Brasil (CCF), Serasa ou no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), relativos a títulos protestados não contestados, inadimplência de obrigações em valor total igual ou superior a R\$150 mil;
- O sacado não se encontre em processo de falência, concordata, recuperação judicial ou procedimento similar;
- Os direitos creditórios objetos de cessão não poderão ter parcelas vincendas com data posterior a prazo de duração da série de cotas seniores em circulação;
- Os direitos creditórios possuem suas respectivas apólices de seguro de performance.



**Cenário Base: Fluxo de Caixa**



Elaboração: Linkcorp/Gainvest

**■ Originação e Cobrança**

**Dedini**

A Dedini Açúcar e Alcool Ltda. é parte integrante do Grupo Dedini Agro, que atua na produção e comercialização de açúcar e álcool. Até 2003, o Grupo Dedini Agro fazia parte de um grupo maior, que incluía a Dedini S.A. Indústrias de Base. A partir daquele ano, após a aquisição integral, por Mário Dedini Ometto, das empresas que compõem o Grupo Dedini Agro, as atividades passaram a ser totalmente segregadas uma da outra.

Todos os passos do processo de produção são feitos dentro das empresas do grupo, desde a plantação da cana de açúcar até a comercialização do produto final. O Grupo Dedini Agro é formado por quatro empresas:

- Dedini Açúcar e Alcool Ltda.: usina de açúcar e álcool;
- Dedini Indústria e Comércio: usina de açúcar e álcool;
- Santa Fé Indústria e Comércio Ltda.: sementes, adubos e comercialização de combustíveis;
- Condomínio Mário Dedini Ometto: terras e canas-de-açúcar próprias)

Além da produção e comercialização de açúcar e álcool, o grupo ainda vende melaço e, em menor escala, sementes de soja.

A Dedini Açúcar e Alcool Ltda. está localizada na cidade de São João da Boa Vista, enquanto a Dedini S.A. Indústria e Comércio está localizada em Pirassununga, ambas no interior do Estado de São Paulo. A Região Sudeste do Brasil apresenta clima e solo propício a plantação da cana-de-açúcar, tendo

um dos menores custos por hectare de produção e permitindo uma longa vida para a cana-de-açúcar plantada, em média de cinco a seis cortes.

Na safra que iniciou em maio de 2005 e terminou em abril de 2006, o Grupo Dedini Agro moeu aproximadamente quatro milhões de toneladas de cana-de-açúcar. Há dois anos, o grupo ingressou num plano de expansão de área de cana plantada, aproveitando a alta do preço internacional do açúcar e as condições e perspectivas favoráveis para o consumo do álcool, como também pelo desfavorável cenário econômico que encontram-se indústrias e fazendas de outros plantios na região, tais como a laranja, que aumenta a quantidade de terra disponível para o plantio de cana a custos adequados. O objetivo é atingir aproximadamente 6,3 milhões de toneladas de cana-de-açúcar moídas na safra 2008/09.

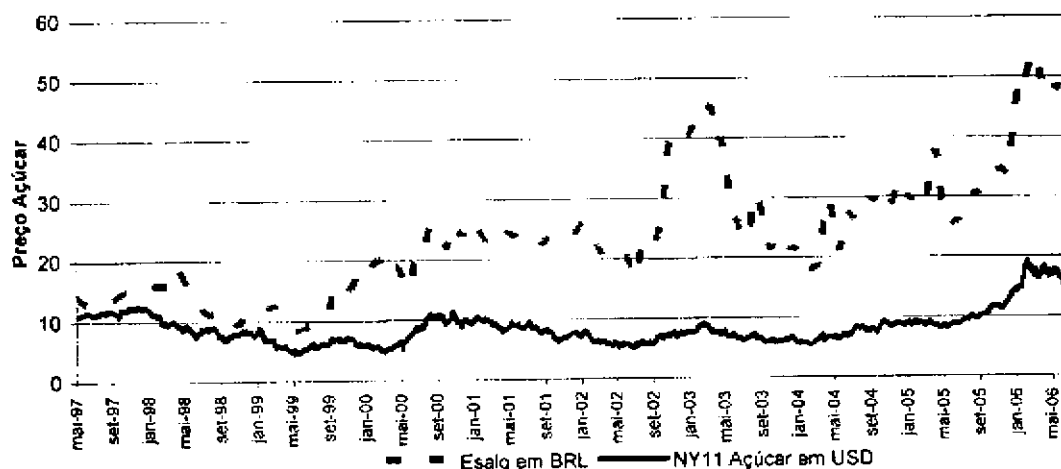
Os exercícios fiscais das empresas do grupo iniciam-se em maio e encerram-se em abril de cada ano. Em maio de 2005, o grupo obteve receita líquida consolidada no total de BRL352,3 milhões e EBITDA de aproximadamente BRL47,0 milhões. Para o exercício 2005/06, até fevereiro, o grupo obteve receita líquida de BRL343,1 milhões e EBITDA de BRL76,9 milhões.

**Dulcini**

A Dulcini S.A. é a líder no mercado nacional na produção e comercialização de açúcar líquido e açúcar líquido invertido, tendo uma participação de aproximadamente 55% do mercado nacional. Sediada em Americana, no interior do Estado de São Paulo, a Dulcini detém as marcas:

- Dulci: xaropes de sacarose altamente refinados, de baixa cor, baixa turbidez, e sem odores;

**Histórico de Preço de Açúcar**



Fonte: NYBOT / CEPEA-USP. Nota – Preços em moeda indicada.

- Gludex: xaropes viscosos, transparentes, obtidos através da hidrólise ácida da sacarose, originando uma solução de sacarose, frutose, e dextrose em diferentes quantidades;
- Xarin: líquido viscoso, que apresenta coloração caramelo e acentuado sabor, obtidos através do aquecimento de xarope com diferentes quantidades de açúcar e melaço invertido.

A Dulcini é grande parceira do Grupo Dedini Agro, sendo que quase toda a matéria-prima utilizada para a produção final de seus produtos é fornecida pelas empresas do Grupo Dedini Agro. Além disso, sua unidade produtiva em Pirassununga é um arrendamento de unidade fabril pertencente a Dedini S.A. Indústria e Comércio.

Fim do ano de 2005, a Dulcini obteve receita líquida no total de aproximadamente BRL70 milhões. As demonstrações financeiras da empresa apontam para um patamar de receita líquida constante nos últimos três exercícios. Entretanto, no primeiro trimestre, a empresa obteve receita líquida total de BRL23,7 milhões, que anualizada, permite uma estimativa de crescimento de receita líquida da ordem de 35%.

**Concessão de crédito**

A análise para concessão de crédito é feita através dos mesmos procedimentos em ambas as cedentes. O primeiro passo é o cadastramento e coleta de informações do novo cliente, que em seguida são enviadas à área de crédito de cada cedente. A área de crédito, além de analisar as informações, efetua uma pesquisa nos órgãos de proteção ao crédito, como Serasa e SPC.

Aprovada a concessão, é estabelecido um limite de crédito para novos clientes durante um período experimental, de BRL15 mil para pequenos clientes

e BRL50 mil para grandes clientes. Caso não exista inadimplência neste período, este limite poderá ser estendido a BRL50 mil para pequenos clientes, e BRL5 milhões para grandes clientes, sendo que são necessárias garantias reais neste caso.

**Cobrança de créditos**

Para os direitos creditórios cedidos ao fundo, a sua cobrança será feita mediante emissão de boleto de cobrança registrado pelo Banco do Brasil e/ou conta corrente de titularidade do fundo, domiciliado no agente cobrador. Para os direitos creditórios pagos mediante transferência eletrônica, os devidos sacados deverão receber e assinar a notificação de tal cessão, reconhecendo a devida conta corrente de titularidade do fundo. Os direitos creditórios inadimplidos serão cobrados pelas respectivas cedentes com supervisão do custodiante. O mecanismo de cobrança é efetuado de maneiras diferentes para grandes e pequenos clientes.

No caso de pequenos clientes, com limite de crédito até BRL50 mil, o procedimento dar-se-á da seguinte maneira. A cedente irá contatar por telefone o devedor informando da parcela vencida no segundo dia de atraso, não sendo paga a parcela, a cedente liga novamente no quarto dia de atraso. No quinto dia, a parcela vencida é encaminhada para protesto em cartório. Se a dívida não for quitada em até trinta dias do protesto, são tomadas as providências judiciais necessárias.

No caso de grandes clientes, com limite de crédito acima de BRL50 mil, a cedente entrará em contato por telefone com o devedor no quinto dia de atraso, informando da parcela vencida, não sendo paga a parcela, a cedente ligará novamente no décimo dia de atraso. Uma carta de cobrança será enviada no 15º dia de atraso e no vigésimo dia de atraso será

enviada uma notificação formal. Se a dívida não for quitada em até trinta dias de seu vencimento, serão tomadas as providências judiciais cabíveis.

### Seguro de Performance

Visando mitigar o risco de performance por parte das empresas originadoras na entrega de produto mediante os contratos de fornecimento, a Mapfre irá emitir apólices de seguro garantia de performance para cada contrato de fornecimento cedido ao fundo. Nesta apólice, a Dedini e Dulcini irão pagar o prêmio deste seguro na qualidade de tomadores. O segurado será o cliente final de cada contrato como único beneficiário para fins de pagamento de indenização sendo o fundo. O prazo de vigência da apólice será equivalente ao do contrato de fornecimento.

A Fitch recebeu minuta da apólice a ser emitida para análise. A apólice visa garantir o fornecimento pela Dedini e Dulcini dos volumes mínimos de açúcar contratados até o limite máximo de cobertura de cada apólice, sendo equivalente ao valor de aquisição dos direitos creditórios, deduzido de um valor pro rata da representatividade das cotas subordinadas.

Na eventualidade de caracterização de sinistro, o gestor do fundo irá notificar extrajudicialmente a seguradora do evento de sinistro. A partir da data desta notificação, a seguradora terá prazo de até 45 dias úteis para efetuar pagamento da indenização. O valor da indenização será apurado pelo somatório de volumes mínimos remanescentes do contrato de fornecimento, utilizando o preço de açúcar para fins de cálculo do seu preço de aquisição pelo fundo. Portanto, o valor da garantia de performance não está sujeito a variações adversas no preço de açúcar.

O gestor do fundo será responsável pelo acompanhamento e monitoramento das retiradas mensais. As empresas originadoras deverão comprovar ao gestor a performance de cada retirada pelos sacados selecionados. Na ocorrência de falta de performance por parte das empresas originadoras, o administrador e o gestor irão notificar extrajudicialmente a seguradora de tal evento de sinistro.

Na visão de Fitch, a apólice apresentada mitiga adequadamente os riscos inerentes de performance por parte das empresas originadoras dentro da categoria de rating atribuída.

### ■ Eventos de Avaliação/ Liquidação Antecipada

#### Eventos de Avaliação

Na ocorrência de certos eventos relativos à estrutura do fundo, o administrador suspenderá imediatamente o pagamento pela amortização de cotas subordinadas em aberto, e convocará uma assembleia de cotistas para deliberar sobre a continuidade do fundo ou sua liquidação antecipada. Os eventos de avaliação incluem:

- Renúncia pelo administrador das suas funções perante o fundo;
- Rebaixamento em um nível do rating atribuído às cotas seniores;
- Renúncia do custodiante;
- Não subscrição, por qualquer motivo, pelas cedentes, uma vez decorrido o prazo mínimo de dez dias da comunicação do administrador, de tantas cotas subordinadas quantas sejam necessárias para restabelecer o percentual mínimo de cotas subordinadas;
- Caso fique caracterizada e configurada qualquer hipótese de sinistro, nos termos da Apólice de Seguro de Performance;
- Ocorrência de qualquer evento de rescisão do Contrato de Cessão.

#### Eventos de Liquidação

Em adição aos eventos de avaliação, o fundo prevê eventos de liquidação antecipada nas seguintes situações:

- Caso o contrato de cessão seja, por qualquer motivo, rompido;
- Caso haja amortização de cotas subordinadas em desacordo com o disposto no regulamento;
- Caso haja decretação de falência das cedentes.

### ■ Análise de Riscos

#### Análise de Fluxo de Caixa

A Fitch analisou o fluxo de pagamentos dos direitos creditórios a serem cedidos ao fundo e dos pagamentos dos contratos cedidos fiduciariamente em benefício do fundo para compreender a sua capacidade de fazer frente às amortizações programadas das cotas seniores.

	Cenário Base	Cenário Estresse I	Cenário Estresse II
% Retirada Média	100%	90%	90%
Taxa DI a.a.	15,25%	15,25%	15,25%
Declínio de Preços*	10%	22,5%	5% - 35%
RG Máximo	3,52	2,75	2,61
RG Mínimo	2,99	1,04	1,04

\*Declínio a partir do preço inicial de BRL47,99/Saca de 50Kg  
RG - Razão de Garantia

Foi apresentado pelos estruturadores do fundo um cenário base que contempla o fluxo de pagamento dos contratos utilizando o volume médio estabelecido de retiradas mensais e preços utilizados de cessão e mantidos ao longo de vigência de série de cotas seniores, conforme tabela abaixo.

A partir deste cenário, vários outros cenários foram elaborados considerando-se estresses no volume retirado pelos sacados e no preço de mercado do açúcar. Alguns destes cenários seguem abaixo. No cenário de estresse I, o volume médio retirado pelos clientes da cedente foi 10% abaixo daquele previsto nos contratos de fornecimento e o preço utilizado para calcular o fluxo foi 22,5% mais baixo do que o preço base de BRL47,99/saca de 50 Kg, em todos os meses de vigência da operação. Ainda assim, o fundo pode cumprir com suas obrigações de amortização de cotas seniores e despesas em todos os meses em que existirem cotas seniores em circulação.

No cenário de estresse II, o volume de retirada usado foi também 10% abaixo do previsto nos contratos. Para estressar o preço de mercado do açúcar, foi utilizada uma queda gradual partindo de 5% no primeiro mês e chegando a 35% nos últimos meses de vigência desta série de cotas seniores. Neste cenário, foi levado em conta o fato de que alguns contratos possuem prazos de pagamento maiores que um mês, o que ameniza a queda do fluxo devido à queda no preço do açúcar, já que este é estipulado na data de assinatura do contrato e não na data de pagamento.

O fluxo de caixa do fundo suporta os estresses propostos no segundo cenário simulado, permitindo o pagamento de amortizações de cotas seniores e despesas do fundo por todo o período em que existirem cotas seniores em circulação.

#### Considerações Legais

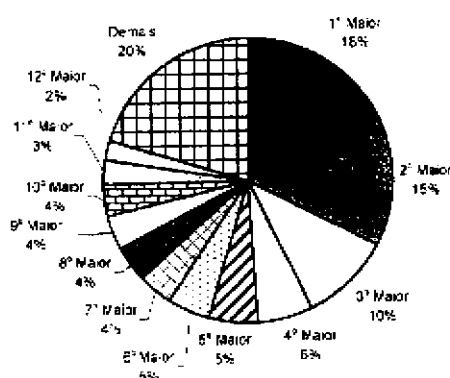
A Fitch solicitou e espera receber parecer legal elaborado por escritório de advocacia atestando que a transferência de propriedade dos direitos creditórios constitui uma cessão perfeita e acabada ao fundo. Portanto, na eventualidade de pedido de recuperação judicial, decretação de falência ou outra ação de insolvência, a integridade jurídica seria mantida em benefício aos cotistas do fundo.

#### Risco de Inadimplemento do Sacado

A carteira de direitos creditórios a ser cedida ao fundo representa certos níveis de concentração por sacado. Atualmente, a carteira de direitos creditórios cedida ao fundo e os cedidos fiduciariamente serão compostas por 23 sacados e 10 sacados, respectivamente. Dos direitos creditórios

representados pelos 23 sacados, 16 são clientes da Dedini e sete da Dulcini. Os sacados atuam principalmente nos segmentos de refrigerantes, produtos laticínios e alimentos em geral. A Fitch recebeu dados históricos de pagamento da totalidade de faturas emitidas das safras entre janeiro de 2002 e maio de 2006 pelas empresas Dedini e Dulcini. Esses dados apontam um histórico extremamente forte de pontualidade por parte dos sacados selecionados. Entretanto, apenas dois sacados não possuem nenhum histórico comercial, que representam menos de 3% do fluxo mensal de pagamentos dos contratos cedidos.

**Concentração Por Sacado**  
(Valor de Contrato)



Elaboração: Fitch

#### Risco de Desvio de Fluxos

A Fitch analisou o potencial risco das empresas originadoras, ou quaisquer terceiros, desviarem o fluxo de pagamentos pelos sacados da conta corrente de titularidade do fundo. Os sacados serão devidamente notificados da cessão e efetuarão pagamento mediante boleto bancário registrado e emitido pelo Banco do Brasil, direcionando os pagamentos diretamente para conta corrente de titularidade do fundo.

#### Monitoramento

A Fitch acompanha o desempenho desta operação em base regular e freqüente. Tal acompanhamento visa assegurar que os ratings atribuídos continuem refletindo, apropriadamente, o perfil de risco das cotas emitidas.

Os detalhes sobre o desempenho desta operação estão disponíveis na área de monitoramento de operações estruturadas da Fitch no site [www.fitchratings.com.br](http://www.fitchratings.com.br).

## **ANEXO XI – CONTRATO DE CESSÃO**

## **CONTRATO DE CESSÃO DEFINITIVA E AQUISIÇÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO SEM CO-OBRIGAÇÃO E OUTRAS AVENÇAS**

Por este instrumento particular, e na melhor forma de direito, de um lado,

- (i) **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DEDINI-DULCINI AGROINDUSTRIAL**, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500 Bloco 13, sala 205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº [...], doravante designado simplesmente "**FUNDO**", neste ato representado por seu Administrador, **OLIVEIRA TRUST DTVM S.A.**, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500 Bloco 13, sala 205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001.91; e, de outro lado,
- (ii) **DEDINI AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Fazenda Lagoa Formosa, acesso pelo km 15 da Rodovia SP 344, no município de São João da Boa Vista, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.106.412/0001-07, doravante designada simplesmente "**CEDENTE**"; em conjunto, designadas simplesmente Partes, e isoladamente Parte, e, ainda, como Intervenientes-Anuentes,
- (iii) **CITIBANK DTVM S.A.**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Paulista, 1.111, inscrita no CNPJ/MF sob n. 33.868.597/0001-40, doravante designado "**Custodiante**" e
- (iv) **LINKCORP CONSULTORIA FINANCEIRA LTDA.**, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, SP, na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, 758, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.050.114/0001-95, doravante designada "**Gestora**".

resolvem celebrar o presente "Contrato de Cessão Definitiva e Aquisição de Direitos de Crédito sem Co-obrigação e Outras Avenças" (o "Contrato"), que será regido pelas cláusulas e condições a seguir:

### **CAPITULO I - DO OBJETO**

**CLÁUSULA 1ª** - O **CEDENTE** declara e assegura que os direitos creditórios não performados, de natureza agroindustrial, oriundos de contratos de fornecimento de açúcar, açúcar líquido, açúcar líquido de polaridade invertida e/ou melaço (os "Direitos Creditórios" e os "Contratos de Fornecimento"), dos quais é o único titular e detentor, são e sempre foram, desde sua origem, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, encargos ou gravames.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Os Direitos Creditórios são representados por seus respectivos Contratos de Fornecimento, termos anexos de compra, suas respectivas notas fiscais e comprovantes de entrega (os "Documentos Representativos de Crédito").

**CLÁUSULA 2ª** - A cobrança e coleta dos pagamentos dos Direitos Creditórios Elegíveis serão realizados pelo **BANCO DO BRASIL S.A.** com sede na Capital do Estado do Rio de Janeiro na Rua [...], inscrito no CNPJ/MF sob o nº [...], doravante denominado Agente

Cobrador. A cobrança e a coleta serão efetuadas mediante a emissão de boletos de cobrança bancária ou mediante crédito em conta-corrente do **FUNDO**.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A cobrança e coleta dos pagamentos dos direitos creditórios inadimplidos serão realizados pelo **CEDENTE**, conforme detalhado no artigo 25 do Regulamento.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O **CEDENTE** efetuará a cobrança dos pagamentos dos direitos creditórios inadimplidos sempre em nome do **FUNDO**, de acordo com o Contrato de Cobrança nos termos do Anexo [...].

**CLÁUSULA 3ª** - O **CEDENTE**, neste ato e em regular forma de direito, cede, em caráter irrevogável e irretroatável, os Direitos Creditórios oriundos dos Contratos de Fornecimento ao **FUNDO**, que os adquire, de acordo com os termos e condições estabelecidos neste Contrato, de forma que decorridos 90 (noventa) dias do início das atividades do **FUNDO**, este mantenha no mínimo 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio líquido aplicado em Direitos Creditórios.

**CLÁUSULA 4ª** - A obrigação do **FUNDO** de adquirir Direitos Creditórios nos termos deste Contrato deverá estar formalizada nos termos do Capítulo IV *infra*, respeitado o a seguir disposto:

a) a aquisição de Direitos Creditórios será feita para composição da carteira de investimentos e das Reservas do **FUNDO**, o qual, por intermédio de seu Administrador, quitará todas as operações de compra de Direitos Creditórios;

b) somente serão adquiridos Direitos Creditórios que se enquadrem na política de investimento do **FUNDO** e nos Critérios de Elegibilidade e nas Condições de Cessão adiante definidos; e

c) são condições precedentes para a efetivação da aquisição de Direitos Creditórios (i) o integral cumprimento, pelo **CEDENTE**, das obrigações assumidas nos termos deste Contrato; e (ii) a existência de recursos financeiros disponíveis pelo **FUNDO**.

**CLÁUSULA 5ª** - Os Direitos Creditórios compreendem, além do direito de crédito oriundo dos Contratos de Fornecimento, todos e quaisquer direitos, privilégios, preferências, seguros, prerrogativas, ações a estes relacionados e reajustes ainda que não autorizados.

**CLÁUSULA 6ª** - Fica desde já estipulado que o **FUNDO** e o **CEDENTE** poderão ajustar, de comum acordo, a alienação e a permuta de Direitos Creditórios já cedidos ao **FUNDO** por outros Direitos Creditórios, observadas: (i) as regras de precificação para a aquisição de Direitos Creditórios pelo **FUNDO** e (ii) a rentabilidade pretendida pelo **FUNDO** na realização de Direitos Creditórios por ele adquiridos.

## **CAPÍTULO II - DAS DECLARAÇÕES DAS PARTES**

**CLAUSULA 7ª** - O **CEDENTE**, devidamente autorizado na forma de seus atos constitutivos, declara e assegura ao **FUNDO**, na data de assinatura deste Contrato e em cada operação de cessão dos Direitos Creditórios, que:

a) é uma sociedade validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação em vigor;

b) a celebração deste Contrato, a assunção e o cumprimento das obrigações dele decorrentes, em especial as relativas à cessão dos Direitos Creditórios e à outorga de mandatos, não dependem de quaisquer autorizações dos seus órgãos deliberativos, assim como de qualquer deliberação prévia de sócios exigível por força de acordos eventualmente arquivados em sua sede;

c) os representantes legais que assinam este Contrato têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações nele estabelecidas, bem como para outorgar mandatos a terceiros nos termos aqui definidos e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;

d) os Direitos Creditórios que, por força deste Contrato, são prometidos à cessão, assim como os que sejam efetivamente adquiridos pelo **FUNDO**, são de sua legítima e exclusiva titularidade, estando livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza, que, de qualquer modo, possam obstar a cessão prometida e o pleno exercício, pelo **FUNDO**, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios por este adquiridos;

e) a celebração deste Contrato e a assunção e o cumprimento das obrigações dele decorrentes não acarretam, direta ou indiretamente, o descumprimento, total ou parcial, de:

- (i) quaisquer contratos, de qualquer natureza, firmados anteriormente à data da assinatura deste Contrato, dos quais o **CEDENTE** e/ou suas controladas, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, sejam partes ou aos quais estejam vinculados, a qualquer título, qualquer dos bens corpóreos, incorpóreos, tangíveis, intangíveis, móveis ou imóveis de sua propriedade, em especial os Direitos Creditórios;
- (ii) qualquer norma legal ou regulamentar a que o **CEDENTE** e/ou suas controladas, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, ou qualquer dos bens corpóreos, incorpóreos, tangíveis, intangíveis, móveis ou imóveis de sua propriedade estejam sujeitos; e
- (iii) qualquer ordem, decisão, ainda que liminar, judicial ou administrativa que afete o **CEDENTE** ou suas controladas, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, ou qualquer dos bens corpóreos, incorpóreos, tangíveis, intangíveis, móveis ou imóveis de sua propriedade;

f) a sua situação econômica, financeira e patrimonial, refletida nas demonstrações financeiras exigíveis pela legislação societária e/ou pelas autoridades monetárias brasileiras, não sofreu qualquer alteração que possa afetar o cumprimento das suas obrigações decorrentes deste Contrato;

g) todos os Clientes são devidamente cadastrados pelo **CEDENTE** e identificados de acordo com os procedimentos correntemente utilizados pelo **CEDENTE**, seja pelo seu correspondente número de inscrição de contribuinte de tributos federais (CNPJ) ou por



meio de seu documento de identidade civil, com observância às regulamentações aplicáveis;

h) não é de seu conhecimento qualquer pedido de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial ajuizado contra si, conforme aplicável;

i) não é de seu conhecimento qualquer evento que impossibilite a manutenção dos limites de diversificação de risco previstos no Regulamento, seja em função de fusões ou outras reestruturações societárias de seus clientes, ou em função de outros motivos;

j) não há qualquer flexibilização na política de cobrança de seus devedores ou na política de crédito a seus clientes;

k) a cessão de Direitos Creditórios Elegíveis nos termos deste Contrato não estabelece, direta ou indiretamente, qualquer relação de consumo entre o **CEDENTE** e o **FUNDO**, assim como entre o **FUNDO** e os Clientes. Por outro lado, na eventualidade de um Cliente vir a contestar a dívida, fica o **CEDENTE** obrigado a isentar o **FUNDO**, de toda e qualquer responsabilidade, comprometendo-se a reembolsá-lo de qualquer custo ou despesa que venham a incorrer em relação a tal contestação, incluindo, a título exemplificativo, honorários advocatícios e custas processuais;

l) quaisquer alterações relevantes nos termos, condições e garantias dos Contratos de Fornecimento, que possam apresentar maior risco de crédito para **FUNDO** deverá ser previamente submetido a ele para sua análise, sendo que o **FUNDO** poderá se recusar a adquirir os direitos creditórios respectivos; e

m) não será reputada ao **FUNDO** qualquer penalidade decorrente do descumprimento de obrigações do **CEDENTE** previstas nos Contratos de Fornecimento.

**CLÁUSULA 8ª - O FUNDO**, através de seu Administrador, declara e garante que:

a) é um fundo de investimento em direitos creditórios, nos termos da Resolução CMN nº 2.907, de 29.11.2001 e da Instrução CVM nº 356, de 17.12.2001 e 393, de 22.07.2003, devidamente constituído perante a CVM;

b) a celebração deste Contrato e a assunção e o cumprimento das obrigações dele decorrentes, assim como dos demais instrumentos legais relacionados com a promessa de cessão de Direitos Creditórios ora avançada estão devidamente autorizados por seu Regulamento e pelas regras aplicáveis a esta modalidade de fundo de investimento; e

c) os representantes legais que assinam este Contrato têm poderes estatutários para tanto.

### **CAPÍTULO III - DAS CONDIÇÕES DE CESSÃO E DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE**

**CLÁUSULA 9ª - O FUNDO** somente efetuará a aquisição de Direitos Creditórios, se tais Direitos Creditórios atenderem, cumulativamente, às seguintes condições de Cessão (as "Condições de Cessão"):

I – os devedores dos Direitos Creditórios deverão ser pessoas jurídicas;

II - os Direitos Creditórios a serem oferecidos à cessão deverão estar amparados pelos respectivos Documentos Representativos de Crédito;

III - o **CEDENTE** deverá apresentar ao Administrador e à Gestora, no momento da cessão dos mesmos, declaração por ele firmada que deverá conter, no mínimo, o seguinte: a) confirmação das condições de tais créditos, incluindo-se o cronograma de retirada do açúcar, prazo de pagamento e valor do crédito; b) compromisso do **CEDENTE** de que o Contrato de Fornecimento não será alterado sem a prévia e expressa anuência por escrito do **FUNDO** e da **MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 11.711 - 10º andar - Edifício Mapfre - Brooklin, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.074.175/0001-38 ("Seguradora");

IV - declaração, firmada pelo **CEDENTE** a cada cessão de Direitos Creditórios, de que os respectivos devedores não apresentam, na data de aquisição dos Direitos Creditórios pelo **FUNDO**, inadimplência junto ao **CEDENTE**, ou seja, não deverão apresentar obrigações de pagamento vencidas e não pagas;

V - declaração, firmada pelo **CEDENTE** a cada cessão de Direitos Creditórios, de que os Direitos Creditórios não decorrem de pagamento em consignação, de dação em pagamento, renegociação, promogação ou novação;

VI - a obrigação do **CEDENTE** de fornecer açúcar, açúcar líquido e melaço, delineada nos Contratos de Fornecimento, deverá contar com seguro performance, nos termos da legislação editada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP ("Seguro"), contratado junto à Seguradora, observadas as disposições do Capítulo XVII do Regulamento do **FUNDO**;

VII - o Seguro deverá ter como beneficiário o **FUNDO** e deverá garantir o adimplemento da obrigação do **CEDENTE** junto aos respectivos devedores dos Direitos Creditórios Elegíveis, mediante a previsão de indenização total que o **FUNDO** receberá da Seguradora, nos termos das Apólices de Seguro Performance, para que este não venha a sofrer prejuízo decorrente da não performance dos direitos creditórios; e

VIII - comprovação, pelo **CEDENTE**, de pagamento do custo de contratação do Seguro ("Prêmio do Seguro") previsto nos incisos VI e VII acima.

**Parágrafo Único:** O Prêmio do Seguro previsto nos incisos VI e VII do *caput* caberá exclusivamente ao **CEDENTE**.

**CLÁUSULA 10** - Observadas as Condições de Cessão, o **FUNDO** somente efetuará a aquisição dos Direitos Creditórios que satisfaçam, cumulativamente, os seguintes critérios de elegibilidade (os "Critérios de Elegibilidade"):

I - no momento da cessão, os respectivos devedores não deverão possuir registro no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos do Banco Central do Brasil - CCF ("CCF") ou na SERASA S.A. ("SERASA"), relativos a títulos protestados não contestados, inadimplência de obrigações ou quaisquer apontamentos nos cadastros referidos neste item, em valor agregado igual ou superior a R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);

II - os respectivos devedores não deverão estar em processo de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial ou procedimento similar, conforme checagem a ser realizada por meio dos controles mantidos pela SERASA;

III - o total máximo de Direitos Creditórios relativos a cada devedor, em termos percentuais, com relação ao total de Direitos Creditórios cedidos ao **FUNDO**, consta do Anexo [...] e deverá ser submetido e aprovado pela agência classificadora de risco das cotas seniores; e

IV - quando da sua cessão ao **FUNDO**, os Direitos Creditórios contar com suas respectivas Apólices de Seguro Performance.

**CLÁUSULA 11** - Na aquisição dos Direitos Creditórios, o Administrador deverá verificar e validar o atendimento dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo **FUNDO** às Condições de Cessão e o Custodiante deverá verificar e validar o atendimento dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo **FUNDO** aos Critérios de Elegibilidade.

**CLÁUSULA 12** - Os Direitos Creditórios que satisfaçam, cumulativamente, a todas as Condições de Cessão e os Critérios de Elegibilidade são denominados os "Direitos Creditórios Elegíveis" e, individualmente, o "Direito Creditório Elegível".

**CLÁUSULA 13** - A perda superveniente, por qualquer motivo, das Condições de Cessão não dará ao **FUNDO** qualquer direito de regresso contra o Administrador, a Gestora, o Custodiante ou o **CEDENTE** com relação a eventuais Direitos Creditórios anteriormente adquiridos nos termos do disposto neste Contrato, salvo na existência de má-fé, culpa ou dolo.

**CLÁUSULA 14** - Na hipótese de aquisição de Direitos Creditórios em desacordo com o disposto neste Capítulo aplicar-se-á o disposto no Capítulo V.

#### **CAPITULO IV - DA FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO**

**CLÁUSULA 15** - Observado o disposto na Cláusula 4ª deste Contrato, a cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis da **CEDENTE** para o **FUNDO** será considerada formalizada na data (i) da verificação, pelo Administrador, do cumprimento, pelos Direitos Creditórios, das Condições de Cessão e da verificação, pelo Custodiante, dos Critérios de Elegibilidade e (ii) do pagamento pelo **FUNDO** do preço de aquisição (a "Data de Aquisição e Pagamento").

**CLÁUSULA 16** - Na Data de Aquisição e Pagamento, o **CEDENTE** irá relacionar os Direitos Creditórios objeto de cessão, bem como seus respectivos Documentos Representativos de Crédito, em documento próprio (o "Relatório da Cessão"), preparado na forma do modelo constante do Anexo I a este Contrato e enviado ao Custodiante. Este relatório deverá ser arquivado pelas partes, inclusive pelo Custodiante, e representará o documento comprobatório da realização das operações realizadas entre as partes, inclusive para fins de fiscalização dos órgãos reguladores do **CEDENTE** e do **FUNDO**.

**CLÁUSULA 17** - Ressalvado o disposto na Cláusula 21 deste Contrato, a cessão formalizada na forma deste Capítulo será irrevogável e irretroatável, com a transferência para o **FUNDO**, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra o **CEDENTE**, da

plena titularidade dos Direitos Creditórios Elegíveis, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, seguros, prerrogativas e ações a estes relacionados.

**CLÁUSULA 18 - O CEDENTE** será responsável pela existência, certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade e correta formalização dos Direitos Creditórios que comporão a Carteira do **FUNDO**, nos termos do artigo 295 do Código Civil Brasileiro, não havendo por parte do Custodiante, da Gestora e do Administrador qualquer responsabilidade a esse respeito.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - A Gestora será responsável por notificar os respectivos devedores dos Direitos Creditórios cedidos ao **FUNDO** sobre a cessão dos mesmos, nos termos do artigo 290 do Código Civil.

**CLÁUSULA 19 - O CEDENTE**, na qualidade de fiel depositário nos termos dos artigos 627 a 652 do Código Civil, responsabiliza-se pela guarda e conservação das respectivas notas fiscais e comprovantes de entrega que representam os direitos creditórios a serem adquiridos pelo **FUNDO** e que fazem parte dos Documentos Representativos de Crédito.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - As respectivas notas fiscais e comprovantes de entrega que representam os direitos creditórios a serem adquiridos pelo **FUNDO** serão guardados na sede do **CEDENTE** indicada no preâmbulo deste Contrato, os quais estarão à disposição de qualquer representante do **FUNDO**.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O **CUSTODIANTE**, na qualidade de fiel depositário nos termos dos artigos 627 a 652 do Código Civil, responsabiliza-se por efetuar a guarda dos Contratos de Fornecimento e dos termos anexos de compra.

**CLÁUSULA 20 - O CEDENTE** se obriga, em regime de melhores esforços, a dar pronto e pleno atendimento ao **FUNDO**, ou às empresas terceirizadas e autorizadas contratualmente a ter acesso a todas as etapas do processo de vendas, no intuito de verificar a relação entre a capacidade de fornecimento e os cronogramas de entrega e retirada previstos em cada Contrato de Fornecimento.

## **CAPITULO V - DA RESOLUÇÃO DA CESSÃO**

**CLÁUSULA 21** - Considerar-se-á resolvida, de pleno direito e independentemente de qualquer aviso ou notificação ao **CEDENTE**, sem qualquer custo para o **FUNDO**, a cessão de Direitos Creditórios que:

a) venham a ser reclamados por terceiros comprovadamente titulares de ônus, gravames ou encargos constituídos sobre tais Direitos Creditórios, pelo **CEDENTE**, previamente à aquisição dos mesmos pelo **FUNDO**;

b) sem a constituição apropriada de documentos e/ou títulos para a sua cobrança, administrativa ou judicial;

c) nas hipóteses nas quais o pagamento de um Direito Creditório venha a se frustrar, por qualquer motivo que seja, desde que o **CEDENTE** tenha dado causa a esse fato; e

d) cedido sem o completo atendimento ao Capítulo III deste Contrato.

**CLÁUSULA 22** - Na hipótese de ocorrência de qualquer das Condições Resolutivas da Cessão, estará o **CEDENTE** obrigado a restituir ao **FUNDO**, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contadas da data do recebimento da notificação referida no inciso anterior e observado o disposto no Capítulo VII abaixo, em moeda corrente nacional, o valor dos Direitos Creditórios cuja cessão tiver sido resolvida, calculado com base no Preço de Aquisição ajustado pela mesma taxa de desconto aplicada quando de sua aquisição até a data da restituição integral dos valores devidos pela resolução da cessão.

#### **CAPITULO VI - DO PREÇO DE AQUISIÇÃO**

**CLÁUSULA 23** - Pela aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis Identificados no Relatório de Cessão, o **FUNDO** pagará à vista no dia útil subsequente à respectiva cessão de direitos creditórios ao **CEDENTE**, em moeda corrente nacional, na Data de Aquisição e Pagamento, o valor certo e ajustado, apurado da seguinte forma:

$$PA = \left[ \sum_{i=1}^n VN_i / (1 + TD)^i \right] - RL$$

<i>PA</i>	Preço de Aquisição do Direito Creditório;
<i>VN<sub>i</sub></i>	Valor Nominal do direito creditório no mês <i>i</i> ( <i>i</i> varia de 1 a 12)
<i>RL</i>	Reserva de Liquidez calculada de acordo com a cláusula 24, abaixo.
<i>TD</i>	Taxa de Desconto, apurada de acordo com a seguinte fórmula:

$$TD = \left\{ 1 + (b + 2) / 100 \right\}^{1/12} - 1$$

<i>b</i>	<i>Benchmark</i> de rentabilidade (conforme cláusula 26, abaixo) da respectiva Série de quotas seniores cujos recursos captados foram utilizados para a respectiva aquisição de Direitos Creditórios, expresso em número puro, multiplicado pela taxa dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI) de 01 (um) dia - "over extragrupo", expresso na forma de percentual ao ano.
----------	--

**CLÁUSULA 24** - O **FUNDO** neste ato declara e garante ao **CEDENTE** que o montante relativo à Reserva de Liquidez, nos termos da Cláusula 23 acima, será utilizado, no momento da cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis, para a constituição de uma reserva para cada **CEDENTE** em favor do **FUNDO**, a fim de garantir um maior grau de liquidez para a carteira de ativos do **FUNDO** (denominadas em conjunto "Reservas de Liquidez" e isoladamente "Reserva de Liquidez"), observado o disposto neste artigo.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - As Reservas de Liquidez serão registradas pelo Custodiante, controladas e administradas pelo **ADMINISTRADOR** e serão individualizadas por **CEDENTE**, sendo possível que as mesmas sejam utilizadas de forma conjunta e complementar.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Os recursos necessários à constituição de cada Reserva de Liquidez serão proporcionais ao montante de Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao **FUNDO** por cada **CEDENTE**, sendo que a somatória das Reservas de Liquidez será apurada da seguinte forma:

$$\sum RL = \{TCS \times [1 + (b \div 100)]^{(1 \div 12)}\} \times (1 \div 11)$$

$\sum RL$	Somatória das Reservas de Liquidez;
TCS	Montante total, em valor, das quotas seniores de todas as Séries em circulação;
B	<i>benchmark</i> de rentabilidade (conforme Cláusula 26, abaixo) da respectiva Série de quotas seniores cujos recursos captados foram utilizados para a respectiva aquisição de Direitos Creditórios, expresso em número puro, multiplicado pela taxa dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI) de 01 (um) dia – "over extragrupo", expresso na forma de percentual ao ano.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Os recursos equivalentes a cada Reserva de Liquidez serão exclusivamente alocados na aquisição dos títulos públicos indicados nas alíneas "a" e "b" do artigo 16 do Regulamento. Os rendimentos auferidos pelas aplicações da Reserva de Liquidez serão revertidos exclusivamente ao **FUNDO**.

**PARÁGRAFO QUARTO** - A partir do término do 2º (segundo) mês contado do início da subscrição das cotas seniores do **FUNDO**, o **CEDENTE** fará jus, proporcionalmente, ao valor de cada Reserva de Liquidez, ao recebimento do Prêmio de Liquidez, desde que a Razão de Garantia seja superior a 3 (três), e que, após o pagamento do Prêmio de Liquidez a mesma continue, no mínimo, igual a 3 (três)..

**PARÁGRAFO QUINTO** - A Razão de Garantia será apurada mensalmente pelo **ADMINISTRADOR** no 5º dia útil a partir do término do 2º (segundo) mês contado do início da subscrição das quotas seniores do **FUNDO**.

**PARÁGRAFO SEXTO** - A Razão de Garantia é calculada da seguinte forma:

$$RG = (\sum RL + Caixa + CG + RF) / AM$$

RG	Razão de Garantia;
$\sum RL$	Somatória do valor total das Reservas de Liquidez;
Caixa	Total do montante em caixa de propriedade do <b>FUNDO</b> , incluindo disponibilidades e aplicações financeiras;

CG	Valor total das disponibilidades e recebíveis vincendos até a data da próxima amortização de quotas seniores, mantidos na Conta de Garantia;
RF	Valor total dos recebíveis de propriedade do FUNDO vincendos até a data da próxima amortização de quotas seniores;
AM	Valor previsto da amortização seguinte de quotas seniores.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - O pagamento do Prêmio de Liquidez ao **CEDENTE** será efetuado no 5º (quinto) dia útil do mês subsequente em que for devido e desde que observado o disposto nos Parágrafos Quinto e Sexto, acima.

**CLÁUSULA 25** - As partes estabelecem, ainda, que o valor das quotas subordinadas do **FUNDO** deve representar, no mínimo, 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO**, e que as taxas de desconto praticadas na aquisição dos Direitos Creditórios devem proporcionar a manutenção deste percentual mínimo.

**CLÁUSULA 26** - Tendo em vista que a 1ª Série de quotas seniores possui um *benchmark* de rentabilidade, no médio e longo prazo, de 110% (cento e dez por cento) da taxa dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros ("CDI") de 01 (um) dia - "over extragrupo", expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela Câmara de Liquidação e Custódia - CETIP, as partes se comprometem, ainda, a praticar taxas de desconto equivalentes a no mínimo [...] % (... por cento) da taxa do DI, taxa esta que propicie o alcance do *benchmark* definido, considerando-se para tanto o efeito da apropriação das despesas e encargos incorridos pelo **FUNDO** e definidos no seu Regulamento, e eventuais situações de maior oscilação decorrentes de eventos extraordinários, ou não, de qualquer natureza, inclusive, mas não limitados àqueles de caráter político, econômico ou financeiro. Para os fins do aqui disposto, a verificação de tal condição deverá se dar em base diária.

**CLÁUSULA 27** - A alteração do disposto neste Capítulo depende de prévia e expressa aprovação das Partes.

**CLÁUSULA 28** - Não obstante qualquer disposição em sentido contrário contida neste ou em outro instrumento, fica desde logo ajustado que a taxa de desconto praticada deve assegurar não só o piso mínimo de remuneração referido na Cláusula 26, mas também permitir que qualquer diminuição na rentabilidade esperada para o patrimônio do **FUNDO** em razão de (i) marcação a mercado de títulos e/ou créditos anteriormente adquiridos por ele junto ao **CEDENTE**; (ii) inadimplência e/ou atraso no pagamento de títulos e/ou créditos anteriormente adquiridos por ele junto ao **CEDENTE**; (iii) qualquer outro fato ou evento que possa se traduzir em perda da rentabilidade mínima prevista pelo **FUNDO** quando da aquisição anterior de títulos e/ou créditos junto ao **CEDENTE**, seja devidamente compensada.

**CLÁUSULA 29** - Na hipótese de inobservância do percentual mencionado na Cláusula 25, serão adotados os seguintes procedimentos:

I - O Administrador comunicará, imediatamente, tal ocorrência ao **CEDENTE**, através do envio de correspondência ou de correio eletrônico, pela qual:

- a) noticiará o fato e solicitará ao **CEDENTE** que providencie o restabelecimento da relação mínima dentro de um prazo de 10 (dez) dias corridos contados do recebimento da comunicação, e;

- b) informará ao **CEDENTE** o número mínimo de quotas subordinadas e os respectivos valores para subscrição, que deverão ser subscritas para que se possa restabelecer o percentual fixado na Cláusula 25.

II - O **CEDENTE** deverá subscrever, dentro do prazo mencionado no inciso I desta cláusula, tantas quotas subordinadas quantas sejam necessárias para restabelecer a relação mínima entre patrimônio líquido e quotas seniores mencionada na Cláusula 25.

III - Na hipótese de o Administrador verificar que, decorrido o prazo do inciso I desta cláusula, não se alcançou o restabelecimento da relação entre o valor das quotas seniores e o patrimônio líquido do **FUNDO**, quer em virtude da não subscrição, por parte do **CEDENTE**, de um número de quotas subordinadas suficientes para atender ao disposto no inciso II deste parágrafo quer por qualquer outro motivo, deverá convocar a Assembléia Geral de Quotistas para deliberar sobre:

- a) providências a serem tomadas pelo Administrador;
- b) substituição do Administrador no exercício das funções em relação ao **FUNDO**; e/ou
- c) pela liquidação antecipada do **FUNDO**.

## **CAPITULO VII - DA FORMA DE PAGAMENTO**

**CLÁUSULA 30** - Os pagamentos em moeda corrente nacional a serem efetuados pelo **FUNDO** ao **CEDENTE** em razão das obrigações previstas neste Contrato deverão ser efetuados mediante débito na conta corrente do **FUNDO** junto ao Custodiante, valendo o comprovante do crédito/depósito como prova de pagamento e recibo de quitação.

**CLÁUSULA 31** - Todos os pagamentos de que trata este Contrato deverão ser feitos pelo seu valor efetivo, líquido de quaisquer impostos, taxas ou contribuições, atuais ou futuros, incluindo a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (a "CPMF"), que incidam ou venham incidir sobre tais pagamentos, de tal modo que a **CEDENTE** deverá reajustar quaisquer de tais valores para que, após tais deduções ou retenções, o **FUNDO** receba o mesmo valor que ele teria recebido caso não tivessem ocorrido quaisquer de tais deduções ou retenções.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - O pagamento de todos os tributos e contribuições, incluindo, mas não se restringindo a, Imposto sobre Serviços - ISS, PIS, COFINS, CPMF e Imposto sobre a Renda, que incidam ou venham a incidir para cada uma das Partes, é da responsabilidade respectiva, e não solidária, de cada uma delas.

## **CAPITULO VIII - DAS OBRIGAÇÕES DO CEDENTE**

**CLAUSULA 32** - Sem prejuízo das demais obrigações assumidas nos termos deste Contrato, o **CEDENTE** expressamente obriga-se a:

- a) adotar todas as providências para manter válidas e eficazes as declarações contidas no Capítulo II, mantendo o **FUNDO** informado de qualquer ato ou fato que possa afetar a validade de qualquer das referidas declarações e adotando as medidas cabíveis para sanar ou evitar a invalidade da declaração;



b) transferir ao **FUNDO**, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da verificação do seu recebimento, quaisquer valores que eventualmente venha a receber com relação aos Direitos Creditórios Elegíveis adquiridos pelo **FUNDO**, sem qualquer dedução ou desconto, a qualquer título. A transferência deverá ser efetuada para a seguinte conta corrente do **FUNDO**:

Banco: Banco Citibank S.A.

Agência: [...]

Conta Corrente: [...]

Titular: FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DEDINI-DULCINI AGROINDUSTRIAL

c) efetuar a cobrança dos direitos creditórios inadimplidos sempre em nome do **FUNDO**, de acordo com o Contrato de Cobrança nos termos do Anexo [...];

d) praticar todos os atos que estiverem a seu alcance, para que sejam honradas as obrigações relacionadas com os Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao **FUNDO**. Fica claro, porém, que não há co-obrigação do **CEDENTE** em relação aos Direitos Creditórios inadimplidos;

e) empregar seus melhores esforços no sentido de não modificar suas atuais práticas de crédito e cobrança, visando a não deterioração dos atuais níveis de atraso e inadimplência dos Direitos Creditórios, ficando, desde já estabelecido que qualquer alteração relevante nestas políticas e práticas deverá ser imediatamente comunicada aos quotistas do **FUNDO**;

f) aceitar a devolução imediata dos Direitos Creditórios ofertados ao **FUNDO** que não atenderem às Condições de Cessão ou aos Critérios de Elegibilidade;

g) dar pleno acesso e atendimento aos auditores do **FUNDO**, bem como aos representantes da empresa de avaliação de risco dos ativos (Empresa de *Rating*), com relação aos documentos relativos aos Contratos de Fornecimento, aos Direitos Creditórios e aos dados históricos de inadimplência dos respectivos devedores;

h) manter os originais dos documentos representativos dos Direitos Creditórios ("Documentos") em sua sede e sob sua custódia, listados no Contrato de Depósito, para os termos e efeitos dos artigos 627 e seguintes do Código Civil Brasileiro, a **CEDENTE**, na qualidade de fiel depositária, devidamente aqui representada;

i) efetuar a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios inadimplidos, nos termos do Contrato de Cobrança celebrado com o **FUNDO**;

j) indenizar o **FUNDO** em razão do descumprimento, incorreção ou falsidade das declarações e obrigações de que tratam esta cláusula e as constantes do Capítulo II;

k) informar ao **FUNDO** e ao Administrador a ocorrência dos Eventos de Resilição da Cláusula 30, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas de sua ocorrência;

l) encaminhar ao **FUNDO**, conforme aplicável, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da data do recebimento da citação, cópia da petição contendo pedido de falência contra si,

bem como disponibilizar em prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas, cópias dos documentos que embasarem a decretação ou a requisição da intervenção ou da liquidação extrajudicial, ou da requisição de sua intervenção ou liquidação extrajudicial;

m) efetuar, de acordo com as regras contábeis aplicáveis nos termos da lei e regulamentação brasileiras, os respectivos lançamentos contábeis necessários ao registro da cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis ao **FUNDO**;

n) informar imediatamente ao **FUNDO** e ao Administrador, sempre que possível, a ocorrência de quaisquer eventos que possam dar ensejo à liquidação do **FUNDO** nos termos de seu Regulamento; e

o) a **CEDENTE** compromete-se, ainda, a não ceder Direitos Creditórios se tal fato: (i) caracterizar fraude contra credores, conforme previsto nos artigos 158 a 165 do Código Civil Brasileiro; (ii) for passível de revogação, nos termos da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005; (iii) caracterizar fraude de execução, na hipótese do artigo 593 do Código de Processo Civil; ou (iv) caracterizar a hipótese do artigo 185, *caput*, do Código Tributário Nacional.

**CLAUSULA 33** - Para propiciar um maior grau de solvabilidade à carteira de ativos do **FUNDO**, desde o momento inicial de subscrição das quotas seniores de cada Série "n" o encerramento da mesma, será constituída e mantida pelas Cedentes em nome próprio junto ao Agente Cobrador conta-corrente (a "Conta de Garantia"), que receberá o montante de disponibilidades e/ou somatório de pagamentos vincendos até a data de resgate das quotas seniores, oriundos de Contratos de Fornecimento cedidos fiduciariamente ao **FUNDO** ("Recursos da Conta de Garantia") conforme o Anexo [...].

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Mediante instrumento de mandato específico, somente a Gestora poderá movimentar os Recursos da Conta de Garantia pelo período de vigência do contrato de cessão fiduciária sobre coisas móveis.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Para a Conta de Garantia será transferido, pelo **CEDENTE**, e nela será mantido a qualquer momento, pelo **AGENTE COBRADOR**, Recursos da Conta de Garantia equivalente a, pelo menos, 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido das quotas seniores em circulação, até a amortização total de cada série de quotas seniores.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Caso seja verificada pelo **ADMINISTRADOR** qualquer redução no montante de Direitos Creditórios a serem recebidos, seja por inadimplência, seja por redução nos montantes anteriormente estimados em função de queda nos preços, o **ADMINISTRADOR** adotará os seguintes procedimentos:

I - imediatamente, enviará correspondência via fac-símile ou correio eletrônico, endereçada à Gestora, pela qual:

a) noticiará o evento que prejudicou o recebimento integral dos Direitos Creditórios anteriormente previsto;

b) informará à Gestora, o valor em questão;

c) fornecerá à Gestora os dados da conta corrente do **FUNDO** para a qual deverá ser transferido o valor solicitado; e

d) solicitará à Gestora que providencie a imediata transferência, à conta do **FUNDO** indicada, do valor solicitado na forma da alínea "b", acima.

II - A **GESTORA** transferirá, imediatamente, à conta indicada pelo **FUNDO** o montante solicitado pelo **ADMINISTRADOR** na forma do inciso anterior.

**PARÁGRAFO QUARTO** - O saldo de Recursos da Conta de Garantia que exceder ao montante equivalente a 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido de cada série de quotas seniores em circulação, e desde que atendida a Razão de Garantia conforme o Parágrafo 7º do Artigo 41, deverá ser transferido para outra conta, de livre movimentação do **CEDENTE**, independente de prévia anuência da Gestora.

**PARÁGRAFO QUINTO** - Caso os Recursos da Conta de Garantia venham a ser utilizados, total ou parcialmente, no pagamento de qualquer evento conforme exposto no Parágrafo Terceiro desta cláusula, serão adotados os seguintes procedimentos:

I - o Agente Cobrador suspenderá toda e qualquer transferência de Recursos da Conta de Garantia para a outra conta, de livre movimentação do **CEDENTE**, mencionada no Parágrafo Terceiro deste artigo, até que o montante mencionado no Parágrafo Segundo deste artigo, seja recomposto.

II - a Gestora, imediatamente, enviará correspondência, via fac-símile ou correio eletrônico, endereçada ao **CEDENTE**, pela qual:

a) noticiará ao **CEDENTE** a utilização total ou parcial do montante mencionado no Parágrafo Segundo deste artigo;

b) informará ao **CEDENTE** o valor necessário para que seja possível restabelecer o montante mencionado no Parágrafo Segundo, acima; e

c) solicitará ao **CEDENTE** que, dentro de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da comunicação mencionada no *caput*, restabeleça o montante mencionado no Parágrafo Segundo deste artigo.

**PARÁGRAFO SEXTO** - O Agente Cobrador enviará relatórios de movimentação da Conta de Garantia à Gestora diariamente.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - Os Recursos da Conta de Garantia deverão ser alocados pela **GESTORA** exclusivamente para aquisição a) dos títulos previstos nas alíneas "a" e "b" do artigo 16 do Regulamento e b) títulos de emissão privada tratados na alínea "c" do artigo 16 do Regulamento classificados como "investment grade" nos termos do parágrafo 3º do supra citado artigo 16.

**PARÁGRAFO OITAVO** - Todos os rendimentos das aplicações financeiras realizadas na forma do Parágrafo Sétimo, acima, integram a garantia consubstanciada no contrato de cessão fiduciária de direitos sobre coisas móveis que recai sobre a Conta de Garantia. Dessa forma, todos os rendimentos que vierem a ser atribuídos à Conta de Garantia, bem como quaisquer novas aplicações financeiras efetuadas com os Recursos da Conta de Garantia e todos e quaisquer rendimentos e bonificações dela decorrentes ficarão garantidas ao **FUNDO**, sendo que tais rendimentos serão resgatados pelo Agente

Cobrador, mediante solicitação da Gestora, para os fins dos procedimentos de que tratam os Incisos I e II do Parágrafo Terceiro desta Cláusula.

#### **CAPITULO IX - DOS EVENTOS DE RESCISÃO DO CONTRATO**

**CLAUSULA 34** - São considerados eventos de rescisão (os "Eventos de Rescisão"), quaisquer das seguintes ocorrências:

- a) decretação de falência e/ou recuperação judicial ou extrajudicial, conforme o caso; e
- b) existência de evidências de que o **CEDENTE** tenha oferecido ao **FUNDO** Direitos Creditórios sobre os quais recaiam quaisquer ônus, encargos ou gravames, que tenham sido constituídos previamente à oferta ao **FUNDO**.

**CLAUSULA 35** - A ocorrência de qualquer dos Eventos de Rescisão, facultará ao **FUNDO** a imediata rescisão deste Contrato e não acarretará qualquer ônus ou penalidade de qualquer natureza ao **FUNDO** e não obstará a aplicação, nos termos do presente Contrato, das penalidades previstas no Capítulo XI.

**CLAUSULA 36** - Na hipótese de ocorrência de quaisquer dos Eventos de Rescisão, o **FUNDO** deverá convocar uma Assembléia Geral de quotistas, conforme definido em seu Regulamento.

#### **CAPITULO X - DA RESILIÇÃO PELO CEDENTE**

**CLAUSULA 37** - O **CEDENTE** poderá resilir este Contrato, mediante comunicação enviada ao **FUNDO**, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data de resilição, sem qualquer ônus, encargo ou penalidade para qualquer das partes, na criação de novos impostos, taxas, contribuições, elevação das alíquotas dos já existentes ou modificação da base de cálculo de impostos, taxas e contribuições, presentes ou futuros, que alterem significativamente o equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato e/ou que tomem o negócio jurídico pactuado excessivamente oneroso para o **CEDENTE**.

**CLAUSULA 38** - O exercício do direito de resilição de que trata este Capítulo não eximirá o **CEDENTE** do integral e pontual cumprimento das obrigações assumidas nos termos deste Contrato que já sejam exigíveis pelo **FUNDO** na data do recebimento da notificação referida no Cláusula 37 acima, assim como não prejudicará o direito do **FUNDO** de exigir, por todos os meios estabelecidos nos referidos instrumentos contratuais, o cumprimento de tais obrigações.

#### **CAPITULO XI - DAS PENALIDADES**

**CLAUSULA 39** - O inadimplemento da obrigação de pagamento pelo **FUNDO** ao **CEDENTE** prevista neste Contrato caracterizará, de pleno direito, independentemente de qualquer aviso ou notificação, a mora da Parte inadimplente, sujeitando-a ao pagamento dos seguintes encargos pelo atraso: (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data em que o pagamento era devido até o seu integral recebimento pela Parte credora; e (ii) multa convencional, não compensatória, de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor devido.

**CLAUSULA 40** - O inadimplemento, pelo **CEDENTE**, de qualquer das obrigações de dar, fazer ou não fazer assumidas nos termos deste Contrato, do qual tenha sido notificada para regularizar e não o faça no prazo assinado na respectiva notificação e/ou aviso, prazo este que, em nenhuma hipótese, será inferior a 5 (cinco) dias, obrigará o **CEDENTE** ao pagamento ao **FUNDO** de uma multa convencional, não compensatória, de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) por dia de atraso no cumprimento de tais obrigações, sem prejuízo do disposto nas Capítulos IX e X deste Contrato e da cobrança de perdas e danos incorridos pelo **FUNDO** em decorrência de tal inadimplemento.

## **CAPITULO XII - DA TUTELA ESPECÍFICA**

**CLAUSULA 41** - O **CEDENTE** e o **FUNDO** reconhecem, desde já, que este Contrato constitui título executivo extrajudicial, para todos os fins e efeitos do artigo 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

**CLAUSULA 42** - Observados os prazos estabelecidos no Capítulo X, as obrigações de fazer e não fazer previstas neste Contrato serão exigíveis no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contado do recebimento, pelo **CEDENTE** ou pelo **FUNDO**, da notificação que constituir a respectiva Parte em mora, ficando facultada à Parte credora a adoção das medidas judiciais necessárias (i) à tutela específica ou (ii) à obtenção do resultado prático equivalente, por meio das medidas a que se refere o § 5º do art. 461, do Código de Processo Civil.

**CLAUSULA 43** - Caso o **CEDENTE** descumpra qualquer das obrigações de dar, fazer ou não fazer previstas neste Contrato e, notificado para sanar tal inadimplemento, deixe de fazê-lo no prazo assinado na referida notificação, o **FUNDO**, independentemente de qualquer outro aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo da faculdade de resiliir o Contrato, poderá requerer, com fundamento no art. 273 combinado com o art. 461 e seus parágrafos, ambos do Código de Processo Civil, a tutela específica da obrigação inadimplida, sem prejuízo da aplicação da multa prevista na Cláusula 34 ou, a seu juízo, promover execução da obrigação de fazer, com fundamento no artigo 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

**CLAUSULA 44** - Para os fins deste Capítulo, as Partes desde já expressamente reconhecem que o comprovante de recebimento da notificação mencionada neste Capítulo, acompanhado dos documentos que a tenham fundamentado, será bastante para instruir o pedido de tutela específica da obrigação.

**CLAUSULA 45** - O **FUNDO** será responsável por todos os custos, emolumentos e despesas, sem prejuízo da indenização por perdas e danos incorridos pelo **CEDENTE** pela propositura abusiva ou injustificada, pelo **FUNDO**, das medidas previstas neste Capítulo.

## **CAPITULO XIII - DA COBRANÇA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS E AS CONDIÇÕES DE NEGOCIAÇÃO JUNTO AOS DEVEDORES DO FUNDO**

**CLAUSULA 46** - O **CEDENTE** será responsável por quaisquer despesas que porventura venham a ser incorridas pelo **FUNDO** com vistas à adoção de medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda e cobrança de seus direitos e prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios Elegíveis nos termos deste Contrato, incluindo todos os custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e

periciais ou quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos a que se refere este artigo, nos termos do Contrato de Cobrança celebrado entre o **FUNDO** e o **CEDENTE**, com interveniência e anuência do Custodiante.

#### **CAPITULO XIV - DA CONFIDENCIALIDADE**

**CLAUSULA 47** - As Partes obrigam-se a manter em sigilo e respeitar a confidencialidade dos dados e informações, verbais ou escritas, relativos às operações e negócios, dos contratos, pareceres e outros documentos, bem como, de quaisquer cópias ou registros dos mesmos, contidos em qualquer meio físico a que a referida parte tiver acesso em virtude do presente Contrato (as "Informações Confidenciais"), ficando desde já estabelecido que (i) as Informações Confidenciais poderão ser divulgadas a seus sócios, administradores, procuradores, consultores, prepostos e empregados, presentes ou futuros, que precisem ter acesso às Informações Confidenciais em virtude do cumprimento das obrigações estabelecidas neste Contrato (os "Representantes"); (ii) as Informações Confidenciais poderão ser também divulgadas aos órgão de fiscalização a que estão sujeitas as Partes, especialmente a Comissão de Valores Mobiliários, Banco Central do Brasil e Secretaria da Receita Federal; e (iii) que a divulgação a terceiros, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, isolada ou conjuntamente, no Brasil ou no exterior, por qualquer meio, de quaisquer Informações Confidenciais dependerá de prévia autorização, por escrito, da outra parte.

**CLAUSULA 48** - As Partes comprometem-se a não utilizar qualquer das Informações Confidenciais em proveito próprio ou de quaisquer terceiros e responsabilizam-se pela violação das obrigações previstas neste Capítulo por parte de quaisquer dos seus representantes.

**CLAUSULA 49** - Caso qualquer das partes ou qualquer de seus representantes seja obrigado, em virtude de lei, de decisão judicial, ou por determinação de qualquer autoridade governamental, a divulgar quaisquer das Informações Confidenciais, tal parte deverá comunicar imediatamente a outra Parte a respeito dessa obrigação, de modo que as Partes, em mútua cooperação, possam intentar as medidas cabíveis, inclusive judiciais, para preservar as Informações Confidenciais. Caso as medidas tomadas para preservar as Informações Confidenciais não tenham êxito, deverá ser divulgada somente a parcela das Informações Confidenciais necessária à satisfação do dever legal de divulgação das informações.

**CLAUSULA 50** - Excluem-se do compromisso de confidencialidade aqui previsto as informações: (i) disponíveis para o público de outra forma que não pela divulgação das mesmas por qualquer das Partes ou por qualquer de seus representantes; e (ii) que comprovadamente já eram do conhecimento de uma ou de todas as Partes ou de qualquer de seus representantes antes da referida parte obrigada ou seus representantes terem acesso em função deste Contrato.

**CLAUSULA 51** - O dever de confidencialidade previsto neste Capítulo XIV sobreviverá ao término deste Contrato pelo prazo de 5 (cinco) anos, estando seu descumprimento, a qualquer tempo durante a vigência do dever ora referido, inclusive após a extinção ou a rescisão deste Contrato, sujeito às penalidades estabelecidas neste Capítulo.

#### **CAPITULO XV - DAS COMUNICAÇÕES**

**CLAUSULA 52** - Todos os documentos e as comunicações, sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das Partes nos termos deste Contrato deverão ser encaminhados para os endereços constantes no preâmbulo deste documento.

**CLAUSULA 53** - Os documentos e as comunicações, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, serão considerados recebidos quando entregues, sob protocolo ou mediante "Aviso de Recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, nos endereços acima, ou quando da confirmação do recebimento da transmissão via fac-símile ("answer back"), via e-mail ou outro meio de transmissão eletrônica. Para os fins desta cláusula, será considerada válida a confirmação do recebimento via fac-símile ou via e-mail ainda que emitida pela Parte que tenha transmitido a mensagem, desde que o comprovante tenha sido expedido a partir do equipamento utilizado na transmissão e que do mesmo constem informações suficientes à identificação do emissor e do destinatário da comunicação.

#### **CAPITULO XVI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**CLAUSULA 54** - O presente Contrato vigorará por prazo indeterminado, a partir da data de sua assinatura.

**CLAUSULA 55** - Os Direitos Creditórios ofertados e que não forem adquiridos pelo **FUNDO**, assim como os Direitos Creditórios que venham a ser restituídos à **CEDENTE** nos termos deste Contrato, poderão ser utilizados livremente pela **CEDENTE** em qualquer tipo de transação ou negócio.

**CLAUSULA 56** - Toda e qualquer modificação, alteração ou aditamento ao presente Contrato somente será válido se feito por instrumento escrito, assinado por todas as Partes.

**CLAUSULA 57** - As Partes celebram este Contrato em caráter irrevogável e irretroatável, obrigando-se ao seu fiel, pontual e integral cumprimento por si e por seus sucessores e **FUNDOS**, a qualquer título. Os custos de registro deste contrato em cartório correrão por conta da **CEDENTE**.

**CLAUSULA 58** - Os anexos (os "Anexos") a este Contrato são dele parte integrante e inseparável. Em caso de dúvidas entre o Contrato e seus Anexos prevalecerão as disposições do Contrato, dado o caráter complementar dos Anexos. Não obstante, reconhecem as Partes a unicidade e incindibilidade das disposições do Contrato e dos Anexos, que deverão ser interpretados de forma harmônica e sistemática, tendo como parâmetro a natureza do negócio celebrado entre as Partes.

**CLAUSULA 59** - A tolerância e as concessões recíprocas terão caráter eventual e transitório e não configurarão, em qualquer hipótese, renúncia, transigência, remissão, perda, modificação, redução ou ampliação de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos a qualquer das Partes nos termos deste Contrato, assim como, quando havidas, o serão, expressamente, sem o intuito de novar as obrigações previstas neste Contrato.

**CLAUSULA 60** - O presente Contrato constitui o único e integral acordo entre as Partes, substituindo todos os outros documentos, cartas, memorandos ou propostas entre as

Partes, bem como os entendimentos orais mantidos entre as mesmas, anteriores à presente data.

**CLAUSULA 61** - Salvo disposição em contrário prevista neste Contrato, é expressamente vedada a cessão a terceiros, por qualquer das Partes, dos direitos e obrigações nele previstos sem expressa e prévia concordância da outra parte.

**CLAUSULA 62** - O presente Contrato, anexos e eventuais aditamentos serão sempre registrados no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo e na sede do **CEDENTE**, sendo o **CEDENTE** responsável pelos custos de registro.

**CLAUSULA 63** - Toda e qualquer quantia devida a qualquer das Partes por força deste Contrato poderá ser cobrada via processo de execução visto que as Partes desde já reconhecem tratar-se de quantia líquida e certa atribuindo ao presente a qualidade de título executivo extrajudicial nos termos e para os efeitos do artigo 585, inciso II, do Código de Processo Civil.

**CLAUSULA 64** - Os mandatos outorgados pelo **CEDENTE** nos termos deste Contrato são irrevogáveis e irretroatáveis, sendo sua outorga condição do negócio, nos termos do art. 686 do Código Civil brasileiro.

**CLAUSULA 65** - Exceto pelas relações comerciais e obrigacionais ora estabelecidas, este Contrato não cria nem estabelece qualquer relação trabalhista, previdenciária ou societária entre o **CEDENTE** e o **FUNDO**.

**CLAUSULA 66** - Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Contrato, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim de comum acordo, **AS PARTES**, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e efeito, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, [...] de [...] de 2006.

**CEDENTE :**

DEDINI AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA

**FUNDO :**

FIDC DEDINI-DULCINI AGROINDUSTRIAL

**CUSTODIANTE:**

CITIBANK DTVM S.A.

**GESTORA:**

LINKCORP CONSULTORIA FINANCEIRA LTDA.



**Testemunhas:**

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

**ANEXO I AO CONTRATO DE PROMESSA DE CESSÃO E AQUISIÇÃO  
DE DIREITOS CREDITÓRIOS E OUTRAS AVENÇAS**

**RELATÓRIO DE CESSÃO**

O presente Relatório de Cessão relaciona os direitos creditórios cuja cessão é, neste ato, formalizada ao **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DEDINI/DULCINI AGROINDUSTRIAL**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º [•] (o "FUNDO"), neste ato representado por sua instituição administradora, a **OLIVEIRA TRUST DTVM S.A.**, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500 Bloco 13, sala 205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001.91 (a "ADMINISTRADOR"), pelo [•] [INSERIR NOME E QUALIFICAÇÃO DA CEDENTE] (a "CEDENTE").

A Cedente renova e ratifica, neste ato, as declarações constantes do Capítulo II e as condições previstas no Capítulo III, ambos descritos no "Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito e Outras Avenças" firmado entre o FUNDO e o CEDENTE em [•] de 2006 (o "Contrato de Cessão").

Os Direitos Creditórios relacionados no Anexo A são cedidos ao FUNDO sem qualquer direito co-obrigação da CEDENTE, na forma prevista no Contrato de Cessão.

Pela aquisição dos Direitos Creditórios, é devido pelo FUNDO à CEDENTE o valor de R\$ [•] ([•]) (o "Preço de Aquisição"), calculado na forma prevista no Capítulo VI do Contrato de Cessão.

O Preço de Aquisição será pago pelo CITIBANK DTVM S.A., na qualidade de custodiante do FUNDO (o "CUSTODIANTE") à CEDENTE, por conta e ordem do FUNDO, mediante débito na conta corrente do FUNDO mantida junto ao BANCO CITIBANK S.A. indicada abaixo, valendo o comprovante do crédito/depósito como prova de pagamento e recibo de quitação, conforme previsto no Capítulo VI do Contrato de Cessão.

Banco:	Banco Citibank S.A.
Agência:	[0000]
Conta Corrente:	[0000]
Titular:	FIDC DEDINI/DULCINI

Os Direitos Creditórios cedidos ao FUNDO são discriminados da seguinte forma:

**Relação de Direitos Creditórios Cedidos ao Fundo**

[•]

O ADMINISTRADOR, em nome do FUNDO e sob seu exclusivo critério, poderá providenciar o registro deste Relatório de Cessão no Cartório de Registro de Títulos e Documentos em que estiver registrado o Contrato de Cessão, (b) a sua lavratura, por instrumento público, no Tabelião de Notas ou (c) o seu registro por meio de qualquer outro mecanismo admitido em lei e que produza os mesmos efeitos alcançados pelos meios de registro referidos nos itens precedentes.

São Paulo, [ • ] de [ • ] de [ • ].

[CEDENTE]

\_\_\_\_\_  
Por:  
Cargo:

\_\_\_\_\_  
Por:  
Cargo:

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DEDINI/DULCINI  
AGROINDUSTRIAL**

\_\_\_\_\_  
**P.p. OLIVEIRA TRUST DTVM S.A.**

Por:  
Cargo:

Por:  
Cargo:

Testemunhas:

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF/MF: [•]

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF/MF: [•]

**ANEXO II AO CONTRATO DE PROMESSA DE CESSÃO E AQUISIÇÃO  
DE DIREITOS CREDITÓRIOS E OUTRAS AVENÇAS**

**NOTIFICAÇÃO DE CESSÃO**

\_\_\_\_\_, [•] de [•] de 2006.

A  
[Cliente]  
[Endereço]

A/C: [•]

Ref.: Cessão de Direitos Creditórios oriundos de Contrato [ ]

Prezado(s) Senhor(es),

1. **LINKCORP CONSULTORIA FINANCEIRA LTDA.**, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, SP, na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, 758, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.050.114/0001-95, na qualidade de **GESTORA** do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DEDINI/DULCINI AGROINDUSTRIAL ("FUNDO")** vem pela presente informar que a [Denominação da **CEDENTE** ("....")] cedeu, por meio do Contrato de Cessão de Direitos de Crédito e Outras Avenças, celebrado em [•] de [ ] de 2006 ("Contrato de Cessão"), ao **FUNDO**, em caráter irrevogável e irretratável, os direitos creditórios e demais elementos acessórios oriundos de [...].

2. Os pagamentos dos Direitos Creditórios deverão continuar sendo realizados por V.Sa. por meio de [...].

3. Nos termos dos artigos 286 e seguintes do Código Civil, serve a presente para **NOTIFICAR** V.Sa da cessão dos Direitos Creditórios.

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
**GESTORA**

Por: [•]  
Cargo: [•]

Por: [•]  
Cargo: [•]

**CLIENTE**

\_\_\_\_\_  
**Denominação do CLIENTE**

Por: [•]  
Cargo: [•]

Por: [•]  
Cargo: [•]

## **ANEXO XII – DECLARAÇÃO DO LÍDER DE DISTRIBUIÇÃO**

**DECLARAÇÃO DO LÍDER DE DISTRIBUIÇÃO**

**BANCO STANDARD DE INVESTIMENTOS S.A.**, sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brig. Faria Lima nº. 2277 - 12º andar - cj. 1204, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 04.866.275/0001-63, neste ato representado, por seu Diretor Responsável Fabio Nisaka Solferini, brasileiro, separado judicialmente, administrador de empresas, portador da cédula de identidade R.G. nº 4.763.195-8 expedida pela Secretaria de Segurança Pública de São Paulo em 26/12/1986, inscrito no CPF sob o nº 036.034.358-93, domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brig. Faria Lima nº. 2277 - 12º andar - cj. 1204, na qualidade de diretor responsável do Coordenador Líder de Distribuição das quotas do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DEDINI-DULCINI AGROINDUSTRIAL**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.202.282/0001-11, administrado pela **OLIVEIRA TRUST DTVM S.A.**, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. das Américas, 500, Bloco 13, sala 205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 36.113.876/0001.91, DECLARA que tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que as informações prestadas pela Administradora são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da oferta. Ademais, as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas e que venham a integrar o Prospecto, são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da oferta.

São Paulo, 20 de outubro de 2006.

  
**Fabio Nisaka Solferini**

